

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ESTUDOS LITERÁRIOS

Shirley Ferreira

Relendo o *Álbum* de Maria Firmina dos Reis

Juiz de Fora
2024

Shirley Ferreira

Relendo o *Álbum* de Maria Firmina dos Reis

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Letras: Estudos Literários, Área de Concentração: Teorias da Literatura e Representações Culturais, Linha de Pesquisa: Literatura, Crítica e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Pires da Silva

Juiz de Fora

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ferreira, Shirley.

Relendo o Álbum de Maria Firmina dos Reis / Shirley Ferreira. -- 2024.

256 f.

Orientador: Anderson Pires da Silva

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, 2024.

1. diário. 2. Maria Firmina dos Reis. 3. melancolia. 4. romantismo.
I. Silva, Anderson Pires da, orient. II. Título.

Shirley Ferreira

Relendo o *Álbum* de Maria Firmina dos Reis

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Letras. Área de concentração: Teorias da Literatura e Representações Culturais.

Aprovada em 24 de junho de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Anderson Pires da Silva - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Nícea Helena de Almeida Nogueira - Membro Interno

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Humberto Fois Braga - Membro Interno

Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Sonia da Costa Leite - Membro Externo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Rafael Balseiro Zin - Membro Externo

Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo

Juiz de Fora, 12/06/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Pires da Silva, Professor(a)**, em 24/06/2024, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Fois Braga, Professor(a)**, em 26/06/2024, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Balseiro Zin, Usuário Externo**, em 26/06/2024, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **SONIA DA COSTA LEITE, Usuário Externo**, em 26/06/2024, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nicea Helena de Almeida Nogueira, Professor(a)**, em 27/06/2024, às 10:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Uffj (www2.uffj.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1829187** e o código CRC **8848354D**.

In memoriam:

Lúcia (mãe), Ana (avó), Terezinha (tia).

AGRADECIMENTOS

Expresso aqui a minha gratidão ao professor Anderson Pires da Silva, pela orientação, apoio e confiança em minhas ideias, sem o que eu não teria tido a liberdade de seguir determinados caminhos durante o desenvolvimento da pesquisa.

Aos professores membros da Banca de Defesa, que foram também membros da Banca de Qualificação, pela disponibilidade e, sobretudo, pela paciência e cordialidade com que discutiram comigo diversos aspectos da pesquisa. Espero que a redação final da tese não os desaponte.

Aos professores do PPG em Letras da UFJF com os quais interagi ou tive o privilégio de estudar, o que, direta ou indiretamente, em muito contribuiu para o meu crescimento intelectual.

Ao estudioso Sérgio Ximenes, pelas trocas de pontos de vistas que tanto me auxiliaram no início da pesquisa.

Ao amigo Ricardo Silva Ramos de Souza, pelos diálogos literários que mantivemos nos últimos anos.

Ao amigo Felipe A. P. L. Costa, um especial agradecimento pelas sugestões e discussões que mantivemos ao longo dos quatro anos de pesquisa.

À toda minha família, em especial ao meu filho Daniel, meu enteado Felipe, meu irmão Leandro, meu irmão Alessandro, minha irmã Sandra e minha sobrinha Mariana (Tica).

Finalmente, ao meu companheiro, amigo e ouvinte de todas as horas, Nilo Nélio Caixeiro Stephan. Sem você, nem sei. Muito obrigada!

“Penso e sinto: meu sentir e meu pensar não os compreende ninguém; porque também ninguém os revelo”. – Maria Firmina dos Reis (RaMF, 1975, 183).

RESUMO

Esta tese se debruçou sobre o *Álbum*, uma coleção de registros atribuídos à escritora maranhense Maria Firmina dos Reis (1825-1917). Trata-se de uma obra singular, ainda que algo problemática. Os registros ali contidos foram escritos entre 1853 e 1910. Referido ora como *álbum*, ora como *livro íntimo*, a escritora registrou nele uma variedade de assuntos (e.g., mudanças de casa, adoção de órfãos, datas de nascimento ou falecimento de parentes e amigos). Mas fez também outro tipo de anotação. Contrariando a opinião de outros estudiosos da obra firminiana, notadamente Morais Filho (1975) e Luiza Lobo (1993 e 2007), que identificaram na *caligrafia* da autora traços de morbidez e melancolia, mas relendo o *Álbum*, nós sustentamos aqui a ideia de que a obra abriga registros (ou fragmentos de registros) que podem ser mais apropriadamente rotulados como *pequenos ensaios literários* de uma autora romântica ou mesmo ultrarromântica. Sustentamos ainda a ideia de que o volume pode ter sido usado pela autora também como um *obituário de afetos*, um lugar onde Firmina registrava perdas e dores, e um modo de eternizar a memória de parentes e amigos que ela amava.

Palavras-chave: diário; Maria Firmina dos Reis; melancolia; romantismo.

ABSTRACT

This thesis focused on the *Álbum*, a collection of records attributed to the Brazilian writer Maria Firmina dos Reis (1825-1917). This is a unique work, although somewhat problematic. The records contained there were written between 1853 and 1910. Sometimes referred to as an *album*, sometimes as an *intimate book*, the writer recorded a variety of subjects in it (e.g., house moves, adoption of orphans, dates of birth or death of relatives and friends). But he also made another type of note. Contrary to the opinion of other scholars of Firmina's work, notably Morais Filho (1975) and Luiza Lobo (1993 and 2007), who identified traces of morbidity and melancholy in the author's *handwriting*, we support here the idea that the *Álbum* contains records (or fragments of records) that might be more appropriately labeled as *short literary essays* by a romantic or even ultra-romantic author. We also support the idea that the volume may have been used by the author as an *obituary of affections*, a place where Firmina recorded losses and pain, and a way of immortalizing the memory of relatives and friends she loved.

Key words: journal; Maria Firmina dos Reis; melancholy; romanticism.

RESUMEN

Esta tesis se centró en el *Álbum*, colección de registros atribuidos a la escritora brasileña Maria Firmina dos Reis (1825-1917). Se trata de una obra única, aunque algo problemática. Los registros que contiene fueron escritos entre 1853 y 1910. A veces denominado *álbum*, a veces como *libro íntimo*, la escritora registró en él una variedad de temas (e.g., mudanzas de casa, adopción de huérfanos, fechas de nacimiento o muerte de familiares y amigos). Pero también hizo otro tipo de nota. Contrariamente a la opinión de otros estudiosos de la obra de Firmina, en particular Morais Filho (1975) y Luiza Lobo (1993 y 2007), que identificaron rastros de morbilidad y melancolía en la *caligrafía* del autor, apoyamos aquí la idea de que el *Álbum* contiene registros (o fragmentos de registros) que podrían etiquetarse más apropiadamente como *ensayos literarios breves* de un autor romántico o incluso ultrarromántico. También apoyamos la idea de que el volumen pudo haber sido utilizado por la autora como un *obituario de afectos*, un lugar donde Firmina registró pérdidas y dolores, y una forma de inmortalizar la memoria de familiares y amigos a quienes amaba.

Palabras-clave: diario; Maria Firmina dos Reis; melancolía; el romanticismo.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REVISÃO CRÍTICA SOBRE A VIDA DE MARIA FIRMINA	22
2.1	SACRAMENTO BLAKE	22
2.2	HORÁCIO DE ALMEIDA	26
2.3	JOSÉ NASCIMENTO MORAIS FILHO	27
2.3.1	Colecionando fragmentos	28
2.3.2	Ouvindo testemunhas e construindo uma imagem	29
2.3.3	Descobrimo o lado musical da escritora	32
2.3.4	Laços familiares e professora concursada	33
2.4	BREVE APRECIÇÃO CRÍTICA	35
2.4.1	A opinião do escritor Josué Montello	35
2.4.2	A opinião da pesquisadora Adriana Oliveira	36
2.4.3	Sobre o trabalho de outros pesquisadores	37
3	UM PANORAMA DA OBRA FIRMINIANA	39
3.1	O ROMANCE <i>ÚRSULA</i>	39
3.2	A NOVELA INDIANISTA <i>GUPEVA</i>	43
3.3	O CONTO <i>A ESCRAVA</i>	44
3.3.1	Outras considerações	46
3.4	O LIVRO DE POEMAS <i>CANTOS À BEIRA-MAR</i>	46
3.4.1	Caracterizando o Romantismo	47
4	REVISÃO CRÍTICA SOBRE A OBRA DE MARIA FIRMINA	54
4.1	NORMA TELLES	54
4.2	LUIZA LOBO	58
4.3	MARIA LUCIA DE BARROS MOTT	59
4.4	ZAHIDÉ LUPINACCI MUZART	60
4.5	EDUARDO DE ASSIS DUARTE	61
4.6	RÉGIA AGOSTINHO SILVA	62
4.7	OUTROS OLHARES CRÍTICOS.....	64
4.7.1	Carla Sampaio dos Santos	65
4.7.2	Rita Terezinha Schimidt	65

4.7.3	Eliane Marques	66
4.7.4	Fernanda R. Miranda	68
4.7.5	Maria Helena Pereira Toledo Machado	69
4.7.6	Rafael Balseiro Zin	69
5	O <i>ÁLBUM</i> DE MARIA FIRMINA DOS REIS	71
5.1	UMA LEITURA DO <i>ÁLBUM</i> INSPIRADA EM AGENOR GOMES	82
5.2	MARIA FIRMINA EM SÃO LUÍS	84
5.3	OS PARENTES DE FIRMINA	95
5.4	UMA BREVE HISTÓRIA DA VILA DE GUIMARÃES	102
5.5	MARIA FIRMINA EM GUIMARÃES	104
5.6	FILHOS SOCIOAFETIVOS	111
6	O <i>ÁLBUM</i>: UMA LEITURA INSPIRADA EM LEJEUNE	116
6.1	OS ESTUDOS DE PHILIPPE LEJEUNE	127
6.1.1	A configuração do diário pessoal	134
6.1.2	Usando a teoria na escrita do <i>Álbum</i>	139
6.1.3	O <i>Álbum</i> de Firmina: ocultas pretensões?	144
6.1.4	Examinado as entradas do <i>Álbum</i> de Firmina	146
6.2	O <i>ÁLBUM</i> : PROPÓSITOS OCULTOS?	149
6.2.1	A amiga Teresa de Jesus Cabral	150
6.2.2	Manter a memória viva é uma arte	152
6.2.3	Registrando o desenvolvimento dos filhos socioafetivos	153
6.2.4	Outras utilidades da escrita diarística	153
6.3	O BAILE DOS PARDINHAS: ANOTAÇÕES SOBRE COMPORTAMENTO SOCIAL	157
6.3.1	Ainda sobre as utilidades de se manter um diário	158
7	O <i>ÁLBUM</i>: AS ESCRE(VIVÊNCIAS) DO LUTO E MELANCOLIA	164
7.1	UM EXEMPLO MIDIÁTICO	165
7.1.1	Os estudos de Freud	167
7.1.2	A mania	170
7.1.3	O suicídio	172
7.2	ESTUDOS SOBRE MORTE E LUTO A PARTIR DE FREUD	173
7.2.1	A morte como perda	175
7.2.2	Sobre causas e fases do luto	178
7.2.3	Luto na modernidade	180

7.2.4	Breve nota sobre o suicídio	181
7.3	ENTERRANDO OS SEUS MORTOS	182
7.3.1	Um obituário de afetos	183
7.3.2	Outros lutos	203
7.4	ESTUDOS SOBRE A MELANCOLIA	206
7.4.1	Os últimos 150 Anos	208
7.4.2	A melancolia no <i>Álbum</i>	208
7.4.3	Angustiada sim, melancólica não	212
7.4.4	Os derradeiros registros	214
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	217
	REFERÊNCIAS	225
	APÊNDICE A. Árvore genealógica de Lauriana	240
	APÊNDICE B. Árvore genealógica da família Reis	241
	APÊNDICE C. Linha do tempo de Maria Firmina dos Reis	242

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX, a literatura brasileira ganhou em densidade e sofisticação. Seus meandros, claro, se multiplicaram (ver, e.g., Bosi, 1994; Nejar, 2011). Sempre foi, no entanto, um *território contestado* (Dalcastagnè, 2012). Dos seus primórdios, em que era usada como instrumento de definição da identidade nacional, aos dias de hoje, quando diferentes grupos sociais reivindicam sua *alteridade*.¹ Nos últimos anos, aumentou a heterogeneidade, visto que a prática literária passou a atrair e a abrigar a presença de várias *minorias* – e.g., mulheres (brancas e não brancas), negros (homens e mulheres), indígenas e integrantes do espectro LGBT+², segmentos outrora ignorados ou marginalizados. Conforme anotou Regina Dalcastagnè (2012, p. 7):

Muito além de estilos ou escolhas repertoriais, o que está em jogo é a possibilidade de dizer sobre si e sobre o mundo, de se fazer visível dentro dele. Hoje, cada vez mais, autores e críticos se movimentam na cena literária em busca de espaço – e de poder, o poder de falar com legitimidade ou de legitimar aquele que fala. Daí os ruídos e os desconfortos causados pela presença de novas vozes, vozes ‘não autorizadas’; pela abertura de novas abordagens e enquadramentos para se pensar a literatura; ou, ainda, pelo debate da especificidade do literário, em relação a outros modos de discurso, e das questões éticas suscitadas por esta especificidade.

A literatura negro-brasileira e/ou afro-brasileira³ ganhou força e adentrou de vez no cenário literário.⁴ Cabe ressaltar que a trajetória dessa vertente foi marcada de dois modos: primeiro, com o sujeito negro sendo usado como matéria-prima ou tema e, segundo, no momento em que o sujeito negro passa a ser ele próprio autor dos seus textos.

Em minha pesquisa de mestrado conheci a obra de Luiz Gama (1830-1882), um dos precursores da poética negra. Autor de versos satíricos, reunidos no livro *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino* (1859), que ironizava, entre outras coisas, a ideologia do branqueamento cultural dos mulatos. Ironizava também certos comportamentos das camadas sociais dominantes (política e economicamente) ainda às voltas com a monarquia. A ousadia de sua obra despertou admiração e respeito por parte de muita gente – notadamente

¹ Alusão a característica, estado ou qualidade de ser distinto, diferente, de ser outro (Ferreira, 2009).

² A sigla faz alusão às lésbicas (L), gays (G), bissexuais (B), transexuais (T) etc.

³ Não há consenso entre os estudiosos a respeito do termo mais apropriado (e.g., Ianni, 1988; Bernd, 1988; Lobo, 1989; Duarte, 2008; Cuti, 2010; Pereira, 2010). Para mais comentários, ver Ferreira (2012).

⁴ Diversos atores sociais ganharam a cena pública, trazendo consigo reivindicações específicas (e.g., Ferreira, 2017). Esse movimento tem provocado reflexões importantes a respeito da abrangência e do alcance da literatura brasileira diante da diversidade humana que caracteriza a sociedade brasileira.

abolicionistas – que compartilhava dos mesmos ideais.

A poesia e os discursos públicos o ajudaram a estabelecer uma rede de relações, tanto no meio literário como no mundo político. Tais ligações lhe permitiram expressar sua sede de justiça e, “se recusar a fazer da sua obra lugar de compaixão, piedade e pessimismo sobre o negro e trazer outra perspectiva para a comunidade negra” (Ferreira, 2012). Podemos observar tais protestos nos fragmentos abaixo:

QUE MUNDO É ESTE?

Que mundo? Que mundo é este?
Do fundo seio d’esta alma
Eu vejo... que fria calma
Dos humanos na fereza!
Vejo o livre feito escravo
Pelas leis da prepotência;
Vejo a riqueza em demência
Postergando a natureza
[...]
(Gama, 1859, p. 63)

COLEIRINHO

[...]
Chora, escravo, na gaiola
Terna esposa, o teu filhinho,
Que, sem pai, no agreste,
Lá ficou sem ti, sem vida
[...]
(Gama, 1859, p. 38-9)

No decorrer dos estudos sobre Luiz Gama, descobri e entrei em contato com os escritos de Maria Firmina dos Reis (1825-1917). Logo me dei conta de certas semelhanças, apesar das diferenças na carreira literária – Gama, a rigor, foi autor de um único livro. Percebi, por exemplo, que ambos usaram o texto literário para expressar o desconforto e o descontentamento que sentiam diante de um sistema escravocrata. Ainda que tenham seguido trajetórias diferentes, deixaram um legado valioso que passou a servir de inspiração para as gerações de escritores negros que vieram em seguida.

Nascida na capital da província do Maranhão, com 22 anos de idade Maria Firmina foi morar na Vila São José de Guimarães (atual município de Guimarães), onde se estabeleceria como professora e escritora. Ali, produziu uma rica obra literária também publicada em vários jornais de São Luís.

Naquela época, o mundo das letras era quase exclusivamente masculino e branco. Firmina tenta romper com isso. Ela subverteu a ordem estabelecida, produzindo narrativas permeadas por problemas do seu tempo, como o tratamento discriminatório que era dispensado às mulheres. A escritora não fora mera coadjuvante, soube estilizar a máscara⁵ que impunha silêncio e medo. Sua escrevivência⁶ abolicionista e antiescravagista em *Úrsula* e *A escrava*, tomando as palavras de Evaristo (2020, p. 54), “não pode ser lida como histórias para ninar os da casa-grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”.

A despeito de sua notável produção literária, segundo Dilercy Aragão Adler (2018, p. 93), a autora “foi vítima, posteriormente, de uma amnésia coletiva, ficando totalmente esquecidos o seu nome e a sua obra [...]”. Uma constatação que reforça a afirmativa de Dalcastagnè (2011, p. 63):

Séculos de literatura em que as mulheres permaneciam nas margens nos condicionaram a pensar que a voz dos homens não tem gênero e por isso existiam duas categorias, a ‘literatura’, sem adjetivos, e a ‘literatura feminina’, presa a seu gueto.

A autora maranhense foi redescoberta na segunda metade do século XX. Tida hoje como a primeira romancista brasileira. Um levantamento (não exaustivo) no banco de dados da Capes, por exemplo, revelou que mais de duas dezenas de estudiosos (sobretudo estudantes de pós-graduação) já se debruçaram sobre a obra dela nos últimos anos. O interesse pela vida e pela obra firminiana tem gerado artigos e livros, além de dissertações e teses acadêmicas, como iremos ver nessa pesquisa.

Em meio à variedade de produções de Maria Firmina, encontra-se o *Álbum*,⁷ escrito entre 1853 e 1910. Segundo José Nascimento Morais Filho é tido como “o primeiro livro

⁵Ver Kilomba (2019).

⁶ O conceito de *escrevivência* foi criado por Conceição Evaristo (2020), como uma oportunidade de expor sentimentos, dores e desejos do autor, seria também uma oportunidade de manifestar agravos e protestos, algo que não podia ser feito abertamente naquela época. Nesse sentido, a semântica do termo – escrevivência – reforça e amplia o ato dessa escrita que pretende borrar e desfazer as imagens do passado. Nas palavras da estudiosa Veronica Santana Queiroz (2022, p. 68): “Embora a autora não tenha tido a pretensão de criar um conceito, estudiosos de sua obra e da literatura negro-brasileira acreditam e afirmam que a ‘escrevivência’ é, sim, um conceito”.

⁷Maria Firmina se referia ao *Álbum* como o seu ‘livro íntimo’, esse termo será usado muitas vezes nesta tese. O volume original parece ter sido perdido. O termo ‘álbum’ era de uso corrente naquela época, conforme anotou Zin (2016, p. 75): “Durante o século XIX, era bastante comum esse tipo de caderno de recordações acompanhar os artistas em suas deambulações, refletindo suas vivências e adquirindo um caráter autobiográfico. Esses álbuns, inclusive, eram tidos como objetos de socialização, já que eram deixados sobre uma mesa na sala de estar ou enviados para a casa de um conhecido, para que este pudesse inscrever a sua mensagem de afeto.”

íntimo de uma mulher brasileira a ser publicado” (1975, p. 15).⁸ Infelizmente, porém, dele nos chegaram apenas alguns fragmentos, ocupando tão somente três dezenas de páginas. Essa obra foi entregue ao pesquisador por um ‘parente’ da escritora, assim, ele resolveu transcrevê-la junto ao material coletado que dizia respeito à trajetória dela, além disso, divulgou o seu processo de pesquisa no livro *Maria Firmina: fragmentos de uma vida* (Morais Filho, 1975).⁹

Em sua análise do *Álbum*, Morais Filho, identificou traços de morbidez e melancolia na *caligrafia* da autora. Por sua vez, Luiza Lobo (1993 e 2007) parece sustentar a ideia de que os registros desse volume emanam sentimentos de desilusão amorosa, solidão e desesperança, um traço marcante da personalidade da escritora. Outros estudiosos reforçaram essa imagem posteriormente.

Procuramos por evidências que pudessem amparar ou refutar esse pensamento cristalizado a respeito da escritora maranhense. Estamos a nos referir, em especial, as concepções do tipo: “Firmina? Tratava-se de uma pessoa ‘triste e solitária’ ou, pior, ‘melancólica e potencialmente suicida’”. Embora ela vivesse em um período socialmente conturbado, defendemos a ideia de que Maria Firmina foi uma mulher muito ativa em seu tempo. Tinha seus momentos de angústia, conforme se pode ler em algumas passagens, mas nada que a tenha paralisado a ponto de impedir que levasse os seus projetos adiante.

Relendo o *Álbum*, contrariando a opinião de outros estudiosos, sustentamos aqui a hipótese de que a obra abriga registros (ou fragmentos de registros) de diversas naturezas: que podem ser mais apropriadamente rotulados como *pequenos ensaios literários* de uma autora romântica ou mesmo ultrarromântica, como um diário para relatar a sua rotina e seus sentimentos e também como um *obituário de afetos*, um lugar onde Firmina registrava perdas e dores, e um modo de eternizar a memória de parentes e amigos que ela amava.

Para aprofundarmos a análise d’*Álbum*, nós nos debruçamos sobre uma significativa bibliografia auxiliar, particularmente textos sobre escritos íntimos e diários.

A noção de *íntimo* ou de *intimidade* não é tão simples e óbvia como às vezes imaginamos. Há mais de uma definição na literatura. Além disso, na linguagem coloquial, as interpretações variam tremendamente.

⁸ O conteúdo traz informações a respeito da vida e obra da escritora, sendo conceituada como uma produção biográfica. Não houve outra edição dessa obra até o presente momento. A obra original não tem paginação. Dada a importância e o reiterado uso que dela fazemos, nós enumeramos as páginas. Pela minha contagem, a obra tem 296 páginas.

⁹ Dois comentários. Primeiro: por simplificação, como esta referência será citada inúmeras vezes, doravante iremos nos referir a ela apenas como RaMF (1975). Segundo: por questões de clareza, como os registros serão analisados sob diferentes perspectivas, muitos deles aparecerão mais de uma vez ao longo desta tese.

Considere o ponto de vista de Nicole Czechowski (1986, p. 9) que, após um percurso intimista, anotou:¹⁰

Se a intimidade é um valor subjetivo, ela também é relativa; optamos por explorá-la em nossa cultura, mas tenha em mente que o significado atribuído a ela varia em outras partes do mundo. [...]. Tudo pode ser qualificado como íntimo para mim, mas não necessariamente para você.

O tema não possui uma definição clara. A estudiosa francesa observa ainda que o privado e íntimo estão interligados, mas não exatamente a mesma coisa e, portando, não podem ser tratados como sinônimos. Nas palavras dela Czechowski, (1986, p.8):¹¹ “O íntimo situa-se na esfera do privado, mas este nem sempre é íntimo. Certamente, basta observar as relações dentro do ‘círculo familiar’, o lugar privado por excelência”.

A intimidade pode se referir ainda às relações estabelecidas com pessoas mais próximas. Nesses casos, manter uma relação íntima significaria abordar temas ou assuntos que normalmente não são abordados na esfera pública. Como anotou Jacques Ricot (*apud* Alexandre, 2023, p. 11):¹²

Necessariamente limitadas a poucas pessoas, as relações íntimas são aquelas que abrem aos olhos dos outros certas dimensões da vida interior e pessoal. Os relacionamentos íntimos conectam os seres através do que há de mais próximo, profundo e familiar neles.

Em uma relação íntima com alguém, o sujeito tem a oportunidade de se revelar mais; afinal, haveria mais sinceridade e menos simulação. Todos nós, em maior ou menor extensão, temos zonas sombrias em nosso interior; uma parte de nós que gostaríamos de manter em segredo, longe do alcance dos outros. Iniciar um diário, um dos gêneros vizinhos da autobiografia, seria um modo de trazer à tona os pensamentos mais íntimos, o que quase sempre é feito por meio de uma escrita fragmentada. Sendo este último um dos traços usados por alguns estudiosos para identificar um *diário íntimo*.

¹⁰ No original: “*Si l’intime est une valeur subjective, elle est aussi relative; nous avons choisi de l’explorer dans notre culture, mais gardons à l’esprit que le sens qui lui est attribué varie en d’autres points du globe. [...] Tout peut être qualifié d’intime ou bien l’inverse; ce qui est intime pour moi ne l’est pas nécessairement pour vous.*”

¹¹ No original: “*L’intime se situe dans la sphère du privé, mais ce dernier n’est pas toujours intime. Pour s’en convaincre il suffit d’observer les relations au sein du ‘cercle de famille’ lieu du privé par excellence.*”

¹² No original: “*Nécessairement limités à peu de personnes, les rapports intimes sont ceux qui ouvrent certaines dimensions de la vie intérieure et personnelle aux regards d’autrui. Les relations intimes mettent en connexion des êtres par ce qu’il y a, en eux, de plus étroit, profond, familier.*”

Todavia, na opinião de Philippe Lejeune, o uso da palavra *íntimo* pode às vezes se revelar inadequado. Cita o caso do famoso diário de Anne Frank. Segundo ele, caso a jovem tivesse sobrevivido, aquele material dificilmente teria sido publicado. Pois ali, no fim das contas, estávamos diante de “[...] verdadeiro diário íntimo [...] por seu conteúdo e, sobretudo, por sua função” (Lejeune, 1989, p. 12).¹³

O que o estudioso francês está a colocar em xeque é a possibilidade de que um material que venha a ser publicado não possa ser apropriadamente rotulado de ‘diário íntimo’.

O objetivo geral desta pesquisa foi examinar o conteúdo daquilo que é chamado hoje de o *Álbum*, de Maria Firmina. Tal exame visou relacionar os registros ali contidos com a vida e obra da escritora maranhense. O pressuposto adotado foi que a identificação de eventuais correlações nos permitiria propor respostas (ainda que parciais e provisórias) a algumas perguntas a respeito do livro íntimo.

Mais especificamente, procuramos examinar as seguintes hipóteses a respeito da confecção do *Álbum*: (1) A autora estaria usando-o como um laboratório para a escrita de obras literárias; (2) A autora estaria confidenciando ali alguns dos seus segredos mais íntimos; (3) Na esperança de que viesse a ser publicado, a autora teria forjado uma *persona*.

Em termos de organização, esta tese, incluindo a introdução, está dividida em sete capítulos. Eis um breve resumo dos que virão a seguir.

O Cap. 2 (Revisão crítica sobre vida de Maria Firmina–Parte I) situa historicamente o trabalho de Augusto Victorino Alves de Sacramento Blake (1827-1903), Horácio de Almeida (1896-1983) e José Nascimento Morais Filho (1922-2009). Em diferentes momentos, os três foram os primeiros a coletar, organizar e divulgar para um público mais amplo informações sobre a vida e obra de Maria Firmina dos Reis. Percebe-se que suas histórias apresentam alguma similaridade. Em seu enciclopédico *Diccionario Bibliographico Brasileiro* (1970), Blake dedicou um verbete com as primeiras informações a respeito de Firmina.

Em visita a um sebo na cidade do Rio de Janeiro, Almeida descobriu acidentalmente um exemplar do romance *Úrsula* (1859). Ficou intrigado como o nome do autor (‘Uma maranhense’) e, a partir de então, procurou descobrir de quem se tratava. Morais Filho também descobriu a escritora maranhense meio que por acaso – revolvendo jornais maranhenses oitocentistas. Resolve então fazer uma investigação detalhada, a ponto de encontrar e entrevistar parentes então vivos da escritora. As informações coletadas por ele foram reunidas e publicadas no livro *Maria Firmina: fragmentos de uma vida* (1975).

¹³ No original: “[...] levrai journal intime [...] par soncontenu, et surtout par as fonction”.

O Cap. 3 (Um panorama da obra firminiana) lista e discute brevemente a obra firminiana, incluindo o romance *Úrsula* (1859), a novela indianista *Gupeva* (1861-1862), *A escrava* (1887) e a poética *Cantos à beira-mar* (1871). Além disso, examina certas características do Romantismo¹⁴ e Ultrarromantismo, como movimento literário que predominou durante os anos de vida de Firmina. Vários escritores românticos, europeus e brasileiros, influenciaram a obra dela, alguns dos quais são mencionados no *Álbum*. Assim, procuramos mapear a presença de traços românticos ou ultrarromânticos, como o desânimo, a melancolia e a exaltação à morte. Essas questões serão retomadas nos Capítulos 6 e 7.

O Cap. 4 (Revisão crítica sobre a vida de Maria Firmina – Parte II) examina a fortuna crítica da autora, que ainda está a ser consolidada. Reunimos aqui alguns pontos de vista de autores que já se debruçaram sobre a obra firminiana, como Norma Telles, Luiza Lobo, Maria Lucia de Barros Mott (1948-2011), Zahidé Lupinacci Muzart (1939-2015), Eduardo de Assis Duarte. Mais recentemente, outros estudiosos estão contribuindo com novas perspectivas críticas.

O Cap. 5 (O *Álbum* de Maria Firmina dos Reis) vai analisar o que Luiza Lobo e Maria Helena Pereira Toledo Machado escreveram sobre o *Álbum*, com destaque, no caso da primeira, para as similaridades observadas em relação aos pontos de vista de Moraes Filho. Faz-se ainda um paralelo com a vida e obra da escritora sergipana Auta de Souza, contemporânea de Firmina. Ressalta-se a importância do livro *Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil*, de Agenor Gomes, para fins de compreensão da vida e obra de Firmina.

Assentado em uma detalhada pesquisa de campo, envolvendo a coleta de variados documentos, o autor procurou esclarecer dúvidas e lacunas que ainda persistem. Obteve, assim, certo sucesso. Novos achados lançaram luzes e, em determinados casos, mudaram radicalmente a perspectiva que até então se tinha a respeito da biografia da escritora maranhense, desde a data de nascimento até a relação dela com os filhos de Guilhermina (ex-escravizada) que ele considerou como filhos socioafetivos¹⁵ da autora. O trabalho do biógrafo é usado então como uma ferramenta para se reanalisar os registros presentes no *Álbum*.

¹⁴ Romantismo: “[M]ovimento de escritores que, no princípio do séc. XIX, abandonaram as regras de composição e estilo dos autores clássicos, pelo individualismo, pelo lirismo e pelo predomínio da sensibilidade e da imaginação sobre a razão” (Ferreira, 2009, p. 1771).

Ultrarromantismo: “Movimento literário português da primeira metade do século XIX [...]. Caracterizam-no, sobretudo, o sentimentalismo melodramático e um erotismo melancólico que ia ao desespero”. (*idem*, p. 2017). Para caracterização detalhadas, ver, e.g., Bosi (1994) e Carpeaux (2011c).

¹⁵ Expressão adotada por Gomes (2022a) para se referir aos ‘filhos adotivos’ de Maria Firmina.

O Cap. 6 (O *Álbum*: uma leitura inspirada em Lejeune) oferece uma breve recapitulação histórica, apresentando autores que defendem a ideia de que a chamada *literatura confessional* ou *intimista* seria uma invenção do século XVIII, cujos primórdios estariam associados à superação do feudalismo e ao estabelecimento da sociedade burguesa, própria do capitalismo. A noção de um eu individual estava a ganhar força e esse tipo de literatura passou a ser valorizado. Com o propósito de examinar a hipótese de que o *Álbum* possui características de um diário íntimo e pessoal, são examinados alguns dos pressupostos teóricos defendidos por Philippe Lejeune (2014). Autor do conceito de *pacto autobiográfico*, o estudioso francês tem escrito sobre um conjunto de temas e questões entrelaçadas (autobiografia, diário etc.) ao qual recorreremos e que nos foi de particular utilidade em nossa pesquisa.

O Cap. 7 [As Escre(vivências) do luto e da melancolia no *Álbum*] ressalta o pioneirismo da obra de Maria Firmina, notadamente no modo nada panfletário – e, por isso mesmo, nada óbvio – como ela abordava temas e questões relacionadas à escravização da população negra no país. Dois dos primeiros estudiosos da obra firminiana, Morais Filho e, em especial, Luiza Lobo, chegaram à conclusão de que o *Álbum* era fruto de uma mulher triste, solitária e melancólica. Melancólica a ponto de pensar em suicídio. Com o entendimento dos conceitos presentes no artigo *Luto e melancolia* (originalmente publicado em 1917), de Sigmund Freud (2010), a noção de que Maria Firmina sofria de melancolia patológica é firmemente contestada. Como uma alternativa, propomos e argumentamos a favor da ideia de que os mesmos registros que sustentaram conclusões (precipitadas) de morbidez e melancolia poderiam ser lidos como trechos de ensaios literários escritos por uma autora romântica ou ultrarromântica. Além disso, o volume pode ter sido usado pela escritora também como um *obituário de afetos*, para registrar perdas e dores e eternizar a memória de parentes, *sobrinhos afetivos*¹⁶ e amigos que ela amava.

¹⁶ Expressão proposta em substituição à expressão *filhos socioafetivos*, adotada por Gomes (2022a).

2 REVISÃO CRÍTICA SOBRE A VIDA DE MARIA FIRMINA

No que segue, vamos nos debruçar sobre o trabalho dos três primeiros autores que escreveram a respeito da vida e obra de Maria Firmina. Ao final, serão ainda apresentados alguns estudiosos que mais recentemente investigaram a obra dela.

2.1 SACRAMENTO BLAKE

O médico e escritor baiano Augusto Victorino Alves Sacramento Blake (1827-1903) teve um papel fundamental na redescoberta de Maria Firmina dos Reis (1825-1917). Em seu monumental *Diccionario bibliographico brasileiro*,¹⁷ Blake procurou oferecer um panorama geral da obra da vida e obra da escritora. Publicado originalmente em sete volumes (1883; 1893; 1895; 1898; 1899; 1900; 1902), o *Diccionario* traz resumos biográficos de centenas de autores e personalidades literárias.

Segundo o próprio autor, os esforços que resultariam na elaboração e na publicação daqueles volumes só se tornaram possíveis após a aposentadoria – o médico saiu de cena, enquanto o escritor passou a trabalhar em tempo integral. A pretensão inicial do empreendimento era registrar a produção de autores (homens e mulheres) brasileiros (nativos ou naturalizados), desde os tempos coloniais. Ele temia que textos valiosos fossem perdidos ou esquecidos, caso não estivessem devidamente mapeados e registrados em livro. Diversos ramos do conhecimento foram contemplados. Para tanto, recorreu a diversas instituições acadêmicas, visto que:

– nenhum brasileiro, que preze as letras, deixaria de contribuir com seu obulo, com os esclarecimentos relativos a si, ou a outros patrícios, para um commettimento que, si dá a quem o toma a gloria do trabalho, dá também ao paiz a gloria de perpetuar-se a memória de tantas illustrações, já cahidas, ou que vão tombando na valia obscura do esquecimento. (Blake, 1970, p. 14, grafia original)

¹⁷ Comentário de Martins (1978a, p. 177): “A classe intelectual tomava, pois, consciência de si mesma como uma categoria autônoma e com finalidades próprias; outros sinais do processo são o aparecimento do *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, [...], cuja publicação, em sete volumes, ficará completa em 1902 [...]” Versão eletrônica do dicionário está disponível para leitura e/ou captura na biblioteca do Senado, aqui: <https://www12.senado.leg.br/institucional/biblioteca>. Outras obras do autor: *Dois [Dous] Casamentos* (1846), *Deus e o homem* (1848) e *Reflexões sobre a saudade* (1849). Em Salvador, Blake fundou *O Ateneu*, um “periódico científico e literário dos estudantes da Faculdade de Medicina” (Martins, 1977b, p. 399).

Blake, no entanto, se enganou. Não apareceram patrocinadores nem ele recebeu qualquer tipo de apoio material. Ouviu muitas respostas negativas. Foi um desapontamento, mas não o suficiente para fazê-lo desanimar. Prosseguiu trabalhando. Tempos depois, um amigo tomou ciência do seu esforço e do volume de documentos que ele já havia acumulado. Mencionou o fato ao imperador, a quem tinha acesso. Dom Pedro expressou interesse em conhecer o trabalho. E assim foi feito. Reconhecendo o valor do que tinha em mãos, o regente o encaminhou para impressão na Tipografia Nacional. E foi assim que o primeiro volume surgiu em 1883. Os demais vieram em seguida. A obra foi um sucesso editorial.

Esgotados durante anos, os volumes foram reeditados em 1970, sob os auspícios do então recém-criado Conselho Federal de Cultura.¹⁸ A iniciativa partiu do conselheiro Djacir Lima Menezes (1907-1996). Anotou Menezes (*apud* Blake, 1970, p. 5, grafia original).

Com fundamento no programa de expansão cultural deste Conselho, venho propor, por intermédio da Câmara de Ciências Humanas, a reedição do DICCIONARIO BIBLIOGRAPHICO BRAZILEIRO, de AUGUSTO VICTORINO ALVES SACRAMENTO BLAKE. Pelo alcance e valia da obra, creio desnecessário expor, detidamente, as razões que justificariam a medida, bastando recordar alguns aspectos esquecidos e indicar os pontos essenciais, que decerto não passaram despercebidos aos ilustres membros deste colegiado. Os que se dedicam aos estudos históricos e sociais no Brasil estimam, como recurso de alta prestância, o precioso instrumento de trabalho que constitui aquela fonte de informações e documentação sobre obras e personalidades eminentes do país.

No posfácio da reedição, Arthur César Ferreira Reis (1906-1993), outro integrante do CFC, argumenta que a justificativa dada por Menezes só reafirmava a importância cultural da obra. Ainda que abrigasse problemas (e.g. erros de impressão, omissões de autores ou qualquer tipo de defeito que alguns leitores possam apontar), há de se reconhecer o alcance e a relevância do *Diccionario*, além do grande esforço do autor, que, na época, não contou com qualquer tipo de apoio oficial¹⁹.

Segundo Reis, trabalhos semelhantes foram iniciados, mas todos terminaram sendo interrompidos e abandonados. A maioria dos autores simplesmente não conseguia dar prosseguimento a um empreendimento tão ambicioso.²⁰ Nas palavras do conselheiro, “negar SACRAMENTO BLAKE é muito fácil. Substituí-lo ainda ninguém o fez” (Reis, 1970, p. 6,

¹⁸ O CFC foi criado pelo governo Castelo Branco (1964-1967), em 1966 – ver Calabre (2008).

¹⁹ De acordo com Blake (1970, p. 13): “[...] só Deus sabe as decepções, as contrariedades de toda espécie, com que teve de lutar seu autor para o apresentar tal qual sabe [...]”.

²⁰ Cabe registrar que Blake foi contemporâneo e trocou farpas com Inocêncio Francisco da Silva (1810-1876), autor do *Diccionario bibliographico portuguez* (9 vols., 1858-1862, 1867 e 1870; 13 vols. adicionais apareceram entre 1883-1923).

grafia original). Visando informar os leitores a respeito do processo de elaboração do dicionário, Blake incluiu um prefácio nos três primeiros volumes. Lá ele conta o que fez para reunir tantos autores, tantas informações – enviou cartas para inúmeros amigos e colegas, incluindo biógrafos e bibliotecários, além de vários desconhecidos vivendo em diversas regiões do país. Nas cartas, ele solicitava informações sobre determinados escritores (as) e suas obras. Para desgosto dele, porém, o percentual de cartas respondidas foi baixo. Explica ainda os critérios que adotou para selecionar a documentação acumulada. Não inseriu, por exemplo, autores (as) que usavam pseudônimos nem aqueles cuja assinatura literária constava apenas de iniciais.

Mostra-se ainda desapontado e magoado com o governo de Portugal, cujas medidas implicavam no fechamento de “todas as fabricas, manufacturas e theares de ouro, prata, seda, linho, lã ou algodão, exceptuando-se somente a fazenda grossa de algodão para uso dos negros, índios e famílias pobres!!” (Blake, 1970, p. 20-21, grafia original). Segundo ele, os contingentes de migrantes que chegavam de Portugal eram constituídos, sobretudo, de homens degredados, analfabetos, viciados, que viviam no submundo da sociedade, bem como “audaciosos aventureiros, ávidos de fortuna, e alguns governadores ou capitães-generaes, em geral estúpidos, e só tendo merecimento por carunchosos títulos de nobreza” (*idem*, p. 16, grafia original). Conclui dizendo que a metrópole não se interessava pelo desenvolvimento cultural da colônia. Ilustra seu ponto de vista ironizando o fato de que, na mesa do almoço, não havia sequer talheres para os funcionários públicos brasileiros. E mais: era-lhes proibido acumular fortuna.

Havia censura literária e demonstrações culturais não eram autorizadas pelo Desembargo do Paço e do Santo Officio.²¹ Essas instituições, a propósito, eram consideradas as ‘mãos de ferro’ da Coroa portuguesa, pois agiam para “abolir e queimar para não propagar idéias que podem ser contrárias aos interesses do Estado” (Blake, p. 11). Ressalta ainda que os governantes eram implacáveis com quem descumprisse a lei. Foi o caso do poeta Manoel Ignacio da Silva Alvarenga (1749-1814), por exemplo, punido por ter se associado a uma instituição literária.²²

Tamanho cerceamento ao desenvolvimento econômico, social e cultural da colônia só iria ceder com a chegada de D. João VI e, posteriormente, durante as regências de D. Pedro I e II. A partir de 1808, com a transferência da corte portuguesa, que trocou Lisboa pelo Rio

²¹ Desembargo do Paço ou Mesa do Desembargo do Paço era uma instituição jurídica portuguesa que funcionou entre os séculos XVI e XIX.

²² Silva Alvarenga permaneceu preso durante dois anos na Ilha das Cobras (RJ). Quando foi libertado estava abatido, sem condições físicas e morais para continuar escrevendo (Blake, 1883).

de Janeiro, surgem por aqui as primeiras tipografias, as academias e até mesmo os bancos. Como anotou Martins (1977b, p. 28-9, grifo no original), “lembramos apenas que, com a vinda da Família Real, a vida intelectual brasileira começa a *institucionalizar-se*”. Nas palavras de Blake (1970, p. 8, grifo no original): “[foi] nesta época que despontou, como que a furto, medroso, o sol da independência litteraria no horisonte brasileiro. Luzir no Armamento da pátria, só depois de nossa independência política lhe foi permitido”.

Para ilustrar a abrangência e o alcance da compilação organizada por Blake, podemos citar alguns nomes que aparecem no primeiro volume. Lançado em 1883, como foi dito antes, o volume traz informações detalhadas sobre a vida e obra de Aarão Leal de Carvalho Reis (1853-1936), Abilio Cezar Borges (1824-?) e Adolpho Bezerra de Menezes (1831), para citar apenas os primeiros (em ordem alfabética).

Entre as mulheres, encontramos os nomes de Adelia Josephina de Castro Fonseca (1827-1920), Adelina Amelia Lopes Vieira (1850-1923) e Adelina Teixeira Mendes (?-?). Esta última, cabe notar, era natural do Maranhão, embora tenha vivido no Piauí. Segundo Blake (1883, p. 7, grafia original), “[...] seus versos se resentem da magoa e melancolia que lhe infiltraram n’alma dous golpes tão profundos”. Entre suas composições, há um poema intitulado *À beira-mar* (?); eis um trecho:

E tu, oh meiga virgem que amo tanto!
 Quem sab si n’ess’ hora de tristeza,
 Fitando como eu o firmamento,
 Não te rola dos olhos uma lagrima,
 Filtrada pela dor, pela saudade?!

Oh! chora, anjo do céu, chora comigo,
 E manda-me no zephiro saudoso
 Um só dos beijos de teus labios puros
 Que bem de manso me bafeje a fronte.
 [...]

Foi n’ess’ hora de dor e de amargura ...
 Carpindo a perda de um irmtio querido,
 Cansada adormeci
 Sentia me fugir’o alento e a vida,
 Encontrei-te em meu peito adormecida,
 Despertei e vivi.
 (Mendes *apud* Blake, 1883, p. 8, grafia original)

A pergunta aqui é: seriam esses os mesmos sentimentos que reapareceriam ou que ele reencontraria nos versos de Firmina? Voltaremos a falar de melancolia mais adiante.

Lamenta ainda o historiador: se não eram permitidas tipografias nem associações literárias, é de se imaginar a enorme dificuldade que o brasileiro instruído tinha para dar

publicidade à sua obra. O trabalho de Blake visava justamente valorizar os esforços desses brasileiros do passado. O nome de Maria Firmina dos Reis apareceria no sexto volume, publicado originalmente em 1900. Nas palavras de Blake (1970, p. 232, grafia original):

D. Maria Firmina dos Reis – Filha de João Pedro Esteves e dona Leonor Felippa dos Reis, nasceu na cidade de S. Luiz do Maranhão a 11 de outubro de 1825. Dedicando-se ao magistério, regeu a cadeira de primeiras letras de S. José de Guimarães desde agosto de 1847 até março de 1881, quando foi aposentada. Em 1880 fundou uma aula mixta em Maçarico, termo de Guimarães, cujo ensino era gratuito para quasi todos os alumnos, e por isso foi a professora obrigada a suspendel-a depois de dousannos e meio. Cultivou a poesia, e tanto em verso, como em prosa escreveu algumas obras, de que as mais conhecidas são:
– Cantos á beira-mar: poesias. S. Luiz. – Ursula: romance. S. Luiz.... – A escrava: romance. S. Luiz...

Ao dar visibilidade ao nome de Firmina, Blake involuntariamente colaborou para que um segundo pesquisador, Horácio de Almeida, algumas décadas mais tarde, viesse a entrar em contato com a obra da autora maranhense.

2.2 HORÁCIO DE ALMEIDA

Intelectual de renome, o advogado e escritor paraibano Horácio de Almeida (1896-1983) é autor de uma obra prolífica. Em 1962, durante a visita que fez a um sebo na cidade do Rio de Janeiro, adquiriu um lote de livros (Zin, 2018). Havia ali um exemplar de *Úrsula* (1859). Em vez do nome da autora, constava apenas ‘Uma Maranhense’. Maria Firmina preferiu permanecer escondida atrás de um rótulo, como era costume entre as autoras do século XIX.

Almeida ficou intrigado. Consultando o *Dicionário por Estados da Federação* (1946), de Otávio Torres, conseguiu descobrir o nome da autora. Leu sobre ela no *Diccionario de Sacramento Blake*. Decidiu então incluir um texto de Maria Firmina na 2ª edição do seu *Dicionário literário brasileiro* (1978). Tal iniciativa contrastava com o trabalho de historiadores mais antigos, como Sílvio [Vasconcelos da Silveira Ramos] Romero (1851-1914) e José Veríssimo [Dias de Matos] (1857-1916), que, por motivos desconhecidos, não a incluíram em suas obras.

Um parêntese. Antes de prosseguir, cabe aqui chamar a atenção para o seguinte: em trabalhos sobre Maria Firmina anteriores a 2017, a data que consta como a data de nascimento dela é 11 de outubro de 1825. Pesquisas recentes, no entanto, corrigiram essa data para 11 de

março de 1822 (Adler, 2017, p. 58-59). Ajustes também foram feitos nas informações sobre a filiação da autora.

Voltando ao bibliógrafo, cabe observar que Almeida foi o primeiro a sustentar a ideia de que Maria Firmina seria uma pioneira – digo: a primeira brasileira a escrever e publicar um romance.²³ Ao se dar conta do relevo e da raridade do volume que tinha em mãos, decidiu reeditá-lo. Doou o exemplar que encontrou no sebo ao estado do Maranhão. A edição fac-similar foi lançada em 1975. No prefácio dessa nova edição, ressalta a afiliação literária da autora ao Romantismo e lamenta o esquecimento de que ela fora vítima.

2.3 JOSÉ NASCIMENTO MORAIS FILHO

O historiador, poeta e jornalista maranhense José Nascimento Morais Filho (1922-2009) escreveu vários livros, um dos quais nos interessa aqui muito de perto: *Maria Firmina: fragmentos de uma vida* (1975).

O encontro de Morais Filho com Firmina também teve ares de ‘acidente’. Em 1973, estando ele à procura de autos natalinos, em uma biblioteca pública de São Luís, eis que alguns escritos de Firmina lhe caem às mãos. Impressionado com a quantidade e o conteúdo dos textos, dá início a uma pesquisa sistemática. A partir desses vestígios iniciais, reuniu o que pôde da autora ou a respeito dela, incluindo aí artigos de jornais e revistas. Foi atrás de registros oficiais e entrevistou pessoas que a conheceram em vida – ex-alunos (as), familiares e gente que conviveu com ela. Nessa empreitada, teria tido acesso às páginas originais (algumas delas, ao menos) do *Álbum*.

Pretendia com isso construir um relato coerente e consistente a respeito da trajetória da autora. O resultado prático do seu esforço foi que o livro que ele publicou em 1975 se converteu em uma referência fundamental para todos os estudiosos e leitores em geral interessados na vida e na obra de Maria Firmina. Conseguiu assim ampliar em muito o alcance dos achados e das informações divulgadas por Blake.

Restavam lacunas a preencher, evidentemente. Como alertou Dilercy Aragão Adler, anos atrás, falando para um público de gente interessada na vida e obra firminiana: “não é tarefa fácil, considerando as condições objetivas da época em que ela viveu. Tempo pródigo em escassez de fontes de registros” (Adler, 2018, p. 81). Alerta semelhante foi feito por outra

²³ Almeida tinha conhecimento de que Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885), havia publicado um livro no mesmo ano, mas se tratava de uma tradução de obra originalmente lançada em 1860.

pesquisadora, Zahidé L. Muzart. No estudo da obra de Maria Firmina, segundo Muzart (1999, p. 96) caberia aos pesquisadores “revolver escombros e garimpar entulhos, com paciência e boa dose de paixão”.

No que segue, vamos examinar mais de perto o trabalho de Morais Filho.

2.3.1 Colecionando fragmentos

Para começar, cabe registrar que não foram poucas as dificuldades enfrentadas por Morais Filho durante o seu empreendimento. Ele, porém, nunca se deu por vencido e experimentou uma verdadeira ‘imersão’ na vida e obra da escritora maranhense.

E mais: ainda que tenha sido uma fonte inicial valiosa, o trabalho de Blake logo se revelou insuficiente. Limitações que despertaram em Morais Filho uma grande ansiedade. Como ele próprio explica (*RaMF*, p. 244):

Esta angústia sedenta levou-nos à procura de outras fontes mais dadas, diretamente, ou indiretamente através de maranhenses ou não, em vários pontos do país, mas todas as tentativas foram debalde três anos, desde que tivemos notícias de Úrsula no porão da Biblioteca Pública do Maranhão.

Decidido a ampliar o que até então se sabia sobre ela, Morais Filho passou a colecionar ‘pistas e fragmentos’ que envolvessem a vida ou a obra da escritora – notícias em jornais, registros em órgãos oficiais e até conversas com familiares, ex-alunos e gente que conviveu ou a conheceu em vida. Desenvolveu uma aguçada familiaridade em relação aos escritos dela, notadamente em relação ao *Álbum*. Anos de abandono e descaso haviam convertido a vida e obra da autora maranhense em um quebra-cabeça e ele estava decidido a juntar o maior número possível de peças.

Um marco nessa empreitada se deu quando o pesquisador leu um artigo do historiador [José] Ribeiro do Amaral (1853-1927), publicado na *Revista Tipográfica*, em 1913. O artigo tratava dos colaboradores (quase todos eles homens, muitos dos quais de renome nacional) que apareciam no *Semanário Maranhense*.²⁴ A certa altura, segundo Morais Filho (1975, p. 234), lê-se: “A poetisa D. Maria Firmina dos Reis, que vive, também, em Guimarães, e que conquanto nonagenária conserva ainda grande lucidez de espírito”. Algum tempo depois, no entanto, o mesmo historiador anotou “Maria Firmina dos Reis há pouco falecida... já nonagenária” (*idem*, p. 234, grafia original).

²⁴ Revista maranhense do século XIX de repercussão nacional, sobretudo em razão dos ilustres colaboradores que recrutava.

Morais Filho ficou indignado. Afinal, uma nota tão miúda como aquela não poderia dar conta de uma notícia tão aguda e importante! Faltavam detalhes. Faltou repercussão. A memória da autora carecia de um tratamento mais apropriado, mais aprofundado.

Consultando volumes do acervo do Cartório do Registro Civil de Guimarães, o estudioso encontrou a certidão de óbito da escritora. O documento registra filiação, idade, data de falecimento e estado civil ('solteira'). Mas nada informa sobre a cor da pele ou a profissão. Consta que Firmina faleceu em 11 de novembro de 1917, aos 92 anos de idade. Moraes Filho percebeu que havia uma pequena divergência, para ele sem importância, no nome dos pais. No cartório, os nomes que constam são João Pedro Estevão e Leonor Reis; segundo ele, porém, deveriam constar João Pedro Esteves e Leonor Felipa dos Reis.

Não há notícia de que Firmina tenha tido um companheiro ou sequer um namorado. Diz-se, no entanto, que ela teria criado mais de uma criança órfã ao longo da vida. Há quem mencione que ela teria sido a 'mãe' de até 10 ou 11 crianças. O esboço biográfico escrito por Moraes Filho não oferece evidências que sustentem esses números. O que se lê no *Álbum* são passagens nas quais ela diz amar a todos os seus filhos e que constantemente pede a Deus que os proteja.

2.3.2 Ouvindo testemunhas e construindo uma imagem

Morais Filho foi atrás desses familiares. Conseguiu localizar ao menos dois filhos, Leude Guimarães (1884-1975) e Dolores dos Reis da Costa Goulart (1891-1982), a Nhazinha Goulart. Quando os encontrou, pessoalmente, os dois já estavam em idade avançada. Ambos, no entanto, o receberam, conversaram com ele e deram informações valiosas ao pesquisador. Outras fontes orais (ex-alunos ou conhecidos) foram surgindo gradativamente.

Leude Guimarães confirmou a informação de que Firmina nascera em São Luís, mas não soube precisar o lugar exato. Nhazinha Goulart intercedeu, detalhando a informação: foi no bairro São Pantaleão. Na época, a família morava em uma casa que ficava próxima a à igreja de São Pantaleão. A casa não existe mais, mas a igreja ainda está de pé.

Morais Filho conseguiu descobrir o nome da irmã da escritora – Amália Augusta dos Reis. Esta era mais jovem e teria morrido muito antes de Firmina. O nome de Amália consta dos autos do processo de aposentadoria de Firmina, sendo ela citada como 'professora substituta' nas ocasiões em que a irmã mais velha estava de licença.

Leude disse que Maria Firmina já estava aposentada quando ele a conheceu.²⁵ A irmã Amália Augusta dos Reis (?-1916) estava sempre costurando e a tia Henriqueta Romana dos Reis (?-1909), já centenária, fazia rendas. A idosa morava em São Luís. Era uma mulher de posses. Tinha inclusive alguns escravos. No início, essa senhora ia a Guimarães apenas durante as férias; mais tarde, porém, lá fixou residência. Firmina morava com ela (RaMF, p. 276), “pois éramos uma só família. Nessa casa, onde viveu a maior parte de sua existência, concluiu D. Nhazinha Goulart, [ela] lecionava para seus alunos”. Ainda segundo Nhazinha, a escritora tinha o costume de se alimentar pela manhã (*idem*, p. 280) “com sopa de leite com beiju curuba (bolo de massa de farelos com pedaços de coco miúdos) e no almoço frango assado”.

Até onde se sabe, não há qualquer registro fotográfico de Maria Firmina. Com base nos relatos que ouviu, Morais Filho (1975, p. 265, grafia original) idealizou a seguinte imagem física dela: “Rosto arredondado, cabelo, crespos, grisalho, fino, curto, amarrado na altura da nuca; olhos castanho-escuros; nariz curto e grosso; lábios finos; mãos e pés pequenos; meã (1,58, pouco mais ou menos), morena”. A escritora costumava usar roupas escuras, tendo sempre um xale preto pendurado nos ombros; nos pés, sandálias de marroquim furta-cor. Não tinha o hábito de ostentar joias, embora as possuísse.

Teria sido com base nessa idealização de Morais Filho que o escultor Flory Gama (1916-1996) fez o busto da escritora. Busto que ainda hoje ocupa espaço na Praça do Pantheon, no centro da capital maranhense.²⁶ Todavia, não são poucos os observadores que alegam que o busto não evoca muito bem os traços descritos por quem a conheceu pessoalmente.²⁷

Em sua entrevista, Nhazinha revelou que conviveu com Maria Firmina até os 15 anos de idade. Ainda assim, disse se lembrar de muitos episódios envolvendo a escritora. Durante uma conversa, por exemplo, Morais Filho levantou a suspeita de que os pais de Firmina não seriam casados. Leude não soube esclarecer. Todavia, ainda que de modo envergonhado e

²⁵ Admitindo que Leude tenha dito isso a Morais Filho, devemos levantar a hipótese de que se tratou de uma confusão. Talvez uma falsa lembrança. Pois, a julgar pelas revelações feitas recentemente por Gomes (2022a), Leude conviveu com Firmina desde criança.

²⁶ São quase duas dezenas de bustos a homenagear maranhenses ilustres, incluindo Artur de Azevedo (1855-1908) e Raimundo Corrêa (1859-1911). Maria Firmina é ainda hoje a única mulher lembrada.

²⁷ Embora não a tenha conhecido pessoalmente, Régia Agostinho da Silva chama atenção para certos exageros: “os seios são bem avantajados, parece que o artista Flory Gama se preocupou mais com o fato dela ser a única mulher a figurar no Pantheon do que necessariamente seguir os perfis de uma identidade negra” (2013, p. 97).

usando o nome carinhoso pelo qual a escritora era chamada dentro de casa, a filha foi taxativa: “Diliquinha não era [filha] de casal...” (RaMF, p. 239, grafia original).

Com base no último comentário acima, o entrevistador sentenciou: “[...] bastarda!... e pobre!... e mulata!... e de sobejo uma solteirona ou moça de amor frustrado!...” (RaMF, p. 239, grafia original). Na opinião dele, tamanha combinação de ‘infortúnios’ explicaria ou ajudaria a explicar o exacerbado sofrimento estampado nos escritos dela, notadamente no *Álbum*. Assim, já descontando a afiliação da escritora ao estilo ultrarromântico, as impressões que emanam dos escritos dela – tristeza, solidão, melancolia – seriam frutos da própria vida da autora. Sorte melhor do que essa ela só encontraria após a morte – Maria Firmina, ainda segundo o pesquisador, já teria nascido com os pés cravados na campa.

Em resumo, ser filha de pais não casados, pertencer a uma família pobre (ainda que de modo algum miserável) e ter a pele escura seriam atributos que iriam selar o destino da autora. Sobre este aspecto Morais Filho (1975, p. 239, grafia original) salienta que,

E um dia... resolve liberta-se, de vez, da sociedade e de si mesma!... e pensa no suicídio!... Mas a religião detém-na no momento de saltar no abismo! E então, tomando consciência de si, recua apavorada! Mas não volta para um novo berço, mas para o velho túmulo, onde, numa patológica autofagia, continua a culminar seu sofrimento, num estranho masoquismo, até o fim da existência.

Trocando em miúdos, o estilo literário de Maria Firmina estaria em consonância com o estado psicológico dela – digo: depressivo, a tal ponto que, em mais de uma ocasião, ela chegou a descrever o suicídio como uma *porta de saída*. Um modo de acabar com os dramas da vida que enfrentava. A crença em Deus e o medo de cometer um pecado mortal (suicídio) seriam os motivos que a fizeram desistir da ideia. Restaria então continuar tocando a vida; presa, até os últimos dias, a um estado d’alma sombrio e algo doentio. Segundo o biógrafo, “o [*Álbum*] nos revela entre outras coisas, o haver pensado em suicídio para escapar ao meio hostil” (RaMF, p. 279).

Ainda segundo o pesquisador, ao exaltar certos temas caros ao Romantismo (e.g., solidão, sofrimento e a ideia de suicídio), Maria Firmina estaria a tratar, sobretudo, de sua própria realidade. Na opinião de Morais Filho (1975, p. 239, grafia original):²⁸

Os fragmentos dos seus escritos – literários e íntimos – são um obituário impregnado de cheiro de velas mortuárias e de odor de flores podres.

²⁸ A expressão *mal do século* (fr., *mal du siècle*) faz alusão a um movimento literário que surgiu no século XIX.

[...] as suas lágrimas não eram de um pranto sem causa... não eram lágrimas intelectuais do “mal do século”.

Fazia então todo sentido ela escrever que amava as lágrimas e que essas eram suas companheiras.

2.3.3 Descobrimo o lado musical da escritora

Ouvir o depoimento de gente que era próxima a Maria Firmina animou o pesquisador, sobretudo quando lhe revelavam novidades insuspeitas. Foi o caso de Maria da Graça Miguez Dias (?). Ao ser entrevistada, ela revelou uma faceta inusitada: além de escrever, Firmina compôs algumas músicas. De acordo com a depoente, a avó contava para ela a história de um poema que foi encontrado dentro de uma garrafa achada na praia de Guimarães. Os versos seriam de Gonçalves Dias e foram depois musicados pela nossa personagem. Não se sabe se a letra da canção é, de fato, do poeta, mas era isso o que se dizia entre os moradores mais velhos da cidade. Nhazinha se emocionou ao lembrar (RaMF, p. 273, grafia original):

Parece-me estar vendo Diliquinha cantarolando uma música à medida que ia escrevendo os versos, ou, ora lendo alto, ora baixo, ora depressa, ora devagar uma poesia (e a gente até dizia ‘tolice’ nesses momentos... o senhor sabe como é criança) e, dias depois, a gente ouvia a madrinha está cantando os versos.

Nhazinha ainda recordou que, ao atender a um pedido de Otávia, uma das escravizadas, Firmina “não se fez de rogada. Escreveu a letra e música” (MF, 1975, p. 251). Foi assim que ela compôs a canção *Bumba meu boi*. Para o estudioso, a letra de *Hino à liberdade dos escravos* – também de autoria dela – não era tão somente um modismo de ocasião, mas fruto de um desejo profundo e sincero de mudança. Anos depois, o hino passou a ser entoado nas escolas maranhenses:

Salve Pátria do Progresso!
 Salve! Salve Deus e Igualdade!
 Salve! Salve o sol que raiou hoje,
 Difundindo a Liberdade!
 Quebrou-se enfim a cadeia
 Da nefanda Escravidão!
 Aqueles que antes oprimias,
 Hoje terás como irmão!
 (RaMF, p. 213, grafia original)

De acordo com o pesquisador, embora a letra do hino fosse uma manifestação sincera de satisfação ao ver o povo negro livre do cativo, Maria Firmina em seu íntimo pensava que (RaMF, p. 251):

Nunca houve abolição... Continuou sempre senhora e escrava das afeições dos humildes... E foi na casa de uma filha de escravo que terminou seus últimos dias de sua longa, sofrida e útil existência, na casa de Mariazinha, mãe de um dos seus filhos de criação.

2.3.4 Laços familiares e professora concursada

O estudioso descobriu ainda que a Mamanquinha – outro apelido carinhoso dela – pertencia a uma tradicional família de Guimarães. O jornalista e escritor Sotero dos Reis (1880-1871),²⁹ por exemplo, era primo de Firmina. Deca Reis, Manduca Reis e Túlio Reis, músicos conhecidos naquela época, também eram parentes dela.

Pesquisando e escrevendo sobre uma época em que poucas mulheres eram alfabetizadas ou independentes financeiramente, Morais Filho atestou com satisfação a notícia que fora antecipada por Sacramento Blake: Maria Firmina de fato havia sido aprovada em um concurso público para professora. Segundo o registro oficial (RaMF, p. 237):

Tendo sido examinadas no dia 11 do corrente no Palácio Governo as opositoras à cadeira de 1^{as}. Letras do sexo feminino da Vila Guimarães, D. Úrsula da Graça de Araújo, D. Mariana Firmina dos Reis, e D. Antônia Bárbara Nunes Barreto, unicamente a segunda foi aprovada, por ter sido julgada competentemente habilitada. (Nota local, em *O Progresso*, 13/8/1847.)

Em tempo: onde se lê ‘Mariana’, leia-se ‘Maria’. Houve um erro de impressão.

²⁹ Francisco Sotero dos Reis nasceu em São Luís (MA) em 1880. Tinha somente a instrução primária. Chegou a trabalhar no comércio da cidade. Ao adquirir uma doença grave volta para a fazenda dos pais. Quando já estava restabelecido, retorna novamente para São Luís e, como afirma Haroldo Paranhos (1937, p. 223), “[...] começou aí o seu amor pelos livros”. Sem títulos acadêmicos, tornou-se um autodidata nos estudos do latim, português, retórica, filosofia, francês e aritmética, sem ter saído da sua terra natal. Desse modo, passou a ser muito respeitado naquela sociedade. Mesmo sendo jovem, como fonte de rendimentos, passa a ensinar latim e francês em casa e a partir de 1821 ingressa nas escolas da região. Entre os anos de 1823 e 1824, ocupou o cargo de deputado provincial do Maranhão. Um ano depois, inicia no jornalismo, trabalhando em diversos órgãos da imprensa. Como explica Paranhos, (1937, p. 224), naquela época os jornais e periódicos de um modo geral se caracterizavam pelo tom panfletário e apaixonado, mas preferiu usar uma “linguagem serena e reflexiva”. Segundo Roberto Acizelo de Souza (2006, p. 260), em 1861, por causa das divergências no jornal *Publicador Maranhense*, afasta-se do cargo de diretor, passando assim a “dedicar-se plenamente ao magistério e ao estudo das letras e da filologia, publicando diversos livros originários de sua atuação como professor”.

Maria Firmina dos Reis foi a primeira mulher negra a se tornar professora concursada no Maranhão. Assumiu o cargo (formalmente, ‘mestra régia’) na cidade onde residia, em São Luís, em 1847. Contava então com 22 anos de idade. Aposentou-se em 1881, aos 59 anos. Em 1880, segundo Blake, abriu uma sala mista no povoado de Maçaricó. Era uma iniciativa pioneira, com o propósito de atender aos filhos dos fazendeiros e as crianças do povoado. Quem podia pagar pelas aulas, pagava; quem não podia, não pagava. Mas as aulas foram suspensas antes de inteirar três anos.

O depoimento de uma ex-aluna, Eurídice Barbosa Cardoso (1884-1876), nos informa outra data e nos conta um pouco sobre a metodologia de trabalho da professora. Como anotou o pesquisador:

Mestra Maria Firmina era enérgica, falava baixo, não aplicava castigos corporais, não ralhava: aconselhava. Estudei com ela por volta de 1891. Éramos meninas e meninos, na mesma sala, estudando juntos. A aula funcionava pela manhã. E era em Maçaricó. (RaMF, p. 270).

Além de enérgica, era firme em seus propósitos. Ao menos é isso o que concluímos sobre o temperamento dela ao saber de um episódio marcante. No dia em que foi tomar posse da Cadeira de Instrução Primária, a mãe, toda orgulhosa, quis alugar um palanque para a filha. Ao que consta, até mesmo os carregadores, negros escravizados de tia Henriqueta, teriam insistido em levá-la. Mas ela não aceitou e se manteve firme e decidida. E teria dito que “NEGRO NÃO É ANIMAL PARA SE ANDAR MONTADO NELE! E foi a pé!” (RaMF, p. 238, grafia original).

Na interpretação do pesquisador, esse seria apenas mais um episódio a ilustrar a retidão moral de Firmina e de como ela abominava o sistema escravocrata. De resto, a convivência com os negros escravizados da tia era afetuosa, como os seguintes versos presentes no *Álbum*:

Descansa no sepulcro, irmã querida.
Filha do céu, remonta à essência.
Descansa das fadigas desta vida;
Desta penosa, e ardida existência.
(RaMF, p. 193)

Foram dedicados à amiga Guilhermina. Tratava-se, segundo depoimento de Nhazinha, de uma das escravizadas da tia. Não foi a única. Os nomes de outros escravizados aparecem de modo recorrente no mesmo volume. Ao ler os registros, ficamos com a impressão de que

havia elos fortes entre Firmina e aqueles a quem ela menciona. E ela não parecia fazer distinção entre quem era parente de sangue e quem não era. A convivência parecia ser boa, ancorada em princípios como “liberdade, fraternidade e igualdade”, para usar as palavras de Morais Filho.

Nhazinha lembra ainda que a escritora, mesmo em idade avançada, “passava horas e horas escrevendo” (RaMF, p. 240). Dona de um temperamento reservado, mas também acessível, não deixava de dar atenção quando algum transeunte parava em frente à sua casa e a chamava de ‘Mestra Régia’. Nessas ocasiões, em sinal de agradecimento, costumava fazer um discurso improvisado.

2.4 BREVE APRECIÇÃO CRÍTICA

Os escritos de Sacramentos Blake, Horácio de Almeida e Morais Filho têm servido de guia para os estudiosos interessados na vida e obra de Maria Firmina. Boa parte do que é sabido hoje a respeito dela deriva dos esforços desses três pioneiros. Morais Filho (1975, p. 112) chegou a descrever o seu trabalho a respeito da escritora como uma “arqueologia literária”.

Na opinião de Horácio de Almeida e Morais Filho, com a publicação de *Úrsula*, em 1859, Maria Firmina teria se tornado a primeira romancista brasileira. A bem da verdade, no entanto, embora a capa do livro traga impresso o ano de 1859, de fato “o livro só circulou em 1860, pois só no mês de fevereiro começa a publicação do seguinte anúncio no jornal *A Imprensa*” (RaMF, p. 245). O biógrafo acreditava, inclusive, que o pedido de licença encaminhado pela escritora em 1859 visava justamente permitir que ela desse um pouco mais de atenção ao lançamento do livro.

2.4.1 A opinião do escritor Josué Montello

Escrito um século após o romance de Maria Firmina, o livro *Tambores de São Luís* (1985), de Josué Montello,³⁰ explora uma temática algo semelhante. As duas histórias se passam no Maranhão e, o mais importante, as duas simbolizam uma narrativa de resistência à escravidão.

³⁰ O texto original apareceu como artigo na edição de 11/11/1975 (p. 6) do *Jornal do Brasil*.

Em 1985, Montello já conhecia bem a vida e a obra de Firmina. Escreveu artigos sobre o trabalho daqueles que a salvaram do esquecimento. Reconheceu como relevante o trabalho de resgate feito por Horácio de Almeida, porém “este nome, isolado no papel, sem uma explicação da vida e da obra que o tornaram memorável, nada dirá ao leitor comum” (Montello, 2018, p. 15). Era preciso avançar, ir além, ampliar o que se dizia no resumo verbete presente no dicionário de Sacramento Blake. Neste sentido, chama a atenção para o trabalho de dois autores maranhenses: Antônio de Oliveira e Moraes Filho. Embora ambos tenham contribuído para o ressurgimento de Firmina, o segundo (*idem*, 2018, p. 16):

[...] ergueu tão alto a voz retumbante que o país inteiro o escutou, na sua pregação em favor de Maria Firmina dos Reis. Há quase dois anos, ao encontrar-me com ele na calçada do velho prédio da Faculdade de Direito, na Capital maranhense, vi-o às voltas com os originais da escritora. Andava a recompor-lhe o destino recatado, revolvendo manuscritos, consultando jornais antigos, esmiuçando almanaques e catálogos, como a querer imitar Ulisses, que reanimava as sombras com uma gota de sangue.

Em 1975, impressionado com a autora que ele então havia acabado de descobrir, Montello publicou um artigo no *Jornal do Brasil*. Lá ele já chamava a atenção do leitor para o fato de que a obra de Firmina, tão importante para a literatura maranhense, ainda não havia sido devidamente reconhecida e valorizada. E se a situação hoje é outra, “é de justiça reconhecer que isto se deve à pertinácia, ao espírito de pesquisa e aos metais da voz de Nascimento Moraes Filho” (Montello, 2018, p. 19).

2.4.2 A opinião da pesquisadora Adriana Oliveira

Ao se debruçar sobre a construção das personagens no romance *Úrsula*, Adriana Barbosa de Oliveira procurou investigar o papel e a importância que as relações entre gênero e etnia tiveram na construção da narrativa. Em seu trabalho, a estudiosa argumenta que a obra de Maria Firmina permaneceu invisível durante décadas, mesmo no contexto mais restrito da historiografia literária maranhense. Um problema que só seria superado após os esforços de Moraes Filho. Contudo, afirma Oliveira (2007, p. 15), “fora de sua terra, apenas Sacramento Blake e Horácio de Almeida a citaram”. Lamenta ainda o fato deste último não ter citado o trabalho de Moraes Filho. Segundo o autor:

É importante notar que, mesmo publicado em 1978, o *Dicionário Literário Brasileiro* não traz nenhuma informação a respeito da pesquisa de José

Nascimento Moraes Filho, tampouco ao livro *Maria Firmina, fragmentos de uma vida*, que já havia sido publicado. Dessa forma, o trabalho de resgate da escritora é atribuído apenas a Horácio de Almeida. Porém, os dois pesquisadores tiveram um papel importante no resgate de Maria Firmina, à medida que “retiraram sua biografia da obscuridade” e reproduziram obras suas. (*Ibidem*, p. 15; grafia original).

Foram os escritos de Moraes Filho que, segundo ela, desencadearam um renovado interesse pela vida e obra de Maria Firmina.

2.4.3 Sobre o trabalho de outros pesquisadores

Carla Sampaio dos Santos (2016), para tratar da biografia de Maria Firmina, recorre à obra de Moraes Filho; recorre ainda aos trabalhos de Mendes (2006) e Oliveira (2007). Sobre a contribuição de Moraes Filho, especificamente, a estudiosa aponta que “o enfoque dado no livro é a preocupação em mostrar o pioneirismo da autora como sendo a primeira mulher a publicar romance no Brasil” (Santos, 2016, p. 51).

Luciana M. Diogo adota pressupostos semelhantes, ao menos no que diz respeito à relevância dos trabalhos de Sacramento Blake e Moraes Filho. Na opinião dela, a obra de Moraes é uma importante fonte de consulta, embora considere que “a grande preocupação do autor neste trabalho foi a de ressaltar o pioneirismo de Firmina dos Reis e afirmá-la como autora do primeiro romance feminino no Brasil” (Diogo, 2016, p. 8). Mas rejeita firmemente certos atributos que o pesquisador usou em relação à escritora:

Segundo Moraes Filho, “bastarda, pobre e mulata, e de sobejo uma solteirona ou moça velha de amor frustrado!” Vemos aqui que à Maria Firmina foram atribuídos, por Nascimento Moraes, todos os estigmas possíveis que denotam uma inferioridade social (pobre, mulata, bastarda) os quais ressoam no âmbito de sua vida afetiva, de modo a dizer a posse de tais marcadores sociais determinaram também seu destino conduzindo-a à solteirice e à frustração. (*ibidem*, p. 47):

Dilercy Aragão Adler (2017) faz uma analogia entre Maria Firmina e a rosa-de-gericó, uma planta cujas folhas secas, levadas para longe pelo vento, voltam à vida e fincam raízes sempre que encontram um terreno fértil. A estudiosa esclarece que Maria Firmina ressurgiu pelas mãos de Moraes Filho. Nesse sentido, vale citar aqui o registro da escritora maranhense Arlete Nogueira da Cruz (2006, p. 265):

Não fosse José Nascimento Moraes Filho, o nosso Zé Moraes, este contumaz andarilho de trilhas nunca antes percorridas, Maria Firmina dos Reis não

teria vindo à luz. E quando ele a trouxe (no momento em que também a trazia o escritor paraibano Horácio de Almeida), lembro bem, foram alvo de zombarias em São Luís: Zé Moraes, Maria Firmina e o seu livro *Úrsula*; muitos considerando que era de pouca serventia aquele achado e exagerada a relevância que Zé Moraes dava à sua descoberta. Pelos daqui, Maria Firmina dos Reis deveria permanecer onde se achava: no limbo. E a sua obra sob o tapete.

Adler afirma que as mãos abençoadas do pesquisador trouxeram à luz a obra de Maria Firmina. Compara Moraes Filho à *sankofa*, ave mítica africana de duas cabeças – uma das cabeças mira o passado e a outra, o futuro. Segundo ela, o pesquisador “dedicou-se, incansavelmente, para dar significado à Maria Firmina dos Reis como mulher, professora e como escritora, dando a ela o lugar que lhe é devido na literatura maranhense e brasileira” (Adler, 2017, p. 87).

Rafael Zin (2018) elogia o trabalho de Moraes Filho, cujas pesquisas minuciosas envolveram a consulta de jornais maranhenses dos séculos XIX e XX. Um esforço que deu início à recuperação de informações valiosas a respeito da vida e obra de Maria Firmina, ainda que muitas lacunas restassem por preencher.

Por fim, Cristina Ferreira Pinto-Bailey³¹ chama a atenção para o pioneirismo e o caráter singular da escritora maranhense. Na opinião dela, a obra de Moraes Filho continua sendo fundamental para os interessados nos estudos firminianos. Segundo a estudiosa, foi graças ao trabalho dele, cujos esforços resultaram na reunião de vários itens de ou a respeito da autora, que “a fortuna crítica sobre Maria Firmina e sua obra tem crescido consideravelmente” (Pinto-Bailey, 2018, p. 104).

³¹ Pinto-Bailey está a trabalhar na tradução do romance *Úrsula* para o inglês. Em 2013, traduziu o conto ‘A escrava’ [*The slavewoman*] para a revista *Afro-Hispanic Review*.

3 UM PANORAMA DA OBRA FIRMINIANA

Maria Firmina, como dito anteriormente, foi autora de uma obra rica e variada. Em suas escrituras inclui romance, conto e novela, além de charadas, adivinhas, notas sobre o folclore local, poemas e letras de música. Alguns de seus poemas falam sobre a realidade das mulheres e indígenas, que foram publicados em jornais da época (e.g., *Eco da Juventude*, *A Verdadeira Marmota*, *Semanário Maranhense*, *Jardim Maranhense*, *Pacotilha*, *O País* e *Almanaque de Lembranças Brasileiras*), o que lhe rendeu algum reconhecimento ainda em vida.

3.1 O ROMANCE *ÚRSULA*

Na trama do romance *Úrsula* (1859), por exemplo, há emoções contraditórias, como amor e morte, medo e solidão, culto a uma natureza sombria e idealização da realidade. Os personagens levam uma vida atormentada e a história narra um amor impossível entre Úrsula e Tancredo, dois jovens brancos. Ambos personificam ideais de pureza e retidão moral. A mocinha é descrita como um anjo de beleza e candura, tendo o rosto ornado e emoldurado por lindos cabelos. O mancebo é um advogado de família rica. A bondade dos personagens principais contrasta com a maldade do vilão, o comendador Fernando P., tio e pretendente da jovem. O desenrolar da trama dá a entender que, em um passado remoto, ele assassinou o pai da donzela. Ele se converte em um proprietário de terras, senhor de muitos escravizados, os quais são habitualmente maltratados com afínco e esmero:

[À] noite trabalhavam ordinariamente até ao primeiro cantar do galo. Esfomeados, seminus, espancados cruelmente, suspiravam pelas duas ou três horas desse sono fatigado, que lhes concedia a dureza de seu senhor. (Reis, 2022, p. 146).

O enredo dramático mostra os escravizados como indivíduos sofridos, explorados e injustiçados, como se pode ler na seguinte passagem:

– A minha condição é a de mísero escravo! Meu senhor – continuou – não me chameis amigo. Calculastes já, sondastes vós a distância que nos separa? Ah! O escravo é tão infeliz!... Tão mesquinha e rasteira é a sua sorte (*Ibidem* p. 64).

Ao mesmo tempo em que discorre sobre a fragilidade dos escravizados, exalta as qualidades deles, um expediente cujo efeito instiga e comove os leitores. O trecho a seguir ilustra a afirmação anterior:

O homem que assim falava era um pobre rapaz, que ao muito parecia contar vinte e cinco anos, e que na franca expressão de sua fisionomia deixava adivinhar toda a nobreza de um coração bem formado. O sangue africano fervia-lhe nas veias; o mísero ligava-se à odiosa cadeia da escravidão; e embalde o sangue ardente que herdara de seus pais, e que o nosso clima e a servidão não puderam resfriar [...]. (*ibid.*, p. 61).

No desenrolar da história, os personagens secundários vão ganhando visibilidade e importância. Alguma luz é lançada sobre a história dos escravizados, de modo que o leitor possa entender a personalidade de cada um deles.

A mãe de Úrsula, dona Luisa B..., é irmã de Fernando P...³², o vilão. Outrora uma bela mulher, teve uma vida repleta de infortúnios e desgostos, sobretudo por causa do marido e do irmão. Ficou parálitica e está à beira da morte. Anos antes, foi proprietária de muitos escravizados. No final da vida, porém, conta apenas com a companhia de um deles, o jovem Túlio, um personagem de caráter e bondoso. Túlio é tratado como filho por Susana, uma escravizada mais velha que, arrancada de sua terra natal, não pôde criar a própria filha. Susana ampara e aconselha a todos que a procuram, sem jamais se curvar à tirania do senhor. É um exemplo de resistência e força moral. Há ainda o escravizado Antero, um personagem bondoso dominado pela bebida, um lenitivo que ele encontrou para aplacar as saudades que sente da terra natal (Ferreira; Silva, 2020).

O romance é rico em tensões e contrastes. Por exemplo, ao contrastar as condições de vida pregressas das gentes africanas com o tratamento dispensado a eles a partir da diáspora. Visando instigar o leitor, a autora coloca valores e crenças do catolicismo na fala de quase todos os personagens. Ao mesmo tempo em que questiona a omissão e a convivência da Igreja católica diante da escravidão. É importante lembrar o peso e a importância que a religião tinha na época. Além do que, a quase totalidade dos senhores de engenho se identificavam como católicos, a ponto de muitas capelas e igrejas terem sido erguidas dentro de fazendas. O trecho abaixo ilustra esse ponto:

Senhor Deus! quando calará no peito do homem a tua sublime máxima – ama a teu próximo como a ti mesmo – e deixará de oprimir com tão

³² Maria Firmina grafou os nomes assim mesmo.

repreensível injustiça ao seu semelhante!... a aquele que também era livre no seu país... aquele que é seu irmão?!

E o mísero sofria; porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma; porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos, e puros como a sua alma. Era infeliz; mas era virtuoso [...] (Reis, 2022, p. 61).

Ancorado em perspectiva cristã, o trecho mostra o sujeito escravizado como um ser humano de caráter virtuoso, de alma pura e sentimentos nobres. Há como que um realinhamento no modo de se ver os corpos escravizados, contrastando fortemente com os estereótipos então vigentes, que viam os negros como gentes embrutecidas, bestiais.

Um capítulo do romance é inteiramente dedicado a falar sobre a vida de Susana. Nascida livre em sua terra natal. Ela vivia em uma comunidade estruturada, feliz ao lado da família e dos amigos. Uma comunidade cujos integrantes possuem direitos e deveres, como deve ser em qualquer sociedade organizada. Tudo isso muda radicalmente depois que ela é sequestrada e enviada ao Brasil. O trecho abaixo exemplifica o tipo de abuso e sofrimento aos quais os negros eram submetidos:

Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! (Reis, 2022, p. 116)

Seria a primeira vez que o sequestro e a escravização de negros africanos eram tratados como temas literários. Algo que, por estarmos diante de uma mulher afrodescendente, ganhava contornos adicionais de complexidade. Narrar o que se passa nos porões dos navios negreiros por meio da personagem Susana, parece ter sido uma estratégia utilizada pela autora para denunciar as barbaridades do regime escravocrata (Ferreira; Silva, 2020). Nesse sentido, o romance destoa do pensamento hegemônico do Brasil oitocentista. Como afirma Moraes (2022, p. 58), “com seu enredo de perseguição e tragédias amorosas, Úrsula revela, para além do drama familiar, os malefícios da escravidão”.

Além de Susana, a memória ancestral africana aparece ainda na voz de Antero, escravizado cuja função é tomar conta da casa do Comendador P... Parece ser um bom sujeito, porém, desgostoso com a vida, entrega-se ao vício do álcool. A sua imagem é a de um sujeito sem autoestima e que já não é mais levada a sério pelos outros. A certa altura, em tom

moralizante, Túlio tenta convencê-lo a abandonar o vício: “Que mau vício em verdade, pai Antero... Sempre a fumar, e a beber. Não vos envergonhais de semelhante procedimento? Que conceito fará de vós o senhor comendador?” (Reis, 2022, p. 170). Ao que o velho retruca:

Pois ouça-me, senhor conselheiro: na minha terra há um dia em cada semana que se dedica à festa do fetiche, e nesse dia, como não se trabalha, a gente diverte-se, brinca e bebe. Oh, lá então é vinho de palmeira mil vezes melhor que a cachaça, e ainda que tiquira. (*Ibid.*)

O diálogo soa ser uma provocação da autora. Um modo de mostrar ao leitor como, no contexto da colonização, as tradições africanas foram amaldiçoadas ou mesmo apagadas.

A referência à cachaça, por exemplo, remete a tradições culturais vinculadas a momentos de lazer. No texto, a referência ao vício ajuda a estabelecer um contraste entre os valores dos dois personagens. Quando se vive em liberdade (na terra natal), o exercício de algum ofício dá ao sujeito algum poder de escolha, inclusive do tipo de bebida que irá consumir. Em terras brasileiras, escravizado, ele primeiro perde a autoestima e a dignidade, sendo visto então como um fracassado; nesse contexto, como válvula de escape, só lhe restaria afogar as mágoas na bebida mais facilmente disponível, mesmo em se tratando de algo de qualidade tão inferior.

Em suas páginas, a obra denuncia as diferenças e as distâncias sociais causadas pelo regime escravocrata. Paralelamente, porém, oferece também exemplos de como as mulheres em geral (não escravizadas) são dominadas e subjugadas por um sistema patriarcal tão violento. Como aponta Ana Lúcia Silva (2023, p. 76),

No século XIX, naquela sociedade escravagista, patriarcal, machista e racista, Maria Firmina dos Reis, foi uma mulher negra letrada e insurgente. Ela não se limitou aos papéis sociais destinados às mulheres de sua época, ou seja, serem apenas esposas submissas e mães, reservadas ao espaço da casa.

Assim, tendo conseguido furar a bolha e penetrar em um círculo dominado pela presença masculina, a escrita firminiana bem pode ser rotulada de *ousada e transgressora*. Rompendo com preconceitos e distorções, como a ideia de que as mulheres e, menos ainda, as mulheres negras eram incapazes de alçar voos literários, seus escritos se converteram em uma arma de denúncia e resistência.

3.2 A NOVELA INDIANISTA *GUPEVA*

A novela³³ indianista *Gupeva* (1861-1862) foi publicada em cinco capítulos, primeiramente em formato de folhetim. Os capítulos seriam reunidos em livro alguns anos mais tarde. Foi um sucesso. Em um curto intervalo de tempo, apareceram três edições. Nas palavras de Morais Filho (1975, p. 248): “o que atesta eloquentemente o grande êxito popular desta original criação literária”.

O enredo trata do envolvimento amoroso de uma indígena, chamada Épica, com um jovem francês, chamado Gastão. A narrativa tem início com uma conversa entre um jovem apaixonado e um amigo, de nome Alberto. Os dois estão a bordo de um navio que está atracado no litoral brasileiro. Exibindo um semblante tristonho, o jovem desperta a preocupação do amigo: “– Que tens tu, meu querido Gastão? interpelou-lhe um jovem oficial, tocando-lhe amigavelmente no ombro – O que te aflige? Estás triste!...” (Reis, 2022, p. 194, grafia original). Ao ser questionado, ele confessa que está apaixonado por uma brasileira, a jovem Épica. A resposta surpreende Alberto, que trata logo de advertir o amigo da inviabilidade daquele relacionamento. Jamais daria certo, “visto que [Épica] é muito inferior a ti; porque tu não poderás viver junto dela a menos que desprezando a sociedade te quisesses concentrar com ela nestas matas. Gastão, em nome da nossa amizade, esquece-a” (*ibidem*, p. 195).

Cego de paixão, o mancebo releva a advertência. Em seguida, solicita ao amigo que tome o seu lugar, pois naquele dia estava previsto que ele entraria de quarto³⁴ durante a noite, ao mesmo tempo em que havia marcado um encontro com Épica em terra firme. Embora não concordasse com aquilo, o amigo acabou cedendo.

Vai então o jovem apaixonado ao encontro da donzela. Na descrição que fez ao amigo, ele havia comentado sobre a beleza angelical da amada,

seus olhos grandes negros de doçura inexprimível falam à alma com suavíssima poesia: são harpejos de lira harmoniosa, ou notas de anjos em torno do Senhor. E esse olhar seu exprime um quê de indizível pureza que obriga a adorá-la (Reis, 2022, p. 197).

³³ Diferenças entre conto, novela e romance (cf. Ferreira, 2009). Conto: “Narrativa pouco extensa, concisa, e que contém unidade dramática, concentrando-se a ação num único ponto de interesse” (p. 537). Novela: “Narração, usualmente curta, ordenada e completa, de fatos humanos fictícios, mas, por via de regra, verossímeis” (p. 1413). Romance: “Descrição longa das ações e sentimentos de personagens fictícios, numa transposição da vida para um plano artístico” (p. 1771).

³⁴ Algo relacionado a ficar de guarda da embarcação

Quando chega ao local combinado, no interior da floresta, a noite cai rapidamente e o tempo dá sinais de que uma tempestade se aproxima. Todavia, em vez de encontrar com a sua amada, ele se depara frente a frente com um velho tupinambá, o cacique da tribo e pai de Épica. Este então pede ao jovem que ouça uma história.

Muitos anos antes, ele próprio, o cacique, também conhecido por Gupeva, estava prometido em casamento para a mãe da jovem Épica. Antes, porém, a noiva deveria fazer uma viagem de alguns dias pela Europa. E assim aconteceu. Tendo regressado da viagem, no dia da cerimônia, a jovem confessa que havia conhecido e se apaixonado por um francês de nome Conde de...³⁵ E mais: ela havia engravidado, ao saber disso, porém, o homem a abandonou.

Apesar da dor, Gupeva decidiu cuidar da criança, dando a ela o nome da mãe: Épica. Ao final do relato, o jovem Gastão reconheceu que o Conde de... era o seu próprio pai. Sim, ele e Épica eram meio-irmãos. Ao saber disso, Gupeva reagiu violentamente: “– Infame! Filho do Conde de ..., não terei compaixão de ti. E brandindo o seu tacape, o cravou com fúria no peito do jovem oficial” (Reis, 2022, p. 210).

3.3 O CONTO *A ESCRAVA*

Já no conto *A escrava* (1887), o enredo trata da violência e do horror da escravidão sobre as famílias de escravizados. A história tem múltiplas camadas, com narrativas sobrepostas. Assim como acontece no romance *Úrsula*, aqui também as personagens negras têm voz e relevância. Cabe observar como a autora inverte os papéis dos heróis em suas obras, um artifício que funciona como uma espécie de marca registrada. Nessa obra, de modo contundente, segundo Ana Lúcia da Silva (2023, p. 75) a autora “fez a defesa da abolição da escravização do povo negro”.

A história se desenvolve em um salão de festa. Os presentes, integrantes distintos da sociedade de São Luís, estão a conversar sobre diferentes assuntos. Em um determinado momento, as conversas ficam mais acaloradas, pois se passou a discutir a respeito da escravidão do *elemento servil*. As opiniões então começam a divergir.

Uma importante personagem feminina inicia sua fala questionando a dinâmica do cativo. Com um forte apelo de cunho moral e religioso, seu discurso confronta muitos dos

³⁵ Maria Firmina grafou assim mesmo.

que estão presentes no salão, chamando a atenção para a contradição que haveria entre a fé católica e a escravização dos negros africanos.

A voz dessa narradora – representante de uma sociedade abolicionista – seria o *alter ego* da própria autora. Sua fala indignada se opõe ao discurso atrasado de quem ainda defendia a escravização. Até mesmo a moral cívica e religiosa estava a se levantar contra a escravidão. Conforme lemos no trecho a seguir:

– Admira-me, – disse uma senhora de sentimentos sinceramente abolicionistas; – faz-me até pasmar como se possa sentir, e expressar sentimentos escravocratas, no presente século, no século dezenove! A moral religiosa e a moral cívica aí se erguem, e falam bem alto esmagando a hidra que envenena a família no mais sagrado santuário seu, e desmoraliza, e avilta a nação inteira! (Reis, 2022, p. 217).

Antes de a narradora iniciar a sua história, ficamos sabendo que: “O escravo é olhado por todos como vítima – e o é. O senhor, que papel representa na opinião social? O senhor é verdugo – e esta classificação é hedionda” (*Ibid.*, p. 217). Após sua fala contra a escravatura, os presentes são informados a respeito do drama que envolvia uma mulher de nome Joana e o seu filho, Gabriel. Escravizados, os dois estavam a fugir dos castigos impostos pelo capataz da fazenda, um homem terrivelmente cruel.

Muito machucada, após fugir dos maus tratos de seu dono, o senhor Tavares, Joana estava sendo perseguida pelo feitor Antônio. Quando tinham oito anos de idade, os filhos gêmeos de Joana, Ubaldo e Carlos, haviam sido vendidos por Tavares. Depois disso a mãe enlouqueceu, ficando desde então sob os cuidados de seu outro filho, Gabriel, também cativo do mesmo senhor.

Diante dos reiterados castigos, Joana, mulher de cor parda e tida como louca pelo feitor, fugiu do cativeiro várias vezes: “– Inferno! Maldição! – bradara ele com voz rouca. – Onde estará ela [...]. – Tu me pagarás – resmungava ele” (*Ibidem*, p. 218-219, grafia original).

Os fugitivos foram acolhidos pela narradora em sua casa. Apesar dos cuidados, Joana vem a falecer. No dia seguinte, o proprietário da fazenda, o senhor Tavares, vai buscá-los. Fica sabendo da morte de Joana e, sem dar importância à morte dela, exige a entrega de Gabriel. A senhora se recusa a entregá-lo e, em vez disso, apresenta uma carta de compra do escravizado. Em seguida, concede a liberdade a Gabriel.

3.3.1 Outras considerações

Maria Firmina rejeita a ambiguidade, rejeita tratar os escravizados como vítimas e, ao mesmo tempo, como algozes. Diferente, por exemplo, do que fez Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), em seu romance *As vítimas-algozes: quadros da escravidão* (1869). Ali, os escravizados são vistos como vilões ou ao menos como possíveis vilões. Segundo o autor, a condição de escravizado brutalizava o indivíduo, tornando o convívio social difícil ou mesmo perigoso, até mesmo para os senhores dos escravizados. Como exemplo um pequeno trecho da obra de Macedo (1869, p. 40, original do autor).

Fora absurdo pretender que a ingratidão às vezes até profundamente perversa dos creoulos amorosamente criados por seus senhores é nelles innata ou condição natural da sua raça: a fonte do mal que é mais negra do que a côr desses infelizes, é a escravidão, a consciência desse estado violenta e barbaramente imposto, estado lugubre, revoltante, condição ignóbil, mãe do ódio, pústula encerradora de raiva, pantanal dos vícios mais torpes que degeneram, inficcionam, e tornam perverso o coração da victima, o coração do escravo.

A propósito, ainda sobre o conto *A escrava*, Maria Firmina parece ter dado um pequeno cutucão no leitor. Digo isso por conta do fato de ela ter colocado no livro um feitor de escravos que era ele próprio um negro. Lembrando que, naquela época, não era raro que homens negros de pele mais clara assumissem posição de mando atendendo muitas vezes as determinações dos seus senhores. Maria Firmina estava nadando na contramão, não só em relação à obra de Macedo, mas em relação também às obras famosas de outros autores, como *A escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães, e *O Mulato* (1881), de Aluísio de Azevedo.

3.4 O LIVRO DE POEMAS *CANTOS À BEIRA-MAR*

Em seu único livro de poesia, *Cantos à beira-mar* (1871), Maria Firmina não esconde as influências que recebeu, seja de autores, em especial Castro Alves, seja de temas, como o nacionalismo. De acordo com Silva (2023, p. 75) nessa obra “há poemas realistas, patrióticos e dedicados aos negros e voluntários da Pátria que foram lutar na Guerra do Paraguai (1864 - 1870)”. Por exemplo, em poema dedicado a um militar, o tenente-coronel Francisco Manoel da Cunha Junior, ela escreveu:

Remonta a antiga era – inda Brasil
Não tinha a lusa gente avassalado,

E já o nosso céu de puro anil,
 Cobria um povo herói, um povo ousado,
 É sempre o mesmo gênio brasileiro,
 Brioso, nobre, ardido e guerreiro.
 [...]
 Foi ele quem guiou vossa bandeira.
 Nos combates, nas lidas, nas vitórias!
 (Reis, 2017, p. 72)

De um modo geral, observa-se ainda na obra firminiana uma crítica explícita ao patriarcado.³⁶ Além de uma disposição, ao dar destaque para temas antiescravistas e abolicionistas, de romper com a tradição romântica, então o movimento dominante na literatura brasileira.

Após a morte de Firmina, porém, a sua obra caiu no esquecimento. E assim permaneceu até recentemente. O interesse pela obra dela, inclusive por parte do público leitor, ressurgiu a partir da década de 1980, quando vários estudiosos passaram a mapear e a examinar mais de perto a chamada tradição negra da literatura brasileira (e.g., Telles, 1987, 1989, 1997 e 2012; Mott, 1988; Lobo, 1993, 2006 e 2011; Muzart, 1999, 2003, 2004, 2009 e 2013; Duarte, 2002, 2009, 2011 e 2014).

3.4.1 Caracterizando o Romantismo

Como escola literária, o Romantismo se estabeleceu primeiramente na Europa, nas últimas décadas do século XVIII. Entre os países centrais do movimento, caberia citar a Alemanha, a França, a Inglaterra e a Itália. Nas palavras de Carpeaux (2011b, p. 1113):

Os historiadores da literatura inglesa e alemã tiveram sempre consciência da preparação vagarosa do futuro romantismo, durante o século XVIII: Thompson e Young, Gray e Cowper são os precursores de Wordsworth e Coleridge, e o sentimentalismo de Samuel Richardson, ainda na primeira metade do século, liga-se ao *Werther*, de Goethe.

O escritor alemão Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), autor de *Os sofrimentos do jovem Werther* (1774), é comumente visto como um dos primeiros a lançar os alicerces do sentimentalismo romântico.

³⁶ Para Mary Del Priore (2020, p. 8), “No Ocidente cristão, as relações entre homens e mulheres foram, durante séculos, geridas pela instituição do matrimônio. Isso quer dizer que foram administradas não por uma norma heterossexual vigente, mas por certo contrato entre homens: pais davam as filhas em casamento em troca de compensações financeiras ou alianças políticas, e, ao se submeter ao ato sexual, marido e mulher sabiam se curvar às mesmas obrigações. A mulher era submissa ao poder do homem”.

Foi um período em que a melancolia se fez presente nas obras literárias. Nascia assim, na opinião de Moacyr Scliar, a teoria dos vapores, associada às primeiras experiências com máquinas a vapor. “Os vapores ácidos, resultantes da ‘efervescência’, da ‘fermentação’, da ‘acrimônia’, dissipam-se nas pessoas equilibradas, mas, nas doentes, sobem até o cérebro através dos nervos [...]” (Scliar, 2003, p. 212). A tristeza e choro, por exemplo, eram bem vistos, tanto em mulheres como nos homens, seja em casa, no trabalho ou mesmo após a leitura de romances e poemas que continham personagens tristes e melancólicos.

A melancolia passa a ser um tema da especulação intelectual de poetas e escritores. Entre os autores europeus que se destacam nessa temática estão Friedrich Schiller (1759-1805), John Keats (1795-1821), Giacomo Leopardi (1798-1837), Pierre Jules Théophile Gautier (1811-1872), Gustave Flaubert (1821-1880) e Charles Baudelaire (1821-1867). Nas palavras de Leopardi (*apud* Biedermann, 1972, p. 56): “a melancolia é, de qualquer maneira, o mais sublime dos sentimentos humanos”.

Assim como Leopardi (1972), Baudelaire cultivava traços de um temperamento melancólico. Conforme aponta Julia Kristeva (1989, p. 11), “para aqueles a quem a melancolia devasta, escrever sobre ela só teria sentido se o escrito viesse da melancolia”. Na trilha da psicanalista, podemos dizer que o melancólico, por conta do seu interior pesaroso e secreto é, na verdade, um exilado em potencial, mas também capaz de fazer brilhantes construções abstratas.

O *spleen*³⁷ baudelairiano provocou um profundo sentimento de desânimo, isolamento, angústia e tédio existencial, como ilustram os versos abaixo:

Spleen (I)

Pluvioso, a erguer-se, e contra a cidade irritado,
Verte de sua urna um frio tenebroso
Pelas habitações do cemitério ao lado,
E a morte nos desvãos do arrabalde brumoso.

Meu gato, no ladrilho a buscar uma esteira,
Agita inquieto corpo magro e sarmento;
A alma de um velho poeta erra pela goteira
Com a tristonha voz de um fantasma friorento.

Lamenta-se o moscardo, e a lenha quase agônica
Acompanha em falsete uma pêndula afônica,
Enquanto que, num jogo, a arder de imundo odor,

³⁷ Espleno ou *spleen* (Gr., *splēn*) se refere ao baço, órgão do corpo humano; em um contexto literário, a palavra foi adotada como uma alusão a melancolia ou a humores melancólicos.

Como herança fatal de velhas entravadas,
 O valete de paus com a dama de espadas
 Falam na perdição de seu defunto amor.
 (Baudelaire, 1981, s.p.)

Esse poema integra o livro *Les fleurs du mal* (1857), um clássico que reúne uma centena e meia de poemas que adotam o mesmo estilo. No ano de lançamento, porém, a obra foi acusada de ultrajar a moral pública; exemplares foram apreendidos; o autor e a editora tiveram de pagar uma multa.

Baudelaire traz em sua poesia a expressão dessa dor que em boa medida a todos contagia, dor que em geral permanece adormecida, latente, como o medo da morte. No conteúdo, o autor reflete sobre os sentimentos que arrebatam o ser humano, do amor ao ódio, passando pelos segredos que permanecem escondidos em nossas almas; explora a inquietude que parece perseguir a todos nós, incluindo as dúvidas metafísicas.

Entre os marcos iniciais, caberia ainda citar o romance histórico *Ivanhoé* (1820) do inglês Walter Scott (1771-1832), assim como o nome de George Gordon, Lord Byron (1788-1824). Este último, um poeta ultrarromântico, exerceu grande influência sobre a juventude da época. Maria Firmina parece ter bebido na fonte do poeta francês. Vemos isso na epígrafe “*Je t’aime! Jê t’aime. Oh ma vie Byron*” (RaMF, p. 55, grafia original), que acompanha o poema *Dedicação* publicado no jornal *A verdadeira marmota*, em 20/9/1861. Eis alguns versos do poema,

Amo em ti, quanto há na vida.
 Que inspira melancolia,
 Quanto pode ser querida.
 Duma virgem harpa a doce harmonia.
 Duma virgem a voz sentida.
 Dos anjos, a melancolia.
 (RaMF, p. 56)

A poesia byroniana, aos olhos de Scliar (2003), exprimiu o pessimismo romântico que se levantou contra a ideia de que o mundo foi produzido por um Criador. É uma poesia agressiva, contra a sociedade. A figura de Byron confundiu-se com a de seus heróis. A temática que ele aborda, bem característico do mal-do-século é a fuga da realidade, que se manifesta na idealização da infância, nas virgens sonhadas e na exaltação da morte. Seus textos constroem imagens de pessoas melancólicas, sombrias e misteriosas (entre outras). A aura lendária em torno da personalidade de Byron foi bastante cultivada, de modo que seus gestos foram imitados, assim como os seus versos.

Nas palavras de Carpeaux (2011c, p. 1545):

De início, a repercussão de Byron foi diferente na Inglaterra e na Europa continental. Os ingleses assustaram-se da ‘depravação moral’ do Lord, contra o qual se levantou uma verdadeira revolta do notório ‘cant’ inglês; mas admiravam-lhe tanto a poesia que os poetas mais diferentes, os Shelley, Keats, Tennyson, Browning lhe sacrificaram, embora sem adotar seu estilo. No Continente deu-se antes o contrário: os inúmeros byronianos franceses, alemães, italianos, espanhóis, poloneses são, todos eles, desesperados, pessimistas ou ironistas como o Lord, imitando-lhe os gestos poéticos; pois ninguém se indignou moralmente.

Mas as influências dos autores românticos na produção literária de Maria Firmina não param por aí. Outro nome a ser lembrado aqui é o de [João Baptista da Silva Leitão de] Almeida Garrett (1799-1854). Na forma e no conteúdo, as obras do poeta português revelam as contradições com as quais ele se debatia: de personalidade conservadora, era, ao mesmo tempo, um defensor das ideias liberais, pelas quais teria sido exilado algumas vezes de Portugal.

Maria Firmina cita o nome de Garret³⁸ em uma entrada na qual registrou o falecimento de uma amiga. Além disso, são notáveis as similaridades entre a entrada (referida antes), *Uma lágrima sobre um túmulo* e o poema *Camões*, do escritor português. Nas palavras de Garrett (1858, p. 98, grafia original),

Longe, por esse azul dos vastos mares,
Na soidão melancholia das águas
Ouví gemer a lamentosa Alcyone,
E com ella gemeu minha saudade.
Alta a noite, escutei o capir fúnebre
Do mauta que suspira por um tumulo
Na terra de seus paes; e aos longos pios
Da ave triste ajunctei meus ais mais tristes... [...]

Além das palavras em tom pesaroso, ocasionada pela morte ou pela distância de alguém em além-mar, o cenário parecia combinar o sentimento melancólico. O mar calmo permitia ouvir o gemido da ave a pairar sobre as águas. Em meio à tristeza e desolação, e o desinteresse pelo mundo exterior, de súbito busca um apaziguamento para aquele sofrido abatimento. Diante da angústia que lhe oprimia o peito, evoca o silêncio do túmulo como uma possível saída. Tanto ele como Firmina, cabe observar, abordam a relação do sujeito com o luto, e suas possíveis conseqüências.

³⁸ Firmina recorre a um pequeno trecho do longo poema *Camões*. Anotou ela: “[...] Rosa d’amor, rosa purpurea e bella, Quem entre os goivos te esfolhou da campa?” (RaMF, p. 173, grafia original).

Em duas ocasiões, Maria Firmina cita ainda o nome do escritor português Alexandre Herculano (1810-1877), autor de *Eurico, o presbítero* (1844), tido como um romance histórico. Na epígrafe de um dos seus poemas, Firmina anotou: “É assim que eu te vejo em meus sonhos de noite de atroz saudade.” (RaMF, p. 81) O poema apareceu na terceira edição do jornal *Almanaque de Lembranças Brasileiras*, em janeiro de 1868.

Alguns autores românticos brasileiros³⁹ são explicitamente citados no *Álbum*. Foi o caso, por exemplo, de Casemiro de Abreu (1839-1860), autor de ‘O que é – Simpatia (A uma menina)’ (1859), poema citado por ela: “Simpatia é quase amor, disse C. Abreu” (RaMF, p. 185). O já referido Gonçalves Dias foi um dos autores maranhenses homenageados por ela no livro *Cantos à beira-mar*; ela dedicou à memória dele ao menos um poema, *Nênia*.

Na época, segundo Antonio Candido, predominava entre os literatos um estilo sentimental e intimista, colorido ou não pelo pessimismo mais ou menos satânico. Morria-se precocemente, o que teria ajudado a popularizar os versos de tantos poetas jovens. Sobre o estilo desses autores, o crítico anotou que “alguns são quase femininos pela plangência melancólica e a delicadeza da expressão, como Casimiro de Abreu que [...] se tornou predileto das leitoras” (Candido, 2010, p. 53).

Maria Firmina também adotou para si um eu lírico pessimista. O poema *Desilusão* é um bom exemplo disso. De modo algo cifrado, os versos falam das dores da vida, deixando no ar a impressão de que há muito sofrimento represado dentro dela. Eis um trecho:

É sempre assim a vida, – mero engano:
 Após o riso, lágrimas, e dor,
 Pungentes amarguradas...
 Um querer que renasce louco, insano
 E quebra-se no nada, sem fragor,
 Como sombras em ermas sepulturas.
 [...]
 Pode de cinza, e larvas enastrar
 O peito já cansado, – e após a neve
 Sobre ele chover:
 Depois – da vida a tarde – o encontrar
 Em apático existir já morte a seve,
 O gérmen, a esperança, ou o querer.
 [...]
 Sem amor, sem amigos, sem porvir.
 Sem esperanças, ou gozos: sem sequer
 Quem sinta a minha dor...
 Só mundo – só... triste existir!
 Que me resta, meu Deus! – que resta a ver,
 Se tudo hei visto neste longo error!!!...

³⁹ Para detalhes sobre a vida e obra de muitos desses escritores, ver Candido (2010).

(Reis, 2017, p. 135; grafia original)

Nos poemas reunidos em *Cantos à beira-mar*, como foi dito antes, a escritora parece ter adotado formas e fórmulas comumente adotadas pelos poetas românticos da época. Os temas provinham do cotidiano. Todavia, nas palavras de Ana Lúcia da Silva (2023, p. 95),

As escrevivências de Maria Firmina dos Reis foram influenciadas tanto pelas vivências com as mulheres negras escravizadas e/ou forras, como também pelo “Romantismo, o realismo e o patriotismo”. Ela não se eximiu em denunciar as contradições existentes na sociedade brasileira pós-Independência, como o racismo, a manutenção da escravização do povo negro, as hierarquizações étnico-raciais e de gênero, o machismo, e outras práticas de opressão do patriarcado, como os assassinatos e a violência de gênero.

De volta aos autores românticos do século XIX, caberia ainda citar o nome de Gérard Nerval (1808-1855). Autor de *Voyage em Orient* (1851), no qual, segundo Kristeva (1989), o francês rompeu com o tom das narrativas de viagem de então, uma temática muito em voga em meados do século XIX; *Leschimères* (1854), coletânea de poesias impregnadas de ocultismo e misticismo; *Sylvie* (1854), romance que seria louvado por [Valentin Louis Georges Eugène] Marcel Proust (1871-1922); além de *Aurélia* (1855), obra póstuma que foi de grande influência para os surrealistas.

A história da vida de Nerval foi marcada por crises nervosas e internações em hospitais psiquiátricos. Uma montanha-russa que duraria até o seu aparente suicídio: em janeiro de 1855, o corpo dele foi encontrado com uma corda em volta do pescoço, tendo ainda os últimos capítulos de *Aurélia* em um dos bolsos.⁴⁰

Kristeva fez uma análise do poema *El Desdichado*, publicado inicialmente no *Le Mousquetaire* (1853). Escrito em um período particularmente difícil da vida do autor, o poema resumiria bem o desfecho trágico da vida de Nerval. Nas palavras de Kristeva (1989, p. 136, grafia original):

Se é verdade que para numerosos leitores franceses o espanhol “El desdichado”, é traduzido por “deserdado”, a lexicografia estrita manterá a afirmação de que o termo significa mais precisamente “desafortunado”, “infeliz”, “miserável”. Nerval, contudo, parece ater-se a “deserdado” [...]. É também o termo pelo qual o poeta designa a si mesmo num outro contexto

⁴⁰ Na opinião de Mário Eduardo Costa Pereira, a versão de suicídio seria fantasiosa. Todavia, “ainda que seja inteiramente falsa essa versão, não deixa de ser interessante que tamanha mistificação tenha se perpetuado ao longo dos anos, excitando a imaginação do público, de críticos e de estudiosos” (Pereira, 2001, p. 223).

(“Assim, eu, o brilhante comediante de há pouco, o príncipe ignorado, o amante misterioso, o deserdado, o banido da alegria [...]”).

Autor também de peças de teatro, contos e artigos diversos, a obra de Nerval só suscitaria o interesse da crítica literária a partir da segunda metade do século XX. Pois até então ele foi considerado um autor secundário, sobretudo em razão do estilo fragmentário.⁴¹

⁴¹ Nas palavras de Carpeaux (2011c, p. 1471): “Nerval era um pobre-diabo, inadaptado para a vida, perdendo-se em reminiscências da infância, transfigurando casas de campo e moças bucólicas em castelos e princesas medievais, como fazia qualquer adolescente sonhador daquela época ilusionista; tampouco passam de evocações charmantes certos contos de Nerval: ‘Angélique’, ‘Sylvie’. De repente, porém, o ‘Desdichado’ – como se chamava – começa a falar em alusões herméticas – ‘Je suis leténébreux – leveuf – l’inconsolé...’ – produzindo uma série de sonetos obscuros, ininteligíveis, que definiu, pelo próprio título da coleção, como *Chimères*: ‘Myrtho’, ‘Horus’, ‘Antéros’, ‘Delfica’, ‘Artémis’, ‘Le Christaux Oliviers’, poemas encerrando símbolos como que de uma religião terrível e esquecida; são as poesias mais enigmáticas da literatura francesa.”

4 REVISÃO CRÍTICA SOBRE A OBRA DE MARIA FIRMINA

Como vimos no último capítulo, Blake, Almeida e Moraes Filho escreveram sobre Maria Firmina. Mas tempos depois, outros estudiosos se debruçaram sobre a autora trazendo novas perspectivas sobre a vida e obra. Assim, consideramos que esses escritos constituem a fortuna crítica firminiana, contudo, nessa tese iremos trazer apenas uma parte dela, diante do número de trabalhos que estão surgindo em torno da escritora.

4.1 NORMA TELLES

A professora Norma Telles, por exemplo, chegou até a escritora maranhense por conta da pesquisa que fez sobre a participação das mulheres na literatura brasileira. Em sua pesquisa, ela estava particularmente interessada em autoras que foram relegadas ao esquecimento. No livro *Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX* (2012), fruto de uma tese acadêmica defendida em 1987, ela esclarece e justifica a relevância do levantamento biobibliográfico resultante de sua pesquisa. Até então, segundo ela, não havia “uma tradição conhecida de escritoras antes de meados do século XX e assim formamos mais uma geração sem história própria, sendo, portanto, necessário rever o passado e fazer a arqueologia das obras enterradas nas sombras do tempo” (Telles, 2012, p. 59). Entre as autoras que constam do livro, encontramos o nome de algumas pioneiras, como Narcisa Amália de Campos (1852-1924), Maria Benedicta Bormann (1853-1895) e Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), além, claro, da própria Maria Firmina.

Telles está a ecoar a visão de Virginia Woolf (1882-1941). Na opinião da escritora britânica, a mulher seria uma espécie de *espelho mágico* da sociedade, capaz de multiplicar por dois os feitos dos homens, sendo tradicionalmente vista como musa inspiradora e como criatura. Essa imagem de *anjo do lar*, ainda segundo Woolf, era a mais perniciososa que se poderia atribuir a uma escritora. Nas palavras dela (Woolf *apud* Telles, 2012, p. 85),

Ela é intensamente compreensiva. É desmedidamente encantadora. Ela é absolutamente altruísta. Ela se supera nas difíceis artes da vida familiar. Ela se sacrifica diariamente (...) ela nunca tem um pensamento ou um desejo próprio (...) e quando eu começo a escrever, eu a encontro já em minhas primeiras palavras (...) ela aparece por detrás de mim e murmura: “Minha querida, você é uma jovem mulher (...) seja compreensiva, seja terna; agrade os outros; engane; use todas as artes e ardis de nosso sexo. Nunca deixe ninguém perceber que você tem uma mente própria.

Remar contra a corrente e recusar esse papel costumava (e muitas vezes ainda costuma) converter a mulher em um monstro da rebeldia ou da desobediência. Não é um caminho fácil. No caso de uma escritora, uma das atribuições a ser enfrentada são as dificuldades adicionais na hora de divulgar o trabalho. Um problema com o qual Maria Firmina estava familiarizada, conforme vimos anteriormente.

A estudiosa, entretanto, é otimista ao argumentar que as mulheres do século XIX escreveram bastante. No Ocidente, a palavra impressa (em jornais, folhetins, livros etc.) teria sido usada por algumas autoras como uma ferramenta capaz de expressar sentimentos, opiniões e cosmovisões. Desse modo, elas podiam expor suas próprias opiniões a respeito de si e das coisas do mundo, alcançando e influenciando um universo cada vez mais amplo de leitores, incluindo outras mulheres. Ainda assim, no entanto, as escritoras comumente adotavam pseudônimos (masculinos ou genéricos) e permaneciam no anonimato, ao menos temporariamente.

Em sua análise de *Úrsula*, Telles identifica traços de uma literatura gótica feminina.⁴² Nas palavras dela:

Nesta história, porém, a heroína não está presa em um castelo, mas amarrada à cama da mãe parálitica numa das casas do vilão. Suas aventuras não são por corredores escuros, labirintos e alçapões e sim pela floresta, por veredas, clareiras, lugares escuros. É ali que toma suas decisões, é lá que escapa ao vilão. A segunda vez que dele escapa, quando todos já estavam mortos, é através da loucura, solução que Harriet Stowe também sugeriu para fugir da opressão. (Telles, 2012, p. 173).

A estudiosa evoca Ann Radcliffe (1764-1823), escritora inglesa que foi uma das pioneiras da literatura gótica ao escrever um “romance cujo personagem principal é uma jovem que é ao mesmo tempo uma vítima perseguida e uma heroína corajosa” (Telles, 2012, p. 130). O gótico funcionaria como um disfarce, um modo de a escritora remeter suas heroínas para lugares exóticos e excitantes, mas sem constranger os padrões da época, de acordo com os quais a vida feminina girava tão somente em torno do lar e da família.

Ao serem sequestradas para lugares distantes por vilões, elas se veriam obrigadas a lutar pela própria sobrevivência. O que implicaria em fazer coisas incomuns ou até então inimagináveis: escalar montanhas, penetrar em florestas assombradas por bandidos, descobrir

⁴² A crítica literária Ellen Moers (1977) cunhou a expressão *gótico feminino*. Um termo difícil de ser definido, a não ser por determinados elementos que aparecem na obra. A narrativa é permeada por sentimentos de medo, fantasia. Situações estranhas e incomuns acontecem, parecendo algo sobrenatural que assusta os leitores.

passagens secretas em meio ao labirinto de corredores de um castelo e assim por diante. E elas fazem tudo sozinhas, desacompanhadas de um marido ou de alguma outra figura masculina. As heroínas passam a experimentar as mesmas aventuras que os heróis já experimentavam, ainda que na vida real perdurasse uma diferença importante, a saber: “A diferença era que eles podiam se afastar de casa de verdade, enquanto elas continuariam a viver essa experiência somente na ficção, na maior parte dos casos” (*ibidem*, p. 130).

Ann Radcliffe foi contemporânea de Mary Wollstonecraft (1759-1797). As duas comungavam de ideias parecidas. Sobre a condição feminina, por exemplo: “Não uma mulher filósofa, ou amante, mas a mulher viajante, a mulher que se movimenta, age, lida com as vicissitudes e aventuras” (Telles, 2012, p. 130).

As considerações acima podem ser usadas em nossa análise dos escritos de Maria Firmina. No caso do romance *Úrsula*, por exemplo, veja o comportamento e os sentimentos atribuídos à personagem principal ao saber da alforria dada a Túlio. Este se diz muito feliz por seguir viagem com Tancredo, enquanto a jovem “invejava vagamente a sorte de Túlio e achava maior ventura do que a liberdade poder ele acompanhar o cavaleiro” (Reis, 2022, p. 73). Mais uma passagem em que a autora faz alusão à condição feminina na sociedade patriarcal brasileira.

Outra questão apontada por Telles na mesma obra seria o próprio estilo da fala atribuída aos escravizados: um português castiço. Usam a segunda pessoa do plural, o *vós*, como pronome de tratamento. O que pode ser interpretado como um modo de equiparar o peso da fala entre escravizados e senhores. A esse respeito, cito Reis (2022, p. 62, grafia original): “– Senhor! – balbuciou o negro – vosso estado... Eu – continuo, com o acanhamento que a escravidão gerava – suposto nenhum serviço vos possa prestar, todavia quisera poder ser-vos útil. Perdoai-me!”.

Ao adotar a imagem de um escravo fiel, o qual, apesar de tudo e contrariando a crença de outros autores, não se embrutecia, a autora maranhense parece ter se valido de preceitos éticos e morais típicos do cristianismo. A seguinte passagem ilustra esse ponto:

Coitado do escravo!

Nem o direito de arrancar do imo peito um queixume de amargura dor!!...

Senhor Deus! quando calará no peito do homem a tua sublime máxima – ama a teu próximo como a ti mesmo, e deixará de oprimir com tão repreensível injustiça ao seu semelhante!... a aquele que também era livre no seu país... aquele que é seu irmão?!

E o mísero sofria; porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma; porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos, e puros como a sua alma. Era infeliz; mas era

virtuoso; e por isso seu coração enterneceu-se em presença da dolorosa cena, que se lhe ofereceu à vista. (Reis, 2022, p. 61, grafia original).

Vale registrar que artifício semelhante foi usado pela escritora e abolicionista estadunidense Harriet [Elisabeth] Beecher Stowe (1811-1896) na composição da protagonista do romance *A cabana do pai Tomás* (1852). Lembrando que o livro de Stowe foi um sucesso, tendo sido amplamente divulgado entre os leitores brasileiros. O fato é que, a julgar pelas notícias que temos a respeito do Brasil oitocentista, raríssimas foram as mulheres que ousaram fazer frente a escravidão. Ao concordar com este ponto de vista, Norma Telles (1997, p. 408) sustenta que: “Tanto na vida quanto na arte, a mulher no século passado aprendia a ser tola, a se adequar a um retrato do qual não era a autora. As representações literárias não são neutras, são encarnações ‘textuais’ da cultura que as gera” .

Algo semelhante Tatiane Carvalho de Moraes parece apontar ao investigar as obras de Stone e de Maria Firmina. Segundo ela, “apesar de a ocupação dos espaços por uma mulher ser algo tão limitado, dir-se-ia até negado, as autoras escreveram romances de suma importância para o movimento abolicionista nos dois países” (Moraes, 2022, p. 12).

Discorrendo sobre as barreiras educacionais que as mulheres da época enfrentavam, a estudiosa sustenta que Firmina era uma mulher “inteligente e instruída”.⁴³ As evidências mais fortes de que estamos diante de alguém que aprendeu a dominar o idioma e a palavra escrita são as próprias obras dela. E aprendeu mais ou menos por conta própria, embora não haja documentos que atestem o tipo de bibliografia a que ela estava acostumada a consultar. O que parece seguro afirmar é que, além do português, ela dominava e tinha acesso a obras em ao menos um idioma estrangeiro, visto as inúmeras epígrafes em francês que aparecem em seus livros.

Por fim, a estudiosa acredita que, embora aparentasse ser uma mulher calma e serena diante das intercorrências da vida, Firmina trazia consigo as marcas de uma vida sofrida. Uma carga cujo peso enfim teria se imposto sobre ela, minando o seu ânimo e a sua disposição, sobretudo nos últimos anos de vida.

⁴³ A frase original teria sido criada por Moraes Filho (1975, p. 279): “Ainda em nossos dias em Guimarães, a uma mulher inteligente e instruída chamam: Maria Firmina”.

4.2 LUIZA LOBO

Ainda na década de 1980, Luiza Lobo já escrevia a respeito de Maria (e.g., LOBO, 1986/1987, 1989; além de LOBO, 1993, 2007⁴⁴), tendo sido uma das responsáveis pelo ressurgimento do interesse em torno da vida e obra da escritora maranhense. Recentemente, a própria estudiosa chamou a atenção para o pioneirismo do seu trabalho (Lobo, 2015).

Segundo ela, há diferenças significativas entre a obra de Maria Firmina e a de outros autores conhecidos daquela época, incluindo alguns dos contemporâneos da escritora, como Joaquim de Sousa Andrade (1833-1902), o Sousândrade. Tendo também se debruçado sobre a obra deste último, Lobo observa que não encontrou ali qualquer registro que possa ser usado em prol da defesa dos cativos. Observa apenas que, em 1856, antes de embarcar em viagem com destino à Europa, Sousândrade se desfez dos escravizados que herdara da família. E mais: “*O Guesa e Harpas Selvagens*,⁴⁵ por exemplo, trazem apenas referências veladas a Dula, Leda e Dulaleda – escravas com quem teve relações e filhos legítimos” (Lobo, 2007, p. 346).

Ainda segundo a estudiosa, Maria Firmina problematizou o sistema escravocrata em vários momentos de sua obra, em especial no romance *Úrsula* (1859) e no conto *A Escrava* (1887). Para tanto, adotou o artifício de incluir uma narrativa dentro da outra. Seria um modo de “obter um maior grau de verossimilhança psicológica, criando um pacto entre o leitor e o narrador da história, que a torna mais crível” (Lobo, 2007, p. 346).

Foi assim, por exemplo, que Maria Firmina tratou do incesto, um tema relativamente comum dentro do Romantismo. O tema confere uma atmosfera trágica a história, ainda que “nada se assemelha ao realismo sombrio do naturalismo de Eça de Queiroz” (Lobo, 2006, p. 194). No romance *Úrsula*, por exemplo, há um trecho em que o tio Fernando P...⁴⁶, descrito como a encarnação do mal, aborda a jovem sobrinha, fazem a seguinte declaração:

– Oh! Não me desdenhe, não me acabrunheis e desesperéis com o vosso rancor. Se me amardes, no meu amor encontrareis a felicidade; porque agora sou vosso escravo. [...] Vi-vos, e um amor apaixonado, como um filtro venenoso, se me derramou na alma. Nunca supliquei, e agora eis-me súplice, humilhado na vossa presença: na presença de uma menina. (Reis, 2022, p. 123)

⁴⁴ O livro teve uma 2ª edição publicada em 2007 (Lobo, 2007), de onde extraí as citações aqui usadas.

⁴⁵ Livros de poesia de Sousândrade publicados em 1872 e 1857, respectivamente.

⁴⁶ Maria Firmina grafou assim mesmo.

Lobo concorda com Morais Filho quanto à originalidade do livro *Cantos à beira-mar*, mas discorda quando ele classifica a obra como um romance ou romancete. Para ela, trata-se de um conto,⁴⁷ inspirado em *Atala*, de René de Chateaubriand (1768-1848), e em *O Guarani* (1856, 1857), de José Alencar.

Para Lobo (2007, p. 353), a obra de Firmina “segue o esquema folhetinesco de interditos amorosos – no caso, o amor impossível de um nobre francês por uma indígena, os quais descobrem ser meios-irmãos”. Ainda segundo a estudiosa, Firmina bebeu na obra de outros autores, como de Francisco Sotero dos Reis (1800-1871), Gentil-Homem de Almeida Braga (1835-1876), Gonçalves Dias (1823-1864) e Ovídio da Gama Lobo (1836-1871). A lista de influências inclui ainda Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810), Alexandre Herculano (1810-1877) e o poeta Raimundo Marcos Cordeiro (?-?). Este último, segundo a estudiosa, seria a paixão platônica de Firmina.

A faceta ultrarromântica não era nenhuma exclusividade. Ao contrário, foi um traço que acompanhou a escrita de uma geração de poetas. Tratava-se, nas palavras de Lobo (2007, p. 351), de um “produto do *mal dusiècle*, como Lamartine, Álvares de Azevedo, Gonçalves Dias e Almeida Garret”. Vários dos poemas de Firmina são acompanhados de epígrafes e citações, “o que demonstra a extrema cultura dessa mulher que morava no interior do Maranhão no século XIX” (Lobo, 2007 [1993], p. 352).

4.3 MARIA LUCIA DE BARROS MOTT

O livro *Submissão e Resistência: a mulher na luta contra a escravidão* (1988), da historiadora Maria Lucia de Barros Mott (1948-2011) é tido como um marco no estudo do movimento de mulheres contra a escravidão. A intenção da autora era examinar o papel das mulheres nessa luta, visto que a literatura sobre o assunto era bem escassa. O livro trata de questões raciais e de gênero e procura diferenciar a participação de mulheres brancas e negras na vida política do Brasil Colônia. Visto que, nas palavras da própria autora,

algumas vezes revolucionária, outras reacionária – a marcha por Deus, pela propriedade e pela família está aí para não nos deixar mentir – ela sempre existiu, mesmo que muitas vezes não concordemos com os rumos que ela tomou (Mott, 1991, p. 12).

⁴⁷ Luiza Bobo (2007, p. 345) classifica *Gupeva* e *A escrava* como contos, não como novelas.

A estudiosa reconstitui a história de algumas mulheres, como Ana Pimentel,⁴⁸ que se tornou procuradora dos negócios do marido, Martim Afonso de Souza (1500-1564). Outra figura feminina incluída foi Maria Quitéria (1792-1853), uma militar baiana que “sabia usar arma de fogo como suas conterrâneas, fugiu de casa, vestiu roupas de homem para alistar-se nas fileiras que combatiam as tropas portuguesas contrárias à Independência” (Mott, 1991, p. 14). A lista de nomes incluí ainda, além de Maria Firmina, Luciana de Abreu (1847-1880), escritora e professora gaúcha, e Antonieta Barros (1901-1952), jornalista e professora catarinense. Nas palavras de Mott (1991, p. 11-2):

Neste livro nós vamos fazer como o escritor: criticar a história tradicional e chamar a atenção, trazer para o primeiro plano a resistência e a luta das mulheres contra a escravidão. Não é, porém, uma história de mocinhos e bandidos onde as mulheres e os negros fiquem sempre com os elogios e os homens brancos com o papel de vilão. O objetivo também não é apresentar as mulheres como heroínas, personalidades chapadas, sem contradições ou “máculas”, mas buscar a sua participação nesse processo, sabendo, logo de início, que a participação das mulheres brancas no movimento que ficou conhecido como abolicionista significou, muitas vezes, a defesa da sua classe social e não solidariedade à raça oprimida.

Ainda segundo a autora, a luta das mulheres brasileiras contra a escravidão se deu de modo informal, em geral longe das esferas de poder e dos quadros políticos. Esse seria o caso da atuação de Maria Firmina, ao condenar a escravidão em suas obras. Apesar do desconforto que isso possa ter gerado à época em Guimarães, a popularidade da escritora maranhense deve ter sido grande, a ponto de alcançar os nossos dias – até hoje naquela cidade “a uma mulher inteligente e instruída chamam Maria Firmina” (Mott, 1991, p. 62).

Duas fontes biográficas importantes utilizadas por Mott foram os trabalhos de Morais Filho e Luiza Lobo.

4.4 ZAHIDÉ LUPINACCI MUZART

A professora Zahidé Lupinacci Muzart (1939-2015) foi autora de inúmeros trabalhos individuais, mas esteve à frente de trabalhos coletivos. Um exemplo importante foi o projeto de resgate de 160 escritoras brasileiras do século XIX, um marco na constituição de uma crítica literária feminista no país (Muzart, 1999, 2004, 2009).

⁴⁸ Segundo Mott (1991, p. 12): “Criada como moça da Corte, Ana Pimentel era dona de honra da rainha e abandonou a vida de luxo e riqueza para apossar-se da terra e colocar ordem nos desmandos que estavam, então, aí ocorrendo”.

A publicação da antologia foi acompanhada do surgimento de um sem número de trabalhos a respeito de escritoras até então pouco ou nada expressivas, conforme se pode constatar em uma visita ao banco de teses e dissertações da Capes.

A organizadora da antologia aponta que o reconhecimento e o resgate daquelas escritoras não se deram pela qualidade estética dos livros. Não serão comparadas às “grandes obras” dos homens da época em que viveram, mas como livros de mulheres que não tiveram acesso à mesma educação. Mulheres para quem estava interdito o convívio com os grandes intelectuais e para quem estavam fechadas as portas das instituições. Tais obras deveriam ser lidas e estudadas como as primeiras manifestações literárias das mulheres brasileiras. Nas palavras de Muzart (2013, p. 258), “é sobre isso que trata Maria Firmina dos Reis. Ela estabelece, com clareza, os limites aos quais estavam confinadas as mulheres do tempo e tem nítida noção da importância da educação, das vivências e das oportunidades culturais”.

A escritora maranhense, claro, consta da antologia. As informações sobre a vida e obra dela estão de acordo com o que se lê nos trabalhos de Moraes Filho, Lobo e Mott. Nas palavras da organizadora da antologia, “escrever foi a própria vida para Maria Firmina dos Reis. Escreveu sempre e abundantemente. É provável que não tenhamos nem a metade dos textos que essa mulher confiou às páginas de cadernos e blocos” (Muzart, 2013, p. 257).

Ainda segundo a estudiosa, Firmina seria uma mulher solitária e que não teve, ao longo da vida, uma relação amorosa satisfatória.

4.5 EDUARDO DE ASSIS DUARTE

O professor Eduardo de Assis Duarte tem participação decisiva no resgate da história do povo negro na diáspora, ao denunciar as conseqüências da escravidão na modernidade. Entre os dramas vividos se encontra a miséria, a exclusão, a marginalidade e o preconceito. E ainda, reacende o debate dessa vertente literária negra ou afro-brasileira, ao apresentar autores esquecidos pela crítica literária brasileira. Foi assim tanto em relação à obra de Luiz Gama (Ferreira, 2017) como à de Maria Firmina e outras produções de mulheres negras. Nas palavras dele:

Nota-se que, no mesmo ano em que Luiz Gama publicava suas *Primeiras trovas burlescas*, Maria Firmina dos Reis trazia a público *Úrsula*. Deste modo, se a literatura afro-brasileira tinha, em 1859, um de seus marcos fundadores, após a redescoberta de *Úrsula*, passa a ter dois, o que induz a pensar na existência não apenas de um Pai, mas também de uma Mãe... (Duarte, 2005, p. 123).

Era costume naquela época publicar um romance, ou o que quer fosse, anonimamente ou adotando um pseudônimo, como fez Firmina. Segundo o estudioso, isso pode ter contribuído para a cortina de silêncio que durante tantos anos envolveu o nome da escritora.

No prólogo de *Úrsula*, Maria Firmina anotou: “sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem trato e conversação dos homens ilustrados [...]” (Reis, 2022, p. 55). Artimanha, acanhamento ou excesso de modéstia?

Na opinião de Duarte, *Úrsula* seria não apenas o primeiro romance da literatura abolicionista, mas o

primeiro romance da literatura afro-brasileira, entendida esta como produção de autoria afro-descendente, que tematiza o assunto negro a partir de uma perspectiva interna e comprometida politicamente em recuperar e narrar a condição do ser negro em nosso país (Duarte, 2005, p. 144).⁴⁹

4.6 RÉGIA AGOSTINHO DA SILVA.

Régia Agostinho da Silva (2013, p. 10) investigou como a autora maranhense representa em suas obras “os cativos e as mulheres de seu tempo, e como, através deles, construiu uma fala dissonante em relação à dominação masculina e à escravidão no século XIX”.

A estudiosa observa que os escritores do século XIX trouxeram para si a incumbência de produzir uma literatura genuinamente brasileira. Daí a ênfase em uma temática tipicamente nacional, ao menos aos olhos de autores e leitores da época. E o romance foi escolhido como o gênero literário ideal para isso. Um bom exemplo são as obras de José de Alencar (1829-1877).⁵⁰ O autor ali procura atribuir valores morais ao conceito de nação, adotando a ideia de nação como uma ‘comunidade imaginada’ (*sensu* Anderson, 2008).

Para ela, *Úrsula* é uma obra rica em traços românticos. Evidência disso seriam as descrições evocando a beleza das paisagens naturais do país, propagando a ideia de uma nação majestosa e rica. Eis um pequeno trecho que serviria de exemplo: “São vastos e belos os nossos campos; porque inundados pelas torrentes do inverno semelham o oceano em

⁴⁹ O estudioso assinou os posfácios de ao menos três edições recentes: 2004 (edição da editora Mulheres), 2009 (edição comemorativa dos 150 anos) e 2017 (edição alusiva ao centenário de falecimento da autora).

⁵⁰ Seus romances, entre eles *Iracema* (1865), tinham uma perspectiva de construir um projeto identitário para uma nação que estava a se erguer.

bonançosa calma” (Reis, 2018, p. 49). Logo adiante, a autora segue enaltecendo elementos do mundo natural, como o clima, a fauna e a flora, exemplos que talvez tenham sido extraídos da própria região onde vivia.

Firmina se filiava ao Romantismo e a estudiosa chega a apontar para a influência de autores como [George Gordon] Byron (1788-1824) e Gonçalves Dias e seus ‘textos lacrimosos’. Nas palavras de Silva (2013, p. 16): “na literatura firminiana, existe um caráter de romance de tese e missionário, na medida em que [...] seus escritos, que é a escravidão, ou melhor dizendo, a luta contra escravidão”.

Com efeito, tanto *Úrsula* como ‘A escrava’ têm como *chave de leitura* uma temática atrelada à luta antiescravista.⁵¹ O que difere do que se lê nos textos ficcionais ou nos debates produzidos na segunda metade do Oitocentos (e.g., Telles, 1989; Duarte, 2004; Pinto-Bailey, 2021). No fim das contas, a literatura de Firmina individualiza os sujeitos negros. O texto confere a eles traços humanos, para além da mera condição de força de trabalho.

Argumentando a favor da natureza antiescravagista ou mesmo abolicionista das duas obras de Firmina referidas acima, Silva (2013, p. 158) anotou: “havia por parte da escritora uma timidez em falar abertamente contra a escravidão em 1859, isso já não existia em 1887. Até porque os tempos eram outros, e Maria Firmina dos Reis também”.

A estudiosa ressalta a importância do trabalho de Blake e Morais Filho sobre a escritora maranhense, chamando a atenção para o fato de que muito do pouco que sabemos sobre ela foram eles que nos legaram. Ainda assim, no entanto, não deixa de observar certos desencontros e contradições – e.g., quando Sacramento Blake rotula o conto *A escrava* como um romance. A respeito do livro de Morais Filho, por exemplo, ela escreveu o seguinte:

Apesar do valor inestimável do livro de Morais Filho para todo aquele que queira estudar Maria Firmina dos Reis, trata-se de uma biografia no seu sentido mais tradicional do termo. Onde são descritos e retomados “fragmentos” da vida de Maria Firmina e a grande preocupação do autor é falar do pioneirismo da autora como a primeira mulher a publicar romance no Brasil, fato, aliás, diversas vezes contestados pela crítica especializada. (Silva, 2013, p. 90)

Ao final do balanço que fez a respeito da bibliografia até então disponível, a estudiosa concluiu que “todos os trabalhos feitos sobre Maria Firmina dos Reis estão na esteira da

⁵¹ Todavia, Silva (2013, p. 91) julga inapropriado o uso dos rótulos antiescravagista ou abolicionista. Afinal, segundo ela, o movimento abolicionista é posterior a 1859. Foi necessário ‘aguardar’ o surgimento de uma massa crítica mínima, integrada por advogados, juristas, professores etc., e fruto do desenvolvimento econômico do país, para que a luta abolicionista de fato ganhasse relevância política.

crítica literária e/ou da biografia” (Silva, 2013, p. 93). Trocando em miúdos: todos os trabalhos estariam preocupados em *resgatar* a autora para os braços do cânone literário. Em sua análise, ela identificou quatro momentos cruciais em torno dos estudos a respeito da vida e obra da escritora maranhense:

O lançamento de *Úrsula* em 1859 e a relativa recepção que a obra teve, como também a continuidade dos escritos de Maria Firmina dos Reis até o final do século XIX. Num segundo momento, temos um total silenciamento de mais de cem anos da obra da escritora, que só será retomada em 1975, terceiro momento, por Nascimento de Moraes Filho, no qual a escritora ressurge como símbolo de mulher, negra, maranhense, pioneira das letras brasileiras feitas por mulher. Compreendemos que neste período, justamente na década de 1970, momento em que os movimentos feministas e de consciência negra faziam-se fortes no Brasil, Maria Firmina foi retomada, exatamente com esse boom. O quarto período será no ano de 1988, retomada por Luiza Lobo, no centenário da abolição da escravidão no Brasil, quando esta autora revê a crítica de Charles Martin, feita em 1975 para a edição fac-símile de *Úrsula*, em que ele entende que Maria Firmina dos Reis construiu em seu romance, no século XIX, uma “rara visão de liberdade”. (*ibidem*, p. 86)

De acordo com Charles Martin (1988),⁵² o romance de Firmina era algo muito diferente do que até então havia sido publicado no país. Poderia muito bem ser classificado como *porta-voz* da população negra escravizada. Desde que o ponto de vista de Martin foi divulgado, argumenta Silva (2013), os trabalhos a respeito da escritora passaram a comungar da mesma perspectiva – e.g., Duarte (2004), Mendes (2006) e Oliveira (2007). Embora ela também tenha identificado trabalhos com um viés diferente (e.g., Cunha, 2005; Nascimento, 2009).

4.7 OUTROS OLHARES CRÍTICOS

Infelizmente, não é possível trazer todas as vozes que passaram a falar sobre a obra de Maria Firmina. Mas é importante pontuar que o número está a crescer.

⁵²Entrevista recente, ver aqui: <https://www.matinaljornalismo.com.br/parentese/entrevista/charles-chuck-martin-o-especifico-nao-e-uma-ofensa/>

4.7.1 Carla Sampaio dos Santos

Ao investigar a trajetória docente de Maria Firmina, Carla Sampaio dos Santos (2016) menciona as dificuldades que enfrentou para encontrar documentos que atestassem a prática docente da escritora. Para tanto, foi atrás de arquivos que guardavam documentos oficiais:

A importância, portanto, de analisarmos os relatórios oficiais justifica-se por se constituírem como indícios das representações daquela época, sobre a educação que se realizava, sobre as práticas educativas, sobre os cotidianos e principalmente, para conhecer os dados sobre a cobertura e ampliação da rede física da qual Maria Firmina dos Reis exerceu o cargo de professora por 34 anos. (Santos, 2016, p. 42).

A pesquisadora conseguiu mapear boa parte dos bastidores do sistema de ensino maranhense. Ela encontrou, entre outras coisas, registros publicados na imprensa local com informações pertinentes a respeito do ingresso de Maria Firmina no serviço público, pedidos de afastamentos por motivos de saúde e, por fim, o processo envolvendo o pedido de aposentadoria.

O conteúdo da obra firminiana, na visão de Santos (2016, p. 5), visava “ensinar, criticar e/ ou moralizar seus leitores”. Chamando a atenção para a situação dos mais oprimidos, a escrita dela teria um caráter moral e, ao mesmo tempo, didático-pedagógico. Motivos mais do que valorosos e que por si só justificariam que a obra dela fosse mais amplamente divulgada e conhecida.

4.7.2 Rita Terezinha Schmidt

Ao examinar as razões que levaram ao esquecimento de Maria Firmina, Rita Terezinha Schmidt argumenta que o fenômeno estaria vinculado à identificação do cânone literário. Para fazer parte do cânone, uma obra deveria satisfazer a certos critérios – e.g., valor estético, escritural e simbólico. Nas palavras de Schmidt (2018, p. 14):

Por cânone entende-se o elenco daquelas obras que, a partir de juízos de valor de parte dos críticos e historiadores da literatura, ganharam o estatuto de obras representativas, não só por virem ao encontro de um consenso em torno de certa definição de literatura, mas também por conterem representações de identidade associadas a um sentimento de pertencimento nacional.

O apagamento de Maria Firmina, de acordo com a estudiosa, não foi acidental, mas sim o resultado de certos fatores. O primeiro deles seria a exclusão das mulheres da esfera pública, visto ser este um espaço ocupado e legitimado por homens letrados, principalmente homens brancos. O acesso a esse ‘clube masculino’ se dava por meio de regras que desqualificavam os textos oriundos de mãos femininas. Estes eram discriminados, sendo rotulados de subliteratura – textos desprovidos de valor literário. Na opinião de Schimidt (2018, p. 17):

Tal discurso de descrédito se pautava no consenso, presente no campo social e cultural, sobre o papel da mulher, circunscrito ao espaço doméstico, e sobre seu corpo, naturalizado em termos da capacidade biológica reprodutiva. O fato de muitas mulheres terem adotado pseudônimos em seus escritos, aqui e em outros países ao longo dos séculos XVIII e XIX, como é o caso de Maria Firmina dos Reis e Ana Luíza Azevedo Castro, é revelador do receio de sofrerem constrangimento sociais em razão de terem ultrapassado as fronteiras de seus mundos e ousadas entrar em um espaço altamente avesso à intromissão das mulheres, o campo da criação, uma reserva masculina por excelência desde os tempos idos, seja na tradição religiosa, filosófica ou literária, tradições reguladas pela crença de que o homem cria, a mulher somente procria. Em outras palavras, as mulheres não tinham o direito de se imaginar como parte da irmandade da nação, a não ser como coadjuvante na produção de cidadãos.

Um segundo fator teria sido o próprio conteúdo da trama ficcional. Visto que o protagonismo é exercido por personagens negros. Estes narram histórias repletas de sofrimento, com críticas veladas ao sistema escravocrata. A autora maranhense estava na contramão, sobretudo no que diz respeito ao servilismo que caracterizava os personagens estereotipados que povoavam os romances publicados naquela época. Como exemplo disso, a estudiosa chama a atenção para a seguinte passagem de *Úrsula*: “entretanto o pobre negro, fiel ao humilde hábito do escravo, com os braços cruzados sobre o peito, descaía agora a vista para a terra, aguardando tímido uma nova interrogação” (Reis, 2022, p. 63).

4.7.3 Eliane Marques

Já Eliane Marques (2018) sustenta que Maria Firmina passou a dialogar com a estética e com a ideologia abolicionista, ambos presentes nas entrelinhas de algumas das grandes obras que estavam a surgir naquela época.⁵³ Um artifício adotado pela escritora maranhense

⁵³ Exemplos: *A cabana do Pai Tomás* (Stowe, 1852) e *O navio negreiro* (Alves, 1869), já mencionados, e *As vítimas-algozes* (Macedo, 1869).

foi a técnica do encaixe de narrativas, como se pode constatar em *Úrsula e A escrava*. Como exemplo, a estudiosa cita o seguinte trecho, “Eu vou narrar-vos, se me quiserdes prestar atenção, um fato que ultimamente se deu. Poderia citar-vos uma infinidade deles; mas este basta, para provar o que acabo de dizer sobre o algoz e a vítima” (Reis, 2022, p. 217).

Fazendo isso, a autora vai agrupando fragmentos que dizem respeito aos “laços então quebrados de modo a instaurar o jogo da reciprocidade, sem o qual não se pode conceber o humano, nem de um nem de outro lado” (Marques, 2018, p. 26). Seria este o plano da diferença⁵⁴ em sua narrativa, discordando dos textos que atribuíam uma vida heroica aos escravizados e senhores, mas apontando para “uma perspectiva mais filosófica das relações sociais que apresenta no romance do que propriamente épica” (*ibidem*, p. 26).

De acordo com Marques (2018, p. 63), ao reconhecer que ocupava um lugar marginal na sociedade, Maria Firmina “empresta a sua pena para que o subalterno possa falar, não apenas para que diga, sim, senhor, mas que critique a sua própria condição e, por conseguinte, o regime escravocrata.”

Ainda de acordo com a estudiosa, a escritora ocuparia uma posição de *forasteira de dentro*, visto ela (1) morar com uma tia branca de posses; (2) ter tido acesso ao ensino escolar; e (3) ter exercido um cargo no ensino público. A posição de mestra régia, no entanto, não a teria livrado de certos constrangimentos. Nas palavras de Marques (2018, p. 74):

Na rua ou mesmo em casa ou na escola, alguém tenha apontado o dedo para Maria Firmina dos Reis ou cochichado para outro cúmplice ou mesmo gritado: É uma negra! Ou quem sabe: É uma mulata! Ou quem sabe alguém a tenha questionado acerca de sua condição (se livre ou liberta), como Tancredo fez com Túlio.

Segundo a estudiosa, é possível que a escritora tenha tomado ciência da posição relativamente privilegiada que ocupava. Todavia, apesar dos laços de envolvimento com uma tia branca, ao perceber que não era vista como diferente, mas sim como desigual, é provável que Firmina tenha ficado abatida. Desse jeito, “ocuparia os lugares de dentro e de fora ao mesmo tempo, o que Patrícia Hill Collins chama de *outsider within*” (Marques, 2018, p. 76).

⁵⁴ O conceito de diferença, segundo Marques, seria o resultado da construção de um desejo e de um trabalho de abstração, de classificação, de divisão e de exclusão – i.e., um gesto de poder que é interiorizado e reproduzido nos gestos da vida de todos os dias, inclusive pelos próprios excluídos.

4.7.4 Fernanda R. Miranda.

Fernanda R. Miranda⁵⁵ revela como a prática de ocultar o próprio nome era comum entre as escritoras no Oitocentos, assim como a de usar o prólogo para pedir desculpas antecipadas aos leitores. Firmina recorreu a esses dois expedientes como parte de um projeto literário mais amplo – ter sua obra publicada, ter sua obra lida (Muzart, 1994). No projeto literário da escritora maranhense, segundo Miranda (2019, p. 78), podemos encontrar “suas inflexões políticas e seu lugar enunciativo, abrindo espaço para refletirmos sobre as condições da atividade literária no Brasil [...]”. Maria Firmina estaria ciente da dupla dificuldade que os seus escritos teriam a enfrentar – frutos de uma pena feminina e de uma mulher negra, descendente de ancestrais escravizados. A autora então se resguarda das críticas, lançando mão de palavras de modéstia e de autocrítica já no prefácio do seu livro: “Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor” (Reis, 2022, p. 55).

Considere ainda o trecho a seguir:

Não a desprezeis, antes amparai-a nos seus incertos e titubeantes passos para assim dar alento à autora de seus dias, que talvez com essa proteção cultive mais o seu engenho, e venha a produzir cousa melhor, ou quando menos sirva esse bom acolhimento de incentivo para outras, que com imaginação mais brilhante, com educação mais acurada, com instrução mais vasta e liberal, tenham mais timidez do que nós. (Reis, 2022, p. 55, grafia original).

Ao analisar o fragmento acima, Miranda (2019) destaca dois aspectos complementares e que são também transgressores. O primeiro tem a ver com contexto em que a escritora vivia, enquanto o segundo está a acenar para um projeto de futuro, insinuando a reivindicação de um lugar para a sua obra. E, ao mesmo tempo, um lugar que sirva de incentivo para que outras mulheres venham a escrever e a publicar seus trabalhos.

Miranda (2019, p. 81) salienta ainda que “ela [Maria Firmina] também está nos dizendo do peso – e/ou da liberdade – que é não ter um passado literário no qual se apoiar: não havendo um antes (?), resta apostar no devir”. Em outras palavras, a estudiosa considera que a ansiedade experimentada por Firmina não seria de modo algum uma exclusividade dela, pois seria igualmente experimentada por outras escritoras. Todas ainda órfãs de uma tradição de autoras mais velhas. A estudiosa conclui dizendo: “Maria Firmina dos Reis é precursora da autoria feminina negra no romance. É também fundadora da literatura brasileira” (*ibidem*, p. 84).

⁵⁵ A autora mapeou e analisou romances de oito escritoras negras até então esquecidas ou ignoradas.

4.7.5 Maria Helena Pereira Toledo Machado

O ponto de vista de Maria Helena Pereira Toledo Machado (2018) parece reforçar o que foi dito acima. Tendo convivido com homens e mulheres escravizados, Firmina construiu laços de proximidade, identificação e solidariedade ao longo da vida. Por um lado, era possível perceber de perto o peso da escravidão. Por outro, o convívio ao mesmo tempo servia lembrar que ela estava a viver uma situação atípica. Afinal, era uma mulher negra de poucos recursos, mas que estava a ocupar um lugar de destaque (por méritos próprios, diga-se) – seja por exercer a função de professora, seja por ser uma escritora. Essa dupla experiência teria contribuído para a solteirice da escritora. Como anotou Machado (2018, p. 24):

No papel de mestra, letrada e escritora, ela participa de eventos, como casamentos, bota-foras, reuniões, nos quais muitas vezes é convidada a apresentar seus poemas. Como professora dedicada, recebe homenagens e é reconhecida por sua autoridade e impacto na existência de gerações de habitantes de Guimarães. No entanto, sua vida pessoal é povoada só pela família e pelos mais simples, escravas, crianças desgarradas ou órfãs, e por uma doída solidão.

Tendo analisado os depoimentos de terceiros colhidos por Moraes Filho a respeito de Firmina, a estudiosa ressalta que o assunto ‘cor da pele’ parece trazer à tona alguns constrangimentos. Conclui dizendo que, no fim das contas, a escritora teria conseguido se impor; aliás, “já havia conseguido o quase impossível – ser admitida no restrito círculo de letrados locais” (Machado, 2018, p. 15). Ainda segundo ela, haveria, assim, um paralelo entre a escrita romanesca e a própria vida da escritora maranhense.

4.7.6 Rafael Balseiro Zin

Rafael Balseiro Zin lembra que o romance *Úrsula* foi escrito “cerca de trinta anos antes da promulgação da Lei Áurea, em 1888” (Zin, 2018, p. 8-9). Por isso mesmo, em sua opinião, os ideais políticos da escritora estão presentes em sua literatura. Ainda que de uma perspectiva particular, na qual as mazelas da escravidão ganham relevo. O pesquisador concorda que há uma distância entre a obra dela e a de outros autores⁵⁶ daquela época.

Firmina meio que evoca para si um novo posicionamento na literatura – algo como “a intérprete do Brasil” (Zin, 2018, p. 10). Ao adotar a perspectiva dos marginalizados e dos

⁵⁶ O pesquisador está se referindo a Castro Alves (1847-1871), Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), Bernardo Guimarães (1825-1884) e Aluísio Azevedo (1857-1913) (Zin, 2019).

mais explorados, a escrita dela oferece diferentes abordagens, diferentes tipos de interpretação. No romance, ao lado da questão racial, ela também examina o “lugar social destinado às mulheres, ambos presentes nas arestas e nas aberturas interpretativas proporcionadas por sua obra” (*idem*, 2018, p. 12).

Em 1887, quando apareceu o conto *A escrava*, quase três décadas depois de *Úrsula* (1859), a conjuntura já não era a mesma. Nas palavras do estudioso, “os ventos já sopravam com maior intensidade a favor da libertação dos africanos e dos afrodescendentes escravizados” (Zin, 2019, p. 79). Não estranha que o tom de denúncia presente nos diálogos tenha ganhado em intensidade e contundência. O tema do conto gira em torno das injustiças e das condições subumanas em que os cativos estavam submetidos. Assim, como em *Úrsula*, o conto também trata da situação das mulheres na sociedade.

Ao examinar os escritos de vários historiadores da literatura brasileira, Zin (2016, p. 28) anotou:

Sílvio Romero (1943 [1888]), José Veríssimo (1981 [1916]), Ronald de Carvalho (1920), Nelson Werneck Sodré (1985 [1938]), Afrânio Coutinho (1986 [1959]), Antonio Candido (2000 [1959]) e Alfredo Bosi (1970), por exemplo, ignoram-na completamente. E mesmo um intelectual afrodescendente como Oswaldo de Camargo (1987), em sua coletânea *O negro escrito*, de suma importância para o resgate de escritores afro-brasileiros, não faz referência alguma a ela. Dentre outros expoentes da historiografia literária nacional, muitos fizeram o mesmo, à exceção de Sacramento Blake (1970 [1883-1902]), que foi contemporâneo da autora; Raimundo de Menezes (1978 [1969]), que soube da existência de *Úrsula* logo após seu ressurgimento e que acabou incluindo um verbete sobre a escritora na segunda edição de seu *Dicionário Literário Brasileiro*; e Wilson Martins (2010b [1979]), que, no terceiro volume de sua monumental *História da Inteligência Brasileira*, apenas cita seu nome em uma linha.

O pesquisador chama a atenção para o silêncio que durante anos cercou a obra de Firmina. Silêncio oriundo de uma ‘lentidão da redescoberta’.

5 O *ÁLBUM* DE MARIA FIRMINA DOS REIS

Além das obras literárias já mencionadas, Maria Firmina deixou “UM *ÁLBUM*!...” (RaMF, p. 14, grafia original), um conjunto de anotações que constituem o ‘livro da alma’ da escritora, para usar uma expressão que ela própria usava. A referida obra, ainda segundo o biógrafo, mesmo fragmentada e aparentemente incompleta, parece ter sido o primeiro *livro íntimo* escrito por uma mulher brasileira e que veio a ser divulgado.⁵⁷

A simples existência do *Álbum* conflita com a opinião de Gilberto Freyre (1969), lembrando que ele era cético a respeito da existência de relatos íntimos datados do século XIX. Defendendo a necessidade de investigações mais profundas a respeito da vida íntima dos senhores de engenho, o estudioso pernambucano ressalta a importância de se conhecer melhor o cotidiano de nossos antepassados, de modo a “sentimo-nos aos poucos nos completar: é outro meio de procurar-se o ‘tempo perdido’. Outro meio de nos sentirmos nos outros – nos que viveram antes de nós” (Freyre, 1969, p. 49). Lamenta ainda o fato de que, entre nós, tal empreendimento investigativo se torna tarefa por demais complexa. A sustentar o seu ponto de vista, ele anotou:

[A]qui o confessionário absorveu os segredos pessoais e de família, estacando nos homens, e principalmente nas mulheres, essa vontade de se revelarem aos outros que nos países protestantes provê o estudioso da história íntima de tantos diários, confidências, cartas, memórias, autobiografias, romances autobiográficos. Creio que não há no Brasil um só diário escrito por mulher. Nossas avós, tantas delas analfabetas, mesmo quando baronesas e viscondessas, satisfaziam-se em contar os segredos ao padre confessor e à mucama de estimação (*ibidem*, p. 49).

Pesquisadores brasileiros teriam sido influenciados durante algum tempo pela crença de que inexistiria tal material. Mais recentemente, depois que ele veio à luz pela mão de arquivistas, houve quem duvidasse de sua autenticidade. De fato, parece haver uma relativa escassez de diários pessoais escritos por brasileiros. Não só pelo fato de eles nunca terem sido escritos, mas também pelo fato de que muitos teriam sido destruídos, seja pelo próprio autor, seja pelos seus descendentes ou herdeiros.

Ainda que a maior parte da população brasileira fosse analfabeta, pesquisas recentes têm trazido à luz um número inesperadamente significativo de relatos de vida escritos de próprio punho (Machado, 2019). Estão sendo localizados textos escritos tanto por homens

⁵⁷ Sobre o conceito de escrita íntima, rever a *Introdução* desta tese.

como por mulheres, brancos e negros. Nas palavras de Maria Helena Pereira Toledo Machado (2019, p. 2): “escrever surge impregnado da experiência de exclusão e de sua negação, tornando-se, assim, um ato de emancipação”.

Nessa mesma linha de raciocínio, Ligia Fagundes Telles (1997) lembra o naturalista Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), que esteve de passagem pelo país, em 1819. Em uma visita que o naturalista fez a uma fazenda, chegou a ouvir do seu anfitrião o argumento de que ele não poderia conhecer nem a sua esposa nem as suas filhas, pois não era permitido que elas aparecessem diante de um visitante do sexo masculino, conforme rezava o costume. Era sinal de que as mulheres da casa eram recatadas e dignas de respeito. Nessas circunstâncias, se uma das filhas fosse vista por um visitante, algum eventual pretendente poderia cancelar compromissos previamente estabelecidos.

As mulheres de família permaneciam em reclusão – escondidas, reprimidas, isoladas – dentro da própria casa. Na interpretação de Telles, contudo, o outro lado dessa história é que o olhar feminino sobre a vida desenvolveu habilidades diferentes do olhar masculino. Chama a atenção para “os diários e álbuns de capa acetinada o recurso ideal para assim registrarem suas inspirações, era naquelas páginas secretas que iam se desembrulhando em prosa e verso” (Telles, 1997, p. 671).

Não se pode dizer, evidentemente, que Maria Firmina dos Reis era uma reclusa. Afinal, como professora e escritora, ela tinha uma vida social. Mas o *Álbum* bem pode ser visto como um pequeno repositório, um pequeno refúgio. Enfim, como uma espécie de diário.

De acordo com Luiza Lobo, o primeiro registro do *Álbum* data de 9/1/1853. Ela contava então com 28 anos. A última data de 1/4/1903,⁵⁸ quando ela já estava com 78 anos. Os registros, portanto, cobrem um período de 50 anos. Mas poderia ser ainda mais, visto que a escritora viveu até os 92 anos. Ocorre que ela teria perdido a visão em 1906, por volta dos 81 anos de idade. Na opinião de Luiza Lobo (2007, p. 353),⁵⁹ “provavelmente com esta idade que ela perdeu definitivamente a visão e abandonou a escrita do diário, até a sua morte”.

Sobre o volume em si, a estudiosa ressalta que o filho Leude Guimarães, em conversa com Moraes Filho, disse ter sido vítima de roubo. Segundo ele, logo após a morte da mãe, e estando hospedado em uma pensão em São Luís, o seu quarto teria sido invadido e revirado. Documentos e materiais da autora desapareceram. Na opinião de Lobo (2007, p. 354), no entanto, “o *Álbum* em si tem forma originalmente entrecortada, descontínua, e o conteúdo não parece apresentar páginas perdidas.”

⁵⁸ Ressaltamos essa data como uma consideração da pesquisadora.

⁵⁹ A primeira edição do livro *Crítica sem juízo*, de Luiza Lobo, foi lançada em 1993.

Apesar do pequeno número de páginas (rever Introdução), a estudiosa descreve o volume como uma obra singular, capaz de revelar a intimidade de uma mulher que viveu e publicou entre meados do século XIX e início do século XX. Contendo anotações inusitadas de uma autobiografia, temperadas com algum fatalismo e alguma resignação, como se poderia esperar de uma autora ultrarromântica.⁶⁰ Em artigo posterior, eis como a estudiosa descreve as anotações íntimas de Firmina: “não segue apenas a um determinado estilo de época, mas a uma consciência ultrajada, inferiorizada, reprimida e lastimosa” (Lobo, 2015, p. 119).

Além dos traços românticos, os registros deixam entrever o cuidado da autora na escolha das palavras. Breves e fragmentárias, as anotações tratam de uma variedade de assuntos, como a mudança de casa, a adoção de crianças órfãs, a importância e o valor da amizade, o nascimento de crianças e o falecimento de parentes e amigos queridos, entre outros. O texto emana sentimentos de luto, melancolia, desilusão amorosa, solidão e desesperança, o que habitualmente é interpretado como o estado de alma da escritora.

Na opinião da estudiosa, há ali uma *tônica fúnebre*, tônica essa que só é alterada de vez em quando, por conta de “alguns nascimentos, primeiros passos e cortes de cabelo, sorrisos e algaravias dos filhos de criação” (Lobo, 2007, p. 355). A certa altura, Firmina insinua que o suicídio poderia ser uma *sáida*, mas essa ideia logo é refutada por ela, deixando claro que tal possibilidade iria de encontro às suas crenças religiosas. Ainda assim, no entanto, a ideia de dar fim à própria vida aparece em alguns de seus poemas, como em um deles intitulado *Súplica*:

Dá, Senhor, que breve passe
Sobre a terra – o meu viver;
Bem vês, a flor desfalece
Da tarde no esmorecer;
Entretanto a flor é bela,
É bela de enlouquecer.

Mas eu triste, – eu que na vida
Só hei provado amargura,
Que o sonho de um doce gozo
Não permite a desventura,
P’ra que amar a existência
Árdua, mesquinha e dura?!...

P’ra que viver, se esta vida
É martírio eterno, e lento?
E frágua a existência,
É século cada momento:

⁶⁰ Sobre ultrarromantismo, rever a Introdução.

P'ra que a vida, Senhor
Se a vida vale um tormento!!!...

Dá, Senhor meu Deus, que breve
Se me atolhe a sepultura:
Que vale a vida seus gozos,
Que vale sonhar ventura,
E trago, a trago esgotar,
Fundo cálice de amargura!
Que importa a mim, se no bosque,
Canta a mimosa perdiz?
(Reis, 2017, p. 39, grafia original)

Como aponta Lobo (2007, p. 356), “nesses impressionantes depoimentos, reveladores de uma verdadeira história das mentalidades, há o mesmo tom de lamento, embora mais ameno e controlado, que permeia a ficção feminina dos anos 1970”.

Os temas predominantes são morte e suicídio. E a estudiosa está a se referir a autoras como Hilda Hilst (1930-2004), Judith Grossmann (1931-2015) e Rachel Jardim (nascida em 1926). Cita ainda autores como Gustave Flaubert (1821-1880) e Autran Dourado (1926-2012), considerando que as obras deles tratam da “vida interior de mulheres que esbarram tragicamente no silêncio, causado pela solidão e a impossibilidade de expressão, e cujo único desfecho possível é a morte” (Lobo, 2007, p. 356-7). Na opinião da estudiosa, o desfecho trágico da vida de algumas escritoras atuantes ao longo do século 20, como foi o caso de Virginia Woolf, citada anteriormente, Sylvia Plath (1932-1963) e Ana Cristina César (1952-1983), talvez tenha sido decorrente da falta de afiliação religiosa ou mesmo de certas doenças psicossomáticas, como teria sido o caso de Clarice Lispector (1920-1977).

Lobo interpreta a entrada *Resumo da minha vida* como autobiográfica. Entrada na qual Firmina descreve a infância e fala de pessoas com quem conviveu, além de fazer anotações variadas sobre a vida. Confessa que não era feliz e argumenta, como já foi dito anteriormente, que só seria feliz após a morte. Na opinião de Lobo (2007, p. 358):

Tal imagem corresponde à ideia de luto com que Freud define a tristeza da perda em *Luto e melancolia*. Viveria Maria Firmina, inconscientemente, a mesma sensação de recusa social, tão vívida e preconceituosa, que se percebe nas páginas de *O Mulato* (1881) de Aluísio, e que levou Gonçalves Dias à mesma decepção vivencial?

Em sua análise do *Álbum*, a estudiosa chama a atenção para alguns erros na disposição cronológica das entradas. Ainda segundo ela, o volume faz menção ao poeta Raimundo Marcos Cordeiro (?-?), por quem Firmina nutria uma paixão, digamos, secreta. Mas uma paixão que seria difícil de se concretizar, era uma espécie de “[amor] impossível, quer pela

classe social, quer pela raça, quer pela idade” (Lobo, 2007, p. 359). A desilusão amorosa marcaria para sempre a escritora maranhense, conforme anotou Lobo (2007, p. 362):

Toda essa experiência de abandono – cultural, pessoal, profissional – seca, aparentemente, qualquer possibilidade de expressão de sentimentos sobre a vida. A Maria Firmina que continua escrevendo após 1877 apresenta um mero necrológico de partidas e de mortes de parentes e amigos. Ela sequer sofre.

Neste ponto, recorreremos mais uma vez a outra estudiosa que se debruçou sobre os escritos íntimos da escritora maranhense, Maria Helena Pereira Toledo Machado. Na opinião dela, “as reflexões sobre sua vida [presentes no *Álbum*] exprimem um profundo senso de solidão, fragilidade e melancolia, expresso em paisagens noturnas, visões do infinito e do vazio, e aguda consciência de sua individualidade” (Machado, 2018, p. 12). Sobre a adulteração ou o provável desaparecimento de partes do *Álbum*, a estudiosa levanta a hipótese de que o material original teria sido manipulado pela família, em um esforço de evitar a divulgação de trechos que, por algum motivo, pudessem manchar a obra ou o nome dela. Na opinião de defensores desse último ponto de vista, apenas parte dos escritos de Firmina teria sobrevivido e vindo a público. Para Machado (2018, p. 11):

Trata-se de uma situação comum: famílias de autores/as de diários – e, por vezes até mesmo seus/suas redatores/as –, quando confrontadas com a possibilidade de propagação daquilo que foi escrito livremente e em tom confessional, costumam proceder à superação do que poderia vir a ser considerado constrangedor.

Defendendo a hipótese de que Maria Firmina de fato experimentou uma grande decepção amorosa no início da vida adulta, a pesquisadora levanta a pergunta: “Terá sido o preconceito o motivo de sua grande perda amorosa, ou ainda outras dificuldades poderiam explicar tal queda do paraíso amoroso?” (Machado, 2019, p. 6).

A estudiosa identifica mudanças de humor ao longo das anotações. Observa, por exemplo, que a escritora manifesta alegria e otimismo quando se refere à amizade que nutre por Teresa de Jesus Cabral, residente em São Luís. A amizade era prazerosa e importante para Firmina, pois preenchia vazios e talvez servisse como um lenitivo, um substituto. A amiga, a rigor, “aparece descrita com tonalidades sensuais, de um belo rosto, de encantos de celeste amor e mimoso odor, alimentando sonhos misteriosos” (*Ibidem*, p. 8). Passado algum tempo, porém, Firmina torna a expressar sentimentos de solidão. Talvez justamente por não ter com

quem dividir e compartilhar os sentimentos, ela torna a registrá-los em papel. Em resumo, a história de vida de Firmina poderia ser descrita como uma mulher que teve:

Amores perdidos, solidão e desesperança, Firmina soube também refletir a respeito de si própria, como alguém que trilhou caminhos únicos, andou por sendas por onde poucos passam e ninguém compreende. (*ibidem*, p. 11)

Em sua análise, a estudiosa também olha para as entrelinhas, chamando a atenção do leitor para o uso de uma linguagem algo cifrada – identifica no texto códigos, metáforas, ditos e não ditos. Firmina estaria assim evitando se expor mais abertamente. Vale dizer que essa prática era relativamente comum entre os escritores desse gênero literário. Ressalta ainda que o conteúdo do *Álbum* foi transcrito por um amigo de Morais Filho, o poeta e dramaturgo Jamil Jorge e sua filha. Visto que os originais são desconhecidos, várias dúvidas já foram e continuam a ser levantadas.

Machado (2019), por exemplo, identifica certas imprecisões, como uma aparente adulteração na disposição de datas e/ou dos respectivos conteúdos. As entradas relativas ao ano de 1860, por exemplo, aparecem antes das de 1859; uma entrada relativa ao ano 1874 aparece antes de entradas relativas aos anos de 1872 e 1873.

Dúvidas a respeito da legitimidade autoral do que está no do *Álbum* também são levantadas por Jéssica Catharine Barbosa de Carvalho.⁶¹ Tentando esclarecer o problema, ela entrevistou o poeta e agitador cultural maranhense Raimundo Fontenele (nascido em 1948), um dos criadores do chamado Movimento Antroponáutica, na década de 1970. Com o título ‘160 anos de *Úrsula* – Em 1975, alguém tinha que datilografar o romance’, a entrevista foi publicada no sítio Memorial de Maria Firmina dos Reis, em 2019.⁶² Na entrevista, Fontenele apontou algumas particularidades que envolveram a produção das obras de Firmina; esclareceu dúvidas sobre o conteúdo do *Álbum*; e falou sobre as dificuldades que cercavam a vida cultural maranhense de então. Ao responder sobre o seu relacionamento com Morais Filho, ele disse:

⁶¹ A pesquisadora analisou a prosa e a poesia da autora maranhense. A intenção era entender a forma como uma “escritora negra, subvertia os papéis comuns a sua época e mostrava-se ativa intelectualmente” (Carvalho, 2018, p. 17). Ela observa que Firmina, usou o seu “lugar de fala” para escrever sobre os conflitos de uma sociedade permeada pela escravidão, no romance *Úrsula* e no conto *A escrava*. O conteúdo antiescravista dessas obras permite inseri-las hoje no âmbito da chamada Literatura Negra Brasileira (para uma caracterização desta última expressão, ver Ferreira, 2017).

⁶² A entrevista completa pode ser lida aqui: <https://mariafirmina.org.br/160-anos-de-ursula-em-1975-alguem-tinha-que-datilografar-romance/>

Vim a conhecer o professor Nascimento Morais, um agitador político e cultural, figura indispensável na vida e nas rodas e saraus literários daquela época. Bom papo, alegre, espírito jovem, em determinado momento da minha vida, no segundo semestre de 1974, me procurou, já com os originais manuscritos do seu futuro livro *MARIA FIRMINA: FRAGMENTOS DE UMA VIDA* e me propôs ajudá-lo na datilografia daquela sua obra. (Carvalho, 2019, s/p; grifo no original).

Conta que todas as tardes ele ia até a residência de Morais Filho. Lá datilografava o texto de uma nova edição de *Úrsula*, a partir de um exemplar da primeira edição que havia conseguido emprestado. Trata-se, até certo ponto, de uma edição revista, visto que a grafia e o vocabulário estavam a ser ajustados. Fontenele foi também quem datilografou os originais do livro *Maria Firmina: Fragmentos de uma vida*.⁶³ Disse ainda que não teve qualquer participação nas entrevistas com parentes ou conhecidos de Maria Firmina. Sobre os manuscritos do *Álbum*, Carvalho (2019, s.p, grifos do autor) contou:

Veja, o diretor da biblioteca pública Benedito Leite naquela época era o Professor Ruben Almeida. Ele já estava bem velho e não atualizava o acervo. Depois que o Jomar Moraes entrou, ele modernizou a biblioteca e houve mais interesse das pessoas irem frequentar, com atividades que atraíam o público leitor. No tempo de Ruben Almeida, era só praticamente um depósito de livros. Quem frequentava eram os escritores e pesquisadores, gente que estava interessada. Manuscritos, nós estamos falando de manuscritos. O professor Ruben Almeida tinha muitos manuscritos que ele encontrava lá e acho que ele tinha até ciúmes desses manuscritos, não queria nem que ninguém visse. É como acontece em o *Nome da Rosa*, em que a igreja queria proteger a sabedoria e o conhecimento, não queria que ninguém soubesse e tivesse acesso porque isso era repartir o poder. Mas Morais Filho tinha os manuscritos de Maria Firmina, só que ele não me deu, eu não peguei, mas vi esse material. Ele ficava com ele segurando na mão e me ditou todinho.

Quando a entrevistadora mencionou a desconfiança dos estudiosos a respeito da existência dos originais, ele respondeu (Carvalho, 2019, s.p):

Duvidam? Mas não sei por quê. Esse material, que era o diário da Maria Firmina, ele tinha os manuscritos. É autêntico, é o diário dela mesmo que está na biografia, com certeza. Nós conversamos e [Morais Filho] me afirmou categoricamente que era manuscrito da Maria Firmina mesmo. Ele pesquisou muito, ele trabalhou muito nisso.

⁶³ Na entrevista, Fontenele informa ainda que a revisão dos originais foi feita pelo próprio autor. Cabe observar, no entanto, que o nome dele não aparece no expediente da obra sequer como datilógrafo do manuscrito.

A estudiosa abraça a hipótese de que a *narrativa íntima* de Firmina teria sido produzida com a intenção de gerar um texto literário. Para sustentar essa hipótese, ela chama a atenção para o tom romântico da narrativa. Mais especificamente, para certos trechos em que a autora fala em *leitores futuros*. Ainda segundo a estudiosa, tudo isso ajudaria a conferir credibilidade ao *Álbum*:

[Q]ue tanto poderia ser algo literário, no sentido de não manter relação direta com suas concepções acerca daquilo que escreve; quanto pode conter descrições pessoais, ser instrumentos de construção do passado e uma representação memorialística do vivido, voltada para o modo como Maria Firmina dos Reis poderia construir para ser lida no futuro (Carvalho, 2018, p. 82).

A estudiosa identificou algumas similaridades entre o *Álbum* e textos de outras autoras, concluindo que a escritora maranhense estaria a fazer daqueles registros um testemunho de uma época particularmente opressiva. Dito de outro modo, ao estabelecer uma relação entre a poética, a prosa e a história íntima da autora, Carvalho identifica traços em comum com obras de outras autoras daquela época. Passagens evocando sentimentos de aflição, solidão, tristeza, morbidez e melancolia – testemunhos, talvez, de vidas áridas, sem encanto – eram recorrentes, tanto nas anotações de Firmina como na literatura feminina de então. Para ela, a autora maranhense registrou em seus escritos a insatisfação que sentia diante da ordem vigente. Nas palavras de Carvalho (2018, p. 75):

Assim, as temáticas e a forma como as aborda nas suas poesias não provocam, diretamente, cisões e questionamentos acerca daquela sociedade, mas, especialmente para uma leitura de hoje, propõem reflexões importantes para construir novos modos de pensar a escrita feminina, e o próprio século XIX, um período que pouco compreendemos, ainda que falemos tanto sobre ele.

Na medida em que recebia sinais positivos do meio literário, a escritora seguiu adiante, ampliando o raio de ação para si e para outras mulheres. A obra da escritora maranhense revelaria assim que (*Ibidem*, p. 92):

A passividade não era a atitude primordial para as mulheres no período. Contestar essa postura cristalizada no pensamento social traz à tona essas personagens esquecidas, que, em meio ao contexto proibitivo, de alguma forma faziam com que sua voz ecoasse.

O fato de Firmina ter sido professora, segundo a pesquisadora, facilitou a entrada dela em outros círculos sociais, motivando-a a se inserir e a participar do cenário literário.

Para Carla Sampaio dos Santos, os registros de Maria Firmina no *Álbum* expressam o estado de espírito dela, em meio a anotações a respeito de fatos corriqueiros, típicos de um livro íntimo. A estudiosa dá especial atenção ao texto de natureza autobiográfica *Resumo da minha vida*, produzido em junho de 1863. Em tons românticos e melancólicos, Firmina se mostra saudosa dos tempos de infância. Fala da educação precária que recebeu e dá mostras de que tem ciência de que vive em uma sociedade patriarcal. Não parece confortável com isso. Durante a infância, o seu mundo era exclusivamente feminino.

De acordo com a estudiosa, o *Álbum* seria o único documento escrito de próprio punho a revelar certos aspectos da educação recebida por Firmina na infância, como a sua natureza essencialmente freirática. Para Santos (2016, p. 56):

[I]ndicavam a casa da mãe como um lugar de recolhimento extremo, seu reconhecimento de ter sido uma criança tímida que, pela educação, tornou-se também melancólica. Mais à frente, neste *Álbum*, ela mostra-se a clamar pela piedade divina, para que sua morte chegasse, a fim de livrá-la do sofrimento e das dores do existir.

A estudiosa também chama a atenção para o texto *A memória de minha venerada mãe*, inserido em *Cantos à beira mar*. Ali, Maria Firmina se mostra grata pelos incentivos que recebeu da mãe. Graças ao quais desenvolveu o hábito da leitura e conseqüentemente da escrita. Em outras palavras, como era comum entre as mulheres daquela época, a educação de Firmina se deu no seio familiar. O que mais chama a atenção no seu caso é que isso definitivamente não era comum em famílias de ex-escravizados ou de descendentes de escravizados.

A respeito da proximidade ou de alguma convergência entre a escrita de Maria Firmina e a de outras autoras negras da época, caberia aqui citar o nome da escritora potiguar Auta Rodrigues de Souza (1876-1901). Órfã desde a infância, ela foi enviada para estudar no Colégio São Vicente de Paula, em Recife. A instituição era dirigida por religiosas francesas. Lá recebeu uma educação refinada e logo estava a ler os poetas franceses no original (e.g., Lamartine, Vitor Hugo e Chateaubrian). Durante os anos de internato (1888-1890), adotou o hábito de recitar poemas para as colegas.

Por volta de 1890, ainda adolescente, começou a sentir os primeiros sintomas da tuberculose.⁶⁴ Mesmo tendo se consultado com vários médicos, a doença não cedeu. Então, entre 1894 e 1895, “apaixonou-se pelo bacharel João Leopoldo da Silva Loureiro, promotor público em seu estado, que tanto influenciou em sua poesia. Porém, a família se opôs ao namoro devido ao estado de saúde da poetisa” (Lobo, 2006, p. 64).

Publicou em vida um único livro, *Horto* (1900),⁶⁵ cuja tiragem inicial se esgotou em apenas dois meses. O vocabulário e a força das imagens evocadas contribuíram para o sucesso. Referida pelo crítico José Cândido de Andrade Muricy (1895-1984) como “a mais espiritual das poetisas brasileiras” (Muricy *apud* Martins, 1978b, p. 126), ela explorava temas religiosos e místicos. Além disso, como era costume entre os ultrarromânticos, ela com frequência evocava as perdas e as dores que havia experimentado em tão pouco tempo de vida. Era uma cristã fervorosa. Todavia, assim como Maria Firmina, Souza

não faz referência ao fato de ser mulata em sua obra, embora vivesse no período abolicionista. Escreveu para a imprensa local muitas vezes com os pseudônimos de Isa Salúcio e Hilário das Neves (Lobo, 2006, p. 65).

A escritora potiguar tem sido criticada por isso.⁶⁶ Segundo Janice Souza Cerqueira (2022, p. 58), por exemplo, o fato de a autora “não ter se comprometido em seus textos com a população afrodescendente, não fazendo referências a assuntos ou personagens negros e não se colocando como mulher negra em seus escritos” é notável.

Diva Cunha (2014), tendo investigado a obra literária da potiguar, argumenta que a identidade de Souza foi construída por meio de negações. A primeira negação diz respeito à etnia e à cor da pele. Na ânsia de ser vista como uma cidadã qualquer, ela não se afirma como uma mulher negra.

Ainda segundo Cunha (2014, p. 258), “a segunda negação constitutiva desta identidade, que se edifica pela ausência diz respeito à cor da pele, raízes tão próximas que ainda queimavam a carne”. Na opinião da crítica, foi grande a contribuição de biógrafos e críticos nesse processo de embranquecimento da autora.

No último quartel do século XIX, uma mulher negra como Auta de Souza teve de “superar barreiras de gênero e de raça para ser aceita enquanto escritora. [...] Assim, para ser

⁶⁴ Mais tarde, no poema ‘Agonia do coração’, ela escreveria: “E eu tenho a treva dentro do seio... / Astros! velai-vos, que eu vou morrer!”.

⁶⁵ Segundo Cerqueira (2022, p. 61), “este livro contou até 2007 com cinco edições”.

⁶⁶ Para detalhes, ver Camargo (1987).

aceita nos espaços de letras, suas subalternidades foram algumas vezes omitidas” (Cerqueira, 2022, p. 64).

Naquela época, vale insistir, ter a pele escura (preta etc.) era quase que um carimbo: “Escravizado”. Sabendo disso, caberia bem a pergunta: O que levou Firmina a não se referir à cor de sua pele ou à sua etnia teria algo a ver com o que levou Auta de Souza a silenciar sobre essas mesmas questões?

No poema homônimo ao título do livro, o eu poético romântico se mostra insatisfeito; volta-se ao passado e prende-se à infância; o presente está constantemente marcado pela dor; as esperanças estão voltadas para o futuro e em uma vida plena após a morte. Os versos abaixo servem de exemplo:

Livrai su’alma do frio açoite,
Das ventanias que traz o Inverno...
Cerrai-lhe os olhos, na grande noite,
Na noite imensa do sono eterno.
Anjo da guarda, de rosto ameno,
Mostra-me o trilho do Nazareno...
E... adeus, ó lírios do meu sacrário,
Que eu vou subindo para Calvário!
(Souza, 2009, p. 35, grafia original)

De resto, a poetiza “mostra forte consciência feminina, como, por exemplo, no poema *Pobre flor*, em que esta é tomada como de lábio ou sexo” (Lobo, 2006, p. 67). Podemos identificar isso no seguinte fragmento:

Deu-m’a um dia antiga companheira.
De tempinho feliz de adolescente;
E os meus lábios roçaram docemente.
Pelas folhas da nívea feiticeira.

Como se apaga uma ilusão primeira,
Um sonho estremeado e resplendente,
Eu beijei-lhe a corola, rescendente.
Inda mais que a da flor da laranjeira.
(Souza, 2009, p. 76)

De acordo com Lobo, aos olhos do romantismo, o racional é inadmissível e o eu poético deve adotar uma postura ascética. Sua poesia é marcada pela transcendência, na qual o eu lírico anseia pela morte; primeiro, para cessar o sofrimento físico; segundo, para encontrar a si mesma.

5.1 UMA LEITURA DO *ÁLBUM* INSPIRADA EM AGENOR GOMES

O trabalho de Agenor Gomes tem sido considerado a nova biografia de Maria Firmina, servindo assim, para elucidar algumas lacunas e desconstruir imagens que foram cristalizadas sobre a vida da autora. Além disso, informações retiradas dos documentos encontrados nos cartórios encontram eco nos registros do *Álbum*, como o nome dos escravizados⁶⁷ da sua família, e isso pode servir para validar mais uma vez a existência do mesmo. Ainda, o pesquisador, apresenta a trajetória da escritora⁶⁸ em São Luís e Guimarães, mostrando também, a atuação dela como escritora, professora e mãe dos filhos ‘socioafetivos’.

Exercendo atualmente o cargo de juiz de direito em São José de Ribamar (MA), Agenor Gomes nasceu em Guimarães. Certa vez, ao pesquisar sobre a história de sua cidade, da qual já havia sido prefeito (1989-1992), esbarrou pela primeira vez no nome de Maria Firmina. Citações recorrentes e o papel de destaque habitualmente atribuído a ela, despertaram a sua atenção e guiaram o seu interesse. Nessa jornada, vasculhou documentos armazenados em cartórios de Guimarães e Pinheiro, um município vizinho, e também em arquivos públicos de São Luís. Após três anos de busca, trouxe à luz uma série de novidades factuais, envolvendo tanto a trajetória da escritora como o contexto social em que ela viveu. Esse material serviu de base para a elaboração do livro *Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil*, publicado em 2022. O autor explica como o livro está organizado:

Os seus 13 capítulos situam a romancista no ambiente da onipresente e violenta escravidão. Percorrem os locais frequentados por Maria Firmina, a sua produção literária, o seu ativismo na cultura popular, suas relações profissionais, o seu engajamento na comunidade, o convívio com poetas e escritores e elenca mais de 70 parentes da escritora. (Gomes, 2022a, p. 30-31)

No prefácio da obra, sem deixar de reconhecer a importância do trabalho de outros estudiosos, a própria Luiza Lobo chama a atenção para o significado e a relevância da pesquisa de Gomes. Diz ter ficado particularmente bem impressionada com a quantidade e a qualidade das informações que foram minuciosa e sistematicamente reunidas pelo autor. Diz ainda que, além de biógrafo, o estudioso atuou também como crítico literário. Segundo ela:

⁶⁷ A árvore genealógica de Lauriana pode ser vista no Apêndice A.

⁶⁸ A árvore genealógica de Maria Firmina pode ser vista no Apêndice B e a linha do tempo dela, no Apêndice C.

A bem documentada obra de Agenor Gomes não se limita a desvendar a vida e a obra da escritora com forte apoio bibliográfico, a ponto de levantar a genealogia completa da família dela, os locais onde residiu, suas relações sociais, contrato de trabalho e certidões. Ele também revela ao leitor um amplo quadro sociopolítico da província do Maranhão, uma das mais importantes do Brasil rural do século XIX, ao lado de um panorama sócio-histórico, que tristemente dependia da escravidão para o funcionamento, e acompanha o desenrolar dos fatos até a Abolição. (Lobo *apud* Gomes, 2022a, p. 17).

Assim, ao lado de um detalhado relato a respeito da trajetória da escritora, o pesquisador nos conta um pouco também sobre o modo como a sociedade do Oitocentos se organizava. Tendo para isso recorrido a uma variedade de fontes (e.g., teses, dissertações e anais de congressos). Para Lobo (*apud* Gomes, 2022a, p. 18), a obra em questão “é um passo importante, nos estudos literários brasileiros, no que tange ao levantamento bibliográfico e de fontes inexploradas”.

Já nas palavras do próprio autor, o interesse dele pela conterrânea foi despertado em um evento literário, a 11ª Feira do Livro de São Luís (FeLiS), em 2017. Realizado anualmente, o evento sempre homenageia um escritor maranhense. Naquele ano, a escritora homenageada era justamente Maria Firmina. Embora já houvesse uma significativa produção acadêmica em torno do legado da autora, havia ainda muita curiosidade e uma demanda por mais informações a respeito de Maria Firmina. Pois foi essa demanda que o levou a pensar na elaboração de um livro que falasse sobre a obra firminiana, sem deixar de lado a biografia dela. A intenção era levar adiante o trabalho iniciado por Morais Filho; falar da vida familiar e da atuação dela como professora; falar ainda sobre o legado e as influências da autora na vida dos habitantes de hoje da Vila de Guimarães.

A pesquisa teve início em 2018. O trabalho de campo incluiu visitas a diversos arquivos cujo acervo abrigava documentos do século XIX e início do século XX. Esses documentos foram, de acordo com Gomes (2022a, p. 25),

localizados nos arquivos da Serventia Extrajudicial de Guimarães e no Arquivo da Diocese de Pinheiro, em autos de inventários, livros de registro de notas, registros de nascimentos, batismos, óbitos e casamento.

No meio de todo esse material, ele encontrou procurações de Firmina, registradas em cartório, visando receber o seu salário de aposentada. Em uma das últimas procurações, para surpresa do biógrafo, constava a assinatura do avô dele, Agenor Oswaldo Gomes (1890-

1931). Datado de 4/10/1914, o documento teria sido solicitado pela escritora, quando ela já não enxergava mais.

O estudioso revisitou alguns lugares frequentados pela escritora, como Maçaricó, vilarejo de Guimarães onde Maria Firmina abriu a sua famosa sala mista. Como se deu a Esteve na praia de Cumã, em Guimarães, local que serviu de inspiração para alguns dos poemas que viriam a integrar o livro *Cantos à beira-mar*. Visitou os endereços nos quais a escritora residiu, além do Cemitério do Santíssimo Sacramento, onde o corpo dela foi sepultado.

A respeito do *Álbum*, especificamente, informa que a escritora teria iniciado os registros seis anos depois de chegar a Guimarães.⁶⁹ Observa que algumas anotações foram feitas enquanto ela estava fora de Guimarães, notadamente em São Luís. Chama ainda a atenção para três personagens que tiveram acesso ao diário e nele escreveram poemas dedicados à autora. A amiga Thereza de Jesus Cabral, residente em São Luís e também professora de primeiras letras. O poeta Raimundo Marcos Cordeiro e o filho socioafetivo Óton Franco de Sá.

Por fim, nas páginas iniciais do livro publicado em 2022, o biógrafo não deixou de registrar a importância dos estudos pioneiros de Moraes Filho (e demais pesquisadores). Ressalta ainda a relevância de Horácio de Almeida para a redescoberta da escritora.

5.2 MARIA FIRMINA EM SÃO LUÍS

Em 1612, lembra Agenor Gomes (2022), o Maranhão foi invadido pelos franceses. Naquela época, viviam na região aproximadamente 250 mil indígenas. A ilha de São Luís, chamada então de Upaon-Açu, teria sido escolhida pelos invasores como sítio para se instalar um forte militar. Anos depois, após a expulsão dos franceses, a coroa portuguesa daria início à escravização dos indígenas, uma prática que persistiu por mais de um século.

A demanda por mão de obra frequentemente fazia com que os senhores de engenho entrassem em conflito com os jesuítas. Em 1600, o rei de Portugal, D. José, assinou a Lei de Liberdade dos Índios, criada pelo Marquês de Pombal.

Em 1600, após a expulsão dos jesuítas, foi criada a Companhia Geral do Comércio do Maranhão e Grão-Pará (Alencastro, 2000). O objetivo era comercializar mão de obra africana. Em meados do século XVIII, uma frota de ao menos 43 navios transitava rotineiramente entre

⁶⁹ Para uma caracterização do *Álbum*, rever a Introdução.

a África e o Brasil. De 1756 a 1777, por exemplo, os registros indicam que 20.388 escravizados embarcaram nos portos de Cacheu e Bissau com destino ao norte do Brasil. Gomes (2022a, p. 46) anotou:

Proibida a escravidão dos indígenas na década de 1750, nos anos seguintes explodiria o massivo e violento tráfico de milhares de negros escravizados arrancados da África e transportados pelo Atlântico para construir a prosperidade econômica do Maranhão, no ciclo do algodão, na segunda metade do século XVIII.

O plantio, a colheita e a exportação de algodão e, posteriormente, de cana de açúcar promoveram o crescimento econômico da região, em especial durante a Guerra de Secessão (1861-1865), nos Estados Unidos. O crescimento decorreu em larga medida da exploração direta da mão de obra escravizada (Alencastro, 2000).

O progresso econômico transformou a capital maranhense. As ruas foram ocupadas por sobrados de dois ou três andares, revestidos de azulejos e umbrais de cantaria, com mirantes e sacadas de ferro. A imponência da cidade chamava a atenção dos visitantes, alguns dos quais (ingleses, sobretudo) se estabeleceram na cidade, seja como comerciantes, seja como prestadores de serviços. Regina Helena Martins Faria (2012, p. 39) comenta que “só assim essa minoria pôde construir os confortáveis e luxuosos sobrados, educar filhos e filhas no exterior e desenvolver costumes espelhados na Europa”. Ao retornarem de suas viagens, integrantes da elite maranhense impulsionaram a vida intelectual da capital. Foi assim com a literatura. Nas palavras de Gomes⁷⁰ (2022a, p. 50), “a incessante produção literária e a profusão de escritores, em meados do século XIX, deram à capital maranhense o cognome de Atenas Brasileira”. Havia, no entanto, um elemento de ironia nessa analogia.

Em artigo publicado no *Jornal de Timon*,⁷¹ por exemplo, o jornalista e político João Francisco Lisboa (1812-1863) chamava a atenção para o exagero que havia naquela designação. Entre os apontamentos, notícias e observações que fez a respeito da província e

⁷⁰ Gomes (2022a, p. 50-51) destaca nomes importantes daquele período: “João Lisboa e Joaquim Serra no jornalismo; Sotero dos Reis na filologia; Odorico Mendes, Gonçalves Dias, Sousândrade, Gentil Homem de Almeida Braga e Trajano Galvão na poesia; Antônio Henrique Leal na historiografia, João Clímaco Lobato no romance e Gomes de Souza nas ciências da matemática. Maria Firmina dos Reis, mesmo sem poder frequentar grupos literários, torna-se a única mulher a publicar romance”.

⁷¹ O jornalista e historiador João Francisco Lisboa teria fundado esse jornal em São Luís (MA), em 25/06/1852. Saía uma vez por mês, pela Typographia Const., de I. J. Ferreira. O periódico abordava a história política, tanto a do estado como a de países europeus. Lisboa assumiu a alcunha de “o Timon Maranhense”. Foi patrono da Academia Brasileira de Letras.

de sua capital,⁷² o jornalista descreveu como era o bairro São Pantaleão em meados do Oitocentos. Anotou ele (Lisboa *apud* Gomes, 2022a, p. 47, original do autor):

Logo que se enfia a Rua de São Pantaleão, estreita, porém longa, avista-se a igreja do Santo, edificada porventura em um dos pontos mais elevados desta cidade. Não sei arquitetura e não obstante ousou afirmar que é um dos nossos mais belos templos: as torres airosas, esbeltas e delgadas se arrojam gentilmente aos ares e dominam todo o Maranhão com tanta graça senhoril, que não têm essas outras moles de pedras e cal, rudes e indigestas, sob cujo peso gemem acurvadas e esmagadas as mais das nossas igrejas. Infelizmente, e sob cor de pretendidas acomodações, agregam-se ao lado do edifício umas casinhas baixas e agachadas, a que chamam das sessões da Mesa e da Secretaria, e que dando-lhe as aparências de um maneta ou corpo de um só braço, deformam miseravelmente o seu belo frontispício.

Descreveu, inclusive, como eram as casas da rua (Lisboa *apud* Gomes 2022a, p. 47):

Sobre os topos e recostos dos outeiros, algumas quintarolas e casinhas, cobertas de palha ou de telha, brancas ou vermelhas, e no fundo do vale, junto às fontes do Apicum, as roupas alvas, estendidas pelo chão ou flutuando penderes das cercas e cordas, matizam, esmaltam e animam a cena.

A tradicional Casa das Minas, com seus cultos aos voduns e cantos em língua jeje-nagô,⁷³ fica na rua São Pantaleão. Para Silva (2005, p. 83), “o termo mina é uma referência à procedência dos escravos, aprisionados no forte português São Jorge da Mina, na África Ocidental, antes de embarcarem para o Brasil”.

Com exceção de alguns terreiros na Bahia e em Porto Alegre, foi no Maranhão (em especial em São Luís) que o culto aos voduns (divindades dos jejes) se desenvolveu na Casa das Minas⁷⁴ no século 19, conforme as respectivas famílias mitológicas a que eles pertencem. Para Muniz Sodré (2015, p. 195-96),

A comunidade de terreiro é assim repositório e núcleo reinterpretaivo de um patrimônio simbólico explicitado em mitos, ritos, valores, crenças, formas de poder, culinária, técnicas corporais, saberes, cânticos, ludismos, língua litúrgica (o iorubá) e outras práticas sempre suscetíveis de recriação

⁷² No século XIX, a cidade de São Luís era referida também como Cidade do Maranhão ou tão somente Maranhão.

⁷³ Os ritos jeje-nagôs são de origem sudanesa. De acordo com o antropólogo Vagner Gonçalves da Silva, graças à influência dos jejes, criou-se no Maranhão e também no Pará um modo específico de canto denominado tambor-de-mina.

⁷⁴ Segundo Vagner Gonçalves da Silva (2005, p. 84), “A organização desse terreiro preservou no Brasil as relações históricas estabelecidas entre as etnias na África. Os rituais na Casa das Minas também incluem a devoção aos santos católicos”.

histórica, capazes de implementar um laço atrativo de natureza intercultural (negros de etnias diferentes) e transcultural (negros com os brancos).

O antropólogo Nunes Pereira (1892-1985) fala da infância em São Luís, em fins do século XIX. Ouvia *obaticum* noturno dos tambores. Anotou ele:

Na minha meninice abri olhos inquietos e maravilhados para as danças e cerimônias religiosas desenrolando-se no tradicional terreiro da Casa Grande das Minas, e meus ouvidos, rudes e frágeis – como conchas bivalves à margem do Oceano, ressoaram com as vozes dos tambores e das gargantas enchendo as noites de melodias e frases que nenhuma boca humana pôde conspurcar. (Pereira, 1979, p. 25)

Durante o Império, os templos dedicados às religiões africanas não eram bem-vistos ou sequer tolerados. O catolicismo era a religião oficial do Estado e, claro, não havia aquilo que hoje chamamos de ‘tolerância religiosa’. O Código Criminal de 1830, por exemplo, previa penas para quem descumprisse a lei – demolição do templo, dispersão dos fiéis e aplicação de multa. Curiosamente, porém, embora a Casa Grande das Minas contrariasse as restrições, fato é que o templo continua de pé, no mesmo lugar. Sem entrar em detalhes, o biógrafo informa que “a casa resistiu desde que foi fundada. As últimas vodunsis-gonjaí com iniciação completa dos rituais da Casa morreram na década de 1970, mas os cultos permanecem a cargo de outras mães de santo” (Gomes, 2022a, p. 49).

Era justamente na rua São Pantaleão que moravam Maria Firmina, a mãe dela, Leonor Felippa dos Reis, a avó materna, Engrácia, a tia Henriqueta Romana dos Reis e o tio Martiniano José dos Reis. Além de duas outras crianças, a irmã mais nova, Amália Augusta dos Reis, e a prima Balduína Amélia dos Reis, filha de Henriqueta. Como se vê, não era bem uma casa só de mulheres, diferente do que alguns observadores imaginavam.⁷⁵

Como vimos no segundo capítulo, em seu exaustivo levantamento a respeito das obras e dos autores que compunham o universo da literatura brasileira, Blake tentou entrar em contato com muita gente. Para tanto, enviou cartas a um sem número de destinatários. Foi assim que ele obteve as primeiras informações a respeito da escritora maranhense.

Para Gomes⁷⁶ (2022a p. 94), “o fato é que a correspondência, com os dados de Maria Firmina, chegou a Sacramento, sendo provável que a própria romancista tenha respondido ao escritor baiano”. Na missiva de resposta, constaria a data e o local de nascimento dela:

⁷⁵ Gomes (2022a) não deixa claro se todos moravam na mesma casa ou apenas na mesma rua. Os indícios, contudo, estão a pender mais para a primeira possibilidade.

⁷⁶ Para detalhes, ver Gomes (2022a).

11/11/1825 (uma terça-feira), em São Luís. Constava ainda o nome dos pais de Firmina. Confiante que isto sanaria qualquer dúvida, o biógrafo anotou:

Há, ainda, um documento público, dotado de presunção de veracidade, que afirma 1825 como o ano de nascimento de Maria Firmina. No registro de óbito, datado de 1917, consta que ela faleceu aos 92 anos de idade. Essa informação levada ao cartório por quem convivia com ela e declarou seu óbito, um dos filhos de criação, Manfredo Olímpio da Costa. (Gomes, 2022a, p. 100)

Entre os documentos encontrados por ele, consta o registro de batismo dela, localizado no Fundo Arquidiocesano (Livro 116, p. 182, de 1825), do Arquivo Público do Estado do Maranhão. Diz ali que a criança, já com dois meses de idade, foi batizada em São Luís, em 21/12/1825. O padrinho foi um amigo do pai, João Nogueira de Souza, tendo Nossa Senhora da Conceição como madrinha. A cerimônia ocorreu na igreja de Nossa Senhora da Vitória.

Até o momento, porém, não se conhecem documentos que atestem o local exato onde Firmina passou a infância e a adolescência – São Luís ou Guimarães?

Em *Resumo da minha vida*, escrito em junho de 1863 (sem indicação do dia do mês), ela se refere aos primeiros anos de vida como um período de isolamento, durante o qual convivia tão somente com a avó, a irmã e a prima. Mas não deixa claro em qual das duas cidades ela morava. Na opinião de Luciana M. Diogo (2016, p.49),

[R]ecebera um tipo de educação que não visava uma formação mais ampla, mas sim, restringi-la às atividades domésticas, reafirmando com isso a posição de subalternidade feminina na sociedade patriarcal maranhense daquele tempo.

Em uma das resenhas sobre o livro *Úrsula*, consta que a romancista não teria completado os anos de estudos regulares.⁷⁷ O curso de aperfeiçoamento, por exemplo, chamado Escola Normal, só teria começado a funcionar em 1840. E mais: no início, as mulheres sequer eram aceitas. Segundo o biógrafo:

É provável que Maria Firmina tenha frequentado unicamente a aula pública de primeiras letras da professora Henriqueta Cândida Ferreira, na rua do Ribeirão, onde lecionava desde 1830, pois a família se mudara do bairro São Pantaleão para a casa 46, da rua do Alecrim, a poucos metros da casa da professora. (Gomes, 2022a, p. 93).

⁷⁷ Resenha publicada no jornal *A Imprensa*, ano IV, n. 61, 1 ago. 1860, p. 4. FBN.

Para entendermos melhor o tipo de educação que era reservado ao público feminino naquela época, precisamos recuar até o início da década de 1820, quando o Brasil *oficial* abandonou a condição de colônia portuguesa. A partir de então, segundo Guacira Lopes Louro, seria necessário construir uma imagem positiva do país. O caráter atrasado, inculto e primitivo do período colonial deveria ser deixado para trás. Ainda que o poder político estivesse nas mãos dos mesmos grupos sociais e econômicos, caberia promover certos ajustes. No parlamento, nos jornais e nos saraus, os debates sobre a modernização do país se tornaram recorrentes. Ficou claro que investir em educação era uma demanda das mais urgentes. Basta dizer que, naquela época, a maior parte da população não sabia ler nem escrever.

Em 1827, os legisladores determinaram a criação de escolas públicas voltadas para o ensino das primeiras letras. A lei valia para cidades, vilas e os lugarejos mais populosos do Império. Sobre os primórdios desse processo, Louro (1997, p. 444) afirma:

Aqui e ali, no entanto havia escolas – certamente em maior número para meninos, mas também para meninas; escolas fundadas por congregações e ordens religiosas femininas ou masculinas; escolas mantidas por leigos – professores para as de meninos e professoras para as de meninas. Deveriam ser, eles e elas, pessoas de moral inatacável; suas casas ambientes decentes e saudáveis, uma vez que as famílias lhes confiavam seus filhos e filhas. As tarefas desses mestres e mestras não eram, contudo, exatamente as mesmas. Ler, escrever e contar, saber as quatro operações mais a doutrina cristã, nisso consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura.

Cabe observar que essa discriminação entre homens e mulheres resultaria mais adiante em diferenças salariais entre professores e professoras.

De início, claro, as crianças negras, filhos e filhas de pais ou avós que foram escravizados, ficaram de fora. Aos poucos, porém, as lutas sociais e o avanço no nível de conscientização pressionaram por mudanças. Surgiram algumas oportunidades de ensino para as crianças negras. Tais iniciativas, no entanto, “são registradas como de caráter excepcional e de cunho filantrópico as iniciativas que propunham a aceitação de crianças negras em escolas ou classes isoladas – o que vai ocorrer no final do século” (Louro, 1997, p. 445). A situação com as crianças indígenas não era muito diferente.

Dos tempos coloniais ao século XIX, observa Elizabeth Sousa Abrantes (2003), a educação feminina manteve o seu caráter conservador, reproduzindo os mesmos mecanismos de controle usados pelas sociedades patriarcais. O que servia para delegar e legitimar um papel submisso às mulheres, restringindo a vida delas ao espaço doméstico.

O ensino jesuítico foi substituído pelas escolas régias.⁷⁸ As alunas recebiam um ensino de cunho religioso e de prendas domésticas. A justificativa disso, de acordo com Abrantes (2003, p. 1), estava assentada na concepção da “fragilidade natural da mulher que a impedia de aprofundar seus estudos, devendo ser preservada para as ocupações que a natureza lhes destinou, estas dispensáveis de conhecimentos intelectuais”.

O olhar sobre a condição feminina na capital maranhense não diferia do que se passava no restante do país. A ponto de, na primeira metade do século XIX, os jornais reportarem e defenderem uma instrução qualificada para as mulheres. De acordo com Abrantes (2003, p. 1):

Nos artigos de José Cândido, publicados no jornal “Farol Maranhense” entre 1828 e 1830, as mulheres das camadas média e alta eram retratadas como sendo bem prendadas, mas de péssima conversação, faltando-lhes uma instrução escolar que lhes dessem os conhecimentos mínimos exigidos para uma conversa mais intelectual. O jornalista reprovava a mentalidade conservadora de muitos pais de famílias que consideravam desnecessário instruir suas filhas ou daqueles que achavam que somente o saber ler e escrever eram o suficiente na educação de uma moça.

A origem e a sustentação dessa defesa de uma educação voltada ao público feminino tinham a ver com o desconforto dos maridos diante de uma interlocutora pouco ou nada instruída. O nível de ensino das jovens era superficial, incompatível com o nível de instrução mais elevado dos futuros maridos. A formação recebida na escola sequer habilitava as mulheres a educar os próprios filhos.

Na segunda metade do século XIX, os jornais de São Luís ainda estavam a discutir essa questão. Em 04/11/1855, por exemplo, o jornal *A Sentinella* publicou um artigo com críticas às falas das moças maranhenses. O teor das conversas entre elas girava em torno de temas frívolos, como moda, maquiagem, cosméticos e penteados. Sem uma formação mais substantiva, elas não conseguiam se envolver ou sequer se interessar sobre assuntos como música, literatura ou artes plásticas. Em 08/11/1868, o jornal *O Artista* qualificava o público feminino como invisível na esfera social, argumentando ainda que a finalidade da instrução era orientar e amparar as mulheres na maternidade.

⁷⁸ Marquês de Pombal instituiu as aulas régias após o fechamento dos colégios dos jesuítas, em 1759. O ensino passou a ser de responsabilidade da Coroa. A partir de então os professores passaram a ser chamados de mestres régios. A reforma pombalina continuou a prevalecer na Independência e com a nova Constituição do Império até 1834. Segundo Gomes (2022a, p. 115), “Maria Firmina, durante todo o seu magistério em Guimarães, era a mestra régia dos vimaranenses, conforme registrou Nascimento Morais Filho, em depoimentos colhidos de ex-alunas, filhos de criação e contemporâneos da professora”.

Havia divergências. Alguns observadores argumentavam, por exemplo, que as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas. Outros, no entanto, defendiam que a educação para as mulheres fosse pautada em uma sólida formação cristã.

No cômputo final, para Abrantes, a educação foi um ganho para as mulheres, ainda que permanecesse centrada no papel biológico das mulheres (maternidade). Segundo ela :

O ensino secundário para as mulheres só era oferecido nas escolas particulares, e assim mesmo de forma diferente daquele que era ministrado aos homens. Enquanto o ensino secundário masculino se caracterizava como preparatório para o ensino superior, a exemplo do que acontecia no Liceu Maranhense e nas escolas particulares desse nível em São Luís, a educação feminina era pautada no ideal de preparar a mulher para o casamento e a maternidade. O estudo das línguas estrangeiras, que foi uma das inovações na educação feminina em São Luís na segunda metade do século XIX, ganhava um destaque especial diante das novas oportunidades de sociabilidade feminina que requeriam o aprendizado de novas prendas, como o requinte de falar uma outra língua, especialmente o francês, considerado mais elegante. (Abrantes, 2003, p. 2).

Diante disso, vale a pena reproduzir aqui os comentários de Kelen Benfenatti Paiva, quando ela afirma que os escritos íntimos de Maria Firmina podem conter imagens do tipo de educação que era reservado ao público feminino naquela época. Para a pesquisadora, a escritora maranhense tinha consciência dos limites impostos à vida social das mulheres. A “educação da agulha” visava tão somente prepará-las para o duplo papel de esposa e mãe. Como aponta Paiva: “A Educação freirática da qual fala a escritora, guarda em si os ensinamentos cristãos que deveriam compor a implícita ‘grade curricular’ dessa educação feminina” (2018, p. 165). A estudiosa menciona ainda o prólogo do romance *Úrsula*, no qual a autora comenta as limitações de sua própria educação.

Embora Maria Firmina não tenha frequentado o curso para alunos-mestres, ela estudou por conta própria para o concurso público de ingresso ao magistério, algo que, naquela época, não exigia certificado. Talvez tivesse dito, segundo Bárbara Simões⁷⁹ (2019, p. 90), “decidi cedo que queria trabalhar e que ganharia meu próprio salário”.

Tendo se debruçado sobre a vida e a obra firminiana, Algemira Mendes (2006) concluiu que a autora era autodidata e se instruiu por conta própria graças a muitas leituras. A escritora maranhense também lia e escrevia em francês,⁸⁰ uma conclusão da pesquisadora

⁷⁹ Bárbara Simões é escritora e professora de literatura na Faculdade de Letras a UFJF.

⁸⁰ Para Mendes (2006, p. 26), pode ser identificado em “Je t’aime! O mavie” (Byron) – (*apud* RaMF, 1975).

inspirada no uso recorrente que a autora fazia de epígrafes em francês em vários poemas. O universo cultural após a Independência, cabe ressaltar, era muito receptivo à literatura estrangeira (francesa e inglesa, em especial).

O texto ‘A memória de minha venerada mãe’, presente na coletânea *Cantos à beira-mar*, mostra o quanto Maria Firmina era grata à mãe pelo incentivo à leitura desde cedo, sendo esse provavelmente um dos motivos de ela ter desenvolvido um gosto tão arraigado pelas letras. Um indício também de que a prática da leitura – e conseqüentemente da escrita – teve origem no seio familiar, como era a norma entre as mulheres daquela época que estudavam. Além disso, como salienta Gomes (2022a), ela teria frequentado a casa do tio Francisco Sotero Reis, em São Luís. Isso até assumir o cargo de professora primária na Vila de Guimarães. Ainda assim, no entanto, sempre que retornava à terra natal, ela mantinha contato com o tio intelectual.

A admiração que Maria Firmina tinha por Sotero Reis⁸¹ fica claro no poema *Minha Terra*, no qual ela faz elogios à dedicação dele à ilha de São Luís. Na opinião de Agenor, Sotero teria tido uma relação próxima a Leonor, o que talvez “tenha contribuído para o ingresso dos membros mais pobres da família na escola pública de primeiras letras. Todos os filhos de Engrácia – Martiniano, Leonor e Henriqueta – sabiam ler e escrever” (Gomes 2022a, p. 93).

A revelação acima ajudar a entender o depoimento dado pela Sra. Nhazinha Goulart a Morais Filho. Filha de criação de Maria Firmina, ela afirmou que Sotero dos Reis⁸² era parente de sangue de sua mãe, informação que passou a ser incorporada por alguns pesquisadores.⁸³ Ocorre que ele era tio, não primo de Firmina. Ao esclarecer qual deles era o tio de Firmina, Gomes (2022a, p. 106) escreveu: “havia três Sotero na família: Francisco

⁸¹ Ricardo Martins (2010, p. 116) esclarece que: “[...] a importância de Sotero dos Reis junto à opinião pública maranhense deve-se ao fato de sua inegável contribuição para a formação do gosto literário da época, com seus artigos de crítica literária e a divulgação e estímulo dos talentos locais e nacionais. Ao lado de sua intensa e destacada atividade como latinista, filólogo e historiador da literatura, a sua atuação como jornalista exerceu grande influência sobre os fatos públicos da província, ajudando a consolidar a fama do Maranhão como um celeiro de intelectuais e de homens [e mulheres] de letras, com repercussão nacional, sem jamais ter saído de sua terra natal”.

⁸² Agenor Gomes oferece mais informações sobre “esse parente” de Firmina. Para ele (Gomes 2022a, p. 107): “Sotero chegou a diretor do liceu e inspetor da Instrução Pública da Província. Exerceu o mandato de vereador em São Luís de 1827 a 1829, foi deputado provincial e presidente da Assembleia Legislativa, onde se destacou na defesa de temas relacionados à educação. Passou parte da infância na fazenda do pai, em Guimarães. Um dos bisnetos de Martiniano José dos Reis receberá o nome de Francisco Sotero dos Reis, em homenagem ao parente filólogo. Quando Sotero faleceu no ano de 1871, em seu inventário remanesciam, ainda, a fazenda Deserto, as terras do Rio Torto, uma porção de terras no Mearim e 17 escravos.”

⁸³ Por exemplo, Muzart (2018, p. 23), Zin (2019, p. 188) e Diogo (2016, p. 56).

Sotero dos Reis (1800-1871), o filólogo, Francisco Sotero dos Reis Junior (1833-1872), filho daquele, e Francisco Sotero Teixeira Reis (1898-1976), filho de José Francisco dos Reis”.

Anos antes, porém, Rafael Balseiro Zin (2019, p. 36) havia levantado dúvidas a respeito das relações de parentesco:

[...] não há quaisquer registros ou mesmo indícios que comprovem uma eventual aproximação entre os dois. Embora não seja possível confirmar essa informação, Luiza Lobo (2011, p. 112) acredita que o parentesco de Maria Firmina com Francisco Sotero dos Reis de pouco lhe serviu para uma apresentação na vida cultural da província, ainda que ela tenha lhe dedicado ao menos um poema. Seja como for, se o jornalista maranhense não possibilitou o ingresso da escritora nos periódicos dos quais fazia parte, ao menos, por ter fundado uma série de jornais e revistas de ampla circulação, criou as condições para que não somente ela, mas muitas outras mulheres, pudessem se enveredar pelo universo da escrita e da literatura.

Lucciani Furtado alerta que há registro em ofício (nº 42, de 14/7/1847) de que, na função de inspetor da Instituição Pública da Província, Sotero deferiu a inscrição de Maria Firmina em concurso público para professora. A justificativa foi a idade da escritora. Ela contava então com 22 anos, sendo que 25 anos era a idade mínima exigida. Repentinamente, porém, eis que a situação mudou. Como afirma Furtado (2019, p. 185): “Porém, sete dias depois, em 21 de julho, inexplicavelmente em ofício nº 45, o inspetor da Instrução Pública, declarava que a requerente poderia ser admitida ao concurso [...]”. Assim, com a idade aparente de 25 anos, ela estaria apta ao exercício do magistério.

Visando esclarecer a controvérsia, Agenor acrescenta alguns detalhes novos a essa história. Vejamos.

Naquela época, os livros de batismo das igrejas serviam como registro da data de nascimento. Não havia a exigência de um registro em cartório. No caso de Firmina, o pároco não anotou a data de nascimento dela. Quando necessário, ela apresentou um ‘pedido de justificação’ junto à Câmara Eclesiástica Episcopal. No pedido, a escritora solicitava um novo registro de batismo, argumentando que, embora o batismo tenha ocorrido em 21/12/1825, ela de fato teria nascido em 11/03/1822. O atraso se deu por motivo de doença: Firmina nasceu adoentada e assim permaneceu por um longo período. Razão pela qual o batismo foi postergado.

Em 2017, Mundinha Araújo e Dilercy Adler (2018) encontraram em ‘Autos de Justificação’ uma nova data de nascimento. Gomes (2022a, p. 85) pondera que: “essa modificação foi um artifício para acrescentar três anos em sua idade, a fim de que pudesse participar do concurso de professora de primeiras letras para a Vila de Guimarães”. Ao

mesmo tempo, porém, o biógrafo lembra que Maria Firmina não foi a primeira nem a única a aumentar a idade. A prática, a rigor, tem atravessado os séculos. Como exemplo, ele cita o ex-presidente da Academia Maranhense de Letras, Jomar Moraes (1940-2016), que teria modificado a própria idade para assumir o cargo de soldado da Polícia Militar.

A respeito da questão racial ou da cor da pele, pesquisadores contemporâneos a tratam como negra – i.e., como uma mulher que hoje se autodenominaria preta ou parda. “Contudo Firmina nunca fez referência à sua própria cor em nenhum de seus textos ou mesmo em seu diário” (Diogo, 2016, p. 57). Sobre essa questão já falamos no Cap. 3, na abordagem de Auta de Souza.

Com base nessas considerações, podemos inferir que, em 1847, tendo ela 22 anos de idade, a escritora maranhense foi aprovada em um concurso público para ministrar aulas na Vila de Guimarães. Disputou a vaga com outras duas concorrentes, Úrsula da Graça de Araújo e Antônia Bárbara Nunes Barreto. A escritora foi a única candidata aprovada. Sérgio Ximenes (2019, n.p) avalia sobre essa informação:

Nascimento Moraes refere-se ao fato apenas de Maria Firmina ter sido aprovada. Como se pode constatar pelas informações dos jornais dos anos seguintes, só havia necessidade de uma professora pública de primeiras letras em Guimarães, uma vila de poucos moradores [...]; desse modo, o exame teve por objetivo determinar qual das três pretendentes seria a mais qualificada para o único cargo em disputa.

Maria Firmina não foi a única mulher a ocupar a cadeira de primeiras letras em Guimarães. Entre abril de 1846 e abril de 1847, a professora Francisca Theodora de Mello teria ocupado o cargo.⁸⁴ Desde 1828, o estado do Maranhão estabeleceu a função de Mestre de Primeiras Letras. A primeira a ocupar o cargo foi Prudência Mathilde de Siqueira, em São Luís. As professoras eram escolhidas por meio de concurso, como mostra o trecho do edital de 1828, “aquelas mulheres que sendo Brasileiras, e de reconhecida honestidade demonstrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 1º. 7º [...]” (Orlanda, 2016, p. 97). É provável que Francisca Mello tenha passado por esse sistema de escolha, mas para assumir o cargo certas condições deveriam ser atendidas. Nas palavras de Gomes (2022a, p. 40):

A sociedade oitocentista impunha à mulher regras rígidas no que se refere à moral sexual, especialmente no exercício do magistério. Para habilitar-se ao

⁸⁴ As informações constam do *Jornal Maranhense*, ano V, n. 495, p. 2, 27 abr. 1847.

concurso de professora da província, a mulher solteira não poderia assumir o cargo, se optasse pela iniciação sexual antes do casamento.

Ao tratar do exercício do magistério, Moraes Filho chegou a comentar que Firmina tivesse recebido o título de mestra régia. O termo, porém, foi abandonado em 1847. A nova denominação foi professor ou professora de primeiras letras, mas o termo antigo continuou a ser de uso corrente até os primeiros anos da República.

Como é sabido, não se conhece qualquer registro fotográfico da escritora. Além das feições do rosto, a própria questão da cor da pele é ainda uma incógnita. Autores do século passado se referiam a ela como uma mulher negra. Essa ideia pode ter tido origem na obra *Mestre Cuia: Contos do tempo da escravidão* (1937), de Ignácio Raposo. O volume contém casos e aventuras do negro escravizado Raimundo Cuia. Entre 1860 e 1880, ele viveu na capital maranhense. E há uma passagem na obra em que o personagem Cuia⁸⁵ compara a cor de sua pele com a da pele de Maria Firmina.

5.3 OS PARENTES DE FIRMINA

Maria Firmina era filha de Leonor Felippa dos Reis (1800-1866) e João Pedro Esteves. A mãe era negra e foi escravizada. Foi alforriada depois, mas não antes do nascimento da escritora. A alforria, claro, não era capaz de apagar as marcas dos anos de escravidão. É o tipo de marca que não abandona o indivíduo, como se pode notar pelo registro⁸⁶ de batismo de Firmina:

Aos vinte e um de dezembro de mil oitocentos e vinte e cinco nesta Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, Igreja Catedral da Cidade do Maranhão, batizei e pus os santos Óleos a Maria, filha natural de Leonor Felipa, mulata forra que foi escrava do Comendador Caetano José Teixeira [...]. (Gomes, 2022a, p. 88).

⁸⁵ Em Raposo (1937, p. 12): “No dia seguinte, à tarde, no coreto grande do Largo dos Remédios, iniciavam-se as aulas. Os alunos firmes, circunspectos, de cartilha em punho, ouviam religiosamente as palavras do professor que, de lápis atrás da orelha, dardejava olhares científicos por trás dos vidros enfumados dos óculos, símbolos da sabedoria. Lá num certo momento, passou perto do coreto, um mulatinho pernóstico, fitou Mestre Cuia e pôs-se a rir desdenhosamente. – Mas ri praquê? Praquê eu sou preto... D. Firmina dos Reis não é mais branca do que eu... e nem por isso deixou de *sentá* na cadeira reja de Guimarães!...”

⁸⁶ Registro de batismo de Maria Firmina dos Reis. Livro 116, p. 182, em 21/12/1825. Fundo Arquidiocese do Maranhão. APEM.

Vítima de hepatite crônica, Leonor faleceu na Vila de Guimarães, em 1866. Tinha tão somente 60 anos de idade. Na dedicatória que consta do seu livro de poesia, com data de 7/4/1871, a escritora expressa o sentimento de gratidão que nutria pela mãe. Nas palavras dela, Reis (2017, p. 26):

É a ti que devo o cultivo de minha fraca inteligência, – a ti, que despertaste em meu peito amor à literatura; – e que um dia me disseste: Canta! Eis pois, minha mãe, o fruto dos meus desvelos para comigo; eis minhas poesias [...].

O primeiro poema do volume, *Uma lágrima sobre o sepulcro de minha carinhosa mãe*, é dedicado à mãe. É um lamento triste pela morte precoce de alguém que ela tanto amava. A dor era imensa e o coração estava despedaçado. Confessa não saber como iria continuar a viver na ausência daquela que tanto amava. Chega a comparar o amor filial com o amor que nutria por Deus. Também coloca em dúvida a própria fé, ao mesmo tempo em que pede ao Criador que a perdoe pela fraqueza.

Na tentativa de abrandar a sua tristeza, avalia que esta teria um propósito: chegaria o dia em que ela reencontraria a mãe. Diz Reis (2017, p. 29):

E à triste filha, que saudosa geme,
Manda mais dores, mais pesada cruz;
Depois, reúne à sua mãe querida,
No seio imenso de infinita luz

A escritora deixa claro o quanto amava a mãe, como também nesta passagem datada de maio de 1872: “aqui é que está o nome de minha mãe [...], daquela que eu amei, mais que a mim própria” (RaMF, p. 189).

Pesquisando em jornais publicados entre 1820 a 1833, Gomes encontrou notícias falando do pai de Firmina, João Pedro Esteves. Por exemplo, a notícia de que ele teria sido furriel da Companhia Franca do Maranhão, em São Luís, sendo posteriormente promovido a tenente.⁸⁷ Por meio de Gomes (2022a), ficamos ainda sabendo que, um ano antes disso, ele manteve negócios com gente diretamente envolvida com o tráfico de negros escravizados, como Caetano José Teixeira (ex-proprietário de Leonor e da mãe dela, Engrácia). O envolvimento só terminou em 1820, com a morte de Teixeira. Prosseguiu na carreira militar.

Após o fim do regime colonial, em 1822, decidiu lutar ao lado dos portugueses, contrariando as determinações de D. Pedro. Todavia, ao perceber que as mudanças eram

⁸⁷ Furriel: antiga patente militar, intermediária entre cabo e sargento, já extinta.

inevitáveis, mudou de lado e aderiu ao novo regime. Galgou patentes ainda mais elevadas. Há relatos de que tenha participado algumas vezes do Conselho de Jurados, no âmbito da comarca de São Luís. Em dado momento, contudo, as notícias a respeito dele desaparecem. De acordo com o biógrafo, “no ano de 1833, é a última notícia que se consegue obter do pai de Maria Firmina nos jornais de São Luís ainda disponíveis. No diário da romancista, não há nenhuma referência ao seu nome” (*Ibidem*, p. 91). A propósito, nenhum dos poemas do *Álbum* faz menção ou é endereçado a ele.

Outra revelação de interesse no plano familiar é a notícia de que Engrácia, a avó materna da escritora, teria nascido em Guiné, em 1778. Naquela época, milhares de negros escravizados oriundos do noroeste da África desembarcaram no porto de São Luís. De acordo com Gomes (2022a, p. 86):

O conselho Ultramarino registrou a entrada de cativos africanos em terras maranhenses desde o ano de 1687, quando fora formalizado o “contrato de Cacheu referente aos escravos negros enviados para o Estado do Maranhão”. A essa época, a Colônia estava dividida em duas grandes unidades administrativas, diretamente subordinadas a Lisboa: o Estado do Brasil, com sede em Salvador, e o Estado do Maranhão, com a capital em São Luís, divisão que perdura de 1620 a 1751.

O ano de nascimento de Engrácia coincidiu com uma época de intensa disputa comercial, sobretudo entre portugueses, ingleses, holandeses e franceses. No centro da disputava estavam os negros escravizados. A data do falecimento dela, a julgar pelo registro que consta do *Álbum*, era 19/4/1859. Contava então com 81 anos de idade. Conforme a autora escreveu na entrada *Uma Lágrima!... :*

Era o dia 19 de abril, um formoso céu brilhava sobre os campos do céu e os raios vívidos e reluzentes aqueciam docemente a ervinha do prado; mas meu coração estava aflito porque na minha alma havia dor pungente. Minha pobre avó! Caíste como um cedro da montanha, abalado em seu seio pelo correr dos séculos.

Uma lágrima sobre a tua campa! Porque a sua memória será terna em minha alma. *Adios*, até o dia em que Deus nos houver de reunir para sempre. (RaMF, p. 174).

Engrácia e Leonor foram escravizadas pelo mesmo traficante (Caetano José Teixeira), conhecido como Comendador da Ordem de Cristo. Ambas foram posteriormente vendidas ao português Balthazar. Há notícias de que ele mais tarde alforriou as duas. O sujeito era proprietário de duas fazendas, a do Deserto e a das Terras do Rio Torto, ambas em

Guimarães. Em 1830, exerceu ali o cargo de juiz de paz. Em 1840, *O Guajajara*, jornal de São Luís, publicou a notícia de que ele estava a oferecer guarida aos escravizados fugitivos. Faleceu em 1847, com mais de 70 anos de idade.

Balthazar José dos Reis era casado com Maria Thereza Cordeiro. O casal teve quatro filhos, incluindo Francisco Sotero dos Reis. Leonor tinha o mesmo sobrenome de Balthazar, o que sempre deu margem a mal-entendidos. Afirma Gomes (2022a, p. 105):

Todos os indícios levam à conclusão de que Leonor tenha nascido da relação entre Balthazar e a sua escrava Engrácia, o que explica Maria Firmina ser sobrinha de Sotero dos Reis. Os registros paroquiais não revelavam a paternidade em face do impedimento existente para o declarante casado.

O mesmo mal-entendido se deu com o nome de outros integrantes da família. O problema tem a ver com uma prática de ocultamento deliberado na confecção do registro de batismo. No caso de crianças nascidas da relação entre senhores e escravas, segundo Agenor, era comum esconder a identidade do genitor por meio da expressão ‘pai incógnito’ ou informar tão somente o nome da mãe; em ambos os casos, adotava-se ainda a expressão ‘filho/a natural’.

O biógrafo revelou novidades também a respeito do tio materno, Martiniano José dos Reis (?? /?? /1880), embora algumas dúvidas permaneçam de pé. Sabemos agora que o prenome ‘José’ seria uma alusão ao segundo nome de Balthazar. O tio se casou com Joanna Mathilde Mafra dos Reis. Isso foi em Guimarães, em 1841. O casal não teve filhos. Na árvore genealógica da família Reis,⁸⁸ consta ainda o nome de Luíza Gonzaga Nogueira. Com ela, Martiniano teria tido 14 filhos e vários netos. Mas Gomes não traz mais informações sobre essa mulher.

Na documentação que apresentou para se casar com Joana, Martiniano atestou que era filho legítimo de Manoel da Paixão e Engrácia Romana, ambos nascidos em São Luís. Tal informação, no entanto, foi vista com desconfiança por Agenor. Afinal, as certidões de óbito da avó e da mãe de Firmina informam que elas eram solteiras, o que contradiz a declaração de Martiniano. Para o biógrafo “é provável que essa declaração [...], tenha sido uma tentativa de ocultar a sua condição de filho havido fora do casamento à sociedade da vila, diante do arraigado preconceito existente” (Gomes, 2022a, p. 265).

Há notícia de que o tio teve sucesso em suas lavouras. Com o que ganhou, conseguiu comprar um imóvel na vila; duas escravizadas com o nome de Delfina e Anastácia, além

⁸⁸ Para Gomes (2022a, p. 178): “A árvore genealógica inicia-se em Engrácia (avó de Maria Firmina dos Reis) e ramifica-se até os trinetos”.

disso, para ficar mais próximo das suas roças, construiu uma casa no povoado de Jericó e outra em Maçaricó. Mas teve também outras ocupações. Diz Gomes (2022a, p. 104):

Na década de 1850, Martiniano já figurava como solicitador junto ao fórum de Guimarães. O solicitador obtinha uma licença da Justiça e exercia a função de advogado, sem dispor de diploma de bacharel em Direito. Martiniano, escravo alforriado, não conseguiu cursar a faculdade.

Martiniano e Joanna foram testemunhas no processo de confirmação da data de nascimento da sobrinha. Outra informação a respeito do tio de Firmina é trazida por Lucciani Furtado: “exercia o ofício de alfaiate em sua residência à Praça da Assembleia, nº 4, conforme consta nas edições do *Almanak Administrativo da Província do Maranhão*, entre os anos de 1872 e 1875” (Furtado, 2019, p. 185).

Martiniano morreu em 13/04/1880⁸⁹. Viúva, Joana foi morar em Maçarico, onde assumiu as demandas da lavoura. O jornal *Diário do Maranhão*, de São Luís, publicou uma nota apresentando os pêsames à família. Maria Firmina dedicou o poema *O lazarento*, de *Cantos à beira-mar*, ao tio.

Vítima de erisipela, a tia materna Henriqueta Romana dos Reis faleceu em 1909. Ela era mãe de Balduína (?-1894) e avó de Ambrosina (?), ambas falecidas antes dela (Gomes, 2022a, p. 276). Parece-nos que Maria Firmina morou com a tia em São Luís (ao menos por um tempo) e, anos depois, em Guimarães, quando já atuava como professora – tudo isso segundo o depoimento que Leude, filho de criação, deu a Moraes Filho.

A opinião corrente entre os estudiosos era que Firmina foi morar nessa casa ainda jovem. Sua tia seria uma pessoa de posses, o que ajudaria a explicar o acesso da escritora a uma boa educação. Consta ainda que Henriqueta teria sido proprietária de alguns escravizados. Seja como for, ainda há lacunas importantes a respeito da vida de Henriqueta – ela foi casada? Como mantinha a casa e a família? Como se tornou senhora de escravizados? – Agenor preencheu várias lacunas, mas não respondeu a tudo.

Soa particularmente estranho o fato de Maria Firmina, sendo tão próxima a Henriqueta, não mencionar o nome da tia em seu diário e nem ter dedicado a ela algum poema. Em várias passagens, a sobrinha cita o nome de parentes ou amigos queridos, como nós veremos mais adiante. De acordo com a hipótese do diário esfacelado, é bem possível que nós estejamos diante dos restos de um diário que originalmente era bem mais volumoso.

⁸⁹ Gomes (2022a, p. 147) encontrou a “Escritura de inventário e partilha amigável inter vivos e disposição causa mortis que entre si fazem de comum acordo Martiniano José dos Reis e sua mulher D. Joanna Mathilde Mafra dos Reis. 16.5.1879”.

Neste caso, é possível que os trechos com algum registro positivo a respeito da tia (e.g., comentários, pensamentos ou poemas) tenham sido perdidos. Lembrando ainda que, a julgar pelo depoimento que Leude deu a Moraes Filho, os originais do diário teriam sido vandalizados.

A nova biografia não traz maiores detalhes a respeito de Amália Augusta dos Reis, professora e irmã mais nova de Firmina. Há várias perguntas sem resposta sobre ela. Talvez porque tenha vivido à sombra de uma irmã tão ativa. Amália substituiu a irmã muitas vezes, a ponto de, quando Firmina requereu a aposentadoria, ela ter sido nomeada para a cadeira de primeiras letras em Guimarães. Em documento encontrado pelo biógrafo, consta que Amália faleceu um ano antes da irmã mais velha. Segundo Gomes (2022a, p. 26),

As duas, no fim da vida, foram residir na casa da ex-escrava Maria Amélia, filha de criação da poeta. A casa, com paredes de taipa e coberta de palha, ficava na rua Firmino de Barros, a cem metros da antiga residência da professora.

É mais uma novidade dessa nova biografia. Pois destoa da informação, dada por familiares e reproduzida por Moraes Filho, segundo a qual a irmã mais nova teria falecido muito antes.

Vale ressaltar que a diferença de idade entre as duas era de 15 anos. Natural de São Luís, Amália nasceu em 1837, vindo a falecer em 25/1/1916. Foi enterrada no mesmo jazigo da mãe. No registro de óbito,⁹⁰ consta:

[P]elas vinte e uma horas nesta Vila onde residia, faleceu naturalmente Dona Amália Augusta dos Reis, solteira, de oitenta anos, filha natural da falecida Leonor Felippa dos Reis, não deixa filhos e nem testamento, natural deste Estado, e vai sepultar-se cemitério desta mesma Vila. (Gomes, 2022a, p. 281-2)

O relacionamento entre as duas era muito bom, a julgar pelo modo como Firmina se refere à irmã. Cito: “Minha irmã... minha terna irmã, e uma prima querida, foram as minhas únicas amigas de infância” (RaMF, p. 176). O poema *Meditação*, de *Cantos à beira-mar*, foi dedicado a ela. Amália não é citada nominalmente no diário.

Sobre o poder aquisitivo da escritora, cabe observar que os fatos de a família de Firmina possuir escravizados (ver adiante) e de vários de seus integrantes serem indivíduos alfabetizados já seriam indicativos sólidos de que estamos diante de gente de posses. O que,

⁹⁰ Ver Gomes (2022a, p. 285).

entre outras coisas, teria facilitado o acesso das irmãs à carreira do magistério. Neste sentido, concordamos com Natália Lopes de Souza, para quem a família de Firmina fazia parte de uma classe econômica intermediária:

Partindo da premissa econômica que Maria Firmina dos Reis não fazia parte da elite maranhense, já que trabalhou por grande parte da sua vida como professora pública, além de colaborar na imprensa local. Entretanto, consideramos que a instrução que recebeu permitiu que a autora adentrasse um espaço letrado, circulando pela docência e pela literatura. (Souza, 2020, p. 35)

O acesso à educação levou Firmina a ocupar uma posição privilegiada, sobretudo diante das mulheres negras livres daquela época. A maioria delas exercia funções subalternas – e.g., eram cozinheiras, lavadeiras ou domésticas. Assim, “a instrução recebida [...], sem dúvida foi um facilitador para sua entrada no universo das Letras e para a docência” (Souza, 2020, p. 36).

Já o nome da prima Balduína aparece algumas vezes no *Álbum*, notadamente no dia do seu falecimento: 12/7/1894. Firmina a chama carinhosamente de desditosa, em uma provável alusão às dificuldades que ela enfrentou em vida. O poema *Cismar* foi dedicado a ela.

Não há notícias de que Balduína tenha sido casada, mas foi mãe de Ambrosina dos Reis e Maria Amália. A primeira morreu solteira e não teve filhos; a segunda teve uma família numerosa. Em seu *Álbum*, Maria Firmina registrou o nome e a data do nascimento de alguns. Cito: “filhos de Silvino da Costa Goulart e sua mulher Maria Amália da Costa Goulart nasceram: Zuíla a 25 de outubro de 1881 – Antônio a 30 de março – Adelson a 16 de outubro de 1887 – Dolores a 16 de outubro de 1891” (RaMF, p. 194-5). Esta última era Dolores dos Reis Costa Goulart, a D. Nhazinha Goulart, entrevistada por Morais Filho. Morreu em 1982. Foi criada por Firmina até os 16 anos de idade, quando se casou. Eis um registro⁹¹:

Poesia recitada por ocasião das bodas do Sr. Eduardo Ubaldino Marques.
Cumprimentos à minha querida Dolores.
Tíbia a voz, fraco o cérebro pelosanos
Filha querida, que te posso dar?
Somente o trilho que encetar começar
Quero de flores níveas enastar. [...].
 (Reis *apud* Gomes, 2022a, p. 262, grafia original)

⁹¹ Nesta passagem, o biógrafo reproduziu trecho de notícia publicada no jornal *Pacotilha*, de São Luís, em 1908. A voz de Firmina aparece em itálico.

Além dos quatro citados acima, o biógrafo informa que o casal Goulart teve ao menos outros quatro filhos: Raymundo, José, Benedita e Margarida. Esta última é citada por Firmina como sendo afilhada de um de seus filhos socioafetivos.

5.4 UMA BREVE HISTÓRIA DA VILA DE GUIMARÃES

Com o crescimento numérico da população do país, fruto da expansão agrícola (Alencastro, 2000), foram surgindo novos povoados e vilas. No Maranhão, foi o caso das vilas de Icatu, Brejo e Guimarães.⁹² A história desta última teve início com a construção de um forte na Baía de Cumã. Isso foi no final do século XVI. A construção do forte visava proteger a região, especialmente Alcântara e São Luís, contra possíveis ataques de invasores.

Proprietário de terras, gado e pessoas escravizadas, o alcantareense João Teófilo de Barros construiu a fazenda Guarapiranga. Em 1751, imaginando que estivesse à beira da morte, nomeou José Bruno de Barros, então com 32 anos, como o seu herdeiro universal. O rapaz era filho dele com a escravizada Silvana Pestana. Todavia, para que o filho mestiço pudesse receber a herança, certas condições teriam de ser satisfeitas. Nas palavras de Paulo Oliveira (2007, p. 12):

Pelo predito documento, os poderes concedidos a este mulato, só teriam eficácia após o falecimento daquele testador, além de ficar obrigado a se casar com uma mulher branca e órfã, sob pena deste perder todos os direitos sobre o bem herdado.

Em janeiro de 1758, já com o propósito de erguer uma vila, o brigadeiro Gonçalo Pereira Lobato e Sousa e sua comitiva desembarcaram no porto de Guarapiranga. Pouco antes, em nome da coroa e acatando determinações de Gonçalo Pereira, o tenente José de Abreu havia tomado posse da fazenda. Essas informações constam dos autos de fundação da Vila de Guimarães. Diante disso, Agenor defende que Gonçalo Pereira foi o responsável por converter o povoado em vila. O mesmo teria acontecido, um ano antes, com as vilas de Viana e Monção e, em dezembro de 1758, com Tutóia. Assim, o brigadeiro teria sido o “verdadeiro fundador de Guimarães” (Oliveira, 2007, p. 13).

No final do século XVIII, a Vila de Guimarães recebeu sucessivas levas de africanos escravizados. O número total representava um dos maiores contingentes de escravizados que

⁹² Para uma caracterização do município de Guimarães, ver Cruz (2014).

desembarcaram em terras brasileiras. Guimarães seria assim uma das localidades que mais receberam escravizados.

Todavia, à medida que o tráfico se intensificou, as fugas e a formação de quilombos também aumentaram. E essa dinâmica não parece ter arrefecido ao longo dos anos. No ano em que Firmina chegou a Guimarães, por exemplo, cerca de 200 escravizados fugiram das fazendas do Barão de Bagé.⁹³ “Fugir para a liberdade era a forma mais comum de resistência” (Gomes, 2022b, p. 65).

Em 1845, de acordo com César Augusto Marques, Guimarães contava com dois mil habitantes.⁹⁴ Mais ou menos na mesma época, de acordo com o já referido José Ribeiro Amaral, a vila contava com duas praças e ao menos 15 ruas de terra batida. A câmara e a cadeia ficavam na Praça do Conselho. A outra praça, a da Alegria, contava com apenas umas poucas casas, em uma das quais moravam o tio de Firmina e esposa, Martiniano e Joanna Mathilde. Para Gomes (2022a, p. 117):

As casas [...] eram todas construídas de taipa, com paredes rebocadas e grandes quintais, cercados de pau a pique. Uma cobertas de telha, outras, de palha. Uma palmeira, duas mangueiras e um pé de mamorana amenizavam o calor amazônico nas tardes dos meses de estio.

Na rua São José, uma das 15 então existentes, ficava uma casa de cultos aos orixás. Era frequentada por negros libertos e escravizados, embora, formalmente, os cultos religiosos de matriz africana fossem proibidos. A proibição perdurou até meados do século XX, quando então foi dada uma licença para o seu funcionamento regular.⁹⁵

⁹³ A notícia: Mattos, Belarmino (org.). Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial (MA). São: Typographia do Progresso, nº 2, p. 75, 1859. Fundação Biblioteca Nacional.

⁹⁴ Para detalhes, ver Marques (2008) e Oliveira (2007). Vale registrar que o primeiro censo realizado no país data de 1872. Naquele ano, a população brasileira totalizava 9.930.478 indivíduos (incluindo 1.510.806 escravizados, ou 15% do total); a cidade do Rio de Janeiro (sede do governo central e referido então como Município Neutro) contabilizava 274.972 habitantes; as províncias mais populosas eram Minas Gerais (2.039.735 habitantes), Bahia (1.379.616), Pernambuco (841.539) e São Paulo (837.354); a província do Maranhão tinha 359.040 habitantes (incluindo 74.939 escravizados, ou 21% do total). Entre as 20 capitais de províncias, as mais populosas eram Salvador (129.109 habitantes), Recife (116.671), Belém (61.997) e Ouro Preto (48.214); São Luís tinha 31.604 habitantes. Para detalhes, ver <https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/panorama-introdutorio.html>.

⁹⁵ O antropólogo Roberto Malighetti, tendo entrevistado o pai de santo Raimundo Vicente Cardoso (1935-1998) explica como eram realizados os cultos: “O meu avô era escravo. Aqui em Guimarães, escravo era uma coisa geral. O mundo todo era escravo. Era chamado Matheus Velho. [...]. Era tudo escondido, brincando de porta fechada e batendo palma. Meia noite a gente começava a cantar e bater palma baixinho, pra gente no ouvir na rua, porque a polícia chegava prender. A polícia era contra. Os brancos eram contra. Eu também estava escondido. Meu pai tirou muitos da cadeia” (Malighetti *apud* Gomes, 2022a, p. 118).

5.5 MARIA FIRMINA EM GUIMARÃES

No segundo semestre de 1847, na companhia da mãe, da avó e da irmã, Maria Firmina estabeleceu residência em Guimarães. Assumiu o cargo de professora,⁹⁶ e foi morar na casa de Martiniano. Os cômodos eram amplos e arejados. A casa tinha duas salas grandes, em uma das quais ela passaria a ministrar aulas. A situação não era exatamente excepcional. Ao contrário, receber alunos e ministrar aulas regulares em casa era algo relativamente comum. Na época, não havia nenhum prédio público que pudesse ser usado para se instalar uma escola. Nas palavras de Gomes (2022b, p. 60):

O governo provincial alugava uma sala da casa dos professores nomeados. Nem na capital as escolas públicas contavam com prédio próprio. Em São Luís, para os estudos mais avançados, que funcionavam em uma dependência do Convento do Carmo.

A mudança dela para Guimarães tinha desde o início, ao que parece, a pretensão de ser definitiva. Embora, claro, nos períodos de licença ou férias, Maria Firmina e a família costumassem visitar a capital. Em São Luís, a família se hospedava na casa da rua do Alecrim. Em 1859, o jornal *Publicador Maranhense* noticiou em suas páginas uma dessas viagens.⁹⁷

Em 1872, em uma das idas a São Luís, Maria Firmina escreveu ‘Um artigo das minhas impressões de viagem’, que foi publicado no jornal local *O Domingo*. Nesse artigo, segundo Gomes (2022a, p. 279), “as praias do [Itacolomi], o grande recife, as lutas dos indígenas que povoavam a região e, na extremidade das praias, a baía de Cumã, com a Vila de Guimarães”. No referido artigo, ela própria escreveu: “essa terra a quem liguei meu coração... terra dos meus dourados sonhos de poesia, – terra onde eu quisera, mísera de mim! Exalar meu último suspiro” (RaMF, p. 110).

Desde 1870, a viagem entre São Luís e Guimarães passou a ser feita em navios a vapor. Guimarães, a rigor, era uma parada intermediária de uma linha que fazia a ligação entre Belém e a capital maranhense. Em seu *Album*, Firmina cita o nome de várias

⁹⁶ Como informa o *Almanack Administrativo, Mercado e Industrial* (MA), 1859, n. 2, p. 75. Em 1859, foi publicada em um jornal maranhense a notícia de que a professora dava aulas para 11 alunas, enquanto o seu amigo, o professor José Esteves da Serra Aranha, tinha 44 alunos. Essa diferença entre o número de alunos e alunas matriculados demonstra o quanto o acesso das meninas à educação formal era restrito.

⁹⁷ “Vapor Camossin com 5 dias e 12 horas de viagem [...] equipagem 30 pessoas [...] Passageiros: D. Maria Firmina dos Reis, D. Amália Augusta dos Reis. D. Leonor Fellipa dos Reis, D. Balduína Amélia dos Reis, e 2 escravos”, *Publicador Maranhense*, São Luís, n. 215, 24 set. 1859.

embarcações – Purus, Pensador, Maranhão, Flor de Cumã, Império, Colombo e Primavera. Antes de 1859, vale registrar, “o percurso era feito em pequenos barcos à vela, cuja viagem durava cerca de seis horas, dependendo dos ventos e do movimento das marés” (Gomes, 2022a, p. 109).

Como já foi dito anteriormente, um ano antes de se aposentar, Maria Firmina foi preceptora das filhas de um fazendeiro de Maçaricó. Lecionava também para os filhos de outros fazendeiros,⁹⁸ além de outras crianças das redondezas. Para chegar ao povoado, tinha de percorrer cerca de 10 km de distância. A estrada era de terra batida. Eram quase três horas de viagem no carro de boi do amigo Balduíno (apelidado de Pranchada). Esse morreu em 1908, aos 85 anos de idade, no povoado de Capitua, próximo de Guimarães (Gomes, 2022a).

Cerca de 30 minutos antes do destino, os passageiros costumavam parar no sítio de Martiniano. Lá podiam beber alguma coisa e tomar um banho, antes de seguir em frente. Em Maçaricó, ela se hospedava na outra casa do tio. Conforme anotou Gomes (2022a, p. 263):

Com a morte de Martiniano, em abril de 1880, a viúva Joanna Mathilde transferiu-se para Maçaricó, a fim de assumir a administração dos serviços da lavoura. Era de onde tirava o sustento. Maria Firmina acompanhou a viúva do tio na mudança e, para melhorar os rendimentos mensais, passou a trabalhar como preceptora das filhas de Domingos Mondego, na fazenda Entre-Rios, contígua ao povoado Maçaricó.

Dezenas de negros escravizados trabalhavam na fazenda de Domingos Lourenço da Silva Mondego (1836-1906).⁹⁹ Havia ali um amplo barracão de taipa, coberto de palha e usado até então para guardar coisas da lida com a lavoura. Foi nesse barracão que Firmina passou a ministrar as suas famosas aulas mistas.¹⁰⁰ A turma de alunos reunia meninos e meninas. Na descrição de Gomes (2022b, p. 68):

A escola era muito simples: construção de taipa e cobertura de palha, como era a maioria dos barracões dos povoados de Guimarães. O piso de chão batido precisava receber um pouco de água todas as manhãs, caso contrário o vento levantava poeira.

⁹⁸ Morais Filho (1975) relata que Firmina instruía as filhas de outros fazendeiros; só consta, porém, o nome do fazendeiro João Damas de Azevedo e o de suas filhas, Loló, Santa e Dona.

⁹⁹ Major reformado e fazendeiro (grande produtor de açúcar), Domingo Lourenço da Silva Mondego era um homem influente na região (*Jornal Pacotilha*, 1886).

¹⁰⁰ O entusiasmo de Morais Filho, ao defender o pioneirismo de Maria Firmina ao fundar uma sala mista, deveria ser relativizado, ao menos diante de tudo o que hoje nós sabemos. Segundo o historiador Roberto Rossi Jung (2004), o pioneirismo caberia à professora gaúcha Maria Josefa Pereira Pinto (?-1837) (Muzart, 2003).

Não custa lembrar as palavras da parenta Dolores dos Reis Costa Goulart (1891-1982), em entrevista a Moraes Filho (1975, p. 270): “Quem tinha posses pagava e quem não tinha não pagava”. Esses pagamentos talvez fossem a fonte do salário que a professora recebia. Como disse Santos (2016, p. 17):

[T]endo em vista que não sabemos se ela continuava recebendo o mesmo que lhe era assegurado em Guimarães. Mas sabemos que o pagamento por parte dos alunos era facultativo aos alunos, mas não eram excluídos os que eventualmente não tinham condições de custear pelos serviços.

As aulas eram ministradas pela manhã. Firmina trabalhou assim por dois anos e meio. Ao final desse período, no entanto, devido às condições precárias e à falta de recursos para adquirir os materiais necessários, ela decidiu encerrar as atividades. Esta é, ao menos, a interpretação que encontramos em Blake (1970). Mas uma interpretação diferente foi proposta por Raimundo de Meneses. Segundo ele, Maria Firmina “escandalizou os locais, em Maçaricó [...] e por isso foi a professora obrigada a suspendê-la [a atividade letiva]” (Meneses, 1978, p. 570). Moraes Filho registra que a sala teria sido reaberta em 1890. Lamentavelmente, porém, “mais uma vez, a empreitada não resiste muito tempo” (Gomes, 2022b, p. 69).

De acordo com Gomes,¹⁰¹ algumas evidências sugerem que a professora teria se empenhado na criação de salas de aula semelhantes em outros povoados. Por exemplo, um requerimento destinado ao tenente-coronel João da Costa Goulart chegou a ser protocolado. Todavia, o assunto não parece ter atraído a atenção dos parlamentares e não voltou a ser discutido em sessões da Câmara Municipal. Ainda assim, mesmo depois de aposentada, ela não abriu mão do seu envolvimento com atividades socioeducativas.

Ao longo de sua trajetória como escritora, Maria Firmina dedicou poemas a parentes, amigos e literatos, tanto em vida como em ocasiões de luto. Foi o caso de Manoel Raimundo Ferreira Guterres, por exemplo, lembrado por Firmina durante a cerimônia fúnebre. Quando faleceu, ele era o primeiro suplente de Juiz Municipal e de Órfãos. Além disso, coordenava o Fundo de Emancipação, criado para ajudar na compra da carta de alforria de escravizados. A escritora parece ter participado ativamente do empreendimento – no *Album*, por exemplo, ela anotou: “Porfíria recebeu a liberdade a 17 do mesmo mês e ano” (RaMF, p. 194). Era o mês de março de 1887, o mesmo ano em que seria publicado o conto *A escrava*. Os versos a seguir, publicados no Jornal *Pacotilha*, em 12/4/1897, ela dedicou a Guterres (RaMF, p. 95):

¹⁰¹ Agenor (2022a, p. 158) informa: “Ata da sessão do Conselho da Intendência Municipal de Guimarães, 16.6.1891. Livro de atas das sessões do Conselho câmara Municipal de Guimarães, fls. 86-88. Museu Histórico e Artístico de Guimarães”.

Cidadão prestimoso – cavalheiro,
 Altivo, sem orgulho – irmão do pobre:
 As cívicas virtudes, que te ornavam:
 O gelo do sepulcro agora encobre!...

Esposo, filho, irmão, pai extremoso,
 E amigo desvelado... Onde se oculta?
 Onde se esconde?... no sudário álgido!
 Da campa!... Oh! quanta dor, minha alma enlutada.
 [...]
 Ah! porque o não poupaste, oh! cruel!
 Ao pai – amigo ao cidadão ingente.
 Ao exímio patriota, o irmão do povo,
 Golpe tão agro, golpe tão pungente!!!...

Outro a quem ela dedicou versos foi Gentil Homem de Almeida Braga (1835-1876), advogado que exercia a função de juiz municipal e de órfãos na comarca. Morou na Vila por cerca de três anos. Nesse período, frequentou a casa da escritora. O poema ‘Te Deum’, de *Cantos à beira-mar*, é dedicado a ele. Chegaram a viajar juntos: “Em setembro de 1859, Maria Firmina e Gentil Braga viajam juntos no vapor Camocim, de Guimarães para São Luís” (Gomes, 2022a, p. 169).

Na capital, sob o pseudônimo de Flávio Reimar, Gentil Braga promovia atividades literárias de modo rotineiro. Em parceria com Joaquim Serra, esteve à frente do jornal *Semanário Maranhense*. Ele costumava promover saraus e festas, com a presença de renomados escritores maranhenses, como Gonçalves Dias, Souzaândrade, Odorico Mendes e João Lisboa.

Outro juiz de Guimarães que pertenceu ao círculo de amigos de Firmina foi Adriano Manoel Soares. Como prova de gratidão, ela dedicou a ele o poema *A lua brasileira*.

E também Celso Magalhães, escritor e pesquisador da cultura popular brasileira e outro personagem do mundo jurídico de Guimarães. Ele era promotor público. Como o tio de Firmina trabalhava na mesma comarca como solicitador, é bem provável que ela e Magalhães se conhecessem (Gomes, 2022a). A casa da escritora, além disso, ficava próxima ao fórum.

Em 1877, Magalhães estava em São Luís trabalhando em um caso envolvendo a morte de um escravizado de 8 anos, de nome Inocência. A criança teria sido castigada de forma brutal com chicotes, cordas e outros objetos. O crime envolvia Ana Rosa Viana Ribeiro, a futura Baronesa de Grajaú (Almeida, 2018). Magalhães a considerou culpada, veredito que causou grande surpresa na opinião pública. A ré, no entanto, foi inocentada pelos jurados. O promotor entrou com uma apelação, mas o tribunal terminou confirmando a decisão dos

jurados. Um ano depois, tendo o marido da ré se tornado governador da província, o promotor foi demitido. O caso não terminou bem: “Magalhães, aos 28 anos, passa, então, a trabalhar em jornais e advogar. Dois anos depois, morre em São Luís” (Gomes, 2022a, p. 227).

A lista de amigos de Firmina que eram do meio jurídico não para por aí. Há ainda o caso de José Mariano da Costa, advogado e poeta. Este último se tornaria padrinho de uma das filhas socioafetivas da escritora, como lemos no *Álbum* (entrada de 3/2/1864). Assim, anota a escritora:

Sinhá batizou-se ontem, 2 de fevereiro de 1864, na igreja matriz desta freguesia. Foi chamada, na pia batismal – foram seus padrinhos o Dr. José Mariano da Costa e eu própria, M. F. dos Reis. Acrescentarei que o dia 2 de fevereiro foi 3^a feira, e que ela recebeu o batismo às cinco horas da tarde, sendo-lhe este Sacramento administrado pelo Revmo. Pe. Francisco José Cabral. (RaMF, p. 179).

Em entrada datada de 30/04/1864, em uma demonstração de apreço, Maria Firmina lamenta a mudança do amigo para outra cidade:

Partiu finalmente o Dr. José Mariano da Costa a 30 de abril de 1864 pelas oito horas da manhã. A partida deixou-nos saudoso: é vácuo imenso – o vácuo que deixa um bom amigo. – Que ele, meu Deus, que sua mulher encontre em Alcântara as simpatias, a amizade, as afeições que souberam cobrar aqui, de que são tão dignos. É sempre bem penoso ao coração sensível a partida que sinceramente nos interessa. Minha alma, pois, tem sorrido profundamente as saudades da separação. – Saudades. – gosto amargo de infelizes. – A. G. Permiti, meu Deus, que um dia eu os torne a ver... (RaMF, p. 180).

A vida e a trajetória profissional de José Mariano e Celso Magalhães se cruzariam em ao menos uma oportunidade. Por ocasião do processo contra a esposa do Barão de Grajaú, Mariano era delegado-chefe de polícia e, nesta condição, aceitou levar o caso adiante. Se atitudes como essa (i.e., processos envolvendo integrantes da elite política ou econômica) não chegam a ser exatamente rotineiras nos dias atuais, imaginemos como deveria ser naquela época, ainda em pleno regime escravocrata.

Observando as epígrafes dos poemas e de algumas entradas do *Álbum*, é possível identificar o nome de escritores que eram admirados por ela. A nota que registra o desaparecimento de Mariano, por exemplo, teria sido inspirada na escrita do poeta português Almeida Garrett (Lobo, 2007). Os versos completos seriam “Saudade! gosto amargo d’infelizes/Delicioso pungir de acerbo espinho” (Garrett, 1825).

Outro exemplo extraído do diário. 10/8/1858 se tornou uma data infausta para ela. Pois foi o dia da morte de D. Ana Joaquim Cabral Viana, terna e afetuosa amiga de longa data. Com pesar, Maria Firmina registrou no diário uma homenagem à memória daquela que jamais seria esquecida. O coração estava enlutado. Clama a Deus por uma explicação – por que morremos, afinal? Vê a morte como um evento injusto e perverso, sobretudo no caso de pessoas dóceis e amáveis (RaMF, p. 173):¹⁰²

Morreu! Já não existe!!! Lágrimas tristes, pranto de sincera, e amarga saudade, orvalhai-lhe a campa! Meu Deus! como a morte é cruel!!! Suas graças, sua amabilidade, sua extrema doçura não a poderá comover!!! Ah! ainda a vejo no gozar da vida, já tão exígua, já tão próxima do sepulcro, e ainda assim tão bela... tão risonha, tão cheia de encantos... era como a estrela da alvorada bela ainda até ao último lutar com o resplendor da dor: mas a morte ajeitou em torno dela e nós perdêmo-la para sempre. A terra lhe seja leve!!

O juiz e poeta Altino Lélis de Moraes Rego (?-?) também fazia parte do grupo de convivência intelectual de Firmina: “Em novembro de 1870, ele se notabilizaria por defender em juízo a liberdade de 16 negros escravizados mantidos em ‘rigoroso cativo’ por uma senhora de escravos na fazenda Damásio” (Gomes, 2022a, p. 170). Outro nome a ser lembrado aqui é o de João Clímaco Lobato (1829-1897),¹⁰³ autor de *O Diabo* (1856) e tido como o primeiro ou um dos primeiros romancistas maranhenses. O livro chegou a ser censurado pelas autoridades policiais da época, sob a acusação de propagador ‘ideias subversivas’ (*idem*, 2022a, p. 174):

O romance, escrito quando João Clímaco tinha 25 anos, chegou ao público como folhetim, no semanário *Porto Livre*, com primeiro episódio em 17 de julho de 1862, e o segundo em 25 de julho, junto com uma declaração de editor se insurgindo contra a censura prévia imposta. Não se sabe quantos episódios o autor não poupou esforços para que a voz do escravizado Tomé proclamasse sua revolta.

Clímaco publicou ainda *Escravatura no Brasil* (1854), *A virgem da tapera* (1861) e *O Rancho do Pai Tomé* (1862), confessando que teria se inspirado (ao menos no último caso) em *A cabana do pai Tomás* (1852), da escritora estadunidense Harriet Beecher Stone (1811-1896). Ao discorrer sobre o romance de 1861, que ele dedicou a Maria Firmina, Antônia

¹⁰² Ela parafraseou versos de Garrett que constam do livro *Camões*: “Correi sobre estas flores desbotadas, / Lágrimas tristes minhas, orvalhai-as, / Que a aridez do sepulcro as tem queimado. / Rosa d’amor, rosa purpúrea e bela, / Quem entre os goivos te esfolhou da campa?” (Garret, 1825, p. 86).

¹⁰³O advogado e escritor residia em São Luís, em endereço próximo à casa da tia Henriqueta, e em local onde funcionava também o seu escritório de advocacia.

Souza (2017) argumenta que a homenagem teria sido um modo de o autor ganhar as primeiras páginas dos jornais. Cabe registrar, no entanto, que havia entre eles um vínculo de amizade e admiração mútua.¹⁰⁴ Conforme se vê tanto em *A virgem da tapera* (Lobato, 1862) como em *Cantos à beira-mar* (Reis, 1871).

A trajetória de vida dos amigos, tanto os de São Luís como os de Guimarães, coincidem com as lutas com as quais Firmina se envolveu. Uma pequena amostra pode ser identificada na seguinte passagem do *Álbum*, “Principiou-se a obra da casa das órfãs Edeltrudes e Juliana a 18 de setembro de 1860” (RaMF, p. 173). É razoável presumir que a anotação tinha a ver com algo valoroso, com o qual ela estava envolvida, a ponto de deixar registrado naquelas que seriam suas anotações mais íntimas.

A escritora viveu em Guimarães por 70 anos, período durante o qual participou da vida comunitária. Foi inúmeras vezes chamada para ser madrinha em batizados e casamentos, por exemplo. Era com alguma frequência procurada por gente que lhe pedia que escrevesse algum material que pudesse ser usado em eventos ou ocasiões importantes (solenidades de casamento, por exemplo). Nas palavras de Gomes (2022a, p. 221): “a escritora transitava, assim, pelo espaço público, não só nas lides educacionais, mas também nos jornais, na literatura, na cultura popular e no dia a dia da vila”.

Entre os que a procuravam, havia aqueles que sequer eram alfabetizados. Como foi o caso da amiga e vizinha Vicência Vieira, que a procurou porque tinha colocado a casa à venda e precisava que alguém assinasse por ela a escritura. Naquela época, é bom registrar, não era comum que uma mulher testemunhasse ou assinasse escrituras em cartório. Em suma, seja como professora, como poetisa ou como escritora, Maria Firmina circulou por vários espaços da sociedade maranhense, convivendo tanto com pessoas da elite como com pessoas ainda escravizadas. Cito Gomes (2022a, p. 222):

Em que pese a sua autodeclarada melancolia, Maria Firmina não ficou adstrita às atividades de professora da rede pública provincial e a seu ofício literário. A sua participação no cotidiano da vila dava-se, também, mobilizando pessoas para a construção de casas destinadas às órfãs ou articulando alforrias para negros escravizados. Transitava dos saraus, declarando poemas, às festas populares como o bumba meu boi, o Pastor os Santos Reis.

O comportamento da professora, claro, não agradava a todos os moradores da vila. Havia quem sentisse algum desconforto, sobretudo os conservadores mais empedernidos.

¹⁰⁴ Além de ideias e ideais convergentes. Há registro, por exemplo, de que, em junho de 1876, Lobato e Firmina doaram livros à Sociedade Recreação Literária de São Luís.

Gente que condenava o ensino público, por exemplo, ao mesmo tempo em que louvava o ensino particular. Como teria feito um cidadão de nome José Ribeiro da Cunha, então delegado de polícia e defensor de interesses escravocratas. A tal ponto que, certo dia, “ao retornar a pé do lugarejo Capitua, a um quilômetro da vila, Maria Firmina, sofreu injúrias, partidas de policiais sob o comando do delegado Miguel Inácio Leal Bruce” (Gomes, 2022a, p. 125-6).

Maria Firmina morreu aos 92 anos de idade. Em sua trajetória de vida e, em especial, em sua trajetória profissional (professora e autora de renome), ela procurou fazer da sua obra literária não só um espaço de realização pessoal, mas também um veículo de intervenção social e política. Um veículo por meio do qual pudesse interferir na vida em sociedade e assim, de algum modo, melhorar a vida daqueles com quem ela interagia, fossem eles seus parentes, amigos ou simples desconhecidos.

5.6 FILHOS SOCIOAFETIVOS

Até aqui, procuramos oferecer um panorama geral da biografia de Maria Firmina, com ênfase em revelações recentemente trazidas à tona por Agenor Gomes. Nesta última seção, vamos tratar dos filhos socioafetivos, um assunto tão presente no *Álbum*. Após a publicação de Gomes (2022a), passamos a entender melhor como foi consolidado o elo afetivo entre ela e os *filhos*, nenhum dos quais era seu filho biológico. Em uma passagem ela fazia questão de registrar: “Leude em mandado de sua mãe foi a capital a 4 de março deste mesmo [1903].¹⁰⁵ Deus o guarde, e a todos os meus filhos. Amo-os” (RaMF, p. 198).

A autora cresceu ouvindo histórias do cativo contadas pela avó e pela mãe. Lauriana Ritta da Natividade (1806-1891), a escravizada que foi comprada por Martiniano para fazer os serviços domésticos da casa, também deve ter lhe contado muitas histórias. Segundo Gomes (2022a, p. 31), Lauriana foi “trazida em um navio tumbeiro, nasceu na costa ocidental africana e faleceu aos 85 anos em Guimarães”. Conhecer a história dela ajudou a elucidar a narrativa fragmentada a respeito dos filhos socioafetivos presentes no diário.

Anos depois de estar vivendo na casa da família de Firmina, Lauriana deu à luz a uma sucessão de ao menos cinco filhos. Em ordem cronológica: Guilhermina, Dorotheu, Manfredo, Isidoro e Nestor. A mais velha cresceu junto a Maria Firmina, o que explicaria às

¹⁰⁵ No original consta ‘903’, um ruído que tratamos como erro de datilografia.

alusões carinhosas feitas a ela no *Álbum*. A escritora se refere a ela várias vezes como sua irmã querida.

A própria Guilhermina teria uma família numerosa. O pequeno Vicente, que morreu de modo repentino e ainda muito jovem, em 1959. As meninas Maria Amélia e Otávia, posteriormente alforriadas por Firmina. Cabe observar que, em termos estritamente legais, a alforria só poderia ser dada se (1) ela tivesse uma procuração da mãe para esse fim; ou (2) só após a morte de Leonor, pois só então Firmina a assumiria como herdeira. Ao que parece, ela não quis esperar. Na opinião de Gomes (2022a, p. 137), “a professora, então, aproveitou-se do batizado de Maria Amélia, em 14 de dezembro de 1856, para conceder-lhe a alforria na pia batismal, sem procuração assinada por sua mãe Leonor, passando-se como proprietária”. Maria Firmina deixou claro ao padre que daria plena e inteira liberdade à criança, como se ela tivesse nascido de ventre livre. Em 04/04/1858, o mesmo ocorreria com Otávia.

Essas crianças foram alfabetizadas pela escritora maranhense, na escola onde ela lecionava, na praça da Alegria. Isso foi antes de ela ter criado a sala mista em Maçaricó. Para Gomes (2022a, p. 122), “essa decisão de incluir crianças filhas de ex-escravos na escola pública pode ter sido o motivo do baixo número de meninas matriculadas em suas aulas, diferentemente da média registrada em outras vilas da província”.

De fato, a situação das meninas foi regularizada em 1862, quando enfim Leonor registrou em cartório a carta de alforria de Guilhermina. Como se lê no seguinte trecho reproduzido por Gomes (2022a, p. 137-138):

Registrado da carta de liberdade da mulata Guilhermina que alude sua Senhora Leonor Felippa dos Reis como abaixo se declara. Declaro eu abaixo assinada que sou Senhora e possuidora de uma escrava mulata de nome Guilhermina de idade de vinte e nove anos, filha de Lauriana escrava, que também foi minha, e cuja mulata Guilhermina e de comum acordo com minhas filhas Maria Firmina dos Reis, Amália Augusta dos Reis, confiro a liberdade e toda a isenção de cativo como ventre livre nascesse, ficando, porém, encostada a mim durante minha vida, gozando depois de sua liberdade onde lhe conviver. Declara mais que a dita Guilhermina tem duas filhas, uma de nome Maria, idade de sete anos, outra de nome Otávia, idade de cinco anos, as quais dei liberdade na pia batismal [...].

Logo que concedeu a alforria a Guilhermina, Leonor deu a carta de liberdade aos outros filhos de Lauriana. Quando a mãe de Firmina faleceu, em 1866, Guilhermina conseguiu então a alforria definitiva. Tinha 33 anos de idade.

De um modo geral, como já foi dito, a relação de Maria Firmina com os escravizados era fraternal. Bem diferente, portanto, do comportamento de outros letrados da segunda metade do século XIX. Muitos dos quais eram escravocratas e adeptos de teorias racistas.

Guilhermina (1834-1884) morreu com apenas 50 anos de idade. Nas páginas do *Álbum*, Firmina escreveu:

SAUDADE

Esta página lutuosa e sentida é um tributo de sincera amizade à memória da infeliz Guilhermina. Com as flores de amizade lhe enastro a campa, eterna!... Uma enfermidade prolongada e aflitiva consumiu-lhe a vida de 50 anos... Morreu a 5 de novembro de 1884 numa quarta-feira pelas duas da tarde; seu cadáver desceu à sepultura aí pelas quatro horas da tarde. (RaMF, p. 192).

Na falta de Guilhermina, Maria Firmina passou a dedicar parte de sua vida aos filhos e netos da irmã. A falecida teve outra filha, Leonor, nome dado em alusão à mãe da escritora. Leonor faleceu em 1901, deixando quatro filhos: Artur, Antônio, Djalma e Guilhermina – esta última nomeada em alusão à avó.

Sobre Miguel (1867-1901), outro filho de Guilhermina, a madrinha registrou em seu *Álbum* o dia em que ele foi matriculado na escola pública de primeiras letras do professor Daniel Victor Coutinho. E registrou também as viagens do afilhado em busca de um emprego. Inclusive, Firmina (RaMF, p. 197) anotou,

Miguel e Oton chegaram a 26 de março de 1895; Miguel para realizar o batizado de Margarida, Oton vindo despedir-se de mim em viagem para Pará. Deus, fazei-os felizes! São estes os meus votos. Abençoai-os, Senhor, guia-os, e pretejei-os pelo Nosso amor. Permiti, Senhor que ainda uma vez os torne ver.

Em 03/12/1901, ela fez um registro muito triste, no qual anuncia a morte dele, chamando-o de querido filho. Maria Firmina também teria criado Leude e Hugo, filhos de Maria Amélia. Com relação a Otávia, há uma entrada informando que ela faleceu na madrugada de 14/08/1902. Deixou dois filhos, Vanda e Óton.

Há notícias de que Maria Firmina chegou a ter 15 filhos socioafetivos, mas sabemos a partir de Gomes não foi exatamente assim. Cabe aqui mencionar ao menos o nome dos que morreram enquanto a escritora era viva: Vicente, Renato e Benjamin. O primeiro foi Vicente, falecido em 1859, “[...] era o dia 15 de fevereiro. Eu o vi morto, e meus olhos não acreditavam! Sofri uma ^{ooo} dor, mas resignei-me, porque foi a vontade de Deus!...” (RaMF, p. 174, grafia original).

Em 17/12/1862, ela recebeu um órfão para cuidar. O nome dele era Renato. O convívio, no entanto, terminou precoce e tragicamente, de acordo com a anotação feita em junho de 1863:

Renato! Renato, meu filho adotivo, meu pobre anjinho, já nãoexistes! Que fatalidade, meu Deus!... É duro ver-se morrer aquela a quem se dedica afeição quase materna. Dez dias de sofrimento... dez dias [...]. Perdoai-me Senhor; mas me criaste tão fraca, tão sensível a dor!!! Saudades! quantas não tenho eu dele?!. (RaMF, p. 178).

No mesmo ano, ela dedicou um poema à criança: “Voaste, meu anjo, qual nuvem de incenso, em gratos perfumes ao trono do Imenso. [...]” (RaMF, p. 178).

Em 27/02/1864, ela tornaria a lamentar a morte de outra criança. Dessa vez foi Benjamim, na aurora da vida. Segundo a escritora, apesar do sofrimento, o pequeno lutou bravamente. A escritora roga a Deus que tenha misericórdia da alma do menino. Nas palavras de Gomes (2022a, p. 141):

Pela leitura do diário da romancista, é possível constatar a alta mortalidade infantil existente na vila no século XIX. Sem hospital ou posto médico, a vila defrontava-se com as elevadas taxas de mortalidade por diarreia, varíola, beribéri, além de outras doenças. Apenas dos donos de pequenas farmácias, cirurgiões leigos e o comissário vacinador socorriam a população.

Por fim, cabe observar que os fragmentos do *Álbum* que nós conhecemos (RaMF, 1975) não nos informam sobre aspectos importantes da vida da escritora, como a sua atuação como escritora, incluindo o próprio trabalho dela como professora. Mas a pesquisa de Agenor Gomes ampliou as notícias fornecida por Blake e Morais Filho. Contribuí assim, para lançarmos um novo olhar para a trajetória da maranhense.

Além disso, nos informa sobre a educação e o destino daqueles que ele considerou sendo os filhos de criação de Firmina. Alfabetizados por ela, vários deles arranjam empregos e construíram uma vida própria. Doroteu, por exemplo, se tornou sapateiro e alfaiate; Manfredo, porteiro; Maria Amélia, costureira. Óton foi escriturário em São Luís, enquanto Leude trabalhou em cartórios.

Levando em conta o que foi dito até aqui, podemos concluir levantando a seguinte hipótese: o *Álbum* também seria um espaço criado pela escritora para ali exercitar a escrita em torno do cotidiano. Talvez um porto seguro onde Maria Firmina registrava o seu olhar a respeito de pessoas e de eventos que cruzavam o seu caminho e que a marcavam.

Nesse sentido, os estudos de Lejeune nos chamaram a atenção por alguns motivos. Um deles: trouxe à tona (leia-se: para dentro da academia) a leitura e a discussão a respeito de obras biográficas e autobiográficas. Como ele próprio anotou: “escrever e publicar narrativas da própria vida foi por muito tempo, e ainda continua sendo, em grande medida, um privilégio reservado aos membros das classes dominantes” (Lejeune, 2014, p. 113). Seus estudos e suas pesquisas a respeito da escrita íntima nos revelaram que os diários pessoais e a escrita de pessoas comuns, temas até então pouco ou nada explorados, poderiam ser fontes valiosas de pesquisa. E não só no âmbito da literatura – vários outros campos do conhecimento (história, sociologia etc.) poderiam beber dessa fonte.

Em seu *Pacto autobiográfico*, Lejeune identificou o subgênero *diário* como uma importante tendência da literatura confessional ou íntima. Até pouco tempo atrás, como é sabido, textos memorialísticos eram tidos como um gênero literário menor. Hoje, porém, graças em boa medida aos seus esforços, a situação é outra.

Com base em achados e propostas do estudioso francês, vamos examinar a seguir os escritos de Maria Firmina. Mais especificamente, vamos examinar se os registros contidos no *Álbum* se adéquam aos modelos propostos por Lejeune a partir do que o estudioso descreveu como escrita de um diário.

Antes disso, porém, caberia apresentar e discutir alguns pressupostos de outros autores que também lidam com a escrita de cunho memorialístico – e.g., diários, autobiografias, romances pessoais e cartas –, muitos dos quais foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

6 O *ÁLBUM*: UMA LEITURA INSPIRADA EM LEJEUNE

A literatura confessional ou intimista, para usar a terminologia de Maria Luiza Ritzel Remédios (1997, p. 10), é uma invenção do século XVIII. Durante muito tempo esses escritos foram vistos como casos isolados. A interpretação mais comum diz que essa literatura começou a se estabelecer na cultura ocidental no próprio século XVIII, após a revolução burguesa e a superação do feudalismo. A noção de um eu individual estava a ganhar força e esse tipo de literatura passou a ser valorizado.

Há quem chame a atenção para outros fatores. O tamanho da população, em especial a população de leitores, teria sido um fator a impulsionar as narrativas autobiográficas. Na opinião de Sheila Dias Maciel (2019, p. 17), “com o aumento do número de pessoas, começa-se a reconhecer o valor íntimo de cada indivíduo diante de suas vivências e interioridades”. A autora evoca fatores de natureza religiosa, visto que esta “perdia sua força e o homem não encontra apoio na ciência” (*idem*, 2019, p. 17). A subjetividade começou a ser cultivada, de sorte que a burguesia passou a se interessar por tudo o que pudesse aclarar e preencher esse mundo interior recém-descoberto.

De acordo com Peter Gay (1998), a privacidade começou a ser valorizada. Houve uma proliferação de novelas, diários e autobiografias. Fato até então incomum. Em épocas anteriores, com as famílias vivendo em espaços muito limitados, esse tipo de literatura teria poucas chances de proliferar. Com o advento de melhorias e de uma maior privacidade, a narrativa íntima passou a discorrer sobre o eu como uma presença singular no mundo. Uma série de inovações e novidades, de quartos individuais a escrivatinhas com chaves, passaram a refletir e a sustentar o modo como a classe média experimentava e exprimia essa nova era da intimidade, “viciando-se em tudo o que a remetesse à busca do eu no cotidiano e nas artes” (Gay, 1998, p. 24). Com a ascendência desses segmentos intermediários, veio à tona a valorização de sua representação. Nada mais esperado, portanto, do que ver esse novo gênero literário como um retrato de si mesmo.

Mas não se pode afirmar que a literatura confessional ou íntima tenha surgido no século XVIII. Como alerta o estudioso Phillippe Lejeune (2014), textos desse tipo já eram produzidos desde ao menos o século XIII. Como exemplo, ele cita o trovador português João Garcia de Guilhade (1239? - 1280?). Eis um exemplo de sua arte (*Amigos, Quero-vos Dizer*):

Amigos, quero-vos dizer
a mui grancoita'n que mi ten
ũa dona que quero ben

e que mi faz ensandecer;
 e, catando po-laveer,
 assiand'eu, assiand'eu,
 assiand'eu, assiand'eu!

E ja m'eu conselho non sei,
 caja o meu adubad'é;
 e sei mui ben, per bõafe,
 que jasempr' assi andarei:
 catando, se a veerei,
 assiand' eu, assiand' eu,
 assiand' eu, assiand' eu!

E ja eu non posso chorar,
 cajachorand' ensandeci;
 e faz-m' amor andar assi
 como mi veedes andar:
 catando per cada logar,
 assiand' eu, assiand' eu,
 assiand' eu, assiand' eu!

E ja o non posso negar:
 alguen mi faz assi andar!
 (Guilhade *apud* Lapa, 1970):

Ainda que os primórdios da escrita confessional recuem até o século XVIII, o gênero iria se firmar apenas no século seguinte; o apogeu, por sua vez, já se deu na segunda metade do século XX. Esse é o ponto de vista de Maria José Motta Viana. Ao fazer um balanço da produção de mulheres brasileiras, após a conquista do direito à alfabetização, a estudiosa anotou:

Nos anos setenta e marcadamente na década de oitenta, houve um verdadeiro *boom* editorial de obras femininas de cunho memorialístico. Vale observar que nessa avalanche escritural surgiu de tudo um pouco: diários, autobiografias, memórias, romances pessoais. (Viana, 1995, p. 15-16).

Ainda na opinião dela, as narrativas dessas mulheres trazem estampada uma marca característica, uma fala direcionada “a construção de uma identidade e de um destino” (Viana, 1995, p. 16). E isso independe do gênero literário. Um exemplo disso seria Helena Parente Cunha (1929-2023), autora do poema *Corpo no cerco* (1978). Além de poesia, escreveu ficção; tratou de temas como os conflitos psicológicos do ser humano e a condição de mulher. Seus primeiros contos foram publicados na antologia *Os provisórios* (1980). Outro exemplo seria o caso da contista Patrícia Bins (1928-2008). É autora de três trilógias e em sua obra oferece um olhar intimista sobre o mundo, olhar esse ligado ao mágico e ao imaginário.

Em meio a esse variado rol de produções, encontramos as escritas autobiográficas. O diário íntimo chama a atenção, desempenhando funções distintas – o eu como uma colcha de retalhos (*patchwork*), no momento da composição da narrativa feminina.

Esse tipo de narrativa, de difícil localização, foi produzido por muitas mulheres. Era um modo de elas romperem, ao menos em espaço privado, a barreira do silêncio que havia em torno de suas vidas. Em seus escritos íntimos, podiam confidenciar os sonhos mais recônditos, além de expressar o interdito e reivindicar direitos. Muitos desses registros permaneceram ignorados dentro baús por anos a fio. Outros tantos foram perdidos; alguns, porém, vieram à tona. Ao mapear obras desse tipo, Lilian de Lacerda (2003) cita o romance autobiográfico *Quase baixo* (1983), de Vera Santana (?-?); *Um grito* (1984), de Hermengarda L. L. Takeshita (?-?); além do diário pessoal e autobiográfico da atriz Dina Sfat (1938-1989), *Palmas pra que te quero* (1988), no qual a atriz reuniu recortes jornalísticos, artigos e cartas.

A literatura íntima e os diários íntimos em especial assumiram um lugar de destaque entre os leitores. Essas obras, nas palavras de Remédios (1997, p. 9), “tornam-se produto de consumo corrente, marcados pela crença no indivíduo, pela atitude confessional e pelo objetivo de preservar um capital de vivências, recordações e fatos históricos”.

O apetite de *voyeur* dos leitores por essas obras não é uma exclusividade brasileira. Talvez pelo fato de as obras abrigarem textos abertos, sujeitos a múltiplas interpretações. Além da riqueza própria desse universo, há ali um emaranhado de valores sociais e experiências subjetivas, pouco importando se os autores mulheres ou homens. Exemplo bem conhecido é o caso do *Diário de Anne Frank* (1947), um sucesso editorial em todo o mundo, com vendas estimadas de mais de 25 milhões de exemplares. Sem deixar de mencionar *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960) de Carolina Maria de Jesus¹⁰⁶, que a cada ano cresce a procura dessa obra. Mais recentemente, e já em um contexto de superexposição, Harry, filho do príncipe Charles III, decidiu lançar (prematuramente?) a sua autobiografia. Com a promessa de revelar ‘segredos’ da família real britânica, o volume vendeu, só no primeiro dia, mais de 1,5 milhão de exemplares.

Afinal, o que leva alguém a ler uma obra de cunho autobiográfico? Alguns palpites podem ser citados – e.g., a curiosidade, a identificação com os problemas abordados pelo autor, a busca por um lenitivo ou a admiração por um herói ou um artista. De todo modo, parece que “a literatura confessional é aquela que mais se aproxima do leitor, porque fala de

¹⁰⁶ A autora nasceu em 14/3/1914, em Sacramento MG. Faleceu aos 62 anos, em 13/2/1977, em São Paulo SP. É considerada hoje uma das mais importantes escritoras da literatura brasileira. Sua literatura descreve o que teria sido o seu cotidiano em uma favela. Escreveu ainda *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada* (1961), *Pedaços de fome* (1963) e *Provérbios* (1963).

um *eu*, de uma pessoa viva que ali se encontra e que diante do leitor desnuda sua vida, estabelecendo-se, então, uma perfeita união entre autor e leitor” (Remédios, 1997, p. 9).

Segundo Maciel (2005), o *eu* da literatura confessional tem contornos indefinidos, mais parecendo uma entidade fugidia. Além disso, é comum identificar elementos que nos levam a pensar que o protagonista da obra seria o *alter ego* do autor. O que nos deixa com a impressão de que o autor estaria se desnudando ou ao menos tirando a máscara diante de nós. Ao mesmo tempo, porém, temos a consciência de que se trata de uma criação literária, ainda que não uma cópia fiel da realidade. Maciel (2005, p. 25) acredita que, “nada pode ser tomado como representação fiel da realidade, mas como possibilidade mimética da construção artística”.

Segundo a pesquisadora, a separação entre a literatura propriamente dita e as obras de cunho confessionais seria algo artificial, visto derivar de um olhar simplista que trata essas últimas como narrativas não ficcionais. No entendimento dela, não há literatura desprovida inteiramente de traços da realidade. Narrativas em primeira pessoa não estão livres de desvios na linguagem, visto que não é possível expor fiel e plenamente a realidade em uma página impressa. No cômputo final, os gêneros confessionais deveriam ser entendidos como “uma produção humana entrecortada de ficção” (Maciel, 2004, p. 75).

Aos olhos do estudioso estadunidense Hayden White, o discurso factual a respeito da realidade não se diferencia de um discurso ficcional. Em ambos os casos, o *elemento trópico* gera figuras mentais e de linguagem¹⁰⁷. São justamente esses desvios do uso literal que dão autenticidade e expressividade ao discurso. Nas palavras de White (1994, p. 15):

O discurso é o gênero em que predomina o esforço para adquirir este direito de expressão, com crença total na probabilidade de que as coisas possam ser expressas de outra forma. E o emprego de tropos é, pois, a alma do discurso, o mecanismo sem o qual não pode fazer o seu trabalho ou alcançar o seu objetivo.

Não haveria discurso desprovido de trópicos. Os trópicos servem para aclarar a noção do discurso como uma das possibilidades de expressão, não como a única alternativa possível. Maciel considera que “um discurso não exclui o outro, portanto, o discurso confessional não exclui os mecanismos do discurso ficcional na literatura da realidade” (Maciel, 2004, p. 76).

A questão encontra eco nas ideias de Juan José Saer (1991, p.1), como nesta passagem:

¹⁰⁷ O termo *trópico* é usado aqui em alusão a uma zona de sombra da qual todo discurso tenta se evadir. De outro modo, a singularidade do discurso é constituída por meio da figuratividade.

A recusa escrupulosa de qualquer elemento fictício não é um critério de verdade. Uma vez que o próprio conceito de verdade é incerto e sua definição integra elementos díspares e mesmo contraditórios, é a verdade como objetivo unívoco do texto, e não somente a presença de elementos fictícios o que merece, quando se trata do gênero biográfico ou autobiográfico, uma discussão minuciosa. O mesmo podemos dizer do gênero, tão em moda na atualidade, chamado, com certeza excessiva, *non-fiction*: sua especificidade baseia-se na exclusão de qualquer rastro fictício, mas essa exclusão não é por si só garantia de veracidade. Mesmo quando a intenção de veracidade seja sincera e os fatos narrados rigorosamente exatos – o que nem sempre ocorre – continua existindo o obstáculo da autenticidade das fontes, dos critérios interpretativos e das turbulências de sentido próprias a qualquer construção verbal.

Haveria assim a necessidade de algum critério formal a ser usado na distinção entre (1) narrativas envolvendo fatos e episódios verdadeiros; e (2) narrativas que envolvem apenas a ficção e o imaginário. Não se pode negar, no entanto, que os gêneros confessionais – assim como outros gêneros literários – constituem um modo significativo de registro e de reflexão a respeito da experiência humana. Cabe notar que muitas obras alinhadas ao campo confessional podem ser apropriadamente analisadas como obras de ficção que recorrem ao estilo autobiográfico como um artifício literário. Na opinião de Maciel (2004, p. 76):

A literatura confessional é, antes de tudo, Literatura e esta separação deveria ser fruto apenas de implicações teóricas relativas ao uso da primeira pessoa na instância narrativa, já que é perceptivelmente infrutífero tentarmos separar, por meio de qualquer critério textual, a Literatura, reconhecida como tal, das formas autobiográficas.

Cabe ainda mencionar o caso dos irmãos Friedrich (1772-1829) e August Schlegel (1767-1845), dois filósofos românticos. Além de pioneiros no estudo comparado dos idiomas, eles fizeram um extenso e detalhado trabalho de compilação, reunindo diferentes tipos de autobiografias. Dividiram os textos em duas categorias: (1) de um lado, os relatos de autores que eram prisioneiros do *eu* (incluindo neuróticos, obsessivos e mulheres); e (2) de outro, os autores que eram tão somente mentirosos. A literatura autobiográfica ainda não era vista como um texto literário sério, pois não se via ali qualquer realização estética. Já havia uma preocupação, porém, de separar o joio do trigo – i.e., o que era ou não era um texto fidedigno. Como afirma Maciel (2004, p. 79), “a divisão clara entre os que narram uma suposta verdade e os que tramam a mentira demonstra que já durante o romantismo estavam configuradas as dificuldades do gênero”.

Quando investigamos a história da literatura confessional, logo nos damos conta de que esse gênero foi tido durante muito tempo como menor, razão pela qual não integrava as chamadas *altas literaturas* (Perrone-Moisés, 1998).

Ao longo dos últimos séculos, porém, o modo de ver e mesmo a função dessa literatura passou por mudanças, acompanhando o que houve com o espírito da época. Não é de estranhar, portanto, que as definições variem, a depender da época e do autor. Na opinião de Josefina Ludmer (2007), por exemplo, estaria em curso um processo de reconfiguração do significado de ser literário. O ponto de vista da autora está ancorado na leitura de textos que tratam da vida cotidiana em Buenos Aires. Ali, os sujeitos se assumem como integrantes de certos territórios. Para a estudiosa,

Essas escrituras não admitem leituras literárias; isto quer dizer que não se sabe ou não importa se são ou não são literatura. E tampouco se sabe ou não importa se são realidade ou ficção. Instalam-se localmente em uma realidade cotidiana para “fabricar um presente” e esse é precisamente seu sentido. (Ludmer, 2007, p. 1).

A estudiosa argumenta ainda que muitas obras contemporâneas conseguiram superar a fronteira da literatura (leia-se: conseguiram romper os parâmetros que definem uma obra literária), mas também da ficção, motivo pelo qual ficam dentro/fora das duas fronteiras. Esses escritos assumem assim uma *posição diaspórica*. Esse fato ocorre porque a interpretação da realidade se transforma. Como afirma Ludmer (2007, p. 1):

Aparecem como literatura, mas não se pode lê-las como critérios ou categorias literárias como autor, obra, estilo, escritura, texto e sentido. Não se pode lê-las como literatura porque aplicam “à literatura” uma drástica operação de esvaziamento: o sentido (ou o autor, ou a escritura) resta sem densidade, sem paradoxo, sem indecidibilidade, “sem metáfora”, e é ocupado totalmente pela ambivalência: são e não são literatura ao mesmo tempo, são ficção e realidade.

Os textos diaspóricos podem assumir diferentes formatos – e.g., testemunho, autobiografia, reportagem jornalística, crônica, diário íntimo ou até mesmo etnografia. Um dos propósitos políticos desses escritos seria fabricar o presente se inspirando na realidade cotidiana. Essa realidade não pode ser confundida com a realidade referencial e verossímil do pensamento ou da história política e social. Seria uma realidade que não carece de ser representada, pois ela mesma é pura representação. Por esse motivo que, nas palavras de Ludmer (2007, p. 2):

A ideia e a experiência de uma realidade cotidiana que absorve todos os realismos do passado alteram a noção de ficção dos clássicos latino-americanos dos séculos XIX e XX. Neles a realidade era “a realidade histórica”, e a ficção se definia por uma relação específica entre “a história” e “a literatura”. Cada uma teria sua esfera bem delimitada, o que não ocorre hoje.

Trata-se, a rigor, de um campo literário que não reivindica pontos delimitativos – i.e., a própria incerteza dos limites é o que deveria ser evidenciado. Estaríamos assim a vivenciar um tempo em que estão sendo revisitadas as fronteiras até agora estabelecidas pela tradição. O que incluiria as fronteiras entre arte e ciência, entre prosa e poesia e, no âmbito da narrativa, a fronteira entre os textos ditos ficcionais e aqueles que foram escritos segundo uma pulsão autobiográfica.

Os chamados Estudos Culturais têm contribuído de modo efetivo para a ampliação do universo literário. Novas configurações têm sido propostas, estendendo assim o rol de objetos e temas a serem investigados. Foi assim que ganhou legitimidade o estudo de questões envolvendo as ditas minorias.

Na opinião, por exemplo, da pesquisadora brasileira Elzira Perpétua, caberia examinar como a crítica trouxe a *escrita de si* para dentro do cânone literário. Com base no conceito de *literatura menor*, a autora tece reflexões acerca das relações entre as escritas do eu e o cânone na produção literária (*sensu* Deleuze; Guattari, 1977). Segundo a estudiosa, há concordância de que as obras de cunho autobiográfico ainda encontram barreiras para serem reconhecidas como um fazer literário. Anotou ela:

Contudo, em grande parte, verifica-se que a consideração sobre o pertencimento da escrita pessoal à área da literatura passa antes pelo reconhecimento prévio do nome do autor do que pelo estatuto do gênero, como se vê, por exemplo, na recepção às *Memórias* de Pedro Nava ou *Boitempo* de Drummond. (Perpétua, 2011, p. 1).

No debate em torno da questão, a autora toma como base três narrativas de cunho confessional. São elas: (1) o diário de uma doméstica, *Ai de Vós!* (1983), de Francisca Souza da Silva; (2) a autobiografia de uma imigrante nordestina, *Um destino de mulher* (1981), de Cícera Fernandes de Oliveira; e (3) *Diário de Bitita* (1986), de Carolina Maria de Jesus. A intenção dela era estudar como o sujeito se desenvolve na trama narrativa, no sentido de valorizar o trabalho de autoras que serem representantes de uma camada social invisibilizada.

Além de reportar como as três obras conflitam com as normas do gênero memorialístico, aponta Perpétua (2011, p. 3):

Resguardadas as peculiaridades de cada uma, é visível o modo distinto pelo qual cada uma dessas autoras escreve sobre o seu não lugar, ou sobre o seu fora de lugar, seu estado de desterritorialização, enfim, e procura se constituir como sujeito histórico, ou seja, encontrar o seu lugar, reterritorializar-se, por meio do texto. Para tanto, elas reiteram na linguagem aspectos de sua vida que possam funcionar como marcas da individualidade, ainda que sejam marcas provocadas pela fome, pelo abandono, pela injustiça e, sobretudo, pelo silêncio, que parecia ‘muito natural’, até que seus relatos fossem publicados. Uma leitura cotejada permite ver de que modo cada autora, ao promover a exposição de um vazio social, descobre no ato da ‘escrita de si’ um meio de se ver refletida como um ‘eu’ que, inscrito na instituição literária, desloca-se em direção a um espaço social, a um lugar.

Para a pesquisadora, o resgate dessas autobiografias poderia ampliar o valor social das narrativas. Não só como representante de certas realidades, mas como um espaço em que a memória irá apresentar a ficção e a história. O estudo de Perpétua estaria a ampliar as pesquisas do papel da mulher na sociedade. Assim, além do engajamento com a língua, a literatura ganha uma força a mais, qual seja: resgatar o indivíduo em meio ao desamparo do seu contexto social.

Segundo a estudiosa, determinadas obras seriam providas de atributos literários. Essas obras, segundo Perpétua (2011, p. 9),

acabam por subverter a noção institucionalizada do gênero memorialístico em todos os meandros de sua produção. E, assim, deixam de ser memórias de marginais para constituírem, talvez, um subgênero a que poderíamos denominar, num gesto ulterior de revisão de memórias marginais.

Outra pesquisadora brasileira a se debruçar sobre esse gênero literário foi Ângela Castro Gomes. Segundo ela, é possível “datar a divulgação de sua prática, grosso modo, do século XVIII, quando indivíduos ‘comuns’ passaram a produzir, deliberadamente, uma memória de si” (Gomes, 2004, p. 10). A autora assinala também que a distinção entre as palavras biografia e autobiografia foi uma invenção de autores ingleses do século XVII, abarcando o curso do século seguinte e alcançando o seu apogeu no século XIX.

O interesse por essas obras não deriva apenas e tão somente de preocupações comerciais. Pois envolve também certos aspectos acadêmicos – oriundos, por exemplo, de áreas como educação, letras e psicologia. Não é de estranhar que a historiografia em torno do assunto tenha passado por transformações significativas ao longo dos últimos anos. Gomes

(2004) destaca que esses materiais estão a ser valorizados, sobretudo no âmbito da história da educação, uma disciplina que lida com processos de ensino e aprendizagem. As pesquisas nesse campo envolvem inventários ou mesmo a coleta de itens materiais (e.g., fotografias, cartões postais e objetos variados que acabam transformando o que era espaço privado em um teatro de memória). Em poucas palavras, pode-se dizer que as práticas da escrita de si nos permitem ver, com alguma clareza, a trajetória de vida do indivíduo. Nesse contexto, a trajetória de vida pode ser repartida em momentos e ritmos diversos: o tempo de casa, o tempo do trabalho e assim por diante.

Do ponto de vista da estudiosa, quem registra o cotidiano de modo sistemático e organizado está a reivindicar uma identidade para si. Já não seria mais um indivíduo meramente *privado*, mas sim um indivíduo *público*. Na medida em que a civilização contemporânea passou a valorizar o indivíduo e a disponibilizar instrumentos que permitem a livre manifestação de idiosincrasia, certas atividades (e.g., fotografar e escrever) se tornaram um espaço privilegiado. Por meio deles, os *cidadãos comuns* podem fazer registros – em primeira pessoa – de suas vidas. A prática se difundiu e os registros se tornaram numerosos, com o predomínio de textos subjetivos, fragmentados e nada extraordinários.

Ângela Gomes (2004) defende a necessidade de que sejam criados mais centros de pesquisa e documentação voltados à guarda de documentos e arquivos privados oriundos de diferentes segmentos da sociedade. A existência de material de arquivo permite e, ao mesmo tempo, estimula a sistematização do conhecimento derivado da guarda e do uso daquele material como fonte histórica.

As contribuições de Philippe Artières (1998) também são importantes. Para o estudioso francês, o indivíduo passou a registrar acontecimentos cotidianos em papel, um modo de se manter vivo na memória coletiva. Rotulada por ele de *arquivamento do eu*, essa prática se tornou comum em sociedades ocidentais a partir do fim do século XVIII. Para ilustrar o seu ponto de vista, o pesquisador evoca três tipos de exemplos.

O primeiro exemplo seria a valorização dos escritos autobiográficos ocorrida no século XIX. Em decorrência disso, surgiu um verdadeiro mercado de vendas e trocas.

A valorização das autobiografias levou a mudanças profundas no comportamento dos escritores profissionais. No início dos anos de 1880, por exemplo, Victor Hugo (1802-1885), já então um autor consagrado, depositou os seus manuscritos na Biblioteca Nacional francesa. Embora ainda coubesse ao escritor decidir sobre o destino dos seus escritos, autores como Jean-Paul [Charles Aymard] Sartre (1905-1980) não julgavam que tais materiais possuíssem valor literário, mas não deixavam de reconhecer o quanto eram valiosos financeiramente. Há

ainda quem acredite, como Louis Aragon (1897-1982), que os manuscritos fazem parte da fortuna literária do autor, a ponto de os oferecer para análise por parte de pesquisadores.

O segundo exemplo decorre da curiosidade e do interesse por parte de médicos e autoridades sanitárias. Surgem assim coleções de cartas, poemas e outros escritos de pacientes em primeira pessoa. O autor observa que a escrita passou a desempenhar um papel de relevo na sociedade, a ponto de “para existir, é preciso inscrever-se: inscrever-se nos registros civis, nas fichas médicas, escolares, bancárias” (Artières, 1998, p. 12).

Em sua caracterização do que seriam os *arquivos de vida*, o autor evoca dos rascunhos aos antetextos que atestariam a existência do indivíduo. Assim, dado o acúmulo (mais ou menos desordenado) de papéis, como as “passagens de avião, tíquetes de metrô, listas de tarefas, notas de lavanderia, contracheques; encontraríamos também velhas fotos amareladas” (Artières, 1998, p. 9). Além disso, em meio a toda essa papelada, quem sabe ainda se encontrem cartas, cartões postais, telegramas ou até mesmo um velho diário escrito durante a adolescência. Nesse contexto, o cotidiano poderia ser caracterizado pelo arquivamento de papéis.

Muita gente, no entanto, não guarda consigo papéis ou qualquer outro tipo de registro físico que pudesse fornecer pistas do seu cotidiano, “senão uma parte ínfima de todos esses vestígios” (Artières, 1998, p. 10). E mesmo quem guarda pode ocasionalmente promover triagens e arrumações (e.g., por motivos de mudança ou viagem), durante as quais alguns papéis são mantidos, enquanto outros são dispensados. De tal modo que, “passamos assim o tempo a arquivar nossas vidas: arrumamos, desarrumamos, reclassificamos. Por meio dessas práticas minúsculas, construímos uma imagem, para nós mesmos e às vezes para os outros” (*ibidem*, p. 10). A triagem não é um processo trivial de escolha – “é em suma falar de uma coisa comum, perseguir esse infraordinário, desentocá-lo, dar-lhe sentido e talvez entender um pouco melhor quem somos nós” (*ibid.*, p. 10).

Nesse misto de arquivamento e triagem, o indivíduo tende a estabelecer acordos e meios-termos com a realidade e com a sua história de vida. Omissões, rasuras, rabiscos ou mesmo destaques exagerados dados a determinadas passagens costumam gerar distorções ou pistas enviesadas. Esse seria o caso do diário íntimo: “[Nele] registramos apenas alguns acontecimentos, omitimos outros; às vezes, quando relemos nosso diário, acrescentamos coisas ou corrigimos aquela primeira versão” (Artières, 1998, p. 11).

Arquivar a própria vida teria pretensões autobiográficas. O caráter normativo e os processos de objetivação e de sujeição que emergem se transformam em movimento de subjetivação. Acumular papéis e escrever um diário ou uma autobiografia são vistas como

preocupações com o *eu*. Investigando os motivos que levariam alguém a produzir arquivos sobre sua própria vida, Artières (1998, p. 11) concluiu que “arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência”.

Chama a atenção o fato de que os indivíduos arquivam registros sobre si tendo em mente um futuro leitor, seja este autorizado ou não; como uma “prática íntima, o arquivamento do eu muitas vezes tem uma função pública. Pois arquivar a própria vida é definitivamente uma maneira de publicar a própria vida, é escrever o livro da própria vida que sobreviverá ao tempo e à morte” (Artières, 1998, p. 32). Criar e manter arquivos pessoais seriam práticas produtivas, por meio das quais, o indivíduo teria algum domínio sobre a própria vida – uma janela para o passado e um modo de planejar o futuro, além de, sobretudo, registrar e documentar a sua existência.

Massaud Moisés, em seu *Dicionário de termos literários*, descreve o conteúdo narrativo do diário como um gênero literário: “desde os episódios políticos até a pura introspecção, passando pelo registro dos cenários e das peripécias que as viagens propiciam, ou pelos embates da vida literária” (Moisés, 2004, p. 121). Seria um gênero híbrido, visto poder abrigar desde fatos históricos a uma escrita puramente literária, além de assuntos políticos, notas autobiográficas, ficções, cartas e registros fotográficos. O formato é livre e flexível, dando ao diário uma configuração algo plástica.

Sem regras rígidas aparentes, o autor expõe ali pensamentos, devaneios e fatos diversos (mais ou menos relevantes) da vida. Fica a cargo do escrevinhador definir o que irá registrar a respeito de sua rotina e o modo como irá fazê-lo. Razão pela qual seria possível falar que o diário íntimo nos oferece um espetáculo da interioridade.

Maurice Blanchot, também escreveu sobre as motivações que levariam alguém a escrever um diário. No limite, mesmo para o escrevinhador que admite *nada fazer na vida*, o fato de ter um diário já representaria algo relevante. Já para quem leva uma vida de futilidades, mesmo os acontecimentos vazios ali narrados passam a se constituir em um troféu, um assunto a respeito do qual se pode conversar com terceiros. Em ambos os casos, o final do dia estará preenchido. De acordo com Blanchot (2005, p. 274):

A ilusão de escrever, e por vezes de viver, que ele dá o pequeno recurso contra a solidão que ele garante [...], a ambição de eternizar os belos momentos e mesmo de fazer da vida toda um bloco sólido que se pode abraçar com firmeza, enfim, esperança de, unindo a insignificância da vida com a inexistência da obra, elevar a vida nula à bela surpresa da arte, e a arte informe à verdade única da vida, o entrelaçamento de todos esses motivos

faz do diário uma empresa de salvação: escreve-se para salvar a escrita, para salvar sua vida pela escrita, para salvar seu pequeno eu (as desforras que se tiram contra os outros, as maldades que se destilam) ou para salvar seu grande eu, dando-lhe um pouco de ar, e então para não se perder na pobreza dos dias.

Entre outras coisas, escrever seria assim um modo de escapar do silêncio e da *fala extrema*. Um momento de o escritor estar consigo mesmo. As anotações permitiriam reviver e guardar os acontecimentos, pelo fato de que “cada dia diz alguma coisa. Cada dia anotado é um dia preservado” (Blanchot, 2005, p. 273). Seria enfim uma rotina que ajudaria a proteger o diarista contra o esquecimento do seu dia a dia e do sentimento angustiante de vazio, de não ter nada relevante a dizer. O exercício da escrita diária ajuda o autor conhecer a si mesmo.

6.1 OS ESTUDOS DE PHILIPPE LEJEUNE

A partir da década de 1970, com os estudos pioneiros de Philippe Lejeune, o gênero memorialístico começou a ganhar densidade e algum destaque. O que levaria a socióloga Leonor Arfuch (2010, p. 15), se referindo aos dias de hoje, a falar em uma “verdadeira obsessão da memória [...] em sintonia com o interesse na voz e na experiência dos sujeitos e com a ênfase testemunhal”.

Philippe Lejeune, claro, não foi o primeiro a se debruçar sobre o estudo da memória. Antes dele, vários outros autores fizeram isso – e.g., Platão, Aristóteles, Paul Ricoeur, Jacques Le Goff, Sigmund Freud e Maurice Halbwachs. Nenhum deles, porém, abordou as manifestações mnemônicas como um gênero literário.

As primeiras obras de Lejeune (1971; 1986) podem ser vistas como uma tentativa pioneira de sistematizar o estudo da autobiografia. Nessa empreitada, ele se via como um “historiador aprendendo a trabalhar com arquivos, e sociólogo, aprendendo a fazer pesquisa... Frequentei mais antropólogos e psicólogos que analistas de literatura” (Lejeune, 1971, p. 7).

Dedicou mais de 30 anos de sua vida profissional ao estudo do gênero memorialístico, publicando ao longo dos anos uma relevante bibliografia. Alguns dos textos mais importantes dele estão reunidos em seu livro *Pacto autobiográfico* (1986 e 2001). Entre uma edição e outra, a perspectiva crítica da *escrita do eu* sofreu mudanças; ao mesmo tempo em que a figura do pesquisador passou do nós ao *eu*, digo, da análise objetiva a um relato pessoal.

A relevância da obra dele decorre do esforço (bem-sucedido) de recuperar ou trazer para dentro certas coisas que até então estavam excluídas do cânone literário. Coisas que até

então eram vistas como literatura secundária ganharam espaço. Tornaram-se motivo de discussão e análises acadêmicas. A respeito disso, anotou Bungart Neto (2012, p. 178):

[O]s estudos de Philippe Lejeune ao longo de quase 40 anos são, sem sombra de dúvida, a grande referência dentre as teorias que tratam a memória como gênero literário, sobretudo a autobiografia, o diário e outros subgêneros que não escapam à sua curiosidade e interesse constante.

Dada a relevância da obra de Lejeune para a caracterização do gênero memorialístico, cabe apresentar aqui alguns conceitos referentes à literatura confessional e à autobiografia em particular.

A autobiografia, de acordo com Lejeune, é um texto literário, merecedor de um gênero literário próprio. O estudo de um gênero literário sofre transformações ao longo do tempo, razão pela qual, o estudioso evoca o caráter inconstante da narrativa íntima para caracterizar seus estudos como tentativas. Nas palavras de Lejeune (1975, p. 8), “para estudar um gênero, é preciso lutar contra a ilusão da permanência, contra a tentativa normativa e contra os perigos de idealização”. O que explica o fato de o estudioso ter adotado diferentes de autobiografia ao longo do tempo.

Em seus primeiros estudos sobre autobiografia, Lejeune teria se inspirado em definições encontradas em verbetes de dicionários (e.g., *Larousse* [1886] e *Vapereau* [1876]) para então cunhar uma definição própria (Figueiredo, 2013). Mais tarde, promoveu ajustes, adotando então critérios mais restritos. Uma definição mais recente dele de *autobiografia* seria: “narrativa retrospectiva em prosa que alguém faz de sua própria existência, quando focaliza especialmente sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (Lejeune, 2014, p. 82). Na mesma obra, ele lista uma série de traços distintivos que ajudariam a identificar um texto autobiográfico. Assim, uma caracterização mais ampla de autobiografia incluiria os seguintes itens (*ibidem*, p. 14):

1. Forma de linguagem: *a.* narrativa, *b.* prosa; 2. Assunto tratado: vida individual, história de uma personalidade; 3. Situação do autor: identidade do autor (cujo nome remete a uma pessoa real) e do narrador; 4. Posição do narrador: *a.* identidade do narrador e do personagem principal; *b.* perspectiva retrospectiva da narrativa.

Com base nesses itens, ele passou a distinguir a autobiografia de gêneros vizinhos. As *memórias*, por exemplo, não se enquadrariam como um texto autobiográfico, do tipo que narra uma vida individual, de uma personalidade em particular; a *biografia* também não, pois

ali o narrador não aparece como protagonista; o *romance pessoal* não trabalha a identidade do autor; o *poema autobiográfico* não se enquadra como prosa; o *diário* não adota uma perspectiva retrospectiva; e, por fim, o *autorretrato* ou *ensaio* não se apresenta como narrativa nem adota uma perspectiva da narrativa.

Na autobiografia, como ele próprio diz (Lejeune, 2014, p. 17):

O texto deve ser principalmente uma narrativa, mas sabe-se a importância do discurso na narração autobiográfica; a perspectiva, principalmente retrospectiva: isto não exclui nem sessões de auto-retrato, nem diário da obra ou de presente contemporâneo da redação, nem construções temporais muito complexas; o assunto deve ser principalmente a vida individual, a gênese da personalidade: mas a crônica e a história social ou política podem também ocupar um certo espaço. Trata-se de uma questão de proporção ou, antes, de hierarquia: estabelecem-se naturalmente transições com os outros gêneros da literatura da literatura íntima (memórias, diário, ensaio) e uma certa latitude é dada ao classificar no exame de casos particulares.

Cabe destacar a importância de alguns itens adicionais para que um texto seja descrito como autobiográfico – e.g., a narrativa retrospectiva e a ênfase na vida do autor. Não se trata, contudo, de uma lista de critérios rígida e imutável. As modalidades autobiográficas se transformam a partir da abordagem de outros assuntos e/ou mesmo de atributos formais e estilísticos mais comuns a outros gêneros. Sobre a narração em primeira pessoa, por exemplo, não se pode dizer que se trata de uma regra definitiva, visto que há “autobiografias nas quais [uma] parte do texto designa o personagem principal através da terceira pessoa, ao passo que, no resto do texto, o narrador e o personagem principal se confundem na primeira pessoa” (Lejeune, 2014, p. 20).

Além disso, embora *autobiografia* possa soar como algo impositivo, a palavra sofre a concorrência de expressões que seriam mais abrangentes, mais flexíveis. No final da década de 1970, por exemplo, um grupo de pesquisa coordenado por Lejeune, na Universidade de Nanterre, passou a falar em *relatos de vida*. Nas décadas seguintes, surgiram outras denominações, como *escritas do eu* ou *escrita de si*. Nenhuma dessas formulações, no entanto, ganhou a simpatia do estudioso francês.

Afinal, qual seria o traço fundamental a distinguir um relato autobiográfico de uma obra ficcional? De acordo com Paula Sibilia (2016, p. 56), não há respostas fáceis, “pois não há nada inerente às características formais ou ao conteúdo das obras desse tipo que permita diferenciá-las claramente das ficções”. Alguns romances, por exemplo, reproduzem os mesmos códigos dos gêneros autobiográficos. Sem falar nos incontáveis relatos fictícios recheados de episódios que os autores parecem de fato ter vividos.

De acordo com Sibilia (2016), apesar de certa ambiguidade, ainda perdura alguma distinção entre as narrativas de ficção e as de cunho autobiográfico. Estes dois tipos de obras se inscrevem em um regime de verdades peculiares e suscitam outro horizonte de expectativas, apesar da sofisticação das artimanhas retóricas acumuladas, a despeito de anos, décadas e séculos de treinamento do público (leitores etc.). Tanto as obras ficcionais como as de cunho autobiográfico enfrentam ainda uma segunda complicação: os abalos na crença de que há uma identidade fixa e estável do eu a narrar a si própria.

Assim é que a especificidade dos gêneros autobiográficos deve ser buscada fora dos textos: no mundo real, nas relações entre os autores e o seu público. Foi essa conclusão a que chegou Lejeune, a saber: “as obras autobiográficas se diferenciam de todas as demais porque estabelecem um ‘pacto de leitura’ que as consagra como tais.” (Sibilia, 2016, p. 56-57).

Não temos aqui a pretensão de tomar posição e esclarecer a polêmica. Nosso objetivo é bem mais modesto: tão somente registrar o ponto de vista do estudioso francês.

Tentando resolver o problema, Lejeune formulou o conceito de *pacto autobiográfico*. Trata-se de um elemento textual que permitiria ao leitor distinguir entre uma narrativa ficcional e um relato de vida verossímil. Segundo o autor, “o que define a autobiografia para quem a lê é, antes de tudo, um contrato de identidade que é selado pelo nome próprio” (Lejeune, 2014, p. 39). Haveria assim um profundo compromisso em torno do texto autobiográfico – i.e., um contrato com a verdade que o autor assumiria ao colocar suas palavras em papel.

Em outras palavras, a concepção que atravessa o pacto autobiográfico é a existência do pacto de referencialidade, de fidelidade ao que ficou estabelecido entre autor e leitor. De um ponto de vista formal, isso se manifestaria pela identificação do autor da obra, seja na capa, na página de rosto ou no interior do livro. Autor, narrador e personagem seriam assim, a um só tempo, o sujeito que narra, o autobiógrafo e o autobiografado. Nesse contexto, o leitor pode até questionar ou duvidar do que foi escrito, mas não da identidade de quem escreveu. Nas palavras de Lejeune (2014, p. 43):

Em oposição a todas as formas de ficção, a biografia e a autobiografia são textos referenciais: exatamente como o discurso científico ou histórico, eles se propõem a fornecer informações a respeito de uma ‘realidade’ externa ao texto e a se submeter, portanto, a uma prova de verificação. Seu objetivo não é a simples verossimilhança, mas a semelhança com o verdadeiro. Não o ‘efeito de real’, mas a imagem do real.

Há uma cobrança de o texto autobiográfico ser verdadeiro, o que o diferencia do texto biográfico. Neste, a semelhança deve fundamentar a identidade; naquele, é a identidade que fundamenta a semelhança. Para o estudioso francês, “a identidade é o ponto de partida real da autobiografia; a semelhança, o impossível horizonte da biografia. Assim, se explica a função diferente da semelhança nos dois sistemas” (Lejeune, 2014, p. 46). Se o leitor acredita que o autor, o narrador e o personagem principal são uma só pessoa, não há mais dúvidas de que a obra é de cunho autobiográfico. Não seria a especificidade nem o estilo literário, mas sim o contrato de leitura que definiria o caráter autobiográfico de uma obra. O que, por sua vez, pressupõe o caráter verídico e verificável do que está a ser narrado.

O propósito do pacto autobiográfico é demarcar a fronteira entre autobiografia e ficção. Mas é também realçar a importância da leitura na hora de se avaliar um texto como autobiográfico. A atitude no momento da leitura é de fundamental importância. Na avaliação de Maciel (2004, p. 81):

O conceito de “pacto autobiográfico” foi a solução encontrada para o problema de estabelecer fronteiras entre os modos discursivos fictícios e os modos discursivos factuais. Trata-se, por conseguinte, de uma forma de contrato entre autor e leitor na qual o autobiógrafo se compromete explicitamente não a uma exatidão histórica impossível, mas a uma apresentação sincera de sua vida. Quem escreve compromete a ser sincero e quem lê passa a buscar revelações que possam ser confirmadas extratextualmente.

Lejeune tenta diferenciar o romance autobiográfico da autobiografia. No primeiro caso, há gradações – i.e., o leitor pode ter razões para suspeitar da pressuposta semelhança entre autor e personagem, posto que o autor da obra, por um motivo qualquer, pode negar ou esconder essa identidade. Na definição de Lejeune (2014, p. 29):

O romance autobiográfico engloba tanto narrativas em primeira pessoa (identidade do narrador e do personagem) quanto narrativas “impressas” (personagens designados em terceira pessoa); ele define por seu conteúdo”. A autobiografia, por sua vez, não comporta gradações, visto que é mais uma questão do tipo “tudo ou nada.”.

No romance, se o nome da personagem coincide com o do autor, o pacto estará firmado, excluindo-se assim a possibilidade de se tratar de uma ficção. Não haveria motivo para duvidar da identidade e falar em mera semelhança, visto a identidade ser “um fato imediatamente perceptível – aceita ou recusada, no plano da enunciação; [enquanto] a

semelhança é uma *relação* sujeita a discussões e *nuances* infinitas, estabelecidas a partir do enunciado”. Na mesma página, esclareceu Lejeune (2014, p. 42):

Ao buscar, pois, para distinguir a ficção da autobiografia, estabelecer a que remete o “eu” das narrativas em primeira pessoa, não há nenhuma necessidade de se chegar a um impossível extratexto: o próprio texto oferece em sua margem esse último termo, o nome próprio do autor, ao mesmo tempo e indubitavelmente referencial.

Ainda de acordo com ele, o atestado de ficcionalidade demonstra ser o contrário do pacto referencial, pois este último é o que sustenta a crença na veracidade das informações presentes em um texto autobiográfico. O que já seria suficiente para que o leitor reconheça um texto como autobiográfico ou não. O subtítulo que aparece no romance, impresso, na capa ou folha de rosto, também colabora para orientar qual será o assunto a ser tratado em uma obra ficcional. Desse modo, a autobiografia é “tanto um modo de leitura quanto um tipo de escrita, é um *efeito* contratual historicamente viável” (Lejeune, 2014, p. 54).

O estudioso procurou categorizar os contornos da expressão autobiográfica, algumas vezes de modo normativo; outras relativizando o valor da norma. Tal categorização, no entanto, não abrangem os territórios ambíguos da literatura brasileira contemporânea, na qual, ganha destaque “a presença autobiográfica real do autor empírico em textos que por outro lado são ficcionais” (Moriconi, 2005, p. 14). Anos depois, mesmo ainda conservando algum dogmatismo em torno dos conceitos que elaborou, Lejeune veio a reconhecer que tal procedimento se mostrou insuficiente, pois havia lacunas e pontos de imprecisão. Levando em conta os problemas apontados pela crítica, procurou reavaliar seus pontos de vista de modo menos dogmático. Nas palavras do próprio autor (Lejeune, 2014, p. 67):

1- O que chamo autobiografia pode pertencer a dois sistemas: um sistema referencial “real” (em que o compromisso autobiográfico, mesmo passando pelo livro e pela escrita, tem valor de ato) e um sistema literário, no qual a escrita não tem pretensões à transparência, mas pode perfeitamente imitar, mobilizar as crenças do primeiro sistema. Muitos fenômenos de ambiguidade ou de mal-entendido vêm dessa posição instável.

2- Em relação ao autor, pode haver defasagem entre sua intenção inicial e a intenção que lhe será atribuída pelo leitor, seja porque o autor desconhece os efeitos induzidos pelo modo de apresentação que escolheu, seja entre ele e o leitor existem outras instâncias: muitos elementos que condicionam a leitura (subtítulo, classificação genérica, publicidade, adendo) podem ter sido escolhidos pelo editor e já interpretados pelos meios de comunicação.

3- Enfim, é preciso admitir que podem coexistir leituras diferentes do mesmo texto, interpretações diferentes do mesmo “contrato proposto. O

público não é homogêneo. Os diferentes editores, as diversas coleções se dirigem a públicos que não são sensíveis aos mesmos signos, nem julgam segundo os mesmos critérios. No “Pacto”, minha tendência foi considerá-lo como representativo do “leitor médio” e, conseqüentemente, transformei minhas reações de leitura em norma. O que significou resolver, sem muito esforço, a questão que levanto agora: como observar leituras reais?

O surgimento do romance *Fils* (1977), apresentado pelo próprio autor, Serge Doubrovsky, como autoficção (ver Noronha, 2014), fez com que Lejeune retomasse o problema relativo ao pacto romanesco e o emprego do nome do autor. A partir de então, passou a examinar o assunto de modo mais amplo, chegando a reconhecer que da “‘mentira verdadeira’ à ‘autoficção’, o romance autobiográfico literário aproximou-se da autobiografia a ponto de tornar mais indecisa do que nunca a fronteira entre esses dois campos” (Lejeune, 2014, p. 69). Diante do impasse, levantou a questão: “quem pode afirmar onde termina, dependendo da época e do tipo de leitor, a transparência e a verossimilhança, e onde começa a ficção?” (*idem*, 2014, p. 71).

Para rebater as críticas que recebeu em razão dos seus pontos de vista conceituais, Lejeune argumenta que a análise inicial foi pouco aprofundada. Tentando corrigir equívocos e superar limitações da obra original, Lejeune escreveu um novo ensaio 25 anos depois. Entre tantas outras ponderações, anotou:

É melhor reconhecer minha culpa: sim, sou ingênuo. Creio ser possível se comprometer a dizer a verdade; creio na transparência da linguagem e na existência de um sujeito pleno que se exprime através dela; creio que meu nome próprio garante minha autonomia e minha singularidade (embora já tenha cruzado pela vida com vários Philippe Lejeune); creio que quando digo ‘eu’, sou eu quem fala: creio no Espírito Santo da primeira pessoa. (Lejeune, 2014, p. 76)

Em particular, tentou chamar a atenção para a autobiografia, um gênero literário meio que desprezado pela academia, embora fosse muito bem aceito pelo público. Embora continuasse a sustentar a importância da ideia de pacto autobiográfico, admitiu alguns equívocos. Segundo Lejeune (2014, p. 94-5; grafia do autor):

Quase todas as autoficções são lidas como autobiografias. Quando eu disse “uma identidade existe ou não existe”, estava adotando, muito sabiamente, o ponto de vista do leitor... Essa é, aliás a posição que assumo no início de *Le pacte autobiographique*: todas as análises são feitas a partir da recepção. [...] o essencial continua sendo, confesso, o pacto, quaisquer que sejam as modalidades, a extensão, o objeto do discurso de verdade que se prometeu cumprir.

Apesar disso, o conceito do pacto autobiográfico continuou a ser uma ferramenta útil na interpretação de textos. O estudioso manteve a tese de que é o leitor quem define, com base na veracidade e fidedignidade que consegue identificar do relato narrado pelo autor, se determinado texto é ou não autobiográfico. Nota-se que, em seu novo ensaio, Lejeune ajusta e desloca o primeiro, sem tratar o novo como algo definitivo ou perfeito; ao contrário, levanta novos problemas, hipóteses e modos de teorizar o trabalho. Este talvez tenha sido o método de trabalho escolhido por ele, como sugere Noronha (2014).

6.1.1 A configuração do diário pessoal

Tendo se dedicado ao estudo da autobiografia por 15 anos (1971-1986), Lejeune resolveu ampliar sua perspectiva temática em torno do subgênero diário. No capítulo ‘Diários e blogs’, subcapítulo ‘Um diário todo seu’ (Noronha, 2014), Lejeune apresenta os traços que caracterizariam esse subgênero na literatura íntima, afirmando que a escrita do cotidiano também seria regida por um pacto. Afinal, todos os diários têm um destinatário, ainda que o próprio autor venha a ler os próprios escritos no futuro.

De acordo com o estudioso, é comum que o autor de um diário faça uma declaração inicial explicando o propósito daquela iniciativa. Nem sempre isso ocorre, claro, e pode acontecer de o diarista ir direto ao assunto que decidiu narrar. Outra característica recorrente é que muitos diários são iniciados durante uma crise ou uma situação difícil.

Manter um diário costuma ser uma atividade discreta, passageira ou irregular. Pode ser iniciada durante uma viagem e normalmente a atividade se desenvolve longe dos olhares de curiosos, sejam eles familiares ou amigos. Esse sim seria o “verdadeiro diário íntimo [...] por seu conteúdo e, sobretudo, por sua função” (Lejeune, 1989, p. 12).

O estudioso prefere usar o termo *diário pessoal* e não *diário íntimo*, como é costume na França. Nas palavras de Lejeune (2014, p. 97): “muitos diários não são íntimos, a intimidade é um traço secundário, quer se trate da destinação ou do conteúdo”. Argumenta ainda que o diário não é um “gênero literário, mas uma prática. Seu surgimento como gênero literário é um epifenômeno” (*ibidem*, p. 97).

A prática do diário está associada ao grau de escolaridade, principalmente entre as meninas adolescentes. Os meninos não se envolvem tanto com essa atividade ou, ao menos, não do mesmo modo ou com a mesma frequência. Entre as mulheres, o interesse é maior na idade adulta (em torno dos 25 anos), um resultado que não causou surpresa ao pesquisador, afinal “de maneira geral, as mulheres escrevem e leem mais do que os homens” (Lejeune,

2014, p. 298). Vale observar, no entanto, que ele encontrou diários íntimos escritos por homens franceses (*idem*, 1993). E mais: em seus escritos sobre a história do diário e da prática diarística, o estudioso comenta sobre o uso da palavra em outras línguas.

Peter Gay é outro autor a sustentar a ideia de que a prática era mais comum (ou muito mais comum) entre as mulheres. A despeito de extenuantes jornadas de trabalho doméstico, muitas mães e esposas ainda conseguiam encontrar alguns minutos para, reservadamente, pensar e escrever sobre si mesmas. Mas ele não deixa de registrar a experiência masculina: “homens escreviam seus diários, nos quais fixavam laconicamente suas experiências, mesmo as mais íntimas, para poderem perscrutá-las mais tarde” (Gay, 1988, p. 321).

Escrever e manter diários não foram inovações do século XIX. A novidade de então, a rigor, foi a popularização da atividade. Em um século tido como introspectivo, individualista e reticente, a escrita do cotidiano caiu no gosto de alguns segmentos sociais. Para muita gente, tornou-se um modo e um momento de lazer. Para Gay (1988, p. 320):

Os professores aconselhavam seus pupilos a escrever diários, uma atividade louvável e sadia; os adolescentes divulgavam entre os amigos o gosto por essa forma de exibicionismo escrita e restrita. E os pais presenteavam seus filhos com livros em branco, muitas vezes ricamente encadernados e adornados, para encorajar os jovens a escreverem crônicas de seus dias e de suas pequenas aventuras.

O interesse, mais especificamente, de meninas adolescentes pela escrita diarística corresponderia a um condicionamento histórico. Manter registros escritos do cotidiano era um modo de facilitar as práticas de vigilância por parte de educadores ou qualquer outro adulto em posição de supervisão. Vale notar que, ainda hoje, as meninas (mas não os meninos) são presenteadas com cadernos que possam ser preenchidos como diários – há até mesmo modelos que trazem um cadeado, indicando claramente que ali se guardam segredos a serem protegidos.

No fim das contas, manter um diário pode ter várias motivações. A ponto de tornar difícil a definição de um *perfil psicológico do diarista*.

Nas palavras de Lejeune (2014, p. 298-9):

Encontramos entre os diaristas a mesma variedade de personalidades que entre os não diaristas – ainda mais que se é diarista por acaso, não por essência, e porque cada um inventa seu próprio caminho nesse gênero do qual existem talvez modelos, mas nenhuma regra. É claro que os diaristas têm, apesar de tudo, em comum, o gosto pela escrita e a preocupação com o tempo.

Já em relação ao *perfil social* do diarista, a posição de Lejeune é outra. Na opinião dele, a maioria é constituída de gente instruída e residente em áreas urbanas. Entre os que demonstravam incompreensão ou mesmo aversão à prática, havia aqueles que viam o empreendimento com desconfiança. Classificavam a atividade como um caso de hipocrisia. Afinal, se sujeito tem algo relevante a dizer, que o diga do modo mais claro e direto possível. De resto, escrever nas sombras, longe dos olhos dos outros, era uma atividade vista também como doentia, anormal. Como explica o estudioso:

Desde a Antiguidade, no Ocidente, assistimos a uma progressiva individualização do controle da vida e da gestão do tempo. É o que já se chamava antigamente de “foro íntimo”, bela expressão que designa a passagem de uma jurisdição externa e social (fórum) a um tribunal puramente interior e individual, o da consciência. (Lejeune, 2014, p. 299).

O significado da palavra *diário*, segundo Lejeune, evoca a descrição do cotidiano do diarista por meio de uma série de registros datados. Ressalta ele que o elemento característico dessa escrita seria o hábito de se anotar a data antes de se iniciar qualquer anotação. Eis aí a primeira preocupação do diarista. Após a data, segue o *registro* ou a *entrada* dos acontecimentos do dia. Nas palavras de Lejeune (2014, p. 300):

Um diário sem data, a rigor, não passa de uma simples caderneta. A datação pode ser mais ou menos precisa ou espaçada, mas é capital. Uma entrada de diário é o que foi escrito num certo momento, na mais absoluta ignorância quanto ao futuro, e cujo conteúdo não foi com certeza modificado. Um diário mais tarde modificado ou podado talvez ganhe algum valor literário, mas terá perdido o essencial: a autenticidade do momento. Quando soa a meia-noite, não posso fazer modificações. Se o fizer, abandono o diário para cair na autobiografia.

Logo adiante, ainda sobre a caracterização do diário, anotou Lejeune (2014, p. 301):

O diário é uma série de vestígios. Ele pressupõe a intenção de balizar o tempo através de uma sequência de referências. O vestígio único terá uma função diferente: não a de acompanhar o fluxo do tempo, mas a de fixá-lo em um momento-origem. O vestígio único será não um diário, mas um “memorial”. [...] Já o diário se inscreve na duração. A série não é forçosamente quotidiana nem regular. O diário é uma rede de tempo, de malhas mais ou menos cerradas.

Maurice Blanchot, outro estudioso da matéria, corroborando o ponto de vista de Lejeune, afirma que o pacto do diarista é respeitar uma única regra: o calendário. A noção de *fluxo do tempo* seria a baliza a inspirar e a provocar o diarista ao ato da escrita.

Nas palavras Blanchot (2005, p. 270):

O diário íntimo, que parece tão livre de forma, tão dócil aos movimentos da vida e capaz de todas as liberdades, já que pensamentos, sonhos, ficções, comentários de si mesmo, acontecimentos importantes, insignificantes, tudo lhe convém, na ordem e na desordem que se quiser, é submetido a uma cláusula aparentemente leve, mas perigosa: deve respeitar o calendário. Esse é o pacto que ele assina.

Mas a datação não seria a única *exigência contratual* de um diário. A veracidade factual da narrativa também é imprescindível. De acordo com Blanchot (2005, p. 270-1):

Ninguém deve ser mais sincero do que o autor de um diário, e a sinceridade é a transparência que lhe permite não lançar sombras sobre a existência confinada de cada dia, à qual ele limita o cuidado da escrita. É preciso ser superficial para não faltar com a sinceridade, grande virtude que exige também a coragem. A profundidade exige a resolução de não manter o juramento que nos liga a nós mesmos e aos outros por meio de alguma verdade.

Como se vê, a sinceridade é essencial. Evocar isso, no entanto, não é sinônimo de evocar o pacto com a verdade. O propósito ali acena para o compromisso do diarista em se manter fiel aos seus próprios sentimentos, sonhos e pensamentos, por mais remotos ou aberrantes que sejam. O que exige coragem do escrevente. Na opinião do estudioso francês, no entanto, não é necessário que o diarista faça um desvelamento profundo, criando assim o risco desnecessário de gerar mentiras ou falsas questões.

Seria esse o caso de Rousseau? O pensador, preocupado com a opinião pública, jura escrever a verdade em sua autobiografia. Ele anotou: “Direi resolutamente: eis o que fiz, o que pensei, o que fui” (Rousseau, 2011, p. 21). Ao dizer que estava se revelando intimamente, lança uma provocação aos leitores: “Que cada um deles, por sua vez, com a mesma sinceridade, ponha a nu o coração [...], se o ousar: ‘Fui melhor que esse homem’” (*Ibidem*, p. 21). A tradução dessa passagem soa mais ou menos óbvia: antes de julgar o lê, pare e pense – será que você, prezado leitor, teria também disposição e coragem de expor aspectos íntimos de sua vida em um livro?

Na esteira dos escritos de Lejeune, o autor cita ainda alguns fatores que deveriam ser observados: a ‘destinação’, o ‘conteúdo’ e a ‘forma’ do diário. Por destinação, ele estaria se

referido à função de produzir a memória do autor, do grupo ou do indivíduo. O conteúdo, por sua vez, irá depender dos propósitos do diarista naquele momento. Já no que diz respeito à forma, o texto de um diário não teria de obedecer a regras fixas; o importante aí seria a fragmentação e a repetição. Conforme esclarece o próprio Lejeune (2014, p. 301):

No início, os diários foram coletivos e públicos, antes de entrarem também na esfera privada, depois individual, e, enfim, na mais secreta intimidade. Digamos apenas que um diário serve sempre, no mínimo, para construir ou exercer a memória de seu autor (grupo ou indivíduo). Quanto ao conteúdo, depende de sua função: todos os aspectos da atividade humana podem dar margem a manter um diário. [...] O diário é, em primeiro lugar, uma lista de dias, uma espécie de trilhos que permitem discorrer sobre o tempo. as ele também foi capaz de se transformar em outra coisa.

Tendo examinado as funções do diário ao longo do tempo, Lejeune concluiu que as transformações históricas e culturais, ocorridas a partir do final do século XVIII, tiveram repercussões relevantes na escrita íntima. Como um modo possível de descrever certos momentos da vida, a narrativa registrada em papel seria um vestígio daquela conduta.

O autor ainda pontua sobre outros aspectos dessa questão. Uma delas, particularmente importante no contexto da cultura francesa, é aquela envolvendo a distinção entre *diário* e *autobiografia*. Situação que contrasta com o que se passa, por exemplo, em países anglo-saxões ou germânicos, onde os estudos críticos estariam mais avançados. Nesses países, não há polêmicas em torno da prática diarística. Segundo o estudioso francês, a origem da diferença teria a ver com o fato de que a atividade foi não só tolerada, mas até mesmo incentivada pelo protestantismo. Isso porque, desde cedo, os europeus do norte são incentivados a se preocupar mais consigo mesmo. Já no sul da Europa e nos países do Mediterrâneo, prestar muita atenção a si mesmo é uma atitude vista com desconfiança. O autor, no cômputo final, parece interessado em chamar a atenção para a relevância do debate em torno da prática diarística:

Manter um diário significaria, portanto, enclausurar-se em si mesmo, seria um sinal de desinteresse pelo mundo e de esterilidade. Os grandes gênios criadores não manteriam diários. No entanto, existem diários apaixonantes do século 19 [...] dos quais dificilmente podemos suspeitar de falta de imaginação criadora e de interesse pelo mundo. O diário talvez esteja na origem de uma nova estética, poética e existencial, baseada na fragmentação e na vibração. (Lejeune, 2014, p. 308).

Outra ideia muito difundida é a crença de que a prática estaria associada a indivíduos de temperamento fraco e de personalidade confusa. O autor argumenta que tal associação

pode ser fraca ou nula. Recorre assim ao trabalho de alguns autores, como Henri-Marie Beyle (1783-1842) - conhecido como Stendhal -, Ferdinand Victor Eugène Delacroix (1798-1863) e Vitor-Marie Hugo (1802-1885), entre outros. O trabalho criativo e a imaginação desses escritores não podem ser questionados, muito menos o interesse deles pelo mundo (Lejeune, 2014).

Uma preocupação mais específica examinada por Lejeune é a questão das publicações póstumas. Rotulado por alguns como um ato de covardia, visto que esse tipo de trabalho revela fatos e opiniões a respeito de alguém que já desapareceu, não deixa de ser uma produção literária. Possui força e fraqueza. Tanto o formato como as funções que assume são variados, sendo difícil defini-lo como um todo único e monolítico.

6.1.2 Usando a teoria na escrita do *Álbum*

Em termos literários, o diário é um gênero híbrido (Moisés, 2004). Essa afirmativa tem tudo a ver com os registros íntimos de Firmina. O *Álbum* se apresenta como uma obra mista; um compilado de textos a reunir memória, autobiografia e até intervenções de terceiros ao incluírem três poemas dedicados a escritora. Como já dissemos no capítulo anterior, levando em conta a ordem cronológica em que aparecem no corpo do texto, o primeiro poema foi escrito por Teresa de Jesus Cabral, uma amiga de São Luís. O segundo, intitulado “UMA SAUDADE – Sra. D. Maria Firmina dos Reis” (RaMF, p. 182; grafia original), é de Raimundo Marcos Cordeiro, um jovem poeta que residia na Vila de Guimarães. E o terceiro foi escrito por Óton, um dos filhos socioafetivos, quando este chegou de viagem do Pará (Belém), recebendo o título “A MOCIDADE – A minha ‘Mamaia’ M. F. dos Reis” (RaMF, p. 198; grafia original).

Já ao observar os títulos dos poemas, percebemos que a autora nomeia algumas entradas, mas não todas. O mesmo acontece com a datação. Quando a data aparece, fica logo abaixo do texto. Na opinião de Lejeune, como vimos anteriormente, a datação é um traço fundamental da escrita diarística.

Uma característica básica desse subgênero é a escrita cotidiana, regular ou não. Outro aspecto característico é a narrativa fragmentada. Como anotou Viana (1995, p. 52):

Mesmo que não se escreva todos os dias, assinalar as datas da escrita é indispensável para que ela se configure como diário. Prender-se à realidade do cotidiano também assume papel importante na sua composição, pois, pelo menos aparentemente, é nela que o sujeito se enraíza, para fragmentação do dia-a-dia, tentar compor uma unidade, uma identidade.

Como alertamos em capítulo anterior, dada a natureza do material que nos chegou do *Álbum*, toda e qualquer investigação que se conduza esbarrará em limitações importantes. Para começo de conversa, visto o pouco material que sobrou, não temos como afirmar com segurança se os registros eram diários ou com que regularidade eram feitos.

Como hipótese inicial, como também foi dito anteriormente, podemos presumir que ela não fazia anotações todo dia. E que o intervalo entre as anotações seria irregular. Nada disso, porém, deverá comprometer a nossa análise. Veja, por exemplo, o que anotou Lejeune (2014, p. 317):

Diz-se frequentemente que o diário se define por um único traço: a datação. A ordem cronológica é seu pecado original (...). Isso significa reduzir o gênero a uma de suas variantes, que não é a mais frequente (...) o diário é, muitas vezes uma atividade em crise: a descontinuidade lhe é habitual e se inscreve, aliás, no âmago de seu ritmo.

Outra característica que chama a atenção no *Álbum* é o estilo da escrita. Que muda ao longo do tempo. Quando jovem, por exemplo, a autora procurava escrever seguindo o modelo literário da época (por esse motivo fazia alusão à melancolia, mas sobre esse sentimento iremos falar no Cap. 6). Mais tarde, os textos adquirem ares mais filosóficos e questionadores. Em um dado momento, porém, os registros se tornam mais fragmentados e relativamente curtos, não se estendendo por mais do que três ou quatro linhas. Esses fragmentos, claro, não devem ser desconsiderados. A rigor, é por meio deles que nós conseguimos extrair informações valiosas e lançar alguma luz sobre a vida da autora, até então repleta de lacunas, como vimos no Cap. 4 e iremos ver no Cap. 6. A propósito, sobre a linguagem cifrada dos diários, eis o comentário de Maria José Motta Viana (1995, p. 17):

Acredita-se que quanto mais elaborada for a reprodução dos fatos vividos, menos exata, menos próxima da verdade ela estará. O aperfeiçoamento do estilo vem lançar suspeitas sobre o conteúdo da narrativa. Em se tratando de testemunho de vida, trabalhar a linguagem de forma a torná-la mais literária reverte-se numa forma de desvanecer, encobrir ou dissimular a veracidade dos fatos.

Além disso, os relatos cada vez mais fragmentados talvez refletissem uma gradativa redução no tempo disponível ou no tempo que Firmina estaria disposta a dedicar àquelas páginas. Seja por cansaço, seja ter múltiplas demandas para atender (e.g., artigos para jornais e escrever seus livros). Havia ainda, claro, a vida pessoal e a vida social. Ela se dedicava a criação e educação dos seus filhos, assim como participava da vida social da Vila de

Guimarães. Também estava envolvida com as causas abolicionistas. Nesse sentido, aliás, a ideia de que o autor de um diário é um sujeito fútil ou alguém desocupado (ver, e.g., Blanchot, 2005), não soa só como um erro, soa também como um grande equívoco.

A respeito das hipóteses levantadas acima, no Cap. 4 já falamos a respeito e no Cap. 6 iremos dar prosseguimento.

Retomando a nossa análise. A primeira entrada do *Álbum* data de 1853 – i.e., seis anos depois da chegada de Firmina a Vila para trabalhar como professora. Ela anota sem assinar o próprio o nome. Algo comum em manuscritos desse tipo. Como já nos advertia Lejeune (1997, p. 102): “[...] poucas escritoras começam se apresentando e fornecendo informações sobre seu ambiente e personalidade. É preciso adivinhar”.

Nessa entrada, ela tece um único comentário – algo enigmático – a respeito daquele dia, a saber:

9 de janeiro de 1853.
Dia este que há de ser eternamente gravado em minha mente.
(RaMF, p. 171)

A dúvida é inevitável: o que teria ocorrido naquele dia a ponto de levá-la a fazer tal registro?

Outra característica digna de nota é a datação dos registros. Algo, como vimos antes, muito valorizado pelos estudiosos. Há muita variação. Às vezes, aparece a data completa, como nessa primeira entrada. Outras vezes, porém, as datas estão incompletas – algumas trazem apenas o mês e o ano; outras entradas, nem isso.

Um exemplo disso é a entrada que traz um texto intitulado *Uma lembrança*, escrito sem data e lugar. Como diz (RaMF, p. 188):

[...] Parece que ainda a vejo. Havia no seu rosto uma expressão indefinível, um quê de místico e sedutor, que fazia nascer as crenças na alma já fria pelo ceticismo do século. Era o dia quinze de maio, pelo meio-dia, quando o anjo pálido da morte, no seu eterno divagar, sobraçou em suas asas de candidez deslumbrante o anjo meigo que gemia na terra as saudades do céu.

Suspeitamos que Firmina estivesse a discorrer sobre um episódio ocorrido em 15/05/1872. Digo isso apenas com base no que consta em outro registro, anotado em ?/05/1872 (sem data escrita).

O registro alude à morte de Isidoro, filho da escravizada Lauriana, ocorrida em 10/4/1872, conforme revelou Gomes (2022). Por motivos vários, porém, foi só em 28/05 que

ela teve tempo de anotar o trágico acontecimento. Eis um trecho no qual ela descreve a tristeza:

[E]u que devotava afeto quase fraternal; apenas hoje pude gravar teu nome nas páginas deste livro.

Mas, olha, aqui é que está o nome de minha mãe, que também voou para Deus, daquela que eu amei, mais que a mim própria, daquela que foi também a tua segunda mãe... e a prova mais sincera da amizade que te dedicava e da saudade que deixaste para sempre em minha alma.

Adeus Isidoro, adeus... até o dia em que Deus nos reunir no Céu, onde vives com os anjos em doce paz. Adeus! (RaMF, p. 188-9, grafia original).

A julgar pelo que ela própria anota, o atraso pode ter sido consequência de atropelos ou dificuldades que teve para parar, sentar e escrever. Talvez em decorrência de suas múltiplas funções, do dia a dia atribulado e do pouco tempo para cuidar de coisas pessoais, íntimas.

Ao mesmo tempo, porém, na passagem reproduzida acima, ela dá a entender que lhe era caro o costume de anotar em livro os acontecimentos importantes do dia a dia. Estaria, assim, de acordo com os apontamentos de Philippe Artières (1998), quando esse considera o diário como um dos arquivos da vida e, nesse sentido, o diarista costuma reter alguns assuntos e descartar outros. Como parecia ser, aliás, o procedimento de Firmina.

Nas páginas iniciais do diário, explica Lejeune, os escreventes costumam apontar os motivos da iniciativa. Maria Firmina também aponta os seus motivos, ainda que não nas primeiras páginas. Nas palavras dela: “o que é um álbum – são as páginas d’alma escritas ora com sangue, outra hora com lágrimas; nunca animadas por benéfico sorriso. Amor ou desesperança – saudade, ou dor, eis o que ele significa” (RaMF, p. 181). Em outro momento, anotou (*Ibidem*, p.189; grafia original):

O ÁLBUM

O álbum é o livro da alma; é nele que estampamos os nossos mais íntimos sentimentos, os nossos mais extremos afetos; assim como as mais pungentes dores de nossos corações.

E também o nome daquelas pessoas que nos são gratas, que nos inspiram simpatia que nos cobram sincera amizade deve escrever-se aqui.

Em resumo: a escrita no *Álbum* seria regida por um pacto implícito. Ela se comprometia a escrever a verdade sobre os mais dolorosos sentimentos que, por ventura, estivesse a sentir. Além de registros envolvendo os bons sentimentos que viesse a nutrir por alguém, como amor, gratidão e saudade. Mas Firmina não afirmou que iria desnudar ou

revelar os detalhes de sua vida em seu livro íntimo, conforme Rousseau alardeou outrora. A certa altura, ela chegou a anotar que ninguém a conheceria tão bem – “Penso e sinto: meu sentir e meu pensar não compreende ninguém; porque também a ninguém os revelo” (RaMF, p. 183). A partir dessa única frase, rica em metáforas, consideramos a hipótese de a autora ter sido uma pessoa reservada, do tipo que mantém segredos. Era uma mulher de fácil acesso, mas reservada, como uma parenta já havia dito em depoimento.

A leitura de suas páginas íntimas nos faz imaginar que ela deliberadamente impunha limites às suas palavras. Talvez para não correr o risco de mentir ou criar falsas expectativas a seu respeito, nos moldes sugeridos por Blanchot (2005) em sua interpretação da escrita diarística.

A respeito do que dissemos acima, aliás, Lejeune alerta que seria inútil criar uma expectativa do tipo: tentar achar explicações. Algumas dificuldades seriam inerentes à atividade investigativa de ler e entender diários. Mesmo em diários escritos para si, encontraríamos “lacunas reais, frases intencionalmente enterradas no silêncio...” (Lejeune, 1997, p. 103). Ainda na opinião do estudioso, a dificuldade maior é “decifrar o código ou o contexto temático ao qual o diário se articula” (*Ibidem*, p. 103). Aos olhos dele, as páginas mais censuradas são justamente aquelas em torno das quais os autores mais alardeiam que serão as mais reveladoras.

Lejeune chegou a essa conclusão ao ler diários de mulheres jovens do século 19. Tudo isso foi depois enfeixado no livro *Le moi desdemoiselles* (1993). Ali, o autor conta em detalhes a sua experiência como pesquisador da língua. Cita, como exemplo, o fato de que a maioria das vezes as jovens escreviam de modo convencional, de acordo com as regras encontradas em manuais e diários já publicados. Aos olhos dele, porém, os cadernos mais interessantes eram justamente aqueles que tentavam romper com os moldes literários e, assim, terminavam por expor de modo indireto as preferências, inclinações e afetos do autor.

Deste modo, por meio da escrita, essas jovens francesas ergueram para si uma imagem própria, destoando da imagem pública que lhes era imposta. Como exemplo, cita “o diário de Marie Bashkirtseff, publicado em 1887, é uma exceção não representativa, ou poderíamos dizer que ela estava muito além de seu tempo, como a Torre Eiffel” (Lejeune, 1997, p. 105).

Tomando emprestadas as palavras do estudioso, poderíamos também dizer que Maria Firmina tinha ideias além de seu tempo.

6.1.3 O *Álbum* de Firmina: ocultas pretensões?

Neste ponto, caberia bem uma pergunta: na produção do seu *Álbum*, Maria Firmina procurou expor de modo camuflado ou indireto as suas preferências, inclinações e afetos?

Segundo Lejeune (1997), os diários muitas vezes abrigam fragmentos desconexos. O texto conversa com o conteúdo de outros documentos, especialmente as missivas e são submetidos a uma biografia escrita por um padre ou algum membro da família. Em muitos casos, os diários são publicados depois da morte do autor. A autenticidade do texto deve ser questionada. Os volumes originais costumam desaparecer. O que abre uma imensa e compreensível margem de dúvidas a respeito da manipulação e do enquadramento do conteúdo de acordo com os interesses de terceiros.

Nesse sentido, Lejeune (1997) adverte: é necessário *aprender a ler os diários*. Manuscritos pessoais não admitem uma leitura rápida, simples. Não se deve folhear o texto apressadamente ou pular alguma página. Em termos físicos, por exemplo, as diaristas têm uma caligrafia grande e escrevem de modo inclinado. As letras adquirem um contorno diferente, especialmente as letras maiúsculas, que parecem um bordado. A própria tinta da caneta, dada a ação do tempo, acaba desbotando as páginas.

Esse conjunto de variáveis torna a leitura mais lenta. Mas a lentidão pode ter suas vantagens. O tempo que o estudioso leva para ler e decifrar o diário, por exemplo, tende a criar uma maior empatia entre ele e o autor.

Uma camada adicional de problemas é criada quando os diários são transcritos para fins editoriais. Visando facilitar a leitura e tornar o texto mais fluído, o texto costuma ser alterado – e.g., as repetições de palavras são reduzidas ou eliminadas. Sobre isso, aliás, eis o comentário de Lejeune (1997, p. 103): “por incrível que pareça, as repetições não me incomodaram quando eu lia os diários manuscritos: eles dão uma certa densidade à experiência do tempo que compartilho com a escritora”.

Após a morte da Firmina, o *Álbum* esteve sob os cuidados de vários, digamos, tutores. O primeiro deles, como já foi dito, foi um dos filhos de Firmina. Anos depois, foi entregue a Morais Filho. Sendo então entregue a Jamil Jorge e sua filha, para ser transcrito. Certas passagens da versão que nos chegou (datilografada) trazem sinais gráficos que parecem ocupar o lugar de palavras ou expressões indecifráveis na versão original, manuscrita. Os responsáveis pela datilografia, diante da caligrafia miúda da escritora, teriam assim algumas vezes recorrido a dois tipos de sinais a saber (entre parêntesis): (°°°) e (?). Além disso, o leitor

mais atento irá esbarrar em palavras grafadas de modo inadequado, frutos talvez de erros de datilografia.

Não é simples e fácil transcrever manuscritos e o *Álbum* não fugiu à regra. No momento, porém, é difícil avaliar até que ponto a versão datilografada que conhecemos diferiria ou corresponderia ao manuscrito original.

No que diz respeito a outros documentos e anotações pessoais misturados ao livro íntimo de Firmina, soa estranho que nenhuma carta tenha sido mencionada em meio a toda a documentação encontrada por Gomes (2022) em sua minuciosa investigação. O estranhamento tem origem no fato de que a escritora era um membro ativo e articulado em sua sociedade, tanto no papel de professora como no de escritora. Mantinha laços de amizade tanto na Vila de Guimarães como em São Luís. O fragmento abaixo, intitulado *Uma lembrança*, mostra o sentimento da autora diante da partida de uma amiga para outra cidade (RaMF, p. 179):

Ontem, 23 de abril de 1864, pelas nove horas da noite, recebi o beijo de despedida de uma excelente amiga – D. Francelina Leopoldina Monteiro da Costa. Foi com profunda saudade que os vi partir... e a recordação de sua bondade, e da de seu consorte, e um doce sentimento de amizade, de simpatia, e de sincera afeição, gravada em minha alma, existirá para sempre; triste, mas doce companheira duma bem profunda saudade.

Eis aí outra questão relevante: que fim levaram as (muitas? poucas?) cartas de amigos e amigas distantes que Firmina recebeu e possivelmente guardou consigo?

Na opinião de Lejeune (2014), o diarista típico não teria a intenção de transformar seus textos em obra literária. A intenção inicial seria tão somente preservar a intimidade; não se converter em obra de ficção e vir a público. Como ele mesmo explica, “O diarista não tem a vaidade de se acreditar escritor, mas encontra em seus escritos a doçura de existir nas palavras e a esperança de deixar um vestígio” (Lejeune, 2014, p. 306).

Maria Viana concorda com o autor, argumentando que o diarista não anseia pela publicação; a narrativa seria em boa medida clandestina, sem destinatário. Nesse contexto, a escrita fluiria sem grandes amarras. Nas palavras da estudiosa: “Livre desse constrangimento, o diário pode usufruir de outras liberdades daí decorrentes, o que faz dele uma forma *sui generis* de manifestação do eu memorialista” (Viana, 1995, p. 53).

Ao desconhecer regras fixas, sem uma lógica narrativa prefixada, a escrita diarística se converte em um exercício que une o sujeito e a palavra. A apropriação de discursos múltiplos e variados leva comumente a um jogo livre, por meio do qual a escrita pode lançar mão de

variados elementos: “– citações, cartas, rol de afazeres, fragmentos de poesias, historietas contadas por outra voz, preces e orações, bilhetes, fotografias – contribui para radicalizar sua configuração [...]” (Viana, 1995, p. 53).

6.1.4 Examinado as entradas do *Álbum de Firmina*

Além dos argumentos levantados tanto por Lejeune (2014) como por Viana (1995), vejamos a manifestação da própria Firmina, “[S]e meu álbum, em algum dia, depois de minha morte, puder merecer a atenção de alguém [...]” (RaMF, p. 186). Contrariando assim o a opinião de Lejeune e Viana, a autora gostaria que o seu livro íntimo viesse a ser publicado e lido no futuro.

A segunda entrada, intitulada *Uma lágrima sobre um túmulo*, resume bem o conteúdo da narrativa:

UMA LÁGRIMA SOBRE UM TÚMULO

Era a hora do silêncio e do repouso, hora mágica – misteriosa – grande – sublime – majestosa como Deus! Triste, melancólica como a imagem do túmulo... porém que ^{ooo} para a minha alma, por isso que minha alma ama a melancolia!... E eu te saudava hora mágica – e sublime!!!. E eu subia no cume do rochedo... E tu eras grande – e misteriosamente como o mesmo Deus!!!...

Doze horas soaram... A noite estava silenciosa – e erma. E eu estava sobre o cume do rochedo... Era o silêncio dos túmulos que aí reinava!!! hora santa – e respeitável, como a imagem de Deus – eu te saudava!... [...]

Maria Firmina dos Reis
20 de maio de 1853
(RaMF, p. 171, grafia original)

É notável como Firmina recorre a elementos da paisagem natural para exaltar as dores do seu estado de espírito. Ao discorrer sobre a morte de alguém próximo e muito querido, a julgar pelo teor das palavras usadas, ela grita (do alto de um rochedo, à beira-mar): “OH! Sim!... E para sempre escondida àquela que eu tanto amara!...” (RaMF, p. 171).

Fazendo alusão a esse sentimento de perda, a autora descreve a paisagem tranquila que tem diante dos olhos. Fala do canto de uma ave, Álcion, que gemia sobre as águas distantes. Ao perceber a harmonia e a aparente tranquilidade das coisas do mundo a incomodam. Se dá conta de que a vida segue o seu curso, indiferente, como se nada tivesse ocorrido. A dor que ela trazia consigo era só dela: “E eu chorava porque a meus pés estava um túmulo!!! [...]. Só eu tinha o coração oprimido por isso que a meus pés estava um túmulo!” (RaMF, p. 171).

Diante dessas considerações, já levantamos aqui a hipótese de que as páginas do livro íntimo estariam a ser usadas por Firmina como um espaço para a realização de ensaios literários, entre outras possibilidades. Veja, por exemplo, como o tema e o conteúdo da entrada referida acima estão relacionados com outras duas produções de Firmina. O título da entrada *Uma lágrima sobre um túmulo* é quase o mesmo do poema *Uma lágrima – sobre o sepulcro de minha carinhosa mãe* que está no livro *Cantos à beira-mar*. A palavra *túmulo* foi trocada por *sepulcro*, mas os conteúdos são coincidentes: ambos expressam a dor da perda e o questionamento da fé. Há ainda o poema dedicado a Manoel Raimundo Ferreira Guterres, intitulado *Uma lágrima sobre o túmulo*, publicado no *Jornal Pacotilha*, em 12/4/1887.

De acordo com Eurídice Figueiredo (2013), muitos escritores usavam seus diários como um ensaio literário. Nesse processo, criavam um narrador-protagonista. Entre os exemplos citados por ela estão o romance *Horla* (1887), de Guy de Maupassant; *O inventário do tempo* (1957), de Michel Butor; e *A náusea* (1938), de Jean-Paul Sartre. Ainda segundo ela, no conto *Galeria póstuma*, publicado em 1884, Machado de Assis, de modo irônico, apresenta e discute os motivos pelos quais *não* se deve publicar um diário íntimo. Nas palavras dela (Figueiredo, 2013, p. 36):

O procedimento do diário como formato de romance se presta ao projeto desses escritores de criar um protagonista introspectivo, que está constantemente se analisando, sondando seus sentimentos em circunstâncias de crise. No entanto, como se trata de obras literárias, e não de um verdadeiro diário, há uma organização interna que o diário normalmente não tem, assim como há outros personagens, diálogos, enfim, elementos próprios do romance.

Ao discorrer sobre a segunda entrada do *Álbum*, Lobo (2007) compara a escrita de Firmina ao estilo de François-René de Chateaubriand (1768-1848) e José de Alencar (1829-1877), sugerindo assim que a escrita da autora era permeável ao estilo de outros autores, incluindo contemporâneos dela.

Mas a estudiosa ressalta que a escritora estava a lamentar a morte da mãe, uma interpretação que pode ser sido afetada pelo seguinte trecho do *Álbum*:

Eu chorava... No silêncio da noite, minha dor, tocava a desesperação... O mar desdobrava-se a meus pés, – as estrelas cintilavam, sobre minha cabeça, – a viração andava em torno de mim. Deus se me revelava em cada um daqueles objetos. Oh! Eu amo a Deus porque Ele é justo, – santo – e onipotente. (RaMF, p. 171)

Ela logo procura refúgio e consolo nos ensinamentos religiosos. A perda, no entanto, deixaria nela marcas profundas de tristeza. Em 27/2/1873, Maria Firmina lembrou e reafirmou o seu luto e a sua dor. Anotou ela (RaMF, p. 190, grafia original):

RECORDAÇÃO E LÁGRIMA

Sol de vinte e sete de fevereiro, sol de hoje, para que saíste?! Vens insultar a minha dor? Ah quantas lágrimas minhas têm bebido teus raios abrasadores, e ainda não farto delas, vens de novo cobrar prantos que o tempo ainda não pôde condensar no coração...

Triste – dolorido aniversário, vinte e sete de fevereiro, enlutaste para sempre meu coração, dilaceraste para sempre os seios de minha alma, tornaste-me a vida um martírio pungente.

Sol de vinte e sete, por que saíste hoje?!...

E desde então eu converti minhas lágrimas em canto – cantos mais amargos, mais doídos que a própria morte. [...]

Há, no entanto, quem não concorde com a interpretação de Lobo. À luz das recentes revelações de Gomes (2022a), por exemplo, nós agora sabemos que a autora não estava a prantear pela mãe. De acordo com a certidão de óbito, Leonor teria falecido em 1866.

Sendo assim, duas perguntas então logo se impõem: que pessoa amada teria falecido em 20/5/1853, provocando uma dor tão profunda e duradoura na alma da autora? A licença de dois meses que ela tirou em 4/10/1866, a primeira de várias, tinha a ver com o luto ou o estado de ânimo de Firmina?

Para terminar, retomemos o fio da meada e voltemos a falar sobre a prática diarística na França, no século 19.

Na época, segundo Lejeune, a prática era recomendada e era vista com bons olhos durante os anos de formação feminina, como uma preparação para a vida conjugal e o ambiente doméstico. Acreditava-se que a atividade pudesse disciplinar o cotidiano das moças, facilitando assim o controle do comportamento das mulheres (por parte de pais, esposos, professores etc.). No Brasil, ocorreu algo semelhante. Como anotou Viana (1995, p. 53):

Exilada da vida política econômica, a mulher encontrou no diário o confidente fiel, discreto, aparentemente não repressor, único meio de se expressar sem precisar temer o enfrentamento público. Portanto, um companheiro e cúmplice do seu próprio encarceramento nos limites do lar. Forma bastante segura para a mulher e pouca ameaçadora para o mundo exterior, a escrita do diário converteu-se em eficaz instrumento de apropriação da palavra e criação de um discurso cujo tecer, rendilhar e cromar se assemelham aos labores artístico-artesanais indispensáveis ao ser feminino até há pouco tempo.

O *Álbum* é uma fonte importante para se conhecer um pouco do cotidiano e da intimidade de Maria Firmina. Um espaço onde ela registrava momentos caros de sua vida. Ali encontramos uma mulher acolhedora com os mais necessitados. Uma cidadã ativa.

Mas não foi o único meio de expressão da autora. A mãe a incentivou a se tornar escritora. E ela abraçou a ideia. Logo percebeu que a literatura poderia ser libertadora. Uma porta aberta, inclusive às mulheres e, em particular, às mulheres negras. O prólogo de *Úrsula*, referido anteriormente, é um texto destinado ao público feminino e as provoca, convidando-as a se definirem.

6.2 O *ÁLBUM*: PROPÓSITOS OCULTOS?

Levando em conta o contexto teórico descrito em páginas anteriores, vamos examinar aqui até que ponto a escrita diarística de Firmina se enquadra nos pressupostos de Lejeune.

O estudioso francês identificou oito utilidades para a escrita de um diário. Iniciemos pela primeira: *conservar a memória*. De acordo com ele, ao escrevermos para nós mesmos, nos tornamos os próprios destinatários (futuros) do texto. Caso, amanhã ou depois, o autor queira reavivar o seu passado, bastaria recorrer às anotações feitas. É como um rastro a contar a história do indivíduo. O registro feito em papel fixa os acontecimentos e as impressões do passado, evitando que fantasias ou falsas lembranças tomem conta da memória do sujeito. Como explica Lejeune (2014, p. 302):

A anotação quotidiana, mesmo que não seja relida, constrói a memória: escrever uma entrada pressupõe fazer uma triagem do vivido e organizá-lo segundo eixos, ou seja, dar-lhe uma “identidade narrativa que tornará minha vida memorável. É a versão moderna das “artes da memória”, cultivadas na Antiguidade. O diário será ao mesmo tempo arquivo e ação, “disco rígido” e memória viva.

O diário abrigaria registros mais próximos dos fatos vivenciados pelos autores. A fidelidade dos registros de um diário em relação aos fatos ocorridos tende a ser maior do que a de qualquer outra narrativa de cunho autobiográfico. O mesmo ponto de vista sustenta Wander Melo Miranda (1992, p. 34):

Há uma possibilidade maior de exatidão, de precisão e de fidelidade à experiência real no diário, justamente pela menor separação temporal entre o evento e o seu registro, o que é mais difícil de ser atingido pela autobiografia, em razão do caráter seletivo da memória, que modifica, filtra e hierarquiza a lembrança.

As expectativas descritas acima parecem alcançar o *Álbum* de Firmina. Vejamos, por exemplo, o registro que narra o dia em que conheceu a amiga Teresa.

6.2.1 A amiga Teresa de Jesus Cabral

Em uma das viagens a São Luís, Maria Firmina conheceu Teresa e Alexandrina. Não temos maiores detalhes a respeito das duas jovens, mas chama a atenção o modo como a escritora enfatizou a aparência física delas, em especial a da primeira. O primeiro encontro, entre outras coisas, teria desencadeado nela um misto de simpatia e encantamento.

O episódio é descrito na terceira entrada do *Álbum*. Desprovido de título, essa entrada é bem diferente das duas primeiras. Nas palavras dela:

Eu as vi... eram duas virgens, duas virgens, meigas, belas, sedutoras, oh!
Ainda as vejo! Teresa... Alexandrina.
Foi um momento de prazer que me concederam, mas esse momento ficou gravado em minha alma.
Seus rostos inspiraram a mais doce, e meiga simpatia, mas que é o físico em relação à alma?... Sim, é por sem dúvida trasunto fiel da pura ingenuidade de suas almas.
Teresa, meu coração rendeu-se inteiro nos teus encantos... Minha alma simpatizou com a tua, - minha dedicação, meu afeto, meu amor para ti será eterno.

São Luís, 19 de junho de 1856.
(RAMF, p. 172)

Teresa de Jesus Cabral e Firmina, ao que parece, logo se tornaram amigas. A nova amiga passou a ser o mote de inspiração em alguns poemas da escritora. Um sentimento assentado em dedicação, confiança mútua e juras de amor, estabelecendo um forte elo entre as duas.

Três dias após o primeiro encontro, eis que as duas novamente se encontram. Na ocasião, a amiga teria registrado no *Álbum* uma mensagem e um poema. Mas, afinal, do que tratava o registro feito por Teresa? Eis aqui a resposta:

É preciso que neste álbum eu escreva uma lembrança a fim de a minha terna, e querida amiga, quando lançar os olhos sobre o caráter destas letras, se recordar do quanto a amo Oxalá que ela sempre esteja presente na memória da minha amiga, como fica gravado no meu coração o seu belo retrato.
Maranhão, 22 de julho de 1856.

Trarei teu nome gravado
Dentro do meu coração

Pois por ti só concebi
 Amor, sincera afeição.
 Estas linhas que escrevo
 Só querem dizer “Maria”.
 Delas só me esquecerei
 Debaixo da campa fria.

Maranhão, 22 de julho de 1856
 Teresa de Jesus.
 (RaMF, p. 172-3)

Tanto na mensagem como no poema, Teresa anota ‘Maranhão’, e não ‘São Luís’, como local de residência. A prática era comum entre os escritores maranhenses daquela época.

A amizade entre as duas era forte e sincera. Um pacto que se revelaria duradouro, tendo durado até os últimos dias delas.

Passado algum tempo, e visto que as amigas moravam em cidades diferentes, nota-se que o afeto entre elas seguia inalterado, mas a distância e a saudade impunham algum sofrimento, além de um sentimento de solidão. Uma demonstração pública e (mais ou menos) explícita de como a escritora sentia falta da amiga é o poema *Saudades – A minha íntima amiga TJCS*, publicado no jornal *A verdadeira Marmota*, de Guimarães.

Eis os versos:

Meus ais arrancados do imo do peito.
 Gerados na amarga, cruel soledade.
 Recebe-os, querida, no teu coração.
 Escuta-lhes a voz, só dizem – saudades!
 [...]
 Sem ti, cara amiga – do mundo a grandeza.
 Desvelos, – ternura – primor ou bondade.
 Não prendem minha alma, não rouba-me afetos.
 Que tudo aborreço, só amo saudade.

Teresa! Eu te vejo no rubro horizonte.
 [...].
 Guimarães, 3 de setembro de 1861.
 (RaMF, p. 51, grafia original)

Quatro anos depois, como uma manifestação de afeto e gratidão pela amizade, Firmina registra no livro íntimo outro poema dedicado a Teresa. A saber:

A MINHA AMIGA Terezinha de Jesus
 Pago-te em verso o quê te devo em ouro

Beijar-te... ouvir-te a voz divina e pura
 Mimoso criatura – anjo de amor!
 É gozo que extasia a minha alma
 Como oásis na calma – em longo error.[...].

Guimarães 19 de novembro de 1865.

(RaMF, 1975, p. 181, grafia original)

A escritora cultivava muitas amizades, tanto de homens como de mulheres. Mas parece óbvio que nutria um sentimento especial por Teresa, que era professora em São Luís. Assuntos entre elas, portanto, não deveriam faltar.

Os registros dedicados à amiga ecoam alegria e otimismo, dando pistas a respeito do grau de proximidade que havia entre elas. Quando da ocasião da morte do filho da amiga, Leocádio Ferreira de Souza, a escritora teria-lhe dedicado um poema (Gomes, 2022).

6.2.2 Manter a memória viva é uma arte

Manter a memória viva – não uma representação fiel de fatos e sensações passadas, mas uma coleção de clarões e fragmentos – é, na opinião de Michel de Certeau (2011), uma arte. As lembranças são móveis. Razão pela qual, no momento em que são lembradas, elas se alteram: “longe de ser relicário, ou a lata de lixo do passado, a memória vive de crer nos possíveis, e de esperá-los, vigilante, à espreita” (p.131).

Para Maria Helena Menna Barreto Abrahão (2011, p. 166), essa mobilidade se articula em três tempos, “rememora o passado com olhos do presente e permite prospectar o futuro.” Assim é que a memória é uma rememoração: o ato ou efeito de rememorar o passado remoto difere do que fazemos em relação ao passado recente.

Na opinião de Ecléa Bosi (1994), as lembranças trazidas à tona pela rememoração são como joias brutas que devem ser lapidadas por meio do trabalho de reflexão.

Por sua vez, autoras como Ana Lúcia Guedes-Pinto, Geisa Gomes e Leila da Silva (Guedes-Pinto et al., 2008) argumentam que a memória é algo recorrente, algo que está sempre em processo de construção. A rememoração funcionaria como um exercício que fazemos com a memória, sendo esta composta de narrativas, as quais podem ser pensadas a partir das circunstâncias e dos objetivos em pauta. Segundo as autoras, a rememoração tem muitas variantes. Afinal, trata-se de um processo subjetivo de elaboração e reelaboração que depende do contexto social e da relação que o indivíduo mantém com os elementos que

compõe a memória de cada um de nós (pessoas, lugares, acontecimentos etc.). Narrar, portanto, implicaria em ressignificar a memória.

Segundo Michael Pollak (1992), embora seja um fenômeno individual, a memória sofre fortes influências do contexto social. Haveria assim um paralelo entre memória coletiva e memória individual.

6.2.3 Registrando o desenvolvimento dos socioafetivos

Os exames de múltiplas entradas do *Álbum* nos deixam com a impressão de que acompanhar o desenvolvimento dos seus filhos socioafetivos era algo importante na vida de Firmina. O registro reproduzido abaixo – no qual ela cita fases da vida de uma das crianças que teria se incumbido de criar – é um bom exemplo. Nas palavras dela:

Sinhá sentou-se com 5 meses e começou a desmamar-se [na] noite de 23 julho de 1863.
Sinhá deixou de mamar em Guilhermina desde os meados de setembro, e a engatinhar a 27 deste mesmo mês.
Sinhá deixou completamente a mama em fins de outubro do mesmo ano de 63. Sinhá começou a andar no dia 17 de janeiro de 1864.
(RaMF, p. 179)

Ainda tratando dessa mesma criança, ela anotou: “Cortou-se o cabelo de Sinhá no dia 9 de janeiro de 1874” (RaMF, p. 181).

A autora parecia registrar no *Álbum* um pouco do cotidiano de cada *filho*. Como no exemplo a seguir, envolvendo outra criança: “No dia 4 de maio Miguel entrou na escola de primeiras letras do professor Daniel Vitor Coutinho, 1875” (RaMF, p. 186).

De fato, conforme atesta a documentação consultada por Gomes (2022a), o referido professor ministrava aulas para uma turma naquele ano.

E eis aqui um terceiro exemplo a atestar as preocupações de uma mãe pelas coisas do dia a dia dos filhos: “foi no domingo – 15 de abril de 77 pelas 8 horas da manhã, que seguiram na Flor do Cumã – para capital, Dindinha, Balduína^{ooo} Otávia. Eu segui-as com a alma. Deus as faça aí felices. Amém” (RaMF, p. 191, grafia original).

6.2.4 Outras utilidades da escrita diarística

Os registros citados acima serviram, entre outras coisas, que Firmina conservasse consigo um testemunho de sua *memória*.

A segunda utilidade do diário sugerida por Lejeune tem a ver com continuidade, *sobrevivência*. Nas palavras dele: “mantemos um diário para fixar o tempo passado, que se esvanece atrás de nós, mas também por apreensão diante de nosso esvanecimento futuro” (Lejeune, 2014, p. 303). A pretensão de ser lido por alguém em algum momento futuro serve tanto para a sobrevivência de uma memória individual como atende também à formação de uma memória coletiva.

Em outras palavras, os registros estariam a resguardar aspectos do passado – certos fatos e as impressões dos sujeitos a respeito daqueles fatos. Ao consultar e reler o seu diário, o sujeito pode reencontrar elementos do passado, sem as armadilhas e as falsas memórias criadas pelo nosso cérebro. O registro dos acontecimentos no calor da hora serviu assim como um, digamos, testemunho momentâneo algo imparcial. Recorrer a esses registros no futuro permitiria ao sujeito recordar o que viveu com alguma segurança – e.g., sem a necessidade de recorrer à imaginação para preencher os vazios ou sem cair nas armadilhas das falsas memórias. De resto, os diários – sobretudo quando publicados ou consultados por terceiros – podem colaborar (ainda que modestamente) na construção de uma memória coletiva a respeito de uma época e um lugar.

A terceira utilidade do diário seria a de assumir o papel de ombro amigo. Um lugar onde o diarista pudesse *desabafar*, tanto para descarregar as tensões negativas do cotidiano como para carregar as expectativas em relação ao futuro. Registrar, enfim, não só “decepções, raiva, melancolia, dúvidas, mas também esperanças e alegrias: o papel permite expressá-las pela primeira vez, com toda liberdade” (Lejeune, 2014, p. 303). Longe dos olhos de terceiros e das pressões sociais, o diarista pode encontrar ali um momento de sossego e, quem sabe, reequilíbrio.

No caso de Firmina, o *Álbum* bem poderia ter cumprido esse papel – a saber: um lugar para desabafar, um ouvinte para suas angústias. A entrada *Resumo da minha vida*, por exemplo, considerada por Lobo (2007) e Muzart (2013) como uma fonte relevante de informações biográficas, encontramos algumas pistas sobre a vida de Firmina. Essa registra: “De compleição débil e acanhada, eu não podia deixar de ser uma criança frágil, tímida, e por conseqüência melancólica [...]” (RaMF, p. 176; grafia original).

Mais adiante, na mesma entrada, ficamos sabendo sobre o amor que a autora tem pela natureza, o carinho recebido da mãe e por parte de amigas de infância e juventude. Revela a sua devoção e o seu amor a Deus. Eis um trecho:

[...] amo a doce melodia dos bosques, o terno afeto de uma mãe querida, as amigas de minha infância, e de minha juventude, e sobre todas estas coisas amo a Deus; e ainda assim não sou feliz: porque insondável me segue, me acompanha esse querer indefinível que só poderá encontrar satisfação na sepultura. (RaMF, p. 178)

A autora fala de suas dores e decepções e se apresenta como uma pessoa frágil e melancólica. Em quase todos os registros, Firmina se mostra como uma pessoa religiosa e temente a Deus, traços absolutamente comuns entre as mulheres (e os homens) do século XIX. Em certas passagens, contudo, há alguma ambiguidade em torno da fé religiosa e de seus anseios. Já o uso de palavras como *insondáveis e indefiníveis* soa como algo misterioso ou mantido em segredo. O que dá margem a diferentes interpretações, até mesmo a ideia de cometer suicídio, como insinuou Moraes Filho (1975). Mas a ideia ia de encontro à sua crença religiosa. Ela expressou o que sentia com as seguintes palavras:

[...] Esses Ligeiros Anos De Esperanças, E De Gozos: E Depois Estes Compridos E Insofríveis Anos De Amarguras, De Tédio, De Desgostos, Das Dores, Não Imaginárias Como A Infância; Mas Fundadas Em Outras Dores, Filhas De Grandes E Muitos Sofrimentos. Vida!... Vida, Bem Penosa Me Tens Sido Tu! (RaMF, p. 177).

Ao escrever sobre os acontecimentos do dia a dia, bem como registrar no papel os sentimentos que não confessava a ninguém, Maria Firmina, que apreciava o autocontrole e o recato das mulheres, em tom de desabafo, confessa: “Eu não aborreço os homens, nem o mundo, mas há horas, e dias inteiros, que aborreço a mim própria” (RaMF, p. 177).

Ainda sobre esse aspecto do diário como ombro amigo, o estudioso francês anotou: “[...] o diário se transforma em instrumento de luta: poupamos aos outros o que escrevemos em segredo. Não devemos sobrecarregá-los para que possam nos apoiar. Ao mesmo tempo, eles são convocados como testemunhas imaginárias desse combate a portas fechadas [...]” (Lejeune, 2014, p. 322-3).

De fato, a passagem acima alimenta a suspeita de que Maria Firmina não se revelava por inteira. Sobre esse aspecto, aliás, levantamos aqui a hipótese de que seria desejo dela que o livro íntimo, no futuro, viesse a ser publicado. Lembrando que, entre outros episódios, ela muitas vezes mostrava o *Álbum* a alguém, na esperança, inclusive, de ouvir comentários.

A quarta utilidade do diário seria a oportunidade de o escrevente *conhecer* melhor a si mesmo. Como explica Lejeune (2014, p. 303-4) “o papel é um espelho. [...] É certo que só é possível viver com alguma autoestima, e o diário será, como a autobiografia, o espaço de construção dessa imagem positiva”. Projetando nossas ideias no papel, podemos nos enxergar

com algum distanciamento. Ainda segundo ele, o diário “também pode ser um espaço de análise, de questionamento, um laboratório de introspecção. No diário, o autorretrato nada tem de definitivo, e a atenção dada a si está sempre sujeita a desmentidos futuros” (*Ibidem*, p. 304). Assim como a nossa imagem no espelho muda ao longo do tempo, assim podemos nos reconhecermos no que escrevemos em épocas passadas. Inclusive, identificando contradições, erros e acertos que tivemos desde então.

Ao desabafar no *Álbum* as suas angústias e tristezas, ainda que de forma comedida, Maria Firmina estaria a usufruir dessa quarta utilidade do diário.

Como ela anotou em *Resumo da minha vida*, entrada já citada anteriormente, os queixumes dos anos de infância fizeram parte de uma fase da vida dela. Mas não representavam de fato *toda* a Maria Firmina. Ela mudou, amadureceu. Como ela mesma anotou: “mas a infância passou, como passa para todo homem, e eu tive mais vigor e minha vida adquiria mais forças; meu coração como que se expandiu um pouco, vividos raios de sol da adolescência” (RaMF, p. 176).

Mais adiante, mas ainda nos anos de adolescência, o que a princípio lhe parecia uma promessa de um futuro radiante, logo se converteria em uma decepção amorosa que viria a arranhar o coração dela por toda a vida. Assim, anotou: “Eu experimentei já essa doce ilusão que mais faz amargar os últimos dias da existência. [...] A sucessão dos anos apagou-me o fogo do coração, resfriou-me o ardor da mente, quebrou na haste a flor de minha esperança” (RaMF, p. 177).

A autora explora as lembranças que trazia consigo dos anos de infância e adolescência, assumindo ser uma pessoa frágil e melancólica. O estudioso francês, por seu turno, enfatiza: “A aventura do diário é, portanto, muitas vezes vivida como uma viagem de exploração, ainda mais que esse conhecimento de si não é uma simples curiosidade, mas condiciona a continuação da viagem: é preciso escolher e agir” (Lejeune, 2014, p. 304).

A prática de escrever sobre si mesma pode ter ajudado Maria Firmina a se conhecer. Além disso, fixar as lembranças e os anseios no papel, pode tê-la fortalecido diante dos incômodos que a atormentavam no contexto social. Vemos um exemplo disso na entrada *O que é a vida?*, datada de 15/06/1873. Ela faz uma pergunta importante e, em tom sarcástico, mas sem perder o tempero poético, ela mesma oferece uma resposta, a saber (RaMF, p. 183, grafia original):

O que é a vida? Será acaso a vida o respirar, o sorrir no trocar de cumprimentos banais e quantas vezes frívolos... o banquetear com aparatosa

regularidade, com suntuoso luxo dos amigos, algumas vozes tão indiferentes, e alheios aos sentimentos de afeto, e de amizade que lhe votamos, e até estranho à gratidão; porque, depois de termos colhido os nossos sinceros afagos vão cuspir sobre eles, seu sorriso de escárnio? [...].

O registro diz respeito possivelmente à ida dela a um baile junino ou a uma festa, mas que bem poderia estar associado à sua trajetória literária (Souza, 2020). As pessoas presentes ostentavam roupas luxuosas e modos requintados. Causa a impressão de que todos estavam felizes. Aos olhos da autora, no entanto, ela estava diante de pessoas frívolas, falsas e vaidosas. A experiência mereceu três registros sucessivos. Fica claro que, aos olhos de Firmina, havia um fosso entre o mundo daquelas pessoas e o dela. O mundo dela era bem diferente. Nas palavras da escritora: “compreendi a vida por outros desvios, por outras sendas, por onde nem todos passam” (RaMF, p. 183).

Nessa mesma entrada, a autora diz que as lágrimas eram companheiras fiéis da sua “árdua e penosa existência” (*Ibidem*). Descreve as lágrimas como amigas presentes, pois “elas me sorriem nessa quadra poética da existência, que para mim passou tão breve” (*Ibid.*). Parece um jeito elegante de dizer que, apesar da idade, ela ainda se entristecia e chorava com facilidade, como nos anos de juventude. E, claro, não deixa de ser um jeito sutil de lamentar a passagem do tempo e as implicações disso (e.g., as agruras advindas com a velhice e a proximidade da morte).

6.3 O BAILE DOS PARDINHAS: ANOTAÇÕES SOBRE COMPORTAMENTO SOCIAL

Um exame cuidadoso das entradas do *Álbum* nos permite ainda identificar ao menos alguns dos lugares visitados pela autora. Também é possível encontrar comentários dela a respeito do comportamento de alguns segmentos da sociedade maranhense. É notável o desconforto dela perante certos interlocutores, sobretudo no caso de gente endinheirada e escravocrata. A entrada de 16/06/1873, intitulada *Lágrimas num baile*, relata a presença dela em um evento que bem poderia ser um sarau de poesias. Anotou Firmina (RaMF, p. 184):

Ontem eu assistia uma pequena, mas bem animada reunião. Valsavam os pares alegres, e risonhos: mas no fundo dos corações, quanto fel, quanta amargura! A máscara do rosto, quantas vezes encobre um vértice de dores, e de desesperanças.

A reunião agrupava poucos convidados que pareciam se divertir. Aos olhos de Maria Firmina, porém, aqueles rostos alegres e descontraídos no salão escondiam dores e amarguras diversas. Uma falsidade que a deixava desconfortável.

Uma jovem ali presente chamou a atenção dela. A escritora anotou, “era uma linda e, interessante menina, e já nos verdor dos anos, o fel de tantas dores...” (RaMF, p. 184). A moça estava com os olhos rasos d’água, mas sorria para um rapaz, na tentativa de disfarçar a tristeza que ocupava o coração. Com a sua experiência de vida, a escritora suponha saber o que atormentava aquela jovem e talvez o que também atormentava muitos outros convidados. Assim, em um misto de pena e solidariedade, ela registra e lamenta o ocorrido em seu *Álbum*: “pobre flor que emurchece antes de exalar seus dulcíssimos perfumes!... Essa lágrima para todos despercebida [cousou-me?] até o íntimo da alma. Eu não pude furtar-me a partilhar aquela dor tão cruciante, que malgrado seu se vinha revelar no meu ^{ooo} baile” (*Ibidem*, p. 184, grafia original).

A entrada seguinte, intitulada *Despedida*, data de 17/06/1873. Ali ela faz alusão ao Sr. Alfredo Rodrigues de Melo, um jovem que estava de partida da cidade. As qualidades que ela via no sujeito, sempre amável e simpático no trato com os outros, a levaram a escrever já em tom nostálgico: “eu que tanto o prezo, e que por ele me interesse, voto a Deus, pela sua felicidade” (RaMF, p. 184).

É possível que os registros feitos nesses três dias (15-17/06) tenham sido oriundos de impressões que a autora teve durante um evento: o *Baile dos Pardinhas*. Tratava-se de um evento social “destinado aos negros de pele clara, chamados pardos, e aos negros retintos” (Gomes, 2022a, p. 222). Em 1920, a julgar pelo noticiário do *Jornal Pacotilha*, o evento ainda era realizado.

6.3.1 Ainda sobre as utilidades de manter um diário.

Retomando o fio da meada, vamos agora falar sobre a quinta utilidade do diário: *deliberar*. De acordo com a concepção do estudioso francês, “o diário está voltado para o futuro” (Lejeune, 2014, p. 304). A escrita estimula o sujeito a formular novos desafios e a repensá-los.

Veja o caso da entrada no *Álbum* no qual Firmina, em tom melancólico, fala da mudança de Raimundo Marcos Cordeiro para outra cidade. Tratava-se de um poeta, mas também de alguém que “exercia o cargo tabelião e escrivão das execuções cíveis e criminais

na vila” (Gomes, 2022a, p. 190). Esse mesmo jovem foi apontado por Luiza Lobo (2007) como a grande paixão platônica da escritora, embora Maria Firmina nunca tenha se referido a ele como ‘*meu amor*’ ou algo equivalente.

Tornaremos a falar sobre o olhar de Lobo no próximo capítulo. No que segue, veremos como aquela despedida levou a autora a reexaminar a própria vida.

Na entrada de 31/01/1869 se refere ao jovem como *Senhor*. Era o modo habitual de tratamento naquela época. O tratamento poderia conferir a Raimundo um ar de autoridade ou mesmo de respeito, ou mantê-lo distante, sem criar uma imagem de não haver nenhuma intimidade entre ambos. Poderia ser também um sinal da grande estima que ela nutria por um colega poeta.

Em seguida, ela ressalta que o nome dele ficará gravado naquelas páginas, as quais já abrigavam o nome da mãe dela e o de outras pessoas queridas. Anotou a escritora:

Aqui neste livro íntimo, onde só tenho estampado os nomes sacros que mais hei amado no mundo: a quem tenho confiado os mais ardentes e os mais profundos sentimentos de minha alma – as mais doces e as mais dolorosas – aqui estais vós” (RaMF, p. 181).

Firmina deixa transparecer o afeto que nutria pelo sujeito, situando-o entre aqueles nos quais ela podia confiar. Lemos: “Compreendei, pois, toda a grandeza da minha amizade” (RaMF, p. 181). É bom lembrar que Maria Firmina dedicou a ele ao menos três poemas – ‘O meu desejo’, ‘A vida é sonho’ e ‘Canto’, todos publicados em *Cantos à beira-mar*.

Em seguida, ela anota palavras dirigidas diretamente a ele, a saber (RaMF, p 181): “Agora que ides deixar Guimarães, e os vossos amigos, recebi a minha despedida nestas frases singelas como afeto que vos consagro”. Fala em seguida do futuro promissor que ele teria pela frente: “Estais no começo da vida; largos horizontes se vos antolham, que eu antevejo risonhos e felices [...]” (*Ibidem* p. 181, grafia original).

Sem rancor e com alguma leveza, ela em seguida comenta: “[...] para mim passou já essa quadra da vida, toda cheia de ilusões floridas, e de esperanças mais ou menos enganadoras; mas ainda assim belas!” (RaMF, p. 181, grafia original). Levanta então uma pergunta e apresenta algumas conjecturas, deixando no ar a impressão de que pode haver algum significado oculto nas entrelinhas, a saber: “Que me resta pois? Um coração vazio de amor – uma alma transbordando de afetos ingênuos, puros como os beijos de uma criança – e esses afetos puros assim, e sinceros como a minha alma eu vo-la ofereço, que os mereceis” (*Ibidem*, p 181-2).

Ao ter o *Álbum* em mãos, Raimundo anota nele um poema em sinal de agradecimento, a saber:

UMA SAUDADE –

No álbum da Exm^a. Snr^a D. Maria Firmina dos Reis–

Aqui junto a um santo nome.
Foi que me deste um lugar,
No teu álbum... oh! se eu pudera
De flores ele adornar!...

Mas, Senhora eu te agradeço
Essa prova de amizade,
Esses tão puros afetos,
Essa tão santa saudade.

Deixo-te aqui terno – adeus,
Gravado de coração,
É saudoso... triste como
Dum filho a separação;
Merencório como a noite
Do pescador, a canção.

“Nestas folhas perfumadas
Pelas rosas desfolhadas
Dos teus cantos de amizade”,
Deixo um – adeus magoado,
Todo de pranto banhado,
No teu álbum, – uma saudade!...

Raimundo Marcos Cordeiro
(RaMF, p. 181, grafia original)

Em 1873, o sujeito se casa com Matilde Augusta de Barros. Maria Firmina foi ao casamento. No dia seguinte, em 27 de junho, anotou em seu *Álbum*: “Eu vi-o unir-se ontem, pelos sacrossantos laços do matrimônio, a uma virgem cândida, e pura como um anjo de Deus” (RaMF, p. 185).

Raimundo faleceu em 1881. Em sinal de dedicação e respeito, Firmina escreveu e publicou um poema dedicado à memória dele:

A Vida É Sonho
Oferecida Ao Ilmo.
Sr. Raimundo Marcos Cordeiro
Prova De Sincera Amizade
A Vida É Sonho, – Que Afanoso Sonho!
Há Nela Gozos De Mentido Amor;
Porém Aquilo Que Nossa Alma Almeja
É Sonho Amargo De Aflitiva Dor!

(Reis, 2017, p. 138; grafia original)

Neste ponto, caberia uma vez mais olhar para o estudioso francês e evocar o que ele escreveu a respeito da quinta utilidade, *deliberar*. Nas palavras dele: “há em mim debate e diálogo: passo a palavra às diferentes vozes de meu ‘foro íntimo’. Essas discussões podem se repetir, levar a uma decisão ou, ao contrário, estimular a hesitação” (Lejeune, 2014, p. 304).

Nessa última entrada, diferente das entradas anteriores, nas quais Firmina parecia colocar algum freio nas palavras, ela meio que expôs o sentimento que nutria por Cordeiro. Sabendo de antemão que seria lida por ele, ela teve coragem de escrever ali o que escreveu.

Talvez possamos classificar isso como um exemplo de resistência.

Lembrando aqui que *resistir* é a sexta utilidade identificada pelo estudioso francês para um diário. Nas palavras dele, “como aguentar quando a vida submete-nos a uma prova terrível? Como transformar o ‘foro íntimo’ em campo de defesa onde recuperamos as energias e buscamos forças?” (Lejeune, 2014, p. 304). Colocar as palavras no papel pode facilitar as coisas, dando coragem e apoio ao sujeito. A escrita no *Álbum* (além, claro, de toda a obra literária dela) pode ter representado isso para Firmina.

A sétima e penúltima utilidade de um diário seria fazer *pensar*. Sim, escrever faz a gente pensar. Nas palavras de Lejeune (2014, p. 305): “a forma do diário desloca a atenção para um processo de criação, torna o pensamento mais livre, mais aberto a suas contradições, e comunica ao leitor a dinâmica da reflexão tanto quanto seu resultado”.

Em outras palavras, manter um diário seria um tipo de suporte à criação literária, adotando ainda a observação como uma fonte de inspiração para outras narrativas. A afirmativa do estudioso francês deriva das leituras que fez das cadernetas do filósofo e seu compatriota Jean-Paul Sartre: “a prática acabou sendo uma oportunidade para se lançar em um trabalho original, fazendo da observação da vida quotidiana um laboratório para comprovar a validade das ideias que iria expor em *O ser e o nada*” (Lejeune, 2014, p. 305). A escrita no *Álbum*, como já foi dito antes, pode ter funcionado para a autora como um tipo de laboratório.

Por fim, a oitava e última utilidade identificada por Lejeune seria *escrever*. Nas palavras dele:

Mantém-se enfim um diário porque se gosta de escrever. É fascinante transformar-se em palavras e frases e inverter a relação que se tem com a vida ao se autoengendrar. [...] Pode-se escolher as regras do jogo. Ter vários cadernos. Misturar os gêneros. Fazer de seu diário, ao mesmo tempo, o

observatório da vida e o ponto de encontro de seus escritos. (Lejeune, 2014, p. 305).

Manter um diário, ainda segundo o estudioso, é uma atividade tipicamente irregular e passageira. Uma atividade que em geral tem início em uma fase crítica da vida ou em momentos de lazer, mas o ritmo é tipicamente descontínuo. Não é comum que os escreventes mantenham diários ativos por muito tempo: “a maioria dos diários segue um tema, um episódio, um só fio de uma existência. Uma vez virada à página, esquecemo-nos dele, às vezes, o destruimos...” (*Ibidem*, p. 297).

É raro que o diarista escreva até o fim em um único e mesmo suporte; muitas vezes, o diário se converte em uma sucessão de volumes. Por sua vez, em relação à assiduidade dos registros, muitos veem a prática como uma espécie de higiene mental. Sobre esses últimos, anotou Lejeune (2014, p. 318): “sofrem quando saltam um dia, “recuperam” os atrasos, preenchem omissões; e os que escrevem de maneira mais ou menos regular, quando têm necessidade”.

No cômputo final, Lejeune levanta várias questões pertinentes e intrigantes. Os diaristas, por exemplo, costumam misturar os gêneros, digo subgêneros. As narrativas podem se transformar em memórias, autobiografias e diários, tudo isso visando um único propósito: falar de si.

Contrariando o que mais viu o estudioso francês, Firmina manteve o seu *Album* ativo por um período de 50 anos (1853-1910). No momento, porém, não temos como afirmar se ela manteve um ou vários cadernos ao longo da vida. Mas é bastante razoável afirmar que ela escrevia, se não diariamente, com bastante frequência. Veja, por exemplo, o que ele anotou depois de ter ficado dois dias sem visitar o *Album*: “Há já dois que te abandonei, meu pobre álbum... por quê? Não te direi hoje [...]” (*RaMF*, p. 187). Lembrando apenas que o material que chegou até nós é relativamente pequeno e repleto de saltos nas datas das entradas.

Para concluir este capítulo, mas ainda tratando da questão da descontinuidade, caberia ressaltar aqui certos aspectos que não foram comentados antes. Por exemplo, o autor comenta que o fim de um diário dificilmente é tratado e assumido pelo diarista em uma, digamos, derradeira entrada. Nas palavras dele: “[...] raros são os diários que contêm um fecho [...]” (Lejeune, 2014, p. 312). Mesmo recorrendo aos estudiosos clássicos sobre o assunto (e.g., Michèle Leleu (1920-1975), Alain Girard (1914-1996) ou Béatrice Didier, o pesquisador afirma que não encontrou uma saída. Afinal, “ninguém teria a ideia de ensinar como se

termina um diário. Seria como escrever um tratado sobre o suicídio...” (Lejeune, 2014, p. 311).

No caso do *Álbum*, não há nenhuma passagem que deixe claro o propósito de a autora encerrar o volume. O material que herdamos traz nas últimas páginas o poema *À mocidade* (iremos analisar no Cap. 6) dedicado a ela, e, por fim, a entrada: “Vindo do Pará cheguei à capital do Maranhão a 4 de agosto de 1903, e cheguei a Guimarães a 11 de setembro do mesmo ano” (RAMF, p. 199). Ocorre que ambos foram introduzidos ali por Oton, um dos filhos da escritora.

A sucessão de registros, como nós já dissemos antes, foi encerrada em 1910, quando ela registra a morte de outro filho, Djalma. Essa ‘última entrada’ está fora da ordem cronológica que acompanhou todas as entradas anteriores. Basta dizer que ela aparece antes de uma entrada datada de 1/4/1903, na qual, inclusive é feita menção ao fato de Djalma ter embarcado para São Luís naquele mesmo dia. É ainda digno de nota o fato de que alguns estudiosos (e.g. Lobo, 2007) especulam que a escritora teria ficado cega em 1903.

Relatos de perda e sofrimento são comuns nos escritos íntimos de Maria Firmina. Moraes Filho e Luiza Lobo acreditavam que a biografia da autora foi marcada pelo luto e melancolia. A ponto de ela ter escrito que chegou a pensar em uma ‘solução’ dramática para a sua vida. Vale à pena repetir em parte, o que a pesquisadora chegou a pontuar: “[...]. Tal imagem corresponde à idéia de luto com que Freud define a tristeza da perda em *Luto e melancolia?*” (Lobo, 2007, p. 358, grafia original)

Pois bem. O próximo capítulo examina até que ponto opiniões e sentimentos fixados por Maria Firmina em sua obra – tendo como núcleo central o *Álbum* – nos permitem sustentar a hipótese de que ela era uma autora atormentada por algum tipo de sofrimento psíquico.

7 O *ÁLBUM*: AS ESCRE(VIVÊNCIAS) DO LUTO E MELANCOLIA

Maria Firmina foi uma pioneira, tendo inaugurado um novo modo de tratar a escravidão como tema literário. Diante disso, alguns pesquisadores construíram uma imagem da autora carregando nas tintas da superação. O comentário de Oswaldo Gomes¹⁰⁸ talvez sirva de exemplo:

Foi uma mulher forte, revolucionária, que desafiou o seu tempo, ao romper as barreiras impostas por uma sociedade paternalista e escravocrata. Foi além, ousada, determinada, algo que faz hoje. Tirou o negro da senzala, não se calou, trocou o papel de ser dona de casa, para viver no mundo intelectual, com diz Dilercy, “Foi teimosa, ao insistir em desempenhar funções e papéis que não cabiam à mulher da sua sociedade” (Gomes, 2017, p. 19).

Esse ponto de vista teve início com Moraes Filho, para quem a escritora sofria de uma melancolia doentia. Diante dos escritos íntimos dela, ele anotou: “[...] são um obituário impregnado de cheiro de velas mortuárias e de odor de flores podres” (RaMF, p. 239).

Para Luiza Lobo (2007), esse suposto estado de tristeza seria reflexo do abandono cultural, pessoal (golpe amoroso) e cultural. Acumuladas ao longo do tempo, as experiências negativas teriam deixado marcas profundas na alma da escritora maranhense. A partir de 1877, a autora não dispunha sequer de ânimo ou disposição para deixar registros mais extensos, restringindo-se a escrever brevíssimas notas de falecimento de amigos e parentes. Segundo Lobo (2007, p. 362), “as entradas finais no diário mostram alguns descabros cronológicos e se escapam cada vez mais: uma frase por ano, e vários anos de parcas anotações que se espaçam”.

Em nossa análise da fortuna crítica do *Álbum*, nós vimos que outros estudiosos parecem ter seguido o mesmo ponto de vista. Entre eles, encontra-se Sérgio Barcellos Ximenes,¹⁰⁹ autor de um trabalho que se converteu em referência valiosa, sobretudo para os jovens pesquisadores que estão a descobrir a potência da obra firminiana. Segundo Ximenes (2019, p. 11), “na área intelectual dominava o temperamento combativo e esperançoso, do qual a resiliência é uma consequência inevitável”. Para ele, no entanto, o *Álbum* e a obra poética dela estariam repletos de uma grande tristeza. Tristeza essa que a teria levado a desenvolver um modo compulsivo de escrever sobre a morte.

¹⁰⁸ É membro fundador e Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Guimarães (MA).

¹⁰⁹ O escritor publica ativamente em seu blog, *Arte Literária*, informações valiosas sobre a vida e obra de Maria Firmina. Logo no início de nossa pesquisa, Ximenes gentilmente nos auxiliou; apresentou, entre outras coisas, estudos já então disponíveis sobre a escritora maranhense.

Nas palavras do estudioso:

Interpretado como literatura, o ‘Álbum’ (e boa parte da produção poética de Maria Firmina) é uma apologia à resignação e à desistência, como reação inevitável às dificuldades da vida. ‘Quero morrer’ é uma mensagem freqüente no Álbum, e o amor ao túmulo e à morte vem registrado explicitamente em vários de seus poemas. O único obstáculo possível à concretização imediata desse desejo (já que as relações pessoais, embora tragam alguns momentos de prazer, são a principal fonte de sofrimento na vida) é uma entidade espiritual: Deus – cujas “decisões” incompreensíveis devem ser respeitáveis, e ante as quais a escritora se resigna, apesar dos constantes infortúnios pessoais.

As entradas revelam, nesse contexto, uma pessoa psicologicamente fraca, incapaz de reação bem-sucedida aos problemas, melancólica e obcecada pela paz e pelo repouso que supostamente adviriam da própria morte. (Ximenes, 2019, p. 11).

A morte, o luto e a melancolia foram interpretados assim como entidades que atormentavam a autora, de tal modo e a tal ponto que a levaram a pensar em suicídio.

7.1 UM EXEMPLO MIDIÁTICO

Apenas como introdução geral aos temas da morte e do luto, a serem discutidos a seguir, iremos registrar algumas notas a respeito de um debate recente que houve em um conhecido programa de TV, Café Filosófico, da TV Cultura.¹¹⁰ Na edição de 05/11/2023, comemorativa aos 20 anos do programa, foram reunidas intervenções de alguns convidados que trataram desses temas em edições anteriores.

A primeira intervenção, datada de 2008, foi da filósofa brasileira Scarlett Marton. Em sua fala, sob o tema ‘A morte como instante da vida’, ela fez alusão aos ensaios que compõe o livro *História da morte no Ocidente* (1975), de Philippe Ariès. Nessa obra, o autor defende a ideia de que a civilização ocidental aos poucos foi expulsando a morte da vida cotidiana. O movimento teria surgido ainda na Idade Média, quando era costume os familiares permanecerem em torno do cadáver de um parente. Com o passar do tempo, a prática foi sendo abandonada, a ponto de falar sobre a morte se converter em um assunto de mau gosto ou mesmo um tabu.

No segmento seguinte, sob o título ‘Alegria como vontade’ (2008), o programa mostrou uma conversa com o psicanalista Daniel Lins e a filósofa Márcia Tiburi. Nas palavras

¹¹⁰ ‘Café Filosófico’ é um programa de TV, fruto de uma parceria entre o Instituto CPFL e a TV Cultura, A referida edição foi ao ar em 05/11/2023. O objetivo do programa é apresentar e discutir as ideias de grandes nomes do pensamento contemporâneo.

de Lins, “a felicidade não precisa de psicanalista. Ela é louca. Quem precisa de psicanalista somos nós, neuróticos. Um louco não precisa de psicanalista”.

Tiburi pergunta ao psicanalista: “– Mas como se fez um neurótico? Ele veio da racionalidade? Fruto do que?”. Lins (2008, n.p) então responde:

Uma das coisas mais fortes, que nos empurram para a neurose é o fato da gente saber que a gente é finito. Pensar na morte é uma feição triste. Pensar na morte é tristeza. Pensar na morte engole o mínimo e alegria que a gente pode ter. Qual o papel da alegria, não é entrar no processo de denegação em dizer que a morte não existe, não se trata disso. A nossa grande força não é evitar esse assunto, mas é trabalhar esse saber morte ou o sabor alegria. É dar o saber morte ao sabor da alegria. Eu não nego a morte, mas eu me autorizo a não deixar que esse sentimento de tristeza possua o meu corpo que é ainda a minha alma.

Em seguida, sob o título ‘A morte da pessoa amada’ (2004), o psicanalista Ivan Capelatto falou sobre a morte e o luto. Em um novo segmento, gravado em 2023 e intitulado ‘As muitas formas do luto’, o psicanalista reapareceu, agora para falar uma forte tendência cultural que ele observa na sociedade – a negação da morte. Não se trata, claro, de negar o fato da morte, o fato de que todos nós estamos fadados a morrer um dia. O problema, segundo ele, é outro: a crescente dificuldade que a nossa cultura tem em lidar com o luto. Abreviar ou negar o luto têm se tornado uma prática comum, às custas muitas vezes de medicação. Capelatto (2004) condena essa atitude, lembrando aos presentes e aos telespectadores as palavras de Freud (*apud* Capelatto, 2004, n.p): “se não aceitamos a morte, não aceitamos a vida”.

Dito isso, caberia aqui frisar que os escritos do *Álbum* oferecem uma boa oportunidade para falarmos sobre perdas e lutos. Ou, mais especificamente, uma oportunidade para examinarmos de perto a consistência da tese – tão evocada por uma linhagem de estudiosos da obra firminiana – de que a escritora maranhense era portadora de uma profunda melancolia.

A morte, o luto e a melancolia, considerados aqui como três marcadores do *Álbum*, serão explorados a partir de teóricos que ampliaram as perspectivas de Sigmund Freud em seu famoso artigo ‘Luto e Melancolia’ (2010 [1917]). Vamos iniciar examinando o modo como o pensador alemão descreve aqueles estados emocionais diante da morte de alguém querido.

7.1.1 Os estudos de Freud

Escrito entre 1914 e 1915, mas publicado apenas em 1917, o texto ‘Luto e melancolia’, de Sigmund Freud, aborda questões relacionadas ao sofrimento humano, provenientes ou não de uma perda concreta durante a vida do sujeito. Três importantes conceitos são apresentados e discutidos: luto, melancolia e mania, embora este último seja menos explorado que os dois primeiros. Na opinião de Maria Rita Kehl (2013, n.p):

Na obra freudiana, a retomada da ênfase sobre a questão do narcisismo amadurece exatamente em *Luto e Melancolia*. A falha na constituição do narcisismo o primário estabelece uma distinção entre a “neurose narcísica” da melancolia e o sofrimento que caracteriza o trabalho de luto. O trabalho psíquico empreendido pelo enlutado, embora empobreça o ego e torne o sujeito inapetente para quaisquer outros investimentos libidinais, pode ser considerado um trabalho da ordem da saúde psíquica.

No que segue, vamos destacar alguns pontos do artigo que servirão de guias para a nossa análise.

A natureza da melancolia e o estado de luto são discutidos por Freud no contexto geral dos chamados *distúrbios psíquicos narcísicos*. A definição de melancolia não era uma unanimidade. Diferentes manifestações clínicas eram agrupadas em uma mesma categoria conceitual, incluindo tanto afecções somáticas como psicogênicas. O número de casos e observações disponíveis era limitado, mas os indícios a favor de uma origem psicogênica da melancolia eram bastante fortes.

Diante disso, as pretensões de generalização por parte dos observadores deveriam ser refreadas, contentando-se na maioria das vezes com a identificação de casos típicos, representativos de ao menos um grupo expressivo de afecções.

Foi nesse contexto de *fragilidade factual* que se vislumbrou uma possível associação entre luto e melancolia. Nas palavras de Freud (2010, p. 128):

Via de regra, o luto é a reação à perda de uma pessoa amada ou uma abstração que ocupa seu lugar, como pátria, liberdade, um ideal etc. Sob as mesmas influências observamos em algumas pessoas, a melancolia em vez de luto, e por isso suspeitamos que nelas exista uma predisposição patológica. Também é digno de nota que jamais nos ocorre ver o luto como estado patológico e indicar tratamento médico para ele, embora ocasione um sério afastamento da conduta normal da vida. Confiamos em que será superado após certo tempo, e achamos que perturbá-lo é inapropriado, até mesmo prejudicial.

Há ainda o conceito de *luto profundo*, a respeito do qual anotou Freud (2010, p. 129):

O luto profundo, a reação à perda de um ente amado, comporta o mesmo doloroso abatimento, a perda de interesse pelo mundo externo – na medida em que não lembra o falecido –, a perda da capacidade de eleger um novo objeto de amor – o que significaria substituir o pranteado –, o afastamento de toda atividade que não se ligue à memória do falecido. Logo vemos que essa inibição e restrição do Eu exprime uma exclusiva dedicação ao luto, em que nada mais resta para outros intuítos e interesses. Na verdade, esse comportamento só não nos parece patológico porque sabemos explicá-lo bem.

Fala-se ainda em *trabalho do luto*. O que seria isso?

A realidade está a mostrar que o objeto amado já não existe mais. Toda a *libido*, portanto, deveria ser desmobilizada.¹¹¹ As conexões com o *objeto amado* devem ser redirecionadas, mas isso nem sempre ocorre sem alguma resistência.¹¹² Pode emergir um desejo alucinatório de se apegar novamente ao objeto amado. O curso normal dos acontecimentos seria que o sujeito enlutado retomasse a sua realidade, um processo gradativo durante o qual a existência do objeto perdido na *psiquê* é redefinida.¹¹³ Nas palavras de Freud (2010, p.129):

Cada uma das lembranças e expectativas em que a libido se achava ligada ao objeto é enfocada e superinvestida, e em cada uma sucede o desligamento da libido. Não é fácil fundamentar economicamente por que é tão dolorosa essa operação de compromisso em que o mandamento da realidade pouco a pouco se efetiva. É curioso que esse doloroso desprazer nos pareça natural. Mas o fato é que, após a consumação do trabalho do luto, o Eu fica novamente livre e desimpedido.

O estudioso alerta para o fato de que o trabalho de luto é lento e, em certo sentido, interminável, visto que as lembranças ainda persistem no aparelho psíquico do sujeito. Cabe aqui ressaltar que o luto é um processo e não um posicionamento subjetivo. Uma distinção que ajuda a diferenciar o luto da melancolia.

¹¹¹ Palavra de origem latina que significa ‘anseio’ ou ‘desejo’. No âmbito da psicanálise, o termo é usado em alusão à força motriz responsável pela nossa auto-preservação (Kaufmann, 1996).

¹¹² As expressões *objeto de amor* e *de desejo* podem ser usadas tanto em alusão a algum indivíduo em particular como, eventualmente, em alusão a algum objeto físico – ver Kaufmann (1996).

¹¹³ Palavra de origem grega que significa ‘sopro’. Usado durante muito tempo como sinônimo de ‘vida’, o termo é hoje de uso corrente em psicologia para fazer alusão à totalidade da mente humana (consciente e inconsciente).

Os mesmos sintomas que se manifestam em um indivíduo enlutado poderiam ser notados em um sujeito melancólico. A dor psíquica seria o elemento central na melancolia. Nas palavras de Freud (2010, p.128):

A melancolia se caracteriza, em termos psíquicos, por um abatimento doloroso, uma cessação do interesse pelo mundo exterior, perda da capacidade de amar, inibição de toda atividade e diminuição da autoestima, que se expressa em recriminações e ofensas à própria pessoa e pode chegar a uma delirante expectativa de punição. Esse quadro se torna mais compreensível para nós se consideramos que o luto exhibe os mesmos traços, com exceção de um: nele a autoestima não é afetada. De resto é o mesmo quadro.

Em vários casos fica evidente que a melancolia é marcada por uma perda de natureza mais subjetiva. O objeto de amor não precisa ter morrido, pode apenas ter sido perdido como objeto de amor. Seria o caso da noiva abandonada. Em outras situações, a perda pode ser também de natureza física. Às vezes, porém, nem o próprio indivíduo sabe dizer *o que* exatamente ele perdeu. Nas palavras de Freud (2010, p. 130):

Esse caso poderia apresentar-se também quando a perda que ocasionou a melancolia é conhecida do doente, na medida em que ele sabe *quem*, mas não *o que* perdeu nesse alguém. Isso nos inclinaria a relacionar a melancolia, de algum modo, a uma perda de objeto subtraída à consciência; diferentemente do luto, em que nada é inconsciente na perda.

No luto, há uma diminuição do interesse pela vida, um fenômeno que decorreria da absorção do Eu durante o trabalho de luto. Na melancolia, a perda (digo: o objeto perdido) é desconhecida, tendo como consequência um trabalho interior parecido. Esse trabalho interior é responsável pela inibição que tanto caracteriza a melancolia. Contudo, anotou Freud (2010, p. 130), “a inibição melancólica nos parece algo enigmático, pois não conseguimos ver o que tanto absorve o doente”.

Mas o melancólico difere do enlutado. Durante o luto, o mundo se torna vazio e pobre; na melancolia é o próprio ego que se desvaloriza. O sentimento de perda leva o sujeito a se autorrecriminar; a autoestima e o amor próprio tendem a diminuir. O sujeito se vê como desprezível e indigno, o vocabulário contra si mesmo se torna depreciativo. Nas palavras de Freud (2010, p. 130),

Degrada-se diante dos outros; tem pena de seus familiares, por serem ligados a alguém tão indigno. Não julga que lhe sucedeu uma mudança, e estende sua autocrítica ao passado; afirma que jamais foi melhor. O quadro desse delírio de

pequenez – predominantemente moral – é completado com insônia, recusa de alimentação e uma psicologicamente notável superação do instinto que faz todo vivente se apegar à vida.

Nesses casos, pode-se dizer, tanto do ponto de vista científico como do terapêutico, não adianta contradizer o paciente que acusa o próprio Eu. Afinal, ele talvez esteja a descrever o que se passa consigo como lhe parece, de modo que as suas afirmações não deveriam ser contestadas. Trata-se, no entanto, de um desdobramento, uma consequência do trabalho interno que estaria a consumir o seu Eu. No processo do luto, isso não ocorre. Como anotou Freud (2010, p. 131):

Em algumas outras autoincriminações o paciente também nos parece ter razão e apenas apreender a verdade de maneira mais aguda do que outros, que não são melancólicos. Quando, em exacerbada autocrítica, ele pinta a si mesmo como uma pessoa mesquinha, egoísta, insincera, sem autonomia, que sempre buscou apenas ocultar as fraquezas do seu ser, pode ocorrer, pelo que sabemos, que tenha se aproximado bastante do autoconhecimento, e perguntamo-nos apenas por que é necessário adoecer para alcançar uma verdade como essa.

Por fim, vale notar que o comportamento melancólico tem como principal característica a falta de vergonha diante de outras pessoas. É loquaz naquilo que traz de queixa, reclama de uma perda e faz múltiplas autorreincriminações de modo espontâneo. Insiste em anunciar a sua insatisfação, em desnudar a si próprio.

Para usar a expressão de Marilene Carone (2013, n.p), “queixar-se é dar queixa”. Identificar o objeto a ser odiado e fazer esse trabalho de separação talvez seja um encaminhamento nos casos da melancolia. Segundo a estudiosa, Freud, de algum modo, já estava apontando para um trabalho analítico de melancolia.

7.1.2 A mania

Ainda que sucintamente, Freud também aborda a fase da mania, um fato que ainda hoje intriga os estudiosos. Estes consideram que “a mania não determina o fim da melancolia; ela é apenas o outro pólo dessa ‘loucura cíclica’ a que hoje a psiquiatria chama de depressão bipolar” (Kehl, 2013, n.p, grafia original).

Durante o luto, como foi dito antes, o sujeito consegue paulatinamente se desapegar do objeto; a tristeza diminui. Já no contexto da melancolia, por conta da ambivalência, o

inconsciente é palco de inúmeros conflitos.¹¹⁴ O conflito central pode ser resumido na fórmula: abandonar o objeto de desejo (perdido) ou permanecer atrelado a ele (digo: às lembranças dele). Quando a libido enfim consegue se desvencilhar do objeto amado/odiado, “o aspecto narcísico da relação primitiva faz com que ela retorne não a outro objeto qualquer, mas ao próprio ego, que é subitamente revitalizado pelo retorno da libido” (Kehl, 2013, n.p). Essa recarga de energia libidinal se junta ao alívio da liberdade, mesmo de modo temporário, da identificação com o objeto odiado. O que explica o comportamento de alegria exacerbada, o excesso de autoconfiança, a excitação transbordante e a hiperatividade do sujeito. Nas palavras de Freud (2010, p.137):

A peculiaridade mais singular e mais carente de explicação, na melancolia, consiste na tendência a se transformar em mania, um estado com sintomas opostos aos dela. Não é toda melancolia que tem esse destino, como se sabe. Muitos casos evoluem com recidivas periódicas, em cujos intervalos percebemos muito pouca – ou nenhuma – tonalidade de mania. Outros exibem regular alternância de fases melancólicas e maníacas que levou à proposição de uma loucura cíclica. Seria tentador não apreender esses casos como psicogênicos, se o trabalho psicanalítico não tivesse permitido solucionar e influir terapêuticamente em vários deles. Portanto, é não apenas lícito, mas até mesmo imperioso estender à mania a explicação psicanalítica da melancolia.

O psicanalista estava a propor uma explicação inicial, provisória. Sua proposta estava assentada em uma impressão psicanalítica e em uma experiência econômica geral. Nas palavras de Freud (2010, p.137):

A impressão, já comunicada por diversos pesquisadores psicanalíticos, é que a mania não tem conteúdo diferente da melancolia, que as duas afecções lutam com o mesmo ‘complexo’, ao qual o Eu provavelmente sucumbe na melancolia, enquanto na mania ele o sobrepuja ou põe de lado. O outro ponto de partida nos é dado pela experiência de que em todos os estados de alegria, júbilo, triunfo, que nos fornecem o modelo normal da mania, percebem-se os mesmos determinantes econômicos. Nesses estados, uma interferência torna afinal desnecessário um grande dispêndio de energia psíquica por muito tempo mantido ou feito por hábito, de modo que ela fica disponível para outros usos e possibilidades de descarga.

Segundo Kehl, no que diz a respeito da clínica da melancolia, a tradição psicanalítica pouco tem discutido sobre a possibilidade de “o sujeito estabelecer destinos sublimatórios para tais excessos pulsionais” (Kehl, 2013, n.p). Vale frisar que é pela via da sublimação que se estabelece um paralelo entre as ideias de Freud e os autores da Antiguidade, sobretudo Aristóteles, para quem os melancólicos seriam gênios criadores. Apesar disso, ainda segundo

¹¹⁴ A mente humana abriga um lado consciente (o que é pensado, refletido) e um lado inconsciente (em relação ao qual o sujeito não costuma ter acesso direto).

Kehl (2013, n.p), o psicanalista alemão “não faz nenhuma menção à longa história do pensamento que articulou a melancolia – ou seu pólo antípoda, a mania – à criação e ao gênio poético”.

7.1.3 O suicídio

A tese central de Freud a respeito do suicídio também explora uma possível identificação do sujeito com o objeto. Segundo ele, o indivíduo nunca se mata efetivamente, mas anseia matar o outro com o qual se identifica. No âmago do processo, ao dar fim a própria vida, o sujeito estaria tentando dar fim ao objeto com o qual se identifica. A lógica da melancolia permanece no suicídio. Nas palavras de Freud (2010, p.136):

Apenas esse sadismo nos resolve o enigma da inclinação ao suicídio, que torna a melancolia tão interessante – e tão perigosa. Nós percebemos, como o estado primordial de onde parte a vida instintual, um tão formidável amor do Eu a si próprio, vemos liberar-se, na angústia gerada pela ameaça à vida, um tal montante de libido narcísica, que não entendemos como esse Eu pode consentir na sua própria destruição. Há muito sabíamos, é verdade, que um neurótico não abriga ideias de suicídio que não venham de um impulso homicida em relação a outros, voltado contra si; mas era incompreensível o jogo de forças em que tal intenção consegue se tornar ato. Agora a análise da melancolia nos ensina que o Eu pode se matar apenas quando, graças ao retorno do investimento objetal, pode tratar a si mesmo como um objeto, quando é capaz de dirigir contra si a hostilidade que diz respeito a um objeto, e que constitui a área original do Eu a objetos do mundo externo [...]. Assim, na regressão da escolha de objeto narcísica o objeto foi eliminado, é verdade, mas demonstrou ser mais poderoso que o próprio Eu. Nas duas situações opostas do total enamoramento e do suicídio, o Eu é subjugado pelo objeto, embora por caminhos inteiramente diversos.

A intenção primordial do suicida (a rigor, dos neuróticos) é um impulso homicida dirigido primariamente a outrem, sendo então posteriormente redirecionado contra si mesmo. Restava saber como uma intenção contra si mesmo se tornava de fato uma ação autodestrutiva. Foi a partir do estudo da melancolia que se percebeu que o Eu só pode destruir a si mesmo se, por meio do retorno do investimento objetal, conseguir tratar a si próprio como um objeto. Em outras palavras, se conseguir dirigir contra si próprio a hostilidade originalmente destinada a um objeto. Na opinião de Carone (2013, n.p):

[O] investimento amoroso do melancólico no seu objeto experimentou um duplo destino: por um lado regrediu à identificação, mas por outro, sob a influência do conflito de ambivalência, foi remetido de volta à etapa do sadismo, mais próxima desse conflito. Só esse sadismo resolve para nós o enigma da tendência ao suicídio, pela qual a melancolia se torna tão interessante – e tão perigosa.

Eis, enfim, o desafio enfrentado por Freud: como explicar a realidade do suicídio, sabendo que o *amor à vida* é uma força tão poderosa. Em poucas palavras, a resposta proposta por ele sustenta que as forças narcísicas e libidinais que atuam sobre as forças autoconservadoras são suficientemente fortes a ponto de romper esse elo.

7.2 ESTUDOS SOBRE MORTE E LUTO A PARTIR DE FREUD

O surgimento da psicanálise, na segunda metade do século XIX, teria sido uma resposta a uma crise então instalada no seio da prática médica. Mais especificamente, de acordo com José Artur Molina (2016), foi um modo de equacionar e tratar uma série de sintomas que estavam a desafiar o conhecimento médico de então. *As mulheres históricas*, por exemplo, por muito tempo ignoradas pela nosografia¹¹⁵médica oficial, passaram a ganhar atenção e a merecer cuidados. De acordo com Molina (2016, p. 11-12),

A partir de suas pesquisas e escuta de inúmeras pacientes -, Freud fez descobertas preciosas chegando à elaboração de um conceito-chave e propondo também um método de tratamento: o inconsciente e a psicoterapia. Ambos desencadeiam uma verdadeira revolução epistemológica, produzindo até mesmo uma subversão dos pressupostos científicos da época, indicando que novos tempos se avizinhavam.

Em boa medida, portanto, podemos dizer que o projeto psicanalítico teve início com a dor das mulheres. Anotou Molina (2016, p. 17), “Freud sempre afirmou que não considerava a psicanálise como um saber concluído; a tarefa de colocar a psicanálise num terreno onde ela possa, de fato, abandonar conceitos claudicantes e encontrar um “bom” caminho está, portanto, em aberto”.

Escrevendo sobre os primórdios da psicanálise, Sonia Leite comenta que, na obra *As resistências à psicanálise* (1925), Freud já alertava para as possíveis contribuições da psicanálise no estudo de psiquismo. Sem deixar de entrever as dificuldades intrínsecas à sua posição, o estudioso alemão situou a psicanálise a meio caminho entre a filosofia e a medicina. Nas palavras de Leite (2011, p. 38; grafia original):

Considera-se que, de um lado, alguns médicos vêem a psicanálise como um sistema especulativo e se recusam a acreditar que, apesar de suas peculiaridades, essa disciplina, como toda ciência, se fundamenta numa paciente e incansável elaboração de fatos oriundos do mundo da percepção. Por outro lado, medindo-a pelo padrão de seus próprios sistemas especulativos, os filósofos julgam-na

¹¹⁵ Nosografia: descrição metódica das doenças (Ferreira, 2009).

vinculada a premissas que carecem de clareza e precisão, como, por exemplo, o conceito de inconsciente.

A estudiosa chama ainda a atenção para a natureza multifacetada da psicanálise, conforme foi definida no ensaio ‘Dois verbetes de enciclopédia’ (1923), de Freud. O campo abarca não apenas uma ‘rede conceitual’, mas também a ‘investigação’ dos fenômenos psíquicos e o ‘tratamento’ propriamente dito. Nas palavras de Leite (2011, p. 39), “Constituindo-se, assim, uma espécie de *nó borromeano* – figura topológica introduzida por Lacan –, definidor da psicanálise que não permite a separação de qualquer um dos três termos a não ser à custa de sua estrutura”.

Na concepção da psicanalista, esse *nó* que constituiu a articulação dos conceitos, do tratamento e da investigação, pode ainda resguardar a psicanálise de dois perigos interpretativos. Comenta Leite (2011, p. 39):

Por um lado, de se transformar em mera especulação, desatrelada da experiência – o que é bem expresso na ideia corrente de que ‘Freud tudo explica’. Por outro, de se converter em uma perspectiva adaptadora cujo objetivo seria atender à demanda social.

Mais adiante, a estudiosa observa que na obra *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), Freud já afirmava que a vida humana é, desde o nascimento, constituída de perdas. “Do ato do nascimento, passando pelo desmame e pela renúncia das fezes e do falo – que simboliza o pênis” (Leite, 2011, p. 41). Significa dizer que a perda do objeto amado é um fenômeno universal – i.e., todos os seres humanos a experimentarão, de sorte que todos poderão reconstruir sua vida, agora, quem sabe, imprimindo nela uma marca própria.

Escrevendo sobre a importância do artigo ‘Luto e melancolia’, Urania Tourinho Peres (2010, p. 28) anotou: “Freud não afasta o valor das descobertas da biologia, porém aponta para uma complexidade da condição humana que elimina toda possibilidade de reducionismo de qualquer análise”.

O luto também pode ser visto dentro do campo psicopatológico. Nos séculos XVII e XVIII, por exemplo, muitos acreditavam que o luto poderia matar. Desse modo, indivíduos com diagnóstico de luto patológico deveriam ser medicados. Em 1835, o médico estadunidense Benjamin Rush receitava ópio para os enlutados. Data dessa época a expressão *coração partido*, pois se imaginava que os enlutados corriam risco de ir a óbito em decorrência de problemas cardíacos.

Nas palavras de Maria Helena Pereira Franco (2021, p. 11):

Essas primeiras visões a respeito do luto tiveram grande influência sobre a conceituação do processo, sobretudo na ênfase colocada nos aspectos emocionais e fisiológicos, o que acarretou até tempos recentes o que considero uma espécie de miopia, por ter deixado de considerar componentes sociais, culturais e espirituais na totalidade do fenômeno e ter contribuído, em grande parte, para sua patologização.

Escrevendo sobre o artigo de Freud, Franco (2021) chama a atenção para o fato de que outras concepções a respeito do luto emergiriam no contexto da Segunda Guerra Mundial. De acordo com Franco (2021, p. 28):

Em 1941, Kardiner publicou *Traumatic neuroses of war*, obra na qual aborda o sofrimento daqueles expostos a situações contínuas de risco de vida, com consequências para a saúde como um todo. Em 1944, Lindemann descreveu uma situação de luto agudo, com sua definição de luto normal, destacando os efeitos indesejáveis da repressão do luto. Foi ele quem primeiro falou sobre luto antecipatório, a partir da experiência das esposas dos soldados convocados para o campo de batalha, quando comparada ao foco de seu artigo sobre luto agudo.

Também na esteira do artigo ‘Luto e melancolia’, Maria Julia Kovács chama a atenção para a diferença entre o luto normal e o patológico. Na opinião da autora, “Para Freud, o luto é a reação à perda de um ente querido. Há uma série de reações anormais neste sujeito sem que sejam consideradas patológicas.” (Kovács, 1992, p. 158) A melancolia – ou depressão, como é mais conhecido atualmente – se instalava mais facilmente em indivíduos que apresentavam alguma predisposição patológica.

7.2.1 A morte como perda

A ideia da morte produz medo. Esse pensamento persegue a humanidade, como se fosse uma mola mestra da atividade humana destinada a evitar a fatalidade de morrer. E vencê-la diante da negação pode ser um modo de fugir do destino final do homem (Becker, 1973). Mas encarar a nossa finitude é também uma forma de valorizar a vida. A morte de uma pessoa amada é uma experiência profundamente dolorosa. E quando acontece, pode ser difícil de encontrar um sentido e uma força pra continuar vivendo. E a nossa sociedade, ao que parece, evita falar do assunto. Muitos evitam falar do assunto tão somente com medo de serem chamadas de mórbidas.

Nas palavras de Kovács (2022, p. 6, grifo do autor) “**Em pleno século 21**, a morte ainda é tabu, desconhecida, estrangeira. É aquela que convive conosco em nossa casa; com a qual nos comunicamos com certa intimidade”.

Evitar conversar sobre a morte, claro, não implica se livrar dela. Assim, quando a morte de alguém nos toca, precisamos saber como enfrentar e como viver o luto. São muitas as formas que a morte aparece em nossa vida, e cada experiência vivida é única. Ainda segundo Kovács (1992, p. 150), “A morte como perda evoca sentimentos fortes, pode ser então chamada de “morte sentimento” e é vivida por todos nós. É impossível encontrar um ser humano que nunca tenha vivido uma perda”.

A morte como perda supõe a presença e as interações entre três elementos: uma pessoa, um sentimento e um tempo. Quando ocorre de modo brusco e repentino, a morte pode desencadear certa desorganização, paralisação e impotência no enlutado. De acordo com Kovács (1992, p. 150):

As ações do cotidiano, como falar, atravessar uma rua, cuidar do outro, alimentar-se são matizadas pelo constrangimento do inusitado em duas situações: diante da própria perda e diante de alguém que perdeu alguém. Embora saibamos racionalmente que a morte é inevitável, este saber nem sempre está presente, fazendo surgir o paradoxo da morte (in)esperada. Em casos extremos a morte invade de tal forma a vida que passa a fazer parte dela.

Assim, tratar a perda tão somente como uma fatalidade diante da qual nada pode ser feito e, portanto, o assunto deve ser evitado como tema de conversa, é um ponto de vista que costuma ter consequências negativas. A perda definitiva de um ente querido gera dor; negar ou tentar abafar os sentimentos que a morte provoca é uma atitude que com frequência se volta contra o indivíduo. Nas palavras de Kovács (1992, p. 150): “Sabe-se que a expressão de sentimentos nessas ocasiões é fundamental para o desenvolvimento do processo de luto”.

Observa ainda que as manifestações diante da perda e do luto estão sujeitas a variações (e.g., rituais fúnebres variam de acordo com as tradições culturais de cada sociedade) e a modificações do tempo. Cada cultura apresenta modos diferentes de como a morte deve ser encarada e quais os procedimentos e rituais a serem cumpridos pelos enlutados. Nas palavras de Kovács (1992, p. 151, grafia original):

No século XIX, a morte romântica traz em seu bojo a idéia da morte como uma ruptura insuportável, porque representa a morte do outro. E o período das grandes explosões sentimentais, a tristeza e a dor cantadas em verso ou prosa. Era muito freqüente morrer de amor, se o outro morre, morro também. Está aí estabelecida a relação entre as perdas e o suicídio. Romeu e Julieta

são os grandes protagonistas do amor, da separação e da morte, sendo este também o grande argumento das óperas dramáticas.

Ao longo do século XX, falar da morte e do luto passou a ser evitado como um tema nas conversas, digamos, públicas. A ‘sociedade moderna’ passou a valorizar a introspecção e um controle mais rigoroso sobre as manifestações de dor ou sofrimento. Anotou Kovács (1992, p. 151):

Os rituais do nosso tempo clamam pelo ocultamento e disfarce da morte, como se esta não existisse. As crianças devem ser afastadas do seu cenário, como se esta não ocorresse. Esta supressão do processo de luto traz sérias conseqüências do ponto de vista psicopatológico. Sabe-se que muitas doenças psíquicas podem estar relacionadas com um processo de luto mal-elaborado.

O luto, observa a estudiosa, é um processo que pode ser dividido em fases, como na classificação proposta pelo psicólogo e psiquiatra britânico John Bowlby (1907-1990) (Bowlby *apud* Kovács, 1992, p. 151, grafia original):

1. Fase de choque que tem a duração de algumas horas ou semanas e pode vir acompanhada de manifestações de desespero ou de raiva.
2. Fase de desejo e busca da figura perdida, que pode durar também meses ou anos.
3. Fase de desorganização e desespero.
4. Fase de alguma organização.

Na primeira fase, o sujeito parece desligado, mesmo que apresente um nível alto de tensão. As manifestações emotivas são intensas, como os ataques de pânico e raiva. Nessas horas, a companhia de outros indivíduos se torna particularmente importante.

Na segunda fase, o enlutado costuma manifestar a vontade de ter de novo a companhia da pessoa falecida. Pode apresentar um quadro de irritabilidade ou de profunda amargura. Tomar ciência de que a perda é real e definitiva pode fazer com que a raiva reapareça. O desespero, a inquietação, a insônia e a preocupação ficam latentes. Resulta daí a desolação e a sensação de que nada tem valor. Reações contraditórias podem ser observadas – e.g., se desfazer dos pertences do (a) falecido(a) ou, ao contrário, guardar tudo aquilo como lembranças. É comum ainda o indivíduo pensar em suicídio; afinal, a vida sem o outro parece não fazer sentido.

Ao mesmo tempo, porém, um sentimento ilusório pode tomar conta do indivíduo, como se nada tivesse ocorrido. A realidade da perda e a ânsia pelo reencontro emergem como

sensações contraditórias; em momentos assim, a raiva mais uma vez reaparece. Para Kovács (1992, p. 152), “Enquanto persistir a raiva é porque a perda não foi aceita, e ainda existe uma esperança. Esta raiva é, muitas vezes, transferida para os amigos que estão no papel de consolar o enlutado, mas que indiretamente confirmam a realidade da perda”.

Nas duas fases finais, tem início um processo de aceitação da perda. O indivíduo toma ciência de que uma nova vida precisa começar. Os viúvos e as viúvas costumam desenvolver novas habilidades, atividades ou tarefas que eles ou elas até então nunca havia assumido (e.g., dirigir, limpar a casa ou cozinhar). De resto, como anotou Kovács (1992, p. 153),

Estes momentos podem trazer saudades e a necessidade da presença do outro novamente. Portanto, embora numa fase de aceitação e de novas buscas, a saudade, a tristeza podem retornar, tornando o processo de luto gradual, e nunca totalmente concluído.

7.2.2 Sobre causas e fases do luto

Assumimos diferentes papéis ao longo da vida. Todavia, como salientou o filósofo Renato Nogueira (2022, p. 10), “A vida pode ser lida a partir do enlutamento, nós podemos nos definir pelas nossas perdas”. Anotou ele (*Ibidem*, p. 11):

Em certa medida, nós poderíamos ler a nossa vida a partir das perdas. O luto pode ser compreendido como um afeto poderoso que nos atordoa, nos separando do mundo. A desconexão do mundo não deixa de ser uma forma de defesa. Ao mesmo tempo em que o luto nos informa um desgosto, ele se configura como uma forma de vivenciar a impermanência da vida.

O luto é o que ocorre quando um forte laço afetivo é rompido. Costuma ser o resultado do desaparecimento de alguém, mas pode se dar por outros choques igualmente traumáticos – e.g., uma separação conjugal, o término de uma amizade de longa data, um diagnóstico de doença grave ou mesmo a mudança para um país distante. Nas palavras de Nogueira (2022, p. 12): “É muito comum que a morte de alguém seja tida como o elemento que desencadeia o luto, mas como podemos perceber, esse conceito vai muito além”. Em outras palavras, o rompimento de qualquer laço afetivo mais profundo pode levar ao enlutamento.

O modelo de Kübler-Ross, originalmente proposto pela psiquiatra estadunidense de origem suíça Elisabeth Kübler-Ross (1926-2004), divide o luto em cinco estágios

(simbolizadas no acrônimo NRBDA ou DABDA, no original em inglês): negação, raiva, barganha, depressão e aceitação.¹¹⁶

Escrevendo sobre o modelo, Nogueira (2022, p. 12) assim se referiu ao que se passa no primeiro estágio: “um conjunto de pensamentos, memórias e bastante tristeza que pode trazer perguntas e afirmações de recusa da realidade, tais como: ‘por quê?’ ou ‘não é real! Não está acontecendo”.

No segundo estágio, o luto se manifesta por meio da raiva, um sentimento ligado a frustração. A memória tenta encontrar caminhos e alternativas que, caso tivessem sido tomados, poderiam ter evitado o desfecho trágico que resultou na morte da pessoa amada. Anotou Nogueira (2022, p. 12-3): “a hostilidade cresce à medida que os planos com aquela pessoa se tornam impossíveis, com a raiva deslocando a atenção do sofrimento”.

O terceiro estágio envolve uma espécie de negociação ou barganha. Fantasias, delírios e a construção de uma realidade paralela são comuns. O enlutado daria tudo para voltar no tempo e aí, quem sabe, impedir o desenlace trágico ou ao menos ter a chance de experimentar momentos que não foram vividos com a pessoa amada. Daí vem a culpa. Nas palavras de Nogueira (2022, p. 13): “Alguém passando por essa fase pode pensar: ‘se eu tivesse feito ela ser mais rígida na dieta, ela não teria se alimentado mal e tido um infarto”.

O quarto estágio é o da depressão. Aos menos dois tipos podem ser identificados. O primeiro é o da depressão reativa. Ocorre quando o indivíduo em questão perde o *status* que ocupava na vida de uma pessoa amada. Eis exemplo citado por Nogueira (2022, p. 13): “o pai que perde o filho único fica deprimido e reativo, porque perdeu uma pessoa amada e a sua função de pai”. O segundo tipo é o da depressão dita preparatória. Na descrição do filósofo (*idem*, 2022, p. 13), “nesse caso, a pessoa está se organizando para enfrentar o momento” ou, enfim, indo para o último estágio, “a pessoa começa a se localizar no novo quadro, reconhecendo que a perda é permanente”.

De resto, ainda alerta Nogueira (2022, p. 188) “o luto não é uma doença, tampouco uma síndrome. É um afeto que envolve emoções, sentimentos e pensamentos”. E também pode ser entendido como uma experiência variada e plural.

¹¹⁶ A versão inicial do modelo apareceu no livro *Sobre a morte e o morrer* (Kübler-Ross, 1985), cuja primeira edição original apareceu em 1969. O modelo tem sido alvo de várias críticas, notadamente a sua aparente linearidade – a ideia de que os indivíduos passam de um estágio para o outro em um sentido pré-determinado. Para um breve e recente comentário crítico, ver Corr (2019).

7.2.3 Luto na modernidade

Afinal, por que nos dias atuais nós temos tanta dificuldade em lidar com as perdas, em especial com a morte de entes queridos?

O abismo que outrora separava a vida pública e a vida privada ruiu. Atualmente, a vida íntima dos outros passou a ser não apenas motivo de especulação e fofoca, como sempre foi, mas passou a ser deliberadamente exposta e apreciada como um produto colocado à venda em alguma vitrine de Shopping Center.¹¹⁷

Mais recentemente, as redes sociais passaram a mapear e a expor a vida das *celebridades*. Nas fotos para a Rede, todos parecem estar felizes e bem-humorados e, muitas vezes, vivendo ou passeando em lugares paradisíacos. O que fazer então quando a morte bate à porta? Ou, falando de modo mais amplo, o que fazemos momentos de tristeza e dor? Como anotou Nogueira (2022, p. 25), “A tristeza, o pesar e o choro parecem doenças contagiosas terríveis das quais devemos nos proteger a qualquer custo”. Não estranha perceber que, para muitos de nós, “Perder uma pessoa amada é um choque que nos desorganiza. Muitas vezes as pessoas são levadas a supor que a tristeza é uma emoção negativa, por isso, procuram evitá-la” (*Ibidem*, p. 27).

O modo como lidamos com a morte irá afetar o modo como nós vivenciamos o luto. Nas palavras de Nogueira (2022, p. 29),

No contexto da cultura ocidental contemporânea, a morte permanece como assunto a ser evitado a todo custo e sobre o qual não se debate com naturalidade, ainda que saibamos que ela é inevitável, pois é vista como um limite. E o luto decorre dessa realidade insuperável.

A morte e o luto, enfim, não fazem parte da pauta de nossas conversas cotidianas, seja em família, em encontros com amigos ou em espaços públicos. São temas a respeito dos quais a maioria de nós é imatura, como adverte Nogueira (2022, p. 29),

Em definitivo, não temos maturidade para fazer essa discussão com a qualidade e responsabilidade que ela nos exige. A maturidade pode ser entendida como o alinhamento entre o que nós pensamos, as nossas emoções, os nossos sentimentos e as nossas atitudes. Maturidade é um estado de conexão.

¹¹⁷ Sobre o conceito de *sociedade de consumo*, ver Baudrillard (1981).

Assim, quando perdemos alguém que amamos é trauma, um choque meio que inesperado diante do qual nós não sabemos muito bem o que fazer ou como reagir.

7.2.4 Breve nota sobre o suicídio

Já que estamos a falar sobre modos de lidar com o luto, caberia aqui ao menos uma nota sobre como vivenciar o enlutamento por uma pessoa que se matou. Vale registrar que as taxas de suicídio são particularmente altas entre adolescentes e homens negros, uma diferença que tem sido associada ao patriarcado e ao racismo.

Escrevendo sobre o assunto, Nogueira (2022) comenta sobre o livro *Suicídio: estudos fundamentais* (2004) de Alexandrina da Silva Meleiro, Chiei Tung Teng e Yuan Pang Wang. Na avaliação dele:

O trabalho vai de encontro ao reducionismo, problematizando muito bem os equívocos que levam à simples condenação moral da aniquilação sem compreender o caráter multidimensional do fenômeno. Existem fatores sociais, raciais, de gênero e culturais que envolvem o suicídio. No Brasil, por exemplo, o perfil de pessoas que mais cometiam suicídio nas duas primeiras décadas do século XXI foi o de jovens negros do sexo masculino. (Nogueira, 2022, p. 191)

Mais do que nunca, diz o estudioso, precisamos discutir o tema do suicídio, até mesmo para criar ou aperfeiçoar as políticas de prevenção. Anota Nogueira (2022, p. 192), “Como em qualquer caso, precisamos de uma ética do luto. A dor da despedida não pode ser seqüestrada por um julgamento moral. É preciso avaliar eticamente”.

Mas de que maneira isso pode ser feito?

Para o estudioso, diferente da moral, a ética não nos sugere viver sob um padrão externo ou sob uma série de costumes já constituídos. Ela nos faz questionar os motivos de determinadas atitudes.

A ética do luto pode ser entendida como uma reflexão acerca da moral que nos faz preservar a nossa humanidade por meio de interações interpessoais amistosas.¹¹⁸

As considerações feitas até aqui sobre a morte e o luto serão usadas a seguir como fonte de inspiração, mas também como ferramentas, para examinar os registros que Firmina fez no *Álbum* envolvendo as suas perdas. Lembrando desde já das palavras de Ximenes (2019, p. 7): “a longevidade cobrou caro ao coração de Maria Firmina. Muito apegada à família, aos

¹¹⁸ Como exemplo, Nogueira (2022) cita a ética ubuntu.

amigos, e especialmente aos filhos de criação, teve de suportar uma série muito grande de falecimentos”.

Além das perdas, vamos apresentar argumentos a favor de certas hipóteses sobre (i) a vida afetiva da escritora, e (ii) as frustrações dela em torno de projetos importantes que não foram adiante. Fazemos isso partindo do pressuposto de que essas experiências foram traumáticas e, portanto, também podem ter desencadeado processos de luto.

No caso das mortes de parentes e amigos, a análise apresentada a seguir visa obter uma resposta para a seguinte pergunta geral: Registrar as perdas no *Álbum*, como ela fez, teria sido um modo de vivenciar melhor o seu luto?

7.3 ENTERRANDO OS SEUS MORTOS

Lidar com a morte é algo perturbador. De um modo geral, nós silenciemos ou evitamos tocar no assunto. Conforme anotou Freud (2009 [1915], p. 19), “Temos uma tendência patente para prescindir da morte, para eliminá-la da vida”. A perda de entes queridos, portando, seria uma experiência dolorosa vivida em silêncio.

Todavia, como alertou Nogueira (2022, p. 189), “não existe apenas uma ferramenta para lidar com a tristeza causada pela perda”. Firmina bem pode ter usado a escrita para dar vazão a essa questão. Os repetidos registros de dor seriam expressões do amor que sentia por cada um daqueles amigos e parentes que ela perdeu durante a sua longa vida. Embora o tema da morte percorra o *Álbum* do início ao fim, levando alguns observadores a falarem em melancolia ou mesmo em niilismo, não podemos esquecer que estamos a lidar com os fragmentos remanescentes de uma obra produzida por uma escritora – leia-se: alguém que estava acostumada a usar a imaginação e a escrita para dar vazão à sua experiência de vida.

Nesse sentido, a escritora parece ter feito do *Álbum*, entre outras coisas, um grande obituário.¹¹⁹ Deixou ali, em uma escrita rica em afetos, uma sucessão de registros que contam um pouco das perdas que teve ao longo da vida, em termos de parentes e amigos desaparecidos. Os nomes ali presentes não foram escolhidos aleatoriamente. São nomes de pessoas que foram particularmente significativas para ela. Vemos isso, por exemplo, nos pormenores dos registros. Firmina evita fazer críticas ou ressalvas; em geral, faz apenas breves comentários, quase sempre airosos.

¹¹⁹ Considera-se um obituário um texto jornalístico que foi escrito após a morte do sujeito, que se utiliza de recursos literários para narrar histórias de vidas curiosas, importantes e atraentes. Ele narra, “com extraordinário interesse, a vida de milhares de pessoas que fizeram alguma diferença — e que [são ou] não são conhecidas ou reconhecidas pela maioria dos leitores” (Suzuki, 2008, p. 291).

No que segue, foi listado o nome de todos os amigos e parentes de Firmina que faleceram e cujos nomes conseguimos identificar no *Álbum*. Incluí ainda alguns nomes que não foram citados. Esses nomes estão indicados por um [*]. A lista está organizada em ordem cronológica do ano de falecimento.

7.3.1 Um obituário de afetos

Ana Joaquina Cabral Viana (?-1858). – É o nome que aparece no primeiro registro de despedida, datado de 10/08/1858. Era uma grande amiga, como ela própria anotou: “Ana Joaquina Cabral Viana como eras cara ao meu coração!!” (RaMF, p. 173). Como um modo de marcar para sempre essa perda, a escritora dedicou a ela versos de Almeida Garret, poeta português que tanto admirava: “*Rosa, rosa de amor/purpúrea e bela./Quem entre os goivos te esfolhou da campa?*” (Garret *apud* RaMF, p. 173).

Pouco ou nada se sabe sobre a vida dessa amiga – e.g., se deixou marido ou filhos. Mas a reação de Firmina pelo desaparecimento da amiga mostra o quanto elas eram próximas. Na opinião de Ana Claudia Quintana Arantes (2019, p. 195):

A primeira coisa a dizer é que a pessoa que morre não leva consigo a história de vida que compartilhou com aqueles que conviveram com ela e para quem se tornou importante ao longo de sua vida. Não existe a possibilidade de haver uma morte absoluta, de desintegração de todas as dimensões de um ser humano cuja existência teve algum sentido na vida de outros seres humanos. Quando a morte acontece, ela só diz respeito ao corpo físico.

Essa impressão, no então, não parecia suficiente, a ponto de preencher os vazios que Firmina trazia consigo naquele momento. O luto era recente e ela estava disposta a dar tudo o que tinha para reaver a pessoa amada, tendo a chance de viver mais alguns instantes na presença dela.

O vínculo rompido foi lembrado e vivido reiteradas vezes por episódios de lamentações e lágrimas. Lágrimas que, segundo ela (RaMF, p. 183), “nos seguem amargas e pungentes no caminhar da vida ao túmulo”.

Vicente (?-1859). Foi a segunda perda registrada. Era filho de Guilhermina, que na época era escravizada da mãe de Firmina. Consta em cartório um documento informando o

dia da morte dele: “Registro de óbito de ‘Vicente, crioulo’, 16/02/1859” (Gomes, 2022, p. 159).¹²⁰

Guilhermina, a quem Firmina se referia como *irmã querida*, tinha então 25 anos de idade. Além de Vicente, ela teve outros quatro filhos:¹²¹ Maria Amélia de Avelar (1856-?), Otávia Augusta Avelar (1858-1902), Leonor Adelaide Cabral (?-1901) e Miguel (1867-1901). Não sabemos precisar se Vicente era o seu primeiro filho, mas há informações no *Álbum* de que ele faleceu cedo, ‘na flor da idade’, e de modo repentino.

A dor de Guilhermina pela perda de Vicente deve ter sido aguda. Nada devia consolar ou aliviar a sua dor, exceto, talvez, a lembrança de sua luta para evitar a morte do filho.

A entrada no *Álbum* daquele dia ostenta o título de *Um suspiro... uma recordação!* A tristeza de Firmina é notável. O que não é nada surpreendente, visto a proximidade das famílias e o forte vínculo afetivo que ela nutria por Guilhermina. Ela viu o corpo de Vicente, sobrinho afetivo isso foi um choque. Anotou: “Eu o vi morto, e meus olhos não acreditavam! Sofri uma ^{ooo} dor; mas resignei-me, porque foi a vontade de Deus!...” (RaMF, p. 174).

As lembranças dos últimos contatos com a criança ficaram em sua memória. Não é difícil imaginar o esforço de Firmina em acolher e confortar a sua irmã querida. Um esforço que, no fim das contas, era alimentado pela sua fé. A fé religiosa pode ser importante no luto. Sobretudo nos primeiros momentos, quando o enlutado costuma experimentar uma sensação de vazio muito forte.

Para nós, humanos, a morte ainda envolve grandes mistérios. Quem morre desaparece da nossa vida. E nós simplesmente não sabemos o que acontece depois da morte. Acreditar ou não em vida após a morte é uma questão de fé. Uma fé que Firmina manteve durante toda a sua vida.

Para entendermos a resignação dela – i.e., encarar a morte de Vicente como a expressão da vontade de Deus –, valeria a pena entender melhor a origem e o significado de tal atitude. Na opinião de Mary-Frances O’Connor, por exemplo, é importante distinguir entre

¹²⁰ Firmina (RaMF, p. 174) anotou, “[...] era o dia 15 de fevereiro. [...]”.

¹²¹ Quatro comentários extraídos de Gomes (2022). (1) Maria Amélia Avelar foi batizada por Theodoro José da Silva e Balduína Amélia dos Reis. De acordo com (RaMF, p. 196), “Filhos de Maria Amélia Avelar nasceram: Leude, a 12 de outubro de 1883 – Hugo, a 12 de junho de 1889”. Também era chamada por Firmina de Mariazinha. (2) Otávia Augusta Avelar foi batizada por Joaquim Coelho de Souza e Protetora Nossa Senhora. De acordo com RaMF (p. 196), “Filhos de Otávia Augusta de Avelar nasceram: Vanda, a 7 de setembro de 1881 – Oton, a 7 de dezembro de 1882”. (3) Não encontramos informações sobre data de nascimento ou de batizado de Leonor. De acordo com RaMF (p. 196-197, grafia original), “Filhos de Leonor Adelaide Cabral nasceram: Artur, a 6 de janeiro de 1889 – Antonio, a 21 de dezembro de 1890 – Guilhermina, a 12 de janeiro de 1892, Djalma, a 30 de junho de 96”. (4) Miguel (?) foi batizado por Luis Cosson Filho e Maria Firmina dos Reis.

a aceitação da morte e a resignação. Aceitar a perda é reconhecer que o desaparecimento de quem morre é definitivo. Nada que façamos a trará de volta.

Nas palavras de O'Connor (2023, p. 184-185):

Aceitar é focar na vida como ela é agora sem a pessoa que morreu, mas sem esquecer-se dela. A resignação vai um passo além e sugere que seu ente querido se foi e por isso você nunca mais será feliz. Isso implica que só há consequências negativas para a morte. Aceitar é uma simples consciência da realidade, com a esperança de que a verdade do momento presente possa ser significativa ou dura, alegre ou desafiadora. A esperança é uma parte fundamental da psicologia humana quando as pessoas têm apoio e tempo suficientes.

A psicóloga estadunidense também diferencia “aceitar” de “aceitação”. Aceitar sugere uma condição que traz uma mudança permanente na forma que a situação é vista. Aceitar uma perda, mesmo com todas as dificuldades imediatas, é uma atitude que acaba trazendo benefícios posteriores ao enlutado. Nas palavras de O'Connor (2023, p. 184),

A evitação – tentar contornar o fato de que a morte aconteceu – é trabalhosa. Evitar os sentimentos esmagadores de tristeza, motivado pelo quanto você os odeia, requer esforço. Aceitar, por outro lado, não tem nada a ver com o odiar ou não o fato de seu ente querido ter morrido. É simplesmente reconhecer a realidade e interromper a reação aí. Sem ruminar, sem resolver problemas, sem raiva, sem protesto – apenas aceitando a forma como as coisas são.

Em suma, a chave não está em negar ou em evitar o assunto. Não se trata disso. Como afirma ainda O'Connor (2023, p. 186), “Trata-se de perceber como se sente naquele momento, deixar as lágrimas virem e depois deixá-las irem embora. Saber que o momento de luto vai ser avassalador, sentir o familiar nó na garganta e saber que ele vai desaparecer. Como a chuva”.

Engrácia Romana da Paixão (1778-1859). Em 19/04/1859, transcorridos apenas dois meses desde a perda anterior, Firmina anotou: *Uma lágrima!* O dia estava bonito, mas ela havia perdido a avó materna e sentia uma aflição no peito. Firmina morava com Engrácia desde a infância, em São Luís. Cabem aqui as palavras de Arantes (2019, p. 196):

Quando perdemos definitivamente a conexão com alguém importante, alguém que para nossa vida representou um parâmetro de nós mesmos, é como se nos privássemos da capacidade de reconhecer a nós mesmos.

Nas lembranças de Firmina, a avó cuidava das flores do jardim com esmero. Podemos imaginar Engrácia presenteando Firmina, a irmã e a prima com histórias que envolviam a ancestralidade da família. A sua ausência, portanto, traria um enorme vazio na vida de todos.

Apesar da idade avançada, a perda de uma pessoa amada é sempre dolorida. O caráter definitivo da morte nos trás sofrimento e angústia. Nas palavras de Chimamanda Adiche (2021, p. 41, grifo do autor): “O LUTO NÃO É ETÉREO; ele é denso, opressivo, uma coisa opaca. O peso é maior de manhã, logo depois de acordar: um coração de chumbo, uma realidade obstinada que se recusa a ir embora”.

Engrácia era uma pessoa forte e que teve uma vida intensa, tanto de um ponto de vista negativo (foi escravizada) como positivo (ao conseguir ser alforriada e dar educação aos filhos). A vida dela, assim, pode-se presumir, deve ter marcado a vida de muita gente. Sua morte, portanto, deve ter provocado alguma convulsão. Podemos imaginar uma cerimônia fúnebre a varar a noite; parentes, comadres e amigos a trocar histórias e recordações. Muitas conversas e risadas; por fim, na hora de lacrar o caixão e deixar o corpo ir, a tristeza e a angústia voltam a temperar a saudade e se impõem entre os presentes.

Firmina tinha então 34 anos. Já trabalhava como professora em Guimarães. O seu livro *Úrsula* estava concluído e prestes a ser publicado. Ela já tinha contatos no meio literário e o seu nome já devia circular entre os jornais da capital.

Renato (1862-1863) foi a primeira criança que ela adotou. Não se sabe exatamente o que levou a criança ao óbito. Naquela época, porém, a população da vila era desprovida de qualquer assistência médica adequada. A mortalidade infantil era muito elevada, como anotou Gomes (2022).

A perda dessa criança foi particularmente sofrida para ela, que ainda alimentava uma grande expectativa de ser mãe. Ver uma criação tão precocemente interrompida a deixou inconformada. Ela escreveu: “Perdoai-me Senhor; mas me criaste tão fraca, tão sensível a dor!!! Saudades! quantas não tenho eu dele?!” (RaMF, p. 178).

Compôs o poema *A um anjo* como uma maneira de eternizar a memória do filho. Eis um fragmento: “Ó desce um momento, meu anjo de amor, e traz-me um sorriso que abrande o tormento de meu coração! // Fragrância da flor do meu paraíso se infiltre em minha alma, frescura na calma consolo à aflição” (RaMF, 179).

Quando Renato ainda estava aos cuidados dela, Firmina decidiu adotar outra criança. Dessa vez, porém, tratava-se de uma menina. A qual, no entanto, parecia destinada a ir morar em outra cidade. Nas palavras de Firmina (RaMF, p. 178):

Sinhá ignora o nome ainda. O nome que terá na pia batismal a inocentinha criança que me foi confiada por pessoa que por ela se interessava em Alcântara, a 30 de janeiro de 1863. Talvez um dia a reclamem seus pais: foi essa condição com que me confiaram.

Levando em conta as frequentes referências no *Álbum*, é de se presumir que ela dedicou a Sinhá toda a sua vocação maternal. Ao ser batizada, em 02/02/1864, a menina recebeu o nome de Maria Amália Reis da Costa Goulart. Conforme atesta documento encontrado por Gomes (2022a, p. 151, grafia original): “Registro de batismo da ‘inocente Maria’, nascida a um de fevereiro do anno passado, filha de pais incógnitos. Foram os padrinhos José Marianno da Costa e Maria Firmina dos Reis”.

Maria Amália e Sinhá eram, portanto, a mesma pessoa. É bem possível que Firmina ainda vivesse o luto por Renato, mas precisava seguir em frente, sobretudo após a adoção de uma nova criança. Como anotou Arantes (2019, p. 195), “A dor do luto é proporcional à intensidade do amor vivido na relação que foi rompida pela morte, mas também é por meio desse amor que conseguimos nos reconstruir”.

Maria Amália (Sinhá) era filha de Balduína. Ao mesmo tempo, porém, a menina era filha de criação e prima em segundo grau de Firmina.

Dito isso, ao menos duas questões ainda precisariam de respostas: Por que Balduína não criou a própria filha? Estando ciente de que a menina era filha de Balduína, por que Firmina fez constar no registro de batismo que Maria Amália seria filha de *pais incógnitos*?

Benjamin (?-1864). Em 27/02/1864, dias antes do batizado de Sinhá, um menino de nome Benjamin veio a falecer. Segundo Gomes, tratava-se de um filho adotivo. Em sua breve existência, de acordo com o registro de Firmina, a criança padecia de alguma doença grave. Nas palavras dela, “[D]epois de longo e bem penosos sofrimentos. Deus se apiede de sua alma – a terra lhe seja leve” (RaMF, p. 179).

Nesse registro que fez do menino, Firmina escreveu como se estivesse a contar a história de uma pessoa que estava a acompanhar de perto e que teve um final de vida triste. O teor do registro é bem diferente dos que foram dedicados a Sinhá e Renato, por quem ela demonstrava um apego mais forte.

Levantamos aqui a hipótese de que Benjamin seria uma criança que vivia em algum orfanato, assim como as meninas Edeltrudes e Juliana, que ela cita (RaMF, p. 173). Entre os documentos encontrados por Gomes (2022a), não há referência a esse menino.

Diante do longo sofrimento do menino, Firmina deveria se sentir impotente por não conseguir fazer nada. Como anotou Kovács (1992, p. 155),

No caso de doenças graves, em que houve um período longo de cuidados com o morto, é provável surgirem outros sentimentos. Nestes casos pode ocorrer o que se chama de ‘luto antecipatório’. O processo de luto ocorre com a pessoa ainda viva [...]. A pessoa ainda não morreu, mas estas perdas já têm de ser elaboradas, com ela ainda viva e de ambos os lados.

Leonor Felippa dos Reis (1800-1866) [*]. – Já dissemos que Leonor faleceu com 60 anos de idade. Portadora de hepatite crônica, ela tinha uma a saúde debilitada, razão pela qual Martiniano levou a escravizada Lauriana para fazer os serviços da casa.

Toda doença pode ser vista como uma ameaça à vida. E uma doença crônica é quase um aceno à morte (Kovács, 1992, p. 226). E o aceno à morte provoca medo e ansiedade, não só para o doente, mas também para os familiares. A estudiosa faz uma distinção importante:

De maneira geral, a ansiedade é associada a um sentimento difuso, sem uma causa aparentemente definida. Já o medo é geralmente ligado a uma causa mais específica. No caso da morte, porém, esta experiência é tão ampla e universal que se poderia pensar em ansiedade e medo de forma similar. Segundo Hoelter (1979) a ansiedade pode ser definida como um estado geral que precede uma preocupação mais específica do homem com a morte. Verificou-se, então, que pessoas que têm um nível maior de ansiedade apresentam mais medo da morte, ou seja, o medo da morte evoca ansiedade. (*Ibidem*, p. 14)

Os seres humanos temem a morte por diferentes motivos, como, por exemplo,

1. A morte do outro: O medo do abandono, envolvendo a consciência da ausência e da separação.
2. A própria morte: A consciência da própria finitude, a fantasia de como será o fim e quando ocorrerá
(Kastenbaum *apud* Kovács, 1992, p. 15).

O medo da morte também pode trazer o medo da solidão, ao se perder uma pessoa amada; o medo do desconhecido; o medo do que possa vir a acontecer com os dependentes no futuro; o medo generalizado pelas perdas e pelos projetos de vida que permanecerão inacabados.

Até certo ponto, porém, o medo da morte pode ter um lado positivo, ao nos proteger de riscos destrutivos e autodestrutivos. É necessário, pois, encontrar um meio-termo entre a ousadia irresponsável que nos leva a cair no abismo e o medo paralisante que nos mantém preso à cama. Como aponta Kovács (1992, p. 26),

Todo ser humano é obrigado a se confrontar com esse dilema, como o viverá, porém, vai depender em parte de sua história de vida, das características de sua personalidade, mas também de seu esforço pessoal para enfrentar essas questões. Podemos concluir, portanto, que o homem é responsável pela sua vida e pela sua morte.

Embora não haja no *Álbum* nenhum relato sobre o quadro de doença e o falecimento da mãe, Firmina deixa claro o grande afeto que nutria por Leonor. Em termos semelhantes ao que ela usou em *Cantos à beira-mar*: “[D] aquela que eu amei, mais que a mim própria [...]” (RaMF, p. 189).

Firmina estava com 41 anos quando perdeu a mãe. Anteriormente, já havia perdido filhos e a avó. Mesmo com a dor e o coração despedaçado pelo novo luto, ela precisava continuar sua vida – ministrar aulas, escrever, cuidar da filha. Por ela mesma, claro, mas também por quem estava ao lado e tanto dependia dela.

Engrácia e Leonor eram o seu porto seguro. Um buraco havia sido cavado em seu peito. Como iria preencher aquilo?

A rigor, o luto nunca acaba, pois esse vazio nunca é preenchido. Isso vale para cada um de nós – o luto que experimentamos por uma pessoa específica é para sempre. Como anotou Arantes (2019, p. 197):

Quando morre uma pessoa amada e importante, é como se fôssemos levados até a entrada de uma caverna. No dia da morte, entramos na caverna, e a saída não é pela mesma abertura por onde entramos, pois não encontramos a mesma vida que tínhamos antes. A vida que será conhecida a partir da perda nunca será a mesma de quando a pessoa amada estava viva. Para sair dessa caverna do luto é preciso cavar a própria saída. Por isso dizemos que existe um trabalho, algo ativo, construído em direção a uma nova vida. Cavar a saída da caverna do luto demanda ação, força, esforço. E as pessoas enlutadas sentem um cansaço intenso, existencial e físico. Não é possível convocar alguém para entrar conosco nessa caverna e cavar a saída para nós. A reconstrução da nossa vida, ou seja, o reencontro com o sentido dela a partir da perda de alguém muito importante, se dá ao longo do processo de luto.

Na opinião do estudioso, a tarefa mais difícil no processo de luto é restabelecer o vínculo com quem se perdeu por meio de uma experiência compartilhada com outras pessoas. Como sugere Arantes (2019, p. 197), “A revolta, o medo, a culpa e outros sentimentos que contaminam o tempo de tristeza acabam prorrogando a nossa estadia na caverna e podem nos conduzir a espaços muito sombrios dentro de nós”.

Nesse processo de reconstrução, certas pessoas podem ajudar o enlutado. Essas pessoas, ressalta Arantes (2019), devem ter em mente que, no processo de luto, a dor do outro

não tem um prazo certo para acabar. O tempo de duração do luto pode variar de pessoa para pessoa. Pois cada um de nós tem as nossas próprias exigências em termos de reorganização psíquica.

A pressa e a superficialidade são traços característicos da sociedade contemporânea. Em tal conjuntura, as interações interpessoais, a vida familiar e as implicações daí decorrentes, como é o caso do luto, são muitas vezes tratadas como mera perda de tempo. Para Arantes (2019, p. 199), “A maioria das pessoas não sabem lidar com a tristeza. [...]. Querem abreviar o tempo da dor”. Mas a dor deve ser encarada. A negação só trará sofrimento posterior.

De acordo com a estudiosa, o aprendizado do luto leva tempo, pois está implícito o apego pelo ente querido. Quem escutar um amigo não deve se frustrar ao ver que ele continua enlutado apesar da acolhida. É importante dar apoio, amor e carinho, mesmo sabendo que a dor do enlutado não irá desaparecer de uma hora para outra. É uma via de mão dupla: testemunhar, compartilhar e ouvir a dor do enlutado faz com que este se sinta amado, mas faz também com que os amigos que escutam percebam que são capazes de amar. É um desafio, pois requer paciência, atenção e amor.

Seres humanos são mortais. O sofrimento que acompanha a perda de alguém, portanto, parece ser inevitável. Mas podemos (e devemos) reagir a essas circunstâncias com mais habilidade e compreensão. O desafio é a sabedoria.

Após a perda da mãe, Firmina deve ter experimentado um misto de sentimentos (tristeza, desamparo, raiva) durante os anos que se seguiram. O modo como ela se refere a Leonor em suas obras (*Álbum e Cantos à beira-mar*) nos dão pistas sobre isso.

Mas também podemos deduzir que havia diferenças relevantes entre mãe e filha. Exemplo emblemático é a passagem em que Leonor insistiu para que a filha fosse tomar posse como professora suspensa em um palanquin. Firmina decididamente se negou a fazer isso, alegando, segundo Morais Filho (1975, p. 238), que “Negro não é animal para se andar montado nele!”. Entre familiares e amigos, ainda conforme Morais Filho, essa atitude ilustraria a personalidade forte da escritora, embora aqui talvez devêssemos relativizar as diferenças de perspectiva. Para Firmina, mas talvez não para muitos à sua volta, o simbolismo envolvido na situação – ocupar assento e ser conduzida em um meio de transporte usado à época por mulheres brancas abastadas – seria algo por demais constrangedor.

Caetana (?-1872). Na data de 01/02/1872, ela fez um registro de despedida de Caetana, uma amiga que morreu ainda muito jovem, tendo vivido talvez não mais do que

“vinte primaveras”. Anotou a escritora: “Deixa gravar o teu nome neste álbum, como lembrança indelével da amizade que te consagrei!” (RaMF, p. 186).

O registro é feito em tom poético. A dor pela perda é transformada em lágrimas de saudade que Firmina derramara sobre o peito gelado da amiga morta. Esta, por sua vez, envolta pelo manto da morte, não tem como responder. Nas palavras da escritora, “ao menos lá no seio do Senhor acolhe a expressão sincera da minha saudade” (RaMF, p. 186).

Embora fale de amizade, a autora não dá ali maiores detalhes sobre Caetana ou sobre a relação entre as duas. Anota apenas que “Foste filha, esposa e mãe; mas cortada em flor a tua existência, és hoje presa dos vermes” (RaMF, p. 186).

Quando alguém que amamos morre nos perguntamos, segundo Fabrício Carpinejar (2023, p. 203), “como pode alguém estar aqui e não mais estar? Não existiram mais os finais de semana, as férias, as viagens. O futuro é passado”.

Destacar os papéis sociais que a jovem exercia em vida talvez tenha sido o modo de a autora indicar que parte da normalidade costumeira desmoronou. Afinal, sempre que morre alguém, parte do universo desmorona – ou, como anotou Carpinejar (2023, p. 215), “O universo morre com o falecido”.

Uma jovem (?-1872). O registro *Uma lembrança* está sem data, mas no corpo do texto consta que o que é descrito ali teria ocorrido em 15/5/1872. Em linhas gerais, o teor do registro é semelhante ao que foi dedicado a Caetana. Em ambos os casos, o tom poético e, principalmente, a falta de mais informações sobre as falecidas, nos levam a pensar que os registros foram escritos com fins experimentais ou seriam apenas esboços.

Dessa vez, tendo estado no velório de uma donzela, anotou Firmina (RaMF, p. 187):

Deus quis que eu visse, um dia, um dos seus anjos adormecidos, no regaço álgido da morte: um dos anjos, que apenas se apartam um instante do céu e nostalgia mórbida as arrebatam e transporta ao éden da bem-aventurança um dos seus anjos, que adormeceu para sempre sobre a terra, porque despertaram no céu, ao som da poética harmonia dos cânticos celestes. [...]

Dada a sua beleza, ela deveria em vida ter arrebatado o coração de muitos mancebos à sua volta. Agora, porém, a beldade de outrora estava reduzida a um corpo frio estendido sobre o mármore. Era um cenário lúgubre.

Firmina registrou o comportamento atordoado da irmã. Que estava descontrolada, a chorar sobre um corpo que não mais respirava. O choro convulsivo ecoava pelas paredes do necrotério, como uma melodia de soluços ininterruptos. “Como isso foi acontecer logo

comigo? Eu não merecia!”, diria Carpinejar (2023, p. 193), “É natural reagir assim. Ninguém merece ser subtraído de um afeto. Não há justiça no ciclo natural da existência”.

Durante a cerimônia, a escritora disse ter identificado uma expressão indefinível estampada na face da jovem morte. O que lhe deu a impressão de ser algo “místico e sedutor, que fazia nascer as crenças na alma já fria pelo ceticismo do século” (RaMF, p. 188).

A escritora, que como já vimos era uma pessoa religiosa, estaria se referindo a certo ceticismo próprio da época ou, sobretudo, próprio dos meios intelectuais que ela conhecia, ainda que não frequentasse (e.g., os salões literários de São Luís ou mesmo da corte). Em determinado momento, de acordo com o que ela anotou no *Álbum*, Firmina imaginou o anjo pálido da morte a amparar com as asas aquela jovem, que seria na verdade um anjo meigo a sofrer na Terra com saudades do Céu.

Isidoro (?- 1872). Em 28/05/1872, a entrada *Souvenir!* registra a morte de Isidoro, um ex-escravizado. Filho de Lauriana e irmão de Guilhermina, ele havia recebido a carta de alforria de Leonor, em 01/06/1863. O afeto de Firmina por ele era grande, como se fossem irmãos. Nas palavras dela: “eu que vivi contigo, nos anos dos sorrisos e nos também em que tudo se converte em prantos; eu que denotava afeto quase fraternal; apenas hoje pude gravar teu nome nas páginas deste livro” (RaMF, p. 189). Na mesma página, ela anotou mais: “Aqui é que está o nome de minha mãe que também voou para Deus, daquela que eu amei, mais que a mim própria – daquela que foi também a tua segunda mãe” (*Ibid.*).

Ao final, se despede do irmão querido afirmando a crença de que um dia irá reencontrá-lo. Nas palavras de despedida, nos parece que Firmina já havia aceitado os fatos, mais ou menos nos moldes do que Kovács (1992, p. 157) caracteriza como luto saudável, a saber:

O que se define como luto saudável é a aceitação da modificação do mundo externo, ligada à perda definitiva do outro, e a conseqüente modificação do mundo interno e representacional, com a reorganização dos vínculos que permaneceram.

Assim, a morte de alguém pode funcionar não só como aviso, mas também como um alerta – e.g., nós ainda podemos, quem sabe, ampliar ou ao menos estreitar os afetos que restaram. Como se o reconhecimento daquilo que faltou realizar com quem partiu despertasse em quem fica novos anseios de conexão (Carpinejar, 2023).

Vicente Cabral (?-1874). Ele faleceu em 04/01/1874, embora o registro tenha sido feito no dia seguinte. Firmina se refere a ele como uma pessoa querida e estimada pelos

amigos. Apesar das lágrimas e dos inúmeros lamentos durante o velório e a cerimônia de sepultamento, aos olhos de Firmina nenhum dos presentes parecia estar tão profundamente abalado.

A rigor, a inclusão do nome de Vicente Cabral no *Álbum* parecia ter uma dupla função. Em primeiro lugar, registrar a memória de um contemporâneo que fazia parte do ciclo de amizades dela. Além disso, ela parecia querer dar voz a alguém que estava emudecido. Nas palavras dela (RaMF, p. 186): “Eu que também lhe dedicava estima, e que lhe era grata, procuro salvá-lo do olvido escrevendo seu nome nas páginas deste álbum”.

Amigos (1877). Há outros registros da morte de amigos, deixando transparecer a relação afetiva que Firmina tinha com essas pessoas. Nas palavras dela,

Quantas cenas de morte têm enlutado nossos corações neste fatal mês de junho de 77!... No dia 2 morreu Valentina de Azevedo, no dia 14 sua irmã Dudu. Clemente no dia 15, e no dia 18 seu Mundico Serrão. A terra lhe seja leve!...¹²² (RaMF, p. 191)

Mais adiante, na mesma página, a escritora se mostra transtornada com o falecimento, em curto espaço de tempo, de outro integrante da família Azevedo. Anotou ela: “hoje 20 ainda uma outra deixou a vida – Candinha de Azevedo! Que fatalidade persegue esta família...” (RaMF, p. 191).

Quando alguém morre, o comportamento dos enlutados se torna disperso e desconexo. No velório recebem pêsames, abraçam familiares e amigos, tomam as providências legais necessárias; no fim do dia, porém, mal se lembram de alguma coisa. Como escreveu Carpinejar (2023, p. 180), “Muitos nem se lembram de como conseguiram fazer o velório e o enterro, de como foram capazes de enxergar a burocracia do desenlace. Encontram-se no automático, sem emoção, sem pensar muito, completamente anestesiados de emoção”. E mais: “É como se houvesse um clone do sofrimento, um sócia vivendo no nosso lugar enquanto não desfrutamos de condições de responder pelos nossos atos”.

Isso ocorre porque não estamos inteiramente ali. Podemos estar fisicamente perto do falecido, mas estamos a navegar pelo mar turbulento das lembranças, quase sempre longe de nós mesmos.

Filhos de amigos (1879). Nos dois anos seguintes, a escritora registra a morte de três crianças. Nas palavras dela, “Mundico de Seu Silvino morreu na terça-feira dia 4 de

¹²² A expressão “A terra lhe seja leve!” aparece ao menos seis vezes no *Álbum*.

novembro de 1879, pelas 2 horas da madrugada. O de Ana Paca no dia 2 do mesmo mês, e a de seu João Damaso no dia 9, e sepultou-se a 10. Três anjos de dois a nove” (RaMF, p. 192).

Como desconhecia o nome das crianças que morreram, Firmina procurou relacioná-los aos nomes dos familiares que conhecia. Como o caso de João Dâmaso, que exerceu o cargo de vereador na vila e cujo nome era João de Azevedo e Silva (Gomes, 2022a).

Martiniano José dos Reis(?-1880) [*]. E o que dizer do tio Martiniano? Embora não haja no *Álbum* nenhuma menção a ele, como foi dito no Cap. IV, ele e Joanna se casaram em 26/04/1841. O casamento não durou e ele foi viver com Luíza Gonzaga Nogueira, com quem teve 14 filhos.

Foi Martiniano quem ajudou Firmina a comprovar a idade à época da investidura no cargo de professora. Quando se mudou para Guimarães, no segundo semestre de 1847, ela foi morar na casa dele. A mesma casa onde ela depois implantaria a sua sala para dar aulas.

A escritora dedicou ao tio o poema *O lazarento*, incluído em *Cantos à beira-mar*. Eis um trecho (Reis, 2017, p. 96):

Por lá no mais fundo de sua alma,
Lá nas dobras do peito amargurado,
Doloroso pungir de mil desditas,
De duras privações, de longas dores
O mesquinho existir lhe vão minando...
Agudo espinho de cruenta angústia
Penetra-lhe incessante o peito opresso,
Por contínuo sofrer – úlcera todo!...
Mas, a dor que seus membros enregelam,
A dor, que não tem prantos que a mitiguem
A dor, que funda rasga-lhe as entranhas,
E cava o seu sepulcro... a dor, mas agra,
Que ao mísero consome em seu desterro,
Não é ainda assim físicos males,
Úlceras, que destroem... é dor mais lenta,
Mais cruciante – a de viver sozinho,
De todos desprezado... arbusto triste,
Que em terra pedregosa habita ermo.

O poema deixa a impressão de que Martiniano era mesquinho e amargo e, por extensão, um sujeito solitário e infeliz. Em poucas palavras, o tio seria alguém de temperamento difícil.

Não sabemos se houve algum desentendimento explícito entre os dois, a ponto de levar a sobrinha escrever os versos acima. Todavia, temos ao menos uma pista. Com data de 02/02/1861, Maria Firmina registrou que ela, a mãe e Amália se mudaram para a casa ao lado, que desde 1860 pertencia à tia Henriqueta.

Revela explicitamente o anseio de que os novos ares lhe tragam alguma felicidade; nas palavras dela: “Sexta- feira 11 de janeiro de 1861, dia em que viemos habitar esta casa. Deus permita que nela eu seja mais feliz e que a tranquilidade visite o meu coração. Difundi Senhor a vossa graça sobre nossas cabeças. Amém” (RaMF, p. 175).

A crença em Deus era uma força que a confortava e a amparava nas horas mais difíceis. A palavra resignação está associada à sua religiosidade. Suspeitamos que Firmina deva ter registrado a morte do tio no *Álbum*, por mais que tivesse alguma mágoa. Seria um modo de sanar feridas e amenizar a perda.

Adelsom da Costa Goulart (1883-1883).¹²³ – A morte ceifou, dessa vez muito precocemente, outro membro da família. Estamos a falar agora de Adelsom, filho de Sinhá (Maria Amália). O registro oferece algumas informações sobre o ocorrido, a saber:

Adelsom, filho de Sinhá, nasceu a 24 de maio de 1883, numa quinta-feira, dia de Corpo de Deus. Criança gentil, simpática, bonita. Não se criou. Morreu a 21 de novembro do mesmo ano. Estava há onze dias com erisipela nas pernas; ^{oo} por efeito de ópio em grande quantidade. Uma hora depois que tomou a droga fatal caiu em espasmos, e torpor, e doze horas depois expirou. (RaMF, p. 192, grafia original).

Como se vê, a criança morreu com apenas 8 meses de vida. Maria Amália (Sinhá) teve oito filhos, mas parece que Adelsom foi o primeiro. Muito apegada a essa filha, Firmina não deixou de registrar de modo poético o seu prantear.

Nas palavras dela (RaMF, p. 192, grafia original):

Dum funesto, e triste engano
Foi a vítima inocente:
Foi triste rosa esfolhada
Sobre uma campã recente;
Sons plangentes de uma lira
Que ^{ooo} de dor suspira

Adeus, meu doce anjinho, adeus Adelsom!
Águia nevada, remontando aos Céus;
Nunca da terra uma lembrança amarga,
Ledos folgares, ledos brincos teus.

Embora tenda a seguir determinados padrões (Nogueira, 2022), o luto é uma experiência absolutamente particular. Para Carpinejar (2023, p. 156)

¹²³ Gomes (2022a, p. 178) grafou Adelson.

Você pode chorar gritando ou calado, pode chorar se confessando ou não tocando no assunto, pode chorar procurando a multidão ou preservando o isolamento. E nem por isso, significa que vem sofrendo mais ou menos.

Podemos imaginar Firmina tentando buscar palavras para confortar a dor da filha, então com apenas 20 anos. Anos antes, ela própria havia perdido Renato. Ambas estariam, assim, interligadas por uma experiência trágica em comum.

Firmina sabia o quanto dói perder um filho. Sabia também que devia acolher Sinhá com paciência e generosidade, pois o luto é um processo necessário para se retomar a vida mais adiante. Mesmo tendo Maria Firmina ao seu lado, Sinhá não iria se livrar da solidão que o luto provoca. Mesmo com a companhia e o apoio de familiares e amigos, a dor da solidão tende a se impor. Como aponta Carpinejar (2023, p. 123), “O fim de uma vida mexe com o nosso jeito de entender os relacionamentos. Você busca seus semelhantes, quem possa respeitar o seu silêncio, quem interceda por sua comunicação falhada. Aproxima-se de uma imensa tribo de pessoas sozinhas como você”.

A sensação de invisibilidade também costuma estar presente, como se a dor do luto provocasse um apagamento do eu na sociedade.

Guilhermina Amélia dos Reis (1834-1884). O Ceifador não dá descanso. Em 24/7/1884, Maria Amélia (Mariazinha) e Miguel, filhos de Guilhermina, foram buscar Maria Firmina em Maçaricó. A notícia era que a “irmã querida” estava mal de saúde em Guimarães. Após quase quatro meses de prolongada enfermidade, Guilhermina falece em 05/11/1884. O lamento na abertura do poema *Saudade* resume bem o afeto mútuo que foi selado quando elas ainda eram crianças: “Dediquei-lhe amizade sincera desde os seus, e os meus primeiros anos. A terra lhe seja leve!” (RaMF, p. 192).

A diferença de idade entre as duas era de nove anos. Como foi dito antes, até os 29 anos de idade, Guilhermina viveu na condição de escravizada de Leonor, quando finalmente a mãe de Firmina resolve satisfazer o desejo da filha. Ainda que não por inteiro: Guilhermina trabalhou para Leonor até os seus últimos dias desta. Só então, de fato, passou a usufruir a sua liberdade.

A trajetória de Guilhermina nos lembra de uma passagem de *Úrsula*, quando Túlio ganha a carta de alforria de Tancredo. O jovem alforriado fala de sua liberdade para a preta Susana, mas esta, um tanto cética, um tanto incrédula, lhe pergunta: “– Tu! Tu livre? Ah, não me iludas! – exclamou a velha africana abrindo uns grandes olhos. – Meu filho, tu és já livres?” (Reis, 2022, p. 114).

Ora, Guilhermina foi alforriada, mas não ganhou de todo a liberdade, pois ainda ficou a servir a mãe de Firmina. E, ao final dos quatro anos, ao conseguir a sua liberdade, como seria viver em um país escravocrata como uma cidadã de segunda classe?

Outro paralelo que vale a pena mencionar: tanto Túlio como a preta Susana demonstram gratidão à mãe de Úrsula, como nesta passagem: “E não deves à senhora, que para ti tem sido quase que uma mãe? Não a deves à menina? E porque as deixas? É que não sentes saudades delas” (Reis, 2022, p. 114).

Algo desse tipo parece ser evocado no *Álbum*. Por exemplo, quando Firmina dá a entender que havia certo sentimento maternal de Leonor em relação a Isidoro. Nas palavras dela, “Mas, olha aqui é que está o nome de minha mãe, que também voou para o Deus, [...] daquela que foi a tua segunda mãe...” (RaMF, p. 189). De fato, seriam esses os sentimentos que a mãe de Firmina nutria por Guilhermina ou mesmo por Isidoro?

Firmina tinha plena consciência da vida de opressão que a ‘irmã querida’ viveu durante 50 anos de vida. Nas palavras da escritora: “Descansa das fadigas desta vida/Desta penosa, e ardida existência” (RaMF, p. 193). Podemos correlacionar esse registro com os comentários de Sueli Carneiro sobre a violência do período colonial. Segundo a estudiosa (Carneiro, 2003, p. 50),

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras.

Antes mesmo da morte de Guilhermina, Firmina já havia acolhido de modo afetuoso os netos e os cinco filhos dela. Tomou para si o compromisso de educá-los como se fosse a própria mãe ou avó deles.

Neste ponto, cabem bem algumas perguntas: Quem era o pai dos filhos de Guilhermina? Como ela teria vivido na condição de escravizada na casa de Leonor? Teria liberdade para sair ou ir aonde quisesse?

No momento, ainda não temos respostas satisfatórias. Por ora, dispomos apenas de um ou outro palpite. No *Álbum*, por exemplo, Firmina registra que a irmã viajou para São Luís na companhia do filho. Nas palavras dela, “No dia 15 de fevereiro de 1876, Guilhermina e Miguel embarcaram para a capital na canoa [...] e chegaram no dia 16 do mesmo mês” (RaMF, p. 186).

Pessoas amigas (1887) – Algumas pessoas que faziam parte do convívio de Firmina morreram em 1887. Nas palavras dela (RaMF, p. 194),

João Marcelino faleceu a 10 de março de 87 do citado mês, e ano pelas 4 horas da tarde. Ana Micaela Nogueira, no mesmo dia às 8 da tarde. [...] Antônio Farias faleceu a 18 do citado mês e ano. Lásaro Nogueira faleceu no naufrágio da ‘Primavera’ a 15 de junho do mesmo ano dos acima citados – 1887.

Colega de trabalho de Firmina, Nogueira era delegado literário¹²⁴ no Vilarejo de Cumã. Morreu no naufrágio do barco *Primavera*. Na descrição de Gomes (2022a, p. 211), “Os dramas dos naufrágios eram uma constante na vila, fossem com as embarcações que transportavam cargas e passageiros ou com dezenas de canoas de pescadores”. Nada sabemos sobre a relação de Firmina com Nogueira, mas qualquer ruptura dessa natureza pode gerar um vazio e até mesmo um luto.

Doroteu Juvenal da Costa (?-1889). Notícias divulgadas na imprensa da capital davam conta de que Doroteu teria falecido em 18/08/1889. A respeito dele, afirmou Gomes (2022a, p. 104): “Muito próximo da professora, quando o ex-escravo morreu acometido por *doença-gangrenosa*”. O jornal *Pacotilha* de São Luís ofereceu condolências a Maria Firmina e à família. O nome dele aparece duas vezes no *Álbum*, sempre a embarcar para São Luís. Nas palavras dela:

Doroteu embarcou para a capital com comadre Eulália a 25 de setembro de 1861”. Páginas (e anos) adiante, um segundo registro (*idem*, p. 191): “1º de julho – domingo pelas 2 horas da madrugada, no Iate ‘Mondego’, Doroteu embarcou para a capital. Deus o faça feliz. Amém. (RaMF, p. 176)

Doroteu era um dos filhos de Lauriana. Não sabemos se casou ou se teve filhos. Mas sabemos que ele e Firmina cresceram na mesma casa, como se fossem irmãos, como Guilhermina e Isidoro.

Podemos imaginar que as conversas entre os dois eram frequentes; de resto, conselhos e incentivos deviam transitar com alguma desenvoltura. As viagens dele para São Luís, ao que parece, visavam encontrar algum serviço ou, quem sabe, um emprego.

Lauriana Ritta da Natividade (1806-1891) [*]. A escravizada Lauriana foi levada para fazer os trabalhos domésticos na casa de Leonor. E, segundo Gomes (2022a), nessa

¹²⁴ Cargo criado com o objetivo de auxiliar os trabalhos da inspeção da instrução pública (Veiga, 2005).

condição permaneceu até a sua morte, aos 85 anos, em 18/4/1891. Não sabemos se casou ou se vivia com alguém.

Perdeu em vida três filhos, Isidoro (1872), Guilhermina (1884) e Doroteu (1889). A morte de um filho é uma forma cruel de aprendizado para toda e qualquer mãe. Os pêsames soam como algo raso. As palavras de consolo se tornam desnecessárias, mesmo vindas de pessoas próximas e bem-intencionadas. Um enorme vazio deve ter tomado conta do seu coração.

A julgar pelo modo afetuoso que se referia aos filhos e netos de Lauriana no *Álbum*, acreditamos que Firmina tinha muito carinho por ela. A respeito de Nestor, temos a notícia de que Leonor assinou a carta de alforria em 01/06/1863. E coube a Manfredo, outro filho de Lauriana, “comparecer ao cartório e declarar o óbito da romancista” (Gomes, 2022a, p. 159). Os nomes desses dois últimos, porém, não aparecem no livro íntimo.

Balduína Amélia dos Reis (?-1894). A filha de Henriqueta morreu em 12/07/1894. Anotou a escritora, “minha inditosa prima, a amiga Balduína A. dos Reis. A terra lhe seja leve!!!” (RaMF, p. 195).

Falecida antes da mãe (Henriqueta), Balduína teve duas filhas, Ambrosina dos Reis (também falecida antes da avó) e Maria Amália Reis da Costa Goulart (Gomes, 2022a, p. 275-276). Vale observar que no livro íntimo de Firmina não há registro do falecimento de Ambrosina (prima-neta dela).

Firmina deve ter sentido muito a morte de Balduína. Afinal, ao lado de Amália Augusta e Guilhermina, elas cresceram juntas na mesma casa, em São Luís, ao lado da avó Engrácia. O breve e quase silencioso registro talvez faça sentido à luz das palavras de Arantes (2019, p. 195), “Quando o vínculo rompido era feito de amor genuíno, então temos muita dor, mas, ao mesmo tempo, esse amor vai nos levar pelo caminho mais breve em relação ao alívio”. A economia no registro talvez reflita a compreensão, ainda que não a concordância, diante das escolhas e das atribuições que a prima enfrentou, como o fato de não ter conseguido criar a filha (Maria Amália).

José da Costa Goulart (1895-1896). Em data não especificada, anotou Maria Firmina (RaMF, p. 195) “José, filho de Sinhá e compadre Silvino, nasceu a 7 de julho de 1895, e morreu a 20 de setembro de 1896”. Maria Amália, então com 33 anos de idade, perdia o seu segundo filho.

Rosa Azevedo e Chiquinha (1901). Com indicação do ano de 1901, encontramos o seguinte registro no *Álbum*, “Rosa Azevedo morreu a 2 de fevereiro do mesmo ano,

Chiquinha, filha dela, a 31 de janeiro, um dia [sic] antes de sua pobre mãe”.¹²⁵ (RaMF, p. 196, grafia original).

Leonor Adelaide Cabral (?-1901). Em 1901, já em idade avançada, Maria Firmina mais uma vez sente a dor do luto. Morre Leonor, filha de Guilhermina. A sobrinha afetiva deixou quatro filhos: Artur (1889-?), Antônio (1890-?), Djalma (1896-1910) e Guilhermina (1892-?). Anotou a escritora: “Leonor morreu a 7 de março de 1901 pelas 4,1/2 da manhã, 7 dias da sua chegada aqui. A terra lhe seja leve!” (RaMF, p. 197).

Antes disso, porém, há registros da sobrinha afetiva indo viajar com a família para São Luís. A escritora, ao que parece em sinal de carinho e cuidado, Firmina acompanhava a movimentação dos sobrinhos. Ela anotou: “Leonor e Vanda de volta da capital, chegaram aqui a 6 de junho de 1887” (RaMF, p. 194).

Miguel (1867-1901). 9 meses depois morreu outro filho de Guilhermina. De modo lamentoso, assim a madrinha registrou o ocorrido: “Miguel morreu a 3 de dezembro do mesmo ano, 1901. Longe de mim, e todos os seus! Ah! com ele estava, Deus. Meu filho! Meu querido filho!...” (RaMF, p. 197). O afilhado tinha apenas 34 anos. Por trás das palavras de conforto, ancoradas na sua fé, uma névoa cada vez mais densa de inconformidade parecia se erguer em direção aos céus.

Além de afilhado, o rapaz era sobrinho afetivo de Firmina. Logo após ter perdido a mãe, em novembro de 1884, ele embarcou rumo à capital. Nas palavras da escritora:

Miguel embarcou aqui no ‘Império’ a 30 de novembro de 1884, com 17 anos de idade. Permaneceu na capital do Maranhão 2 anos e seguiu para o Sul a bordo do vapor ‘Purus’ a 10 de dezembro 1887. Deus e N. Senhora o protejam e o abençoem (RaMF, p. 193).

O nome dele aparece várias vezes no *Álbum*. Entrou para a escola (primeiras letras) aos oitos anos, em 1875; viagens para São Luís com a mãe também são citadas; o *Álbum* também nos informa que ele era padrinho de Margarida, uma das filhas de Sinhá.

Miguel aparentemente estava a residir no Pará, estando então na companhia Oton (1882-?), que era filho de Otávia. Firmina cita algumas vezes o nome dos dois. Como neste trecho (RaMF, p. 195): “Oton e Miguel seguiram para Pará a bordo do ‘Ocidente’ em 7 de setembro de 1898. Deus os proteja. Amém”.

¹²⁵ Firmina está a se referir a 1901; outra coisa, a diferença entre 31/1 e 2/2 é de dois dias, não de um dia.

Essa parecia ser uma constante, sempre que algum parente saía em viagem, Firmina fazia um registro no *Álbum*. Como neste outro exemplo (RaMF, p. 196): “Domingo 3 de fevereiro de 1901 embarcou Leude para a capital. Deus o faça feliz”. Nas entrelinhas, percebe-se o zelo de Firmina travestido de preocupação. Nesse sentido, aliás, não seria exagero dizer que o temor pela perda estava sempre ao lado dela, para usar uma expressão de Kovács (1992).

Otávia (1858-1902) – No ano seguinte, mais perdas vieram atormentá-la. Nas palavras dela: “Otávia morreu a 14 de agosto de 1902 pelas 2 horas da madrugada. Morreu nos meus braços... eu lhe recolhi o último suspiro! Oh! dor!...” (RaMF, p. 197).

Como dissemos anteriormente, Firmina tomou a frente da mãe e, na pia batismal, promoveu a alforria dessa sobrinha afetiva e da irmã dela. Mais tarde, iria matriculá-las na sala em que deu aula em Guimarães. Filha de Guilhermina, Otávia morreu com 44 anos de idade, deixando dois filhos, Vanda (1881-?) e Oton (1882-?)¹²⁶.

A filha de Otávia era chamada carinhosamente de Vandoca. Viajava constantemente viajava com a mãe, o irmão e familiares para São Luís. Após o falecimento da mãe, no entanto, os irmãos seguiram suas vidas em lugares diferentes. Há pistas sobre isso no próprio *Álbum*. Em 09/12/1902, quatro meses após o falecimento da mãe Vandoca tomou a embarcação ‘Guanabara’ com destino a São Luís. Sobre o rapaz, anotou Firmina (RaMF, p. 197-8, grafia original): “Oton, no costeiro ‘Colombo’, seguiu para Belém do Pará 12 de outubro de 902¹²⁷. Deus o abençoe”.

Firmina tinha um carinho especial por essa sobrinha afetiva, de sorte que o nome dela aparece com alguma frequência no *Álbum*. Como nesta passagem: “Otávia, nascida a 20 de fevereiro de 1858 – andou a 28 de dezembro do mesmo ano” (RaMF, p. 173).

Seguia também os passos dos sobrinhos-netos afetivos. Um exemplo:

A minha querida Vandoca seguiu para a capital, acompanhada por Mariazinha no ‘Pensador’ na madrugada do dia 9 de fevereiro de 1886, só lá chegaram às 3 horas da tarde e desembarcaram às 5. Voltaram em 21 de maio do mesmo ano. (RaMF, p. 193).

Silvino da Costa Goulart (?-1903) [*] – Silvino foi casado com Maria Amália, a Sinhá, filha de criação de Maria Firmina. No *Álbum*, a escritora o chama carinhosamente de compadre. O vínculo com o genro parecia ser valioso. Anotou ela (RaMF, p. 197):

¹²⁶ A respeito das datas de nascimento de Vanda e Oton, percebemos que Maria Firmina fez certa confusão (RaMF, p. 193 e 194).

¹²⁷ O ano em questão, claro, é 1902.

3 de dezembro de 1899

Dia este em que Artur está viajando para a capital no ‘Costa Rodrigues’ em companhia do compadre Silvino e Isabel, Iaiá. Vão buscar Zuíla e preparativos para a festa de N. S. da Conceição aqui.

De acordo com a anotação, Firmina estava em São Luís e iria participar da referida festa. Contava então com 74 anos de idade.

Não conhecemos muitos detalhes da vida de Silvino. Sabemos que Maria Amália e ele tiveram oito filhos, dois dos quais (Adelsom e José) morreram antes dos pais. Segundo Gomes (2022a), quando a Firmina faleceu, em 1917, não pode ser sepultada no mesmo jazigo da mãe, pois a irmã Amália Augusta havia falecido um ano antes. O corpo dela foi sepultado na mesma sepultura usada para o corpo do genro.

Martiniano José dos Reis (?-1908)[*] – Em 19/04/1908, uma tragédia assombrou a família, “com a morte de Martiniano José dos Reis, de 38 anos, neto de Martiniano, tio de Firmina, que se envolveu em uma briga com o uso de facas, durante uma festa ao romper da Aleluia, no mês de abril, no povoado de Cumã” (Gomes, 2022a, p. 275). Podemos imaginar os familiares atordoados, atrás de alguma justificativa para tamanha violência.

Não sabemos se era casado, assim como não dispomos de informações sobre suas atividades (trabalho etc.). Mas aventamos a possibilidade da mãe dele (Clara Dina dos Reis) lembrar e falar do filho para todos aqueles que estivessem dispostos a ouvi-la. À época, Firmina já estava com a visão comprometida; todavia, sensível como ela era, é bem possível que pudesse ter escrito um poema relatando a história de amor de uma mãe por seu filho. O tema, claro, lhe era familiar.

Henriqueta Romana dos Reis (?-1909)[*] – No ano seguinte, exatamente em 03/06/1909, a tia Henriqueta morreu de erisipela.¹²⁸

Henriqueta faleceu quase centenária e experimentou em vida o que costuma ocorrer com quase todo mundo que vive tanto: presenciou a morte de gente bem mais nova. Ela, especificamente, teve o dissabor de perder uma filha e uma neta, invertendo a ordem natural das coisas. A dor e o desamparo são particularmente duros e profundos. Ao longo da vida, porém, ela conviveu e interagiu com pessoas com quem era possível falar sobre os mistérios da vida e da morte. Amenizando assim a sua dor e, em certo sentido, facilitando o luto dela.

¹²⁸ Erisipela (= *mal do monte, mal da praia* ou *esipra* – ver Ferreira, 2009): doença infecciosa de natureza bacteriana. Em certos casos, como deve ter sido o de Henriqueta, pode advir um quadro grave e muitas vezes fatal de infecção generalizada (septicemia).

Laços afetivos mais próximos se tornaram também mais fáceis quando ela, na década de 1860, se mudou definitivamente de São Luís para Guimarães. A julgar pelo depoimento de Leude (ver Cap. 1), não seria exagero imaginara tia Henriqueta sentada na varanda da casa, ao lado de sobrinhas e amigas, segurando uma agulha com as mãos já trêmulas e com ela fazendo rendas em uma toalha ou em uma fronha.

Djalma (?-1910) – Entre os registros fora da ordem está aquele em que Firmina informa sobre a perda de um sobrinho neto, Djalma, filho de Leonor. Nas palavras dela: “Djalma, filho querido, faleceu a 7 de outubro de 1910, às sete horas da noite, Djalma! ... Saudade eterna!” (RaMF, p. 197). Ele estava com 14 anos de idade.

Leonor (1911-1912) [*] – Maria Amélia de Avellar, sobrinha afetiva de Maria Firmina, declarou em cartório que Leonor, filha de Vanda (Vandoca), faleceu com menos de dois anos de idade. Como anotou Gomes (2022a, p. 284): “Registro de óbito de Leonor, de um ano e meio de idade, filha natural de Vanda Franco de Sá. 2.8.1912”.

Amália Augusta dos Reis (1836-1916) [*]. – Amália morre com 80 anos de idade. No *Álbum*, Firmina se referia a ela como “uma irmã desvelada e carinhosa” (RaMF, p. 177). A escritora expressou o desejo de estar na companhia da irmã até o fim da vida. A irmã faleceu um ano antes dela.

7.3.2 Outros lutos

Ao falar de luto, a referência imediata que fazemos é a perda de um ente querido. Todavia, na opinião de Freud (ver o início deste capítulo), esse seria apenas um caso modelo para se entender outros tipos de perdas – i.e., além do luto pela morte de alguém, podemos falar de luto envolvendo outros tipos de perdas. Em sentido amplo, haveria luto sempre que uma relação de amor se desfaz pelo abandono de uma das partes. Segundo Christian Dunker (2023, p. 19), “Por isso podemos distinguir lutos do ser, cuja referência é a morte, e lutos do estar, que estão ligados a uma condição da vida, como o luto pelo fim da infância, pelo romance [...], pela perda de uma condição do corpo ou da saúde”.

A descrição acima se ajusta bem ao que encontramos ao longo do *Álbum*: registros que falam da morte de familiares ou amigos da escritora.

Na entrada *Um resumo da minha vida*, a escritora fala dos tempos de criança ao lado da avó e de outras meninas: “Mas a infância passou, como passa para todo homem” (RaMF, p. 176). Mais adiante, ao falar de Isidoro, no mesmo livro, ela anotou: “eu vivi contigo nos

anos dos sorrisos” (*Ibidem*, p. 189). Pois essas transições ao longo da vida, como a passagem da infância para a adolescência, são também processos de luto.

Há ainda, claro, o luto pelo fim de um romance. Considere, por exemplo, o entusiasmo e o aparente sentimento amoroso que Firmina nutriu por Raimundo Marcos. Como foi dito no Cap. 5, ainda há muita névoa em torno desse assunto, afinal os registros não esclarecem de modo explícito os sentimentos e as expectativas que um tinha em relação ao outro. No momento, o melhor que podemos fazer é tentar ler nas entrelinhas.

A entrada de 27/06/1873, por exemplo, alude à cerimônia de casamento de Raimundo. Ele e Matilde haviam se casado no dia anterior. Nas palavras dela:

Ontem eu senti uma tão profunda, e tão completa satisfação, que embora intentasse eu descrevê-la, jamais o poderia fazer. Cousas há que se tornam impossíveis; esta é uma delas. De joelhos, meu Deus, eu vo-la agradeço... Só vós sabeis o que eu senti... Só vós... Poderei eu explicar o que é simpatia? (RaMF, p. 185, grafia original)

Na tentativa de explicar essa ‘simpatia’, recorre ao poeta Casimiro de Abreu (1839-1860), para quem “Simpatia é quase amor” (RaMF, p. 185). Ocorre que a aparente dificuldade dela de explicar o que sente, acaba levantando mais suspeitas. Principalmente, quando insiste: “É a simpatia que há muito votei a Raimundo M. L¹²⁹. que me deu forças para segui-lo de perto em todas as fases de sua vida” (*Ibidem*, p. 185).

No final do registro, talvez considerando que outros poderiam apreciar o *Álbum*, por ser essa a tônica da obra, ainda acrescenta: “Que eles sejam felizes!... Por única recompensa de todo o meu afeto, só peço que eles compreendam minha desinteressada dedicação. Sou feliz” (RaMF, p. 185).

Na data do casamento, Maria Firmina estava com 48 anos de idade. Não sabemos a idade dele, mas podemos presumir que fosse jovem ou ao menos mais novo do que ela. Oito anos depois, no entanto, ocorre uma fatalidade: em 1881, Raimundo falece. Anos depois, a viúva tornaria a se casar. Nas palavras de Gomes (2022a, p. 191): “A viúva Matilde se casaria novamente, anos depois, passando a residir na Vila Amazônia, em Belém do Pará. A romancista morre solteira”.

A julgar pela entrada que fala do casamento de Raimundo e de mais algumas outras que envolvem o nome dele, adotamos aqui a premissa de que o rapaz de fato teria despertado algum interesse amoroso por parte dela. Alguns fatores teriam contribuído para isso. Em primeiro lugar, a proximidade intelectual. Além de leitor habitual, ele também era poeta.

¹²⁹ Houve um erro de digitação. A escritora estava a se referir a Raimundo Marcos Cordeiro.

Traços que devem ter despertado nela curiosidade e, de pronto, alguma simpatia. Mais um pouco e eles tiveram a chance de conversar. A curiosidade e a simpatia originais logo se converteram em interesse e confiança. Nas palavras dela: “a quem tenho confiado os mais ardentes e os mais profundos sentimentos de minha alma” (RaMF, p. 181).

Naquela época, uma relação de amizade entre homem e mulher não era comum, a ponto de um casal a conversar em público levantar justificadas suspeitas de que eles constituiriam um par romântico (e.g., noivos). A presumida diferença de idade talvez contasse a favor, deixando no ar a impressão de que ela seria muito mais velha do que ele, a ponto de tornar-se ridícula qualquer ideia de que eles formariam um par romântico – mais provavelmente, quem sabe, poderia ser uma tia a aconselhar o afilhado ou o sobrinho favorito.

Raimundo parecia ser um sujeito sensível, do tipo que, além do prazer literário em comum, compartilharia com Firmina a repulsa pelo sistema escravagista. Ele poderia ser até mesmo um abolicionista. Nesse caso, ainda que houvesse entre eles um fosso geracional (i.e., diferença de idade igual ou superior a 20 anos), parece seguro afirmar que Firmina se encantou com o rapaz, a ponto de se apaixonar por ele.

Não há, porém, qualquer evidência de que eles tenham constituído um par romântico, ainda que momentaneamente. Em compensação, também não há evidências de que ela tenha sido ignorada ou abandonada por ele. O meio-termo aqui seria imaginar que se tratou de uma paixão não correspondida, fruto talvez de um desencontro. Desencontros amorosos são comuns. E a própria Firmina pode ter tido outros, sobretudo nos anos de juventude. Viveu o luto da (suposta) paixão por Raimundo e seguiu com a sua vida, dando aulas, escrevendo, publicando e interagindo com outros escritores.

Projetos frustrados também geram lutos. Um dos sonhos de Maria Firmina era ampliar e estender a experiência que teve em Maçaricó com a tal *sala mista*. Ela queria que as crianças de outros povoados também tivessem acesso a uma boa educação. Razão pela qual chegou a protocolar um requerimento endereçado ao presidente João da Costa Gularte no qual pleiteava a criação de ‘aula’ no povoado Cedral. Segundo Gomes (2022a, p. 135):

Leu-se mais duas petições, sendo uma de D. Maria Firmina dos Reis e outra de diversas pessoas de Cedral, ambas pedindo a este Conselho uma gratificação para nesse lugar criar-se aula de primeiras letras do sexo feminino. Este conselho mandou que ficasse adiada para sua primeira sessão.

Ocorre que o assunto não tornou a ser discutido na Câmara Municipal. Uma situação bastante frustrante para Firmina. Mas continuou preocupada e envolvida com o noticiário educacional de Guimarães. Ainda segundo Gomes (2022a, p. 136), “em 1903, enferma,

escreveu um poema dedicado ao professor Policarpo Teixeira, recitado por estudantes da vila na solenidade dos exames da Escola Sotero, que aprovou 25 alunos”.

Maria Firmina morreu aos 92 anos. Durante seu tempo de vida, adoeceu e convalesceu. Diante de tudo o que viu e viveu, pode muito bem ter percebido que estava a participar de um tipo de jogo. Um jogo cujo único prêmio é permanecer vivo. Superou obstáculos e venceu alguns medos. Além de sua valiosa obra literária, ela nos deixou um legado hagiográfico – uma brevíssima lista dos personagens que atravessaram sua vida, tendo ela convivido com alguns deles.

Para Karina Okajima Fukumitsu (2022), quando a morte chega, vem sem piedade e sem pedir licença. Não adianta barganhar, querer trocar de lugar; o único remédio para a alma é encontrar compaixão para iniciar uma travessia sem fim. Maria Firmina era uma mulher cristã. Sua fé era forte e serviu de consolo para ela enfrentar as numerosas perdas que caracterizaram a sua vida. Acreditava que iria encontrar novamente com as pessoas queridas após a morte. Nas palavras dela “[A]deus... até o dia que Deus nos reunir no Céu, onde vives com os anjos em doce paz. Adeus!” (RaMF, p. 189).

7.4 ESTUDOS SOBRE A MELANCOLIA

Já falamos da melancolia nas produções dos autores românticos no Cap. 2. No que segue, iremos convocar a abordagem psicanalítica de Sigmund Freud e de outros que deram continuidade aos seus estudos. A partir daí, analisar o *Álbum*. A tentativa é investigar se de fato Maria Firmina era uma pessoa melancólica.

Em fins do século XVIII, Philippe Pinel (1745-1826) deu início a estudos pioneiros que visavam investigar perturbações mentais de um ponto de vista científico. As investigações estavam assentadas em observações e ensaios clínicos rigorosos. Nas palavras de Urania Tourinho Peres (2010, n.p), “na observação clínica, procurando agrupar sintomas em síndromes, porém sem uma preocupação teórica maior”.

Para o médico francês, a melancolia podia ser definida como um quadro de delírios (dirigidos para um único objeto ou para uma série deles) que conduz ao abatimento e à morosidade, com alguma inclinação para o desespero. Sobre a publicação da obra seminal de Pinel, eis o comentário de Sonia Leite, (2011, p. 23), “ele publicou, em 1793, um livro cujo título é bastante elucidativo: *Tratado médico-filosófico sobre a alienação mental e a mania*.

Esse trabalho mostra claramente que nem tudo na psiquiatria está ancorado na medicina”.¹³⁰A ideia central ali era que a melancolia surgiria a partir de um falso julgamento do sujeito sobre o seu próprio corpo.

Os trabalhos pioneiros de Pinel foram levados adiante por um aluno dele, Jean-Étienne Esquirol (1772-1840), autor do termo *alucinação* e que se empenhou por fazer descrições clínicas mais detalhadas e precisas. Na caracterização de Maria Vera Pompêo de Camargo Pacheco (2003, p. 153, grafia original):

Não havia até então um pensamento médico-científico sistematizado sobre a doença mental, e o louco não era assumido pela medicina como doente sobresponsabilidade de seu campo de ação. Nos grandes asilos para alienados juntavam-se toda sorte de indivíduos pertencentes às minorias que representavam diversos problemas sociais, desde mendigos e delinqüentes a prostitutas e loucos de rua.

Apesar da loucura ter sido efetivamente considerada pertencente ao campo da medicina desde o final do século XVII, ainda não havia modelos ou definições claras, tampouco sistematizações nosográficas que pudessem caracterizar diferentes espécies clínicas do vasto gênero ‘loucura’. Eram muito grandes as variações entre os padrões que definiam os transtornos psíquicos: não se tinha uma visão abrangente e as descrições limitavam-se a algumas particularidades de sintomas. A transformação metodológica introduzida por Pinel e Esquirol, fundamentada na observação clínica sistemática e na delimitação de categorias psicopatológicas estáveis, inscreve-se historicamente em um momento em que a medicina tinha a clara preocupação de diferenciar-se da filosofia, da psicologia e da religião, cujos objetos de conhecimento transcendem o corpo ou a matéria, indagando sobre temas espirituais, lógico-discursivos e/ou ético-estéticos.

No âmbito da terminologia, Kaufmann (1996, p. 325) ressalta que Esquirol preferia o termo *lipemania* (do francês *lupè*, tristeza) ou *monomania triste*; o termo *melancolia* ele reservada para os “moralistas e poetas”. Na opinião de Urania Tourinho Peres (2010), essas divergências terminológicas, digamos assim, terminaram por rebaixar o *status* da melancolia, fazendo com que o termo deixasse de ser associado a um atributo da personalidade, passando a ser usado para rotular um quadro depressivo, ou seja, uma doença.

Na interpretação de Kovács (1992), a melancolia se manifesta em indivíduos com alguma predisposição patológica. Os mesmos sintomas que se manifestam durante o luto estão presentes na melancolia, acrescidos, porém, de um rebaixamento na autoestima. Emerge, então, um sentimento de autorreprovação e a expectativa de punição. Em última análise, a melancolia é uma reação à perda de um objeto, não necessariamente à morte de alguém. O desinteresse pela vida via de regra leva o sujeito melancólico a se ver como morto.

¹³⁰ Em vez de *medicina*, talvez fosse mais apropriado falar em *fisiologia*.

O indivíduo melancólico também costuma repetir à exaustão as suas dificuldades (presentes ou passadas), tendo satisfação em falar do seu sofrimento. A situação pode ter um desfecho trágico. Como os impulsos destrutivos contra o objeto perdido podem se voltar contra o próprio eu, não é raro que indivíduos melancólicos recorram ao suicídio.

7.4.1 Os últimos 150 Anos

Ocorreu, porém, que a teoria dos humores foi sendo abandonada ao longo do século XIX. O termo *melancholia* caiu em desuso, sendo então substituído por *monomania triste* (ou *lipemania*). A psiquiatria dita científica, iniciada em boa medida por Pinel e Esquirol (Pacheco, 2003), manteve sua ênfase na psicose maníaco-depressiva. Para surpresa nossa, o primeiro a defender uma abordagem psicanalítica da melancolia não foi Freud, mas sim Karl Abraham (1877-1925). Em artigo publicado em 1911, o psicanalista alemão tratou de modo pioneiro da relação entre melancolia e luto.

Nos últimos 150 anos (leia-se: entre fins do século XIX e início do século XXI), aproximadamente, mudou muito o modo de se pensar sobre a doença mental. Surgiu a psicanálise e a psiquiatria ganhou uma base biológica de sustentação. Jean-Martin Charcot (1825-1893), ex-professor de Freud, teve um papel importante nessa história. Nas palavras de Peres (2010, p. 20): “Ele questiona a maior incidência da neurastenia nas classes trabalhadoras e eleva a noção de trauma como elemento da maior importância entre os fatores etiológicos, que podem acontecer a qualquer um”. A neurastenia ganhou um diagnóstico criterioso, adquirindo então um estatuto que até então não possuía, o de doença.

7.4.2 A melancolia no *Álbum*

O estilo melancólico identificado em obras de Firmina era a expressão do seu temperamento ou tinha um quê de estilo literário?

Eis a opinião de uma estudiosa, Luciana M. Diogo (2016, p. 51):

[...] É possível relacionar o estilo [de Firmina] às práticas de escritas femininas mais generalizadas, encontradas em vários países ocidentais, por meio das quais os diários eram prioritariamente registros das experiências de um eu íntimo. A melancolia, nesse sentido, é um ponto alto da época, mas também característico do gênero.

Trocando em miúdos, será que Firmina vivia um estado melancólico ou estaria tão somente, forjando uma *persona*, conforme era própria de muitos autores românticos? De onde vinha a tristeza que a afetava, a ponto de se dizer *desditosa*? O que alimentava a sua tristeza, as dificuldades e as restrições que ela testemunhava em seu entorno ou as supostas frustrações amorosas? O sofrimento e o aparente abatimento de fato a levaram a pensar em suicídio?

Já falamos que Maria Firmina transpôs para o seu livro íntimo uma gama de sentimentos traumáticos, fazendo dele o que poderíamos rotular aqui de *obituário de afetos*. Registros esses fidedignos ou ficcionais – ao menos assim nós podemos presumir tendo em vista os diferentes modos como os registros diarísticos têm sido usados em diferentes contextos históricos, conforme vimos no Cap. 5.

Adotando e seguindo os modelos literários da época, a melancolia que emana da escrita firminiana evoca um sentimento de tristeza e, em boa medida, nos aponta para a impotência do autor. Para Scliar (2003, p. 62-3), a melancolia ajuda a “pôr em perspectiva os pensamentos, observações e sentimentos [...] natural, era aquela que dava a seu portador proeminência intelectual”.

No que segue, vejamos (em ordem cronológica) em quais entradas esse estado de humor é citado explicitamente.

Primeira entrada. Em *Uma lágrima sobre um túmulo*, datada de 20/05/1853, consta (RaMF, p. 171): “[...] Triste, melancólica como a imagem do túmulo... porém que ^{ooo} para a minha alma, por isso que minha alma ama a melancolia!!!”. Nesse registro foi anteriormente classificado por nós como um exercício ou ensaio literário, visto que a autora o reproduziu mais tarde em outros textos.

Segunda. Bem diferente é o registro de 24/09/1860, no qual a autora reclama de uma estranha sensação no peito. Mesmo não conseguindo definir o desconforto o nomeia como melancolia. Anotou ela: “Hoje tenho o coração oprimido... é incompreensível o que sinto! Tenho amarga melancolia” (RaMF, p. 174).

Terceira. No dia seguinte, 25/09, a sensação parecia perdurar. Mas disse que rogou ao Céu, pedindo uma intervenção divina. Nas palavras dela: “Permiti, Senhor meu Deus, que o dia de amanhã me seja mais cheio de esperanças e felicidades: porque eu vos louvarei como os anjos” (RaMF, p. 174).

Quarta. Três meses depois, em 26/12, seu estado de ânimo ainda não havia melhorado. Ao contrário, parecia mesmo ter piorado. Escreveu ela,

Ainda hoje acabrunha-me a mesma melancolia, ou cada vez ocultava mais, e cresce e duplica de amargor. Há no fundo da minha alma o que quer que seja, que derramando-se por todo o meu corpo, entorpece-me os membros [...] (RaMF, p. 174-175).

Neste ponto, alguém poderia dizer que ela estava tão acostumada com a situação, que a palavra *melancolia* já era usada com alguma liberalidade. Em todo caso, é bastante razoável presumir que o lançamento de obras novas e a expectativa pela repercussão (e.g., resenhas críticas em jornais) devem ter representado para ela momentos particularmente agudos de preocupação e nervosismo. Afinal, como disse Bárbara Simões, muitos jornais da época expressavam as ideais dos empresários do comércio, da lavoura e da indústria. No entanto, havia controvérsias, como o caso do jornal *O País* (1863). Nas palavras dela,

O País era um jornal abolicionista até certo ponto. Talvez promovesse a abolição conquanto os negros continuassem no último degrau, como raça inferior, e sugeria este mote como razão para tranquilizar a elite branca de São Luís. A abolição, a tão temida emancipação, ao fim e ao cabo, não mudariam nada, e todos podiam respirar aliviados e abraçar a Causa sem medo. (Simões, 2019, p. 99).

Em agosto de 1860, o jornal *A Imprensa* publicou notícia a respeito da publicação do livro *Úrsula*, impresso na Tipografia do Progresso, de São Luís. A notícia saudava a autora maranhense, ao mesmo tempo em que incentiva os leitores a acolher a obra; dizia: “Convidamos aos nossos leitores a apreciarem essa obra original maranhense que, conquanto não seja perfeita, revela muito talento na autora, e mostra que se não lhe faltar animação poderá produzir trabalhos de maior mérito” (apud Gomes, 2022a, p. 172).

Chegou o ano de 1861. Firmina alimentava esperanças de que o ano novo renovaria os ânimos e que tudo seria mais tranquilo. Em janeiro de 1861, anotou ela (RaMF, p. 175):

Raiou enfim um novo ano; mas a luz do sol do seu primeiro dia, não esclareceu as trevas, nem abrandou as dores do meu coração. Oh! te saúdo novo ano; mas, tu não trouxeste a esperança à minha alma!... Serás acaso tão impassível ao meu sofrer, como foi teu irmão?... Será o derradeiro da minha vida!! Meu Deus eu estou resignada [...].

Apesar do dia ensolarado, seu coração continuava aflito. O ar que ela respirava, a julgar pelo que lemos, parecia sombrio. Seria o destino? Em caso afirmativo, como era bem do estilo, pouco lhe restaria além da resignação diante daquilo que ela identificava como a vontade de Deus.

Em 2/2/1861, anotou a mudança para a casa nova, ocorrida em 11/1. Rezava pedindo a Deus que abençoasse a todos, de modo que todos fossem mais felizes na casa nova. Ainda assim, insistia em ver a morte como uma possível solução para os dramas da vida que lhe atormentavam o espírito. Anotou ela:

Não. Tentar contra os meus dias, seria um crime contra Deus, e contra a sociedade; mas almejo a morte. Perdoai-me Deus de misericórdia! Mas a vida é-me assaz penosa, e eu mal posso suportá-la. O mundo é áspero e duro; mas não me queixo do mundo nem de pessoa alguma. Minha compleição é débil, minha ama alma é sensível^{ooo}; meus desgostos são filhos de meus caprichos. Só vós, Senhor, me compreendeis: porque me geraste: só vós podereis perdoar! (RaMF, p. 175).

A respeito dos registros feitos entre 1860 e 1861, eis o comentário de Diogo (2022, p. 159):

De setembro de 1860 a fevereiro de 1861, período de divulgação da venda do romance *Úrsula*, que teve início em 01 de agosto de 1860, curiosamente, as entradas do diário de Firmina revelam grande angústia, melancolia e insatisfação com a vida, contrariando nossas expectativas de que esse pudesse ter sido um período de realização pessoal da autora, proporcionado pela circulação de seu livro e de seu nome pela imprensa maranhense. Ao contrário, a escritora expressa, em seus registros, intenções suicidas e desejo da morte, [...].

É um ponto de vista com o qual nós concordamos. Afinal, muitas expectativas estavam em jogo. Vale lembrar que o manuscrito do romance estava finalizado desde 1857 (Souza, 2017); todavia, por falta de interesse, a obra só foi lançada no mercado editorial em 1860 (Ximenes, 2019).

Cabe ainda dizer que ao menos outros dois motivos literários podem ter mexido com o estado de humor dela. A expectativa em torno da inclusão de um poema dela na antologia *Parnaso maranhense* e em torno do destino do conto indigenista *Gupeva*. A antologia apareceu em 1861. Em meio a uma lista de 52 autores, o dela foi apenas o segundo nome feminino a constar da antologia.¹³¹ O conto foi inicialmente publicado (em partes separadas) no semanário *O Jardim das Maranhenses*, entre outubro de 1861 e janeiro de 1862.

¹³¹ O outro nome feminino era o de Jesuína Augusta Serra (?-?).

7.4.3 Angustiada sim, melancólica não

Mesmo que Firmina tenha escrito que estava *melancólica*, nós consideramos que uma caracterização mais apropriada seria dizer que ela estava *angustiada*.

O que dizer da angústia?

Discussões em torno do tema são antigas e recorrentes. De acordo com Sonia Leite (2011), há uma farta literatura sobre a angústia, ao menos desde a Antiguidade – no âmbito da literatura grega, por exemplo, nos escritos de filósofos, escritores, poetas e autores de peças. Um importante autor do século XIX citado por ela é Sören Kierkegaard (1813-1855). Nas palavras dela, o filósofo dinamarquês “toma como referência principal para a existência humana as noções de angústia e desespero” (Leite, 2011, p. 11). Haveria, portanto, uma estreita relação os dois sentimentos. A rigor, na opinião de Lacan, a angústia não seria propriamente um sentimento em si – i.e., a angústia “não é o sentimento propriamente dito, com um conteúdo específico, e, por isso mesmo, revela estranheza, sensação de exílio, espanto revelador da morada originária” (*idem*, p. 16).

Pensando ainda na caracterização da angústia de Firmina (*sensu* Diogo, 2022), também caberia citar aqui o ponto de vista de um filósofo que dialogou muito com a obra de Kierkegaard, o francês Jean-Paul Sartre (1905-1980).¹³² Na opinião de Sartre, a angústia surge como fruto de uma consciência de responsabilidade sobre as escolhas que fazemos durante a vida, pois tais escolhas sempre ou quase sempre envolvem outros sujeitos. Como anotou Leite (2011, p. 17, grafia original):

As escolhas não são apenas individuais, envolvem outros homens e o próprio destino da humanidade. Não se pode fugir da angústia a não ser, como [Sartre] considera, por uma atitude de *má-fé*, escapando da angústia provocada pela liberdade de escolha, fugindo à responsabilidade de assunção da própria escolha, deixando que algum outro decida em seu lugar. E a *má-fé*, segundo o filósofo, tem suas conseqüências: o homem abre mão da possibilidade de construir a própria essência.

Neste contexto, valeria a pena reproduzir de novo o registro que Firmina fez em 02/02/1861: “Não. Tentar contra os meus dias, seria um crime contra Deus, e contra a sociedade; mas almejo a morte” (RaMF, p. 175).

A postura de resignação diante de Deus e o amor pela família e pelos amigos e, por que não, pelo trabalho parecem ter sido motivos mais do que suficientes para seguir em frente, deixando de lado a ideia de suicídio.

¹³²Ver, e.g., Castro (2020).

Outro possível fator que ajudaria a explicar a angústia de Firmina seria a escassez ou mesmo a ausência de modelos – digo: a escassez de obras de autoras femininas, notadamente em português. Bastaria dizer, que no prólogo de *Úrsula* ela expressa o desejo de que outras mulheres – sobretudo as mulheres negras – deveriam fazer como ela: escrever. (Ou melhor: ler e escrever.)

Aliás, escrevendo sobre a importância dos modelos, Alice Walker recorre a uma passagem envolvendo Vincent [Willem] van Gogh (1853-1890). Em dezembro de 1889, internado em uma clínica psiquiátrica, o pintor neerlandês escreveu uma carta para o seu colega Émile Bernard (1868-1941). Walker (2021, p. 11; grifo nosso) reproduz um trecho da carta: “Às vezes, a sociedade torna nossa existência dolorosamente difícil, daí nossa impotência e a imperfeição de nosso trabalho. (...) eu mesmo tenho sofrido com a *absoluta falta de modelos*”.

Na opinião da estudiosa, o comentário de Gogh tinha ao menos dois componentes: “tanto em termos da intensidade de seu comprometimento quanto a qualidade e da singularidade de seu trabalho, tantas vezes ridicularizado em seu tempo” (Walker, 2021, p. 16). Mais adiante ela cita ainda o caso de Toni Morrison [Chloe Ardelia Wofford] (1931-2019). Quando questionada sobre o que a teria levado a escolher os temas e o conteúdo dos livros que escreveu, a escritora estadunidense respondeu: “Porque são livros do tipo que quero ler” (Morrison *apud* Walker, 2021, p. 18).

A resposta não deixa de ser uma manifestação contra o segregacionismo racial que impera na sociedade estadunidense, mas é também a manifestação de alguém que conhece o mercado editorial por dentro e que está insatisfeito com o que vê. Foi a fala de uma escritora que nunca deixou de ser leitora. E leitora crítica e exigente. Trocando em miúdos, ela está a reclamar que, quando era estudante, suas leituras eram obras de homens brancos que pouco ou nada se referiam às mulheres. O interesse era pautado por assuntos essencialmente *masculinos* (e.g., touradas ou conflitos bélicos). Nos anos que passou dentro de uma universidade (primeiro, em uma universidade *negra* e, depois, em uma universidade *branca*), ela não lembrava de ter ouvido falar de uma tradição literária construída por *escritoras negras* estadunidenses. Ciente disso, sua preocupação principal passou a ser descobrir se tal tradição existiria.

Walker abraça o ponto de vista de Morrison, mas tenta ir além. Anotou ela (Walker, 2021, p. 27):

[...] em meu trabalho, eu não escrevo apenas o que quero ler – entendendo de uma vez por todas que, se eu não fizer, ninguém mais terá o mesmo interesse vital ou será capaz de fazê-lo a meu contento; escrevo também que deveriam estar disponíveis para que eu pudesse ler.

Acreditamos que Firmina teria feito o mesmo. Com a ressalva de que a escritora maranhense estava a viver – e provavelmente tivesse ciência disso – os primórdios da *literatura negra brasileira*.

Vamos agora para os derradeiros registros.

7.4.4 Os derradeiros registros

Em 1/2/1872, ela fez comentários sobre três assuntos mais ou menos independentes. Uma escrita fragmentada, típica de um diário. O primeiro comentário foi aquele que faz menção ao falecimento da jovem Caetana. O segundo é uma breve justificativa que ela dá para a interrupção de dois anos nos registros. Esse lapso, pressupomos, pode ter sido em parte motivado pela agitação literária do período. Afinal, 1871 foi o ano de lançamento do seu livro de poesia, *Cantos à beira-mar*. Em compensação, no entanto, 1872 foi um ano rico em registros – a rigor, no âmbito do material sobrevivente que chegou até nós, foi o ano com mais registros.

Por fim, o terceiro comentário. Anotou ela:

Se eu tivesse uma lira nela ia cantar as belezas desta tarde.
 Não tenho...
 Mas eu te saúdo oh! Tarde doce, e melancólica como um sorriso deslizando por entre lágrimas... tarde que recordas no coração tudo quanto ele amou, tudo aquilo que gozou: e trazes como saudades de um prazer futuro que a alma vagamente almeja, e almeja sempre...
 Oh! Tarde de janeiro – quanto encanto, quanta poesia! Quem fora feliz para poder-te cantar... (RaMF, p. 187)

Um texto lírico. Talvez, mais um exercício literário, mais um ensaio. O eu lírico descreve o que seria uma tarde de verão, “doce e melancólica”. Um cenário a despertar nela lembranças de um passado não só com menos lágrimas, mas de um tempo em que ela se via a amar alguém. As lembranças traziam saudades, mas o coração ainda alimentava esperanças de uma felicidade futura.

Podemos identificar no texto sinais de que algo a deixava triste e, por isso, a fazia sofrer. Mas não a ponto de soar como algo definitivo e doentio, capaz de levá-la ao suicídio. Soa mais como um *estado d'alma* passageiro.

Nesse sentido, levantamos aqui a hipótese de que o famoso registro de 26/02/1861 (RaMF, p. 175)¹³³ era mais um exercício literário – exercício byroniano, se quisermos – do que uma transcrição fiel do que lhe ia pela alma.

Em suma, a melancolia a que ela se referia não seria um estado de ânimo patológico, mas sim a descrição sumária da tristeza que habitava o seu coração. Todavia, a tristeza não era um inquilino único e definitivo, pois ela ainda alimentava planos de um futuro mais feliz.

Por fim, o derradeiro registro, esse com data de 02/02/1872. Anotou ela:

Eu nunca tive a louca pretensão de possuir no céu uma só estrela.
Um dia alguém disse-me apontando-me para a melancólica estrela que acompanha a lua – vêes a tua estrela? Tu és a lua, e aquela que segue é tua.
Sim, eu sou a lua: – se Deus negou-me dela a beleza, o nítido albor, e o magnífico esplendor de formosura deu-me uma melancolia, sua palidez; e como ela a divagar no céu, deu-me que ^{ooo} divagasse na terra; cismando como ela, à noite, meditando saudades, e tristezas como ela medita.
Eu sou a lua, mas aquela estrela!... Não, eu não tenho uma estrela! A minha caiu há muito, e sumiu-se no nada. A estrela que acompanha a lua, é plácida e serena como ela, tem como ela amor e poesia, devia ser a minha porque eu sou a lua, mas não – eu não tenho uma estrela!
Se é sorte sua seguir-me, que me diga; mas eu não a vejo, porque a minha há muito que caiu e se sumiu no nada...
Esta estrela que me emprestaram é bela, poética e merencória como a lua; mas não é minha – a minha caiu há muito, e se sumiu no nada!... (RaMF, p. 187)

Um texto lírico. Ao que tudo indica, mais uma tentativa por parte de Firmina de desenvolver uma *prosa poética*. (Bela prosa poética, diríamos.) Outros observadores já escreveram sobre essa mesma passagem. Para Diogo (2022, p. 65), por exemplo,

vemos aqui Maria Firmina constituindo-se como um sujeito individuado, de um eu exacerbado, o que se por um lado é uma marca comum de época, por outro pode ser visto como um elemento diferenciador quando se sabe que a autora era negra e mulher.

Estamos a falar de uma mulher, então uma jovem senhora de 47 anos,¹³⁴ que, além dos dissabores habituais da vida (e.g., lutos, tristezas e angústias), parecia ter ciência de que o

¹³³Anotou ela naquele dia: “O descanso de uma vida consumida, encontra-se na sepultura. O esquecimento das dores humanas, só ela oferece. Eu quero um dia de repouso, um dia de esquecimento. Campa!... campá, eu te saúdo”.

acesso ao *mundo das letras* era então um privilégio raro a uma mulher como ela. Um privilégio que implicaria em certas obrigações, sobretudo em uma pessoa religiosa como ela. Registrar em livro os personagens que atravessaram a sua vida ou aqueles com os quais ela conviveu seria um modo óbvio de fazer com que uma *multidão de anônimos* passasse a viver no mesmo mundo – o mundo das letras – no qual ela há tanto tempo transitava.

Na penúltima das páginas dedicadas à reprodução dos registros presentes no *Álbum*, Morais Filho incluiu uma entrada (‘Lágrimas da Velhice’) que conteria o trecho remanescente de um dos *ensaios líricos* de Firmina. Anotou ele: “o que sobrou da composição ‘Lágrimas da Velhice’... Está em papel almaço” (RaMF, p. 279). É um texto bonito, ainda que triste ou melancólico, aos olhos de alguns observadores. Eis uma amostra:

[...] Ah! essa lágrima é aflitiva! Essa lágrima é o resumo de quanta dor na vida, de quanta amargura nos punge a alma, de quanta mágoa nos dilacera a alma!!! Essa lágrima, que a dor espreme na âmbula de quanta dor o mundo oferece. Oh! essa lágrima vertida na solidão, escondida a todos; porque ninguém comove. [...] (RaMF, p. 198).

Não havia registro de data. Morais Filho, porém, incluiu ‘Lágrimas da Velhice’ ao lado de entradas escritas em 1903. Naquele ano, a autora já contava com 78 anos de idade. O *Álbum* terminaria por aí, com exceção do citado registro, datado de 1910, que informava sobre o falecimento de Djalma, como vimos anteriormente neste capítulo.

A autora ainda viveria até os 92 anos. Ao longo do seu tempo de vida, ela soube construir e reconstruir o seu universo intelectual. Deixou frutos valiosos ao longo do caminho, seja como pioneira na literatura brasileira, seja como professora. No plano pessoal, construiu e valorizou uma diversificada rede de afetos. Enfim, como afirma Simões (2019, p. 219), em um “mundo cheio de contradições entre a ordem, o progresso, as variadas e controversas correntes abolicionistas, as religiões e as questões raciais, em uma sociedade cordial profundamente violenta e segregacionista, que Maria Firmina dos Reis soube se posicionar”.

¹³⁴*Jovem senhora*, digamos assim, pelos padrões atuais; pelos padrões da época, ela talvez fosse vista de outro jeito.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese investigou o conteúdo do *Álbum*, uma coleção de registros atribuídos à escritora maranhense Maria Firmina dos Reis. Procuramos examinar o contexto familiar e social da vida da autora. Investigamos ainda a opinião de outros estudiosos sobre a vida e a obra dela, notadamente em relação ao *diário íntimo*. Neste último aspecto, foram examinadas certas concepções correntes a respeito da autora, notadamente a crença de que os seus escritos (sua *caligrafia*, digamos assim) nos revelariam uma pessoa triste e melancólica, a ponto de cogitar o suicídio.

Acreditamos ter encontrado evidências a favor de interpretações alternativas. Mas cabe aqui enfatizar que não encontramos respostas para muitas questões importantes. Trabalhos futuros poderão lidar com algumas delas. A oportuna e valiosa obra de Agenor Gomes (2022a), por exemplo, iluminou muitas zonas sombrias, mas persistem muitas lacunas a preencher. Contatos diretos com descendentes de amigos e parentes da escritora, por exemplo, poderiam trazer à tona, quem sabe, joias preciosas que permaneceram todos esses anos longe dos olhos dos estudiosos. É a nossa expectativa, mas também o nosso desejo.

No que segue, a guisa de conclusão, apresentamos algumas considerações gerais a respeito dos capítulos desta tese.

Inicialmente, nos referimos aos esforços de Sacramento Blake visando dar visibilidade às obras dos mais diversos escritores, sobretudo aqueles que eram seus contemporâneos. Foi nesse trabalho de *garimpagem por arrastão* que ele chegou ao nome de Maria Firmina. Gomes (2022a) suspeita que a própria autora (via correspondência) teria enviado os seus dados ao pesquisador. Tal possibilidade de pronto nos instigou: em meio ao que teria sobrevivido desse imenso acervo documental reunido por Blake, será que encontraríamos cartas ou outros documentos relativos à escritora maranhense?

Falamos em seguida do trabalho de garimpagem promovido por Horácio de Almeida. Tendo acidentalmente encontrado um volume da autora em um sebo carioca, o bibliógrafo procurou tirar o nome dela do anonimato que então experimentava. Neste ponto, podemos imaginar ao menos duas vertentes de pesquisas futura, ainda que bastante desiguais em termos de chances de sucesso. De um lado, pensando nos possíveis leitores daquela obra, caberia bem a pergunta: o que os jornais cariocas da época teriam publicado sobre o volume? Bem mais difícil seria reconstituir a trajetória que o volume percorreu até chegar ao sebo. O exemplar ainda existe? Em caso afirmativo, haveria nele algum registro que nos informe a respeito da identidade dos seus proprietários?

Entra em cena então Morais Filho. Profundamente intrigado pela descoberta de uma autora negra de tamanha estatura, tornou-se um aficcionado pesquisador da vida e obra de Maria Firmina. A cortina de silêncio que então encobria o nome dela era vista por ele quase como uma ofensa pessoal. No âmbito dos estudos firminianos, o trabalho de Morais Filho foi um marco.

Além de colecionar evidências materiais, o historiador maranhense teve encontros e realizou entrevistas com familiares e amigos da escritora. O material que identificamos hoje como o *Álbum* teria chegado às mãos dele por intermédio de Leude sobrinho afetivo da sua conterrânea. Aquilo lhe soou como uma bomba. No anseio de mostrar ao mundo o seu achado, “escreveu cartas a colegas escritores de outros estados, solicitando colaboração na pesquisa” (Gomes, 2022, p. 294). De algum modo, obteve sucesso, tendo conseguindo organizar eventos para homenagear a escritora, ao menos em São Luís.

O material que reuniu a respeito de Firmina foi transformado no livro *Maria Firmina: Fragmentos de uma Vida* (1975). Supervisionou de perto o trabalho da equipe técnica (datilógrafos, sobretudo) que o ajudou nessa empreitada. Fora do mercado editorial há muitos anos, a obra é de difícil acesso. Razão pela qual, suspeitamos, muitos leitores e jovens estudantes desconhecem a sua existência. Lamentamos muito que assim seja. Em nossa opinião, a publicação de uma segunda edição, revista e anotada, é uma necessidade que deveria mobilizar os esforços de amigos e estudiosos da obra firminiana.

A despeito de todos os méritos, o livro de Morais Filho tem os seus problemas. Incluindo aí erros de datilografia ou edição (e.g., palavras incompletas, pontuação inadequada, páginas fora da ordem, códigos introduzidos no texto sem a necessária legenda). Pior ainda são as passagens que levantam suspeitas de que houve casos de deliberada interferência e manipulação no conteúdo. Seja por parte das tecladoras, seja por parte do próprio organizador.¹³⁵ Um exemplo simples e pontual seria este: “No dia 15 de fevereiro de 1876, Guilhermina e Miguel embarcaram para a capital na canoa [*espaço em branco*] e chegaram no dia 16 do mesmo mês” (RaMF, p. 186; grifo nosso).

A julgar pela quantidade de lapsos e erros, a equipe técnica não parecia estar habituada com esse tipo de trabalho. Em entrevista recente, o jornalista Fontanele¹³⁶ (2019, n.p), que teria integrado a equipe, relatou:

¹³⁵A referida equipe técnica era composta por cinco datilógrafos (RaMF, p. 288).

¹³⁶O nome de Fontanele não consta entre os colaboradores citados no livro.

Era uma letra de mulher elegante, sei que era de mulher porque nessa distinção de homem e mulher, essas diferenças [existiam], era uma coisa real. Eu tenho setenta anos, né, então eu conheço muita coisa da antiga. Nas caligrafias antigas que a gente estudava no caderno de caligrafia para fazer a letra bonita, geralmente as letras das mulheres eram mais caprichadas, mais bonitinhas, mais redondinhas e tal. E a dos homens eram mais garranchos, mais deitadas, isso aí é uma verdade.

[O material] estava muito velho, com algumas folhas carcomidas, amarelas, acho que até com uns [roidinhos] de traça nas pontas, sabe – as folhas assim bem amareladas. Era folha de papel almaço cortada no meio, no sentido vertical, estreita, né. Ali que estava escrito, só de um lado, várias folhas. Ele me ditava e eu ia datilografando.

Diante disso, podemos dizer que, entre o original manuscrito e o texto datilografado, havia ao menos duas fontes de ruído: quem estava a ditar e quem estava a datilografar.

Chegamos então ao trabalho maiúsculo de Gomes (2022a). Os documentos e as conclusões ali encontrados nos permitiram dar sustentação a uma série de registros presentes no *Álbum*. Foi possível, por exemplo, estabelecer duas *árvores genealógicas*, uma da família de Lauriana e outra da de Firmina (Apêndices A e B), além de uma linha do tempo da vida da escritora (Apêndice C).

Gomes (2022a) oferece informações até então inéditas a respeito da família de Lauriana, uma mulher escravizada que trabalhou na casa de Leonor, mãe de Firmina.

Com base em alguns achados do biógrafo, foi possível formular algumas hipóteses novas. Uma delas: o desejo de Maria Firmina ser mãe. Razão pela qual, a despeito do seu estado civil, ela tomou para si a guarda de algumas crianças. Filhos adotivos, porém, ao contrário do que outros imaginam, foram apenas dois: Renato e Sinhá (Maria Amália), filha de Balduína. No caso de Benjamim, como ressaltamos lá atrás (ver Cap. 7), tratava-se de um dos internos da casa de órfãos. De resto, Firmina desempenhou um papel ativo na educação de vários *sobrinhos afetivos*, em especial dos filhos de Guilhermina. No caso de Guilhermina, aliás, Firmina agiu assim antes mesmo de a irmã vir a falecer.

O desconhecimento desses fatos teria levado estudiosos do passado a cometer certos erros de interpretação, como ter sido uma mulher triste e torturada.

Não foram poucas as ocasiões em que a autora revelou ser uma mulher preocupada e zelosa com os sobrinhos, além de carinhosa. Razão pela qual podemos abandonar certos pontos de vista defendidos por autores que publicaram em passado recente. Como a tradicional imagem de que ela seria, entre outras coisas, uma mulher sofrida e solitária. Eis, por exemplo, o que anotou Telles (2018, p. 41), “Parece que por detrás da figura plácida e acessível, havia uma mulher torturada”.

Sabendo o que agora sabemos sobre a vida e obra de Firmina, não podemos mais defender esse ponto de vista.

A rigor, como mostrou Gomes (2022a), levando em conta o contexto de vida da imensa maioria das mulheres negras de então, Maria Firmina e sua família tiveram uma vida privilegiada. É no mínimo razoável dizer que ela viveu uma infância com algum conforto – e.g., em termos de moradia e alimentação. Não custa reproduzir aqui umas poucas palavras da própria escritora: “Encerrada na casa materna [...]” (RaMF, p. 176). Embora o verbo *encerrar* seja sinônimo de “Não sair à rua; fechar-se; enclausurar-se” (Ferreira, 2009, n.p), a expressão usada por ela pode ser interpretada de modo figurativo. Em alusão, por exemplo, a uma rede de proteção e afeto entre familiares.

O trânsito de Firmina pelo mundo das letras é uma clara demonstração da importância que a leitura e os estudos tiveram desde cedo na vida dela. A alfabetização – em especial a alfabetização de crianças negras – não era a regra na primeira metade do século XIX.¹³⁷ Ao que tudo indica, porém, era uma preocupação de família. Preocupação essa que ela herdou e passou adiante – ver, por exemplo, o livro de poesia que ela dedicou a Leonor. Um lugar privilegiado que deve ter influenciado a formação dela foi a biblioteca do Colégio Liceu, em São Luís, instituição onde o tio Sotero Reis lecionava.

Relativizar os *traumas de vida* enfrentados por ela não significa dizer que Firmina não teve dificuldades, seja pelo fato de ser mulher, seja pelo fato de ser negra. Nas palavras de Diogo (2022, p. 38):

Ou seja, enquanto alguns pesquisadores acentuam o gênero da escrita como fator da exclusão, outros frisam também sua negritude. O fato é que Firmina era ambos: mulher e negra num século em que a condição de escritor não era comum para alguém com tais marcadores sociais.

No Cap. 5, na tentativa de melhor compreender o protagonismo, as relações pessoais e os caminhos trilhados pela romancista, tratamos brevemente do contexto físico em que ela viveu. A partir dos relatos de Gomes (2022a), foi possível identificar a rua que Maria Firmina e a família residiram, além de obter informações históricas a respeito de alguns parentes e amigos de então.

No segundo semestre de 1847, por motivos de trabalho, Maria Firmina foi morar em Guimarães. Mas ia à capital com alguma frequência. Registros no *Álbum* mostram que ela ia a São Luís por motivos de festas ou para visitar parentes e amigos. Ocasões em que também

¹³⁷Sobre analfabetismo no país, ver Ferraro; Kreidlow (2004).

mantinha contato com os jornais para fins de divulgação de suas obras. Tal constatação vai de encontro à ideia de que a escritora teria levado uma vida de reclusa interiorana, distante do burburinho cultural próprio das cidades maiores.

Em Guimarães, ao mesmo tempo, a escritora continuou a ser um *personagem ativo* da vida cultural da cidade. Era com frequência convidada a participar de eventos (e.g., saraus e casamentos). Além disso, era comumente reverenciada como uma intelectual por conhecidos ou simples transeuntes que passavam diante de sua casa. Não faz muito sentido presumir que alguém que seja tratado dessa maneira esteve abandonado ou mesmo se sinta abandonado. Também não parecia haver muito espaço para a solidão na casa dela. No fim das contas, ela nunca morou sozinha. Ao contrário, como disse D. Nhazinha Goulart a Morais Filho, nós morávamos “na mesma casa, pois éramos uma só família” (RaMF, 1975, p. 276).

Outro ponto auspicioso para o qual chamamos a atenção teria sido às revelações de Gomes para a fixação (definitiva?) da data de nascimento da escritora: 11/10/1825. Conforme aponta Zin (2022, n.p), “desmontando a artimanha realizada pela futura professora para acrescentar três anos a mais em seu registro de batismo”.

Firmina soube reinventar sua trajetória diante dos entraves que frequentemente lhe apareciam pelo caminho.

Em certa ocasião, Oton, um dos sobrinhos afetivos, anotou um poema seu no *Álbum*. Isso foi em 20/11/1903. Ele havia retornado do Pará em setembro daquele ano e, como de costume, ia visitar a tia quando estava em Guimarães. Naquele 20 de novembro, talvez percebendo que as dificuldades crescentes que ela tinha com a visão eram motivos de desconforto e abatimento, ele teria tentado animá-la, manifestando o reconhecimento que tinha pela dedicação e pela trajetória dela. Eis o poema que ele notou no *Álbum* (Oton *apud* RaMF, p. 198-199, grafia original):

A MOCIDADE

A minha “Mamaia” M. F. dos Reis

Felizes os que podem sem penas e cuidados
Cercar a mocidade de contas e de flores,
Sentir na fronte o beijo dos júbilos doirados
No seio palpitante fremirem os amores...

Vós sois a sã lembrança dos júbilos passados,
Daqueles que a velhice cobriu com seus palores,
E galgam com os folguedos, ridentes, perfumados,
De vossa mocidade repleta de esplendores...

Avante!... que nos mares serenos da alegria

Jamais encontre escolhos a vossa mocidade
Batel que se declina no veio da corrente...

Que nunca da descrença sintais a vaga fria
No seio borbulhar-vos lançando a soledade...
Onde deve a esp'rança brilhar eternamente!...

Cabe notar como os versos de Oton dialogam de modo assertivo com o poema *Lágrimas da Velhice*, da própria Firmina.

Como uma artista da palavra, hábil, lírica e profunda, ela soube manejar recursos e técnicas próprios do romantismo em prol da sua mensagem e dos seus propósitos. Criou imagens e expressou sentimentos em seus versos que foram apreciados por seus pares de então, a ponto de a poesia dela ter tido a boa receptividade que teve, tanto entre seus pares (e.g., ver a coletânea *Parnaso Maranhense* [1861], citada anteriormente) como entre os leitores em geral.

É perceptível que, ao longo dos anos, o *Álbum* foi se transformando. A começar pela tentativa de Firmina seguir o formato tradicional, datando as entradas. Ao final, em alguns casos, assinava o seu nome, talvez como um modo de atestar e legitimar que ela mesma havia escrito ali. Trata-se, não custa lembrar, de um modo de *selar o pacto* entre o autor e o leitor, um traço típico da escrita diarística, como foi dito no Cap. 6. Curiosamente, porém, as assinaturas são mais comuns na primeira parte do volume, desaparecendo por completo na segunda parte.¹³⁸

Vale ainda frisar que o comportamento de Firmina diante do seu *diário íntimo* chega a destoar dos requisitos apontados por Lejeune (2014). Por exemplo, o fato de emprestá-lo para terceiros escrevessem algo ali. Foi assim ao menos com a amiga Teresa, Raimundo Marcos e Oton.

Para ela, a definição de *íntimo* parecia ter a ver com a liberação (ou não) do acesso ao *Álbum* que ela facultava às pessoas mais próximas. Esse talvez seja uma chave importante para nós decifarmos o real significado do *Álbum* para ela. Como terceiros teriam acesso ao conteúdo já escrito por ela, já que eles poderiam folhear o volume antes de nele anotar alguma coisa, ela, de fato, não estava a se expor por inteira naqueles registros. Seriam apenas anotações ligeiras ou pistas a respeito de temas ou assuntos que deveriam ser guardados. Nesse sentido, o volume deixaria de ser *íntimo* para ser *pessoal*.

¹³⁸ Por que essa diferença? Pressa, desatenção ou fruto da percepção de que assinar todas as entradas era algo meio redundante e, portanto, desnecessário? Ou seria apenas mais um ruído introduzido durante o processo de transcrição?

Destacamos ainda trechos nos quais a escritora faz menção à sua infância e adolescência. A linguagem parece ser intencionalmente cifrada, como era comum nos diários do século XIX. Mas como já alertava Lejeune (2014), é necessária alguma cautela para se decifrar essa escrita. Esse alerta do estudioso francês, aparentemente simples e trivial, nos levou a ler e reler o *Álbum* várias vezes. A ponto de especularmos sobre a possibilidade de que o problema maior imposto por aquele documento teria ao menos duas camadas: (1) Nem toda a *escrita íntima* dela estaria ali; e (2) Nem tudo o que sobreviveu era registro factual, pois haveria ali uma boa dose de ensaio ficcional.

Como vimos ao longo desta tese, o livro íntimo não nos revela muito – sequer de modo cifrado – da intimidade da autora. Sua intimidade em boa medida permaneceu oculta. Nas páginas arrancadas ou perdidas, quem sabe, talvez encontrássemos mais da Maria Firmina que era mulher, mãe, filha e amiga, mas que também amava e odiava, sonhava e tinha pesadelos.

Diante disso, levantamos a possibilidade de as páginas do *Álbum* terem servido como um *espaço experimental*. Um espaço onde ela pudesse fixar registros do dia a dia (e.g., datas de viagens, nascimentos e mortes), fazendo do volume um verdadeiro *obituário de afetos*, no qual ela só anotava “nomes sacros que mais hei amado no mundo” (RaMF, p. 181, grafia original). Mas também um espaço onde ela – ao longo do tempo – passou a reunir lampejos e pequenos ensaios literários sob a tutela de um *eu lírico* algo melancólico, bem de acordo com a época.

A suspeita, claro, é que o volume tinha muito mais páginas (e, portanto, registros) do que podemos supor. Uma fortíssima evidência a favor desse nosso ponto de vista é o que lemos no registro datado de 28/5/1872, no qual a autora se refere à despedida de Isidoro: “aqui é que está o nome de minha mãe” (RaMF, p. 189). Afirmativa que pressupõe a existência de registro que não chegou até nós. A rigor, nenhum dos registros que integram o *Álbum* tal qual o conhecemos faz menção à perda da mãe, da tia Henriqueta ou do tio Martiniano.

Alternativamente, Firmina pode ter se afastado do livro íntimo por algum motivo, como cansaço ou desinteresse. Veja, por exemplo, o que ela anotou em 01/02/1872 “Há dois anos [sic] que te abandonei, meu pobre álbum [...]”¹³⁹ (RaMF, p. 187).

No famoso depoimento que Leude deu a Morais Filho, o sobrinho afetivo de Firmina teria dito que os ladrões rasgaram muitos papéis (documentos, manuscritos, páginas do *Álbum*

¹³⁹A rigor, teriam sido quase três anos, pois o registro anterior foi feito em 31/1/1869.

etc.). Para nós, soa estranho ouvir que os ladrões tenham se dado ao trabalho de destruir determinadas *partes* de um diário, e não simplesmente o diário inteiro.

Outro aspecto dessa mesma questão. Na foto em que o sobrinho afetivo aparece (RaMF, p. 32) doando o *Álbum* a Morais Filho, o volume parecia estar em perfeito estado. Poderia ser apenas um jogo de cena, uma pose para a posteridade. Fora isso, a impressão deixada pela foto não combina com os poucos registros que sobraram nem com as declarações dadas em entrevista recente pelo jornalista Fontanele (ver Cap. 4). Segundo ele, o volume estaria em mau estado de conservação. Seja como for, caberia aqui registrar o comentário de Gomes (2022a, p. 298): “Em seu discurso, Nunes Freire¹⁴⁰ afirmou que encaminharia o livro [*Úrsula*] e o diário ao lugar que lhes seja mais adequado e seguro – o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão”.

Diante do que foi dito acima, algumas perguntas se impõem. A mais importante das quais seria: as páginas originais (manuscritas) que compunham o *Álbum* ainda existem? Caso a resposta seja afirmativa, onde elas estariam guardadas?

A ausência do manuscrito original é um grande problema. Um problema que por si só deu origem a boatos e erros de interpretação ao longo dos anos. Esperamos, com este trabalho, entre outras coisas, ter chamado a atenção para o problema a ponto de, quem sabe, motivar as novas gerações nessa empreita: Que fim levou o *Álbum* de Maria Firmina?

¹⁴⁰Oswaldo Nunes Freire era governador do estado do Maranhão em 1975, ano do lançamento da obra de Morais Filho.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Memoriais de formação a (re)significação das imagens-lembranças/recordações-referências para a pedagoga em formação. **Revista Educação**, v. 34, n. 2, p. 165-172. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/ojs/index.php>. Acesso em: 08 mar. 2024.
- ABRANTES, Elizabeth Sousa. A educação feminina em São Luís no século XIX. In: **XXII Simpósio Nacional de História**. João Pessoa, 2003. Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org>. Acesso em: 08 mar. 2024.
- ADICHE, Chimamanda Ngozi. **Notas sobre o luto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- ADLER, Dilercy Aragão. **Maria Firmina dos Reis: uma missão de amor**. São Luís: Academia Ludovicense, 2017.
- ADLER, Dilercy Aragão. A mulher Maria Firmina dos Reis: uma maranhense. In: DUARTE, Constância Lima; TOLENTINO, Luana; BARBOSA, Maria Lúcia; COELHO, Maria do Socorro Vieira (Orgs.). **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALEXANDRE, Ana Catarina. **A intimidade na obra de Irene Lisboa**. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade do Porto. Porto: Universidade do Porto, 2023. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/153922>. Acesso em: 08 mar. 2024.
- ALMEIDA, José Eulálio Figueiredo de. **O crime da baronesa**. 4. ed. São Luís: Ponto Gráfico Digital, 2018.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- AMARAL, José Ribeiro do. Revista Tipográfica. In: MORAIS FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina: fragmentos de uma vida**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/>. Acesso em: 08 mar. 2024.
- ARANTES, Ana Claudia Quintana. **A morte é um dia que vale a pena viver: e um excelente motivo para se buscar um novo olhar para a vida**. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.
- ARFUCH, Leonor. **O espaço da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. Arquivos Pessoais. **Revista Estudos Históricos**, n. 21, 1998. Disponível em: <https://hml-bibliotecadigital.fgv.br>. Acesso em: 08 mar. 2024.

AZEVEDO, Elciene. **Orfeu da carapinha**: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

BAUDELAIRE, Charles. **As flores do mal**. Jamil Almansour Haddad (Trad.). São Paulo: Max Limonad, 1981.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1981.

BECKER, Ernest. **A negação da morte**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1973.

BERND, Zilá. **Introdução à literatura negra**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BIEDERMANN, Alfred (org.). **Le romantisme européen**. Paris: Larousse 1972.

BLAKE, Sacramento Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1970. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acesso em: 08 mar. 2024.

BLANCHOT, Maurice. **O livro por vir**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**, 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos, 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, Roberto de Oliveira. **A poesia satírica de Luiz Gama**. Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade, v. 49, n.1, 1988.

CALABRE, Lia. Políticas e conselhos de cultura no Brasil: 1967-1970. **Políticas culturais em revista**, v. 1, p. 19-35, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3188>. Acesso em: 08 mar. 2024.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880**. 12. ed. Rio de Janeiro: O Azul, 2000.

CANDIDO, Antonio. **Iniciação à literatura brasileira**, 6. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano, 2003.

CARONE, Marilene. **Luto e melancolia**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

CARPEAUX, Otto Maria. **História da literatura ocidental**, v. 1. Brasília, Senado Federal, 2011a.

CARPEAUX, Otto Maria. **História da literatura ocidental**, v. 2. Brasília, Senado Federal, 2011b.

CARPEAUX, Otto Maria. **História da literatura ocidental**, v. 3. Brasília, Senado Federal, 2011c.

CARPINEJAR, Fabricio. **Manual do luto: todas as dores do mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2023.

CARVALHO, Jéssica Catharine Barbosa. **Memorial de Maria Firmina dos Reis – 160 anos de Úrsula: em 1975, alguém tinha que datilografar o romance**. [s.l.], 2019. Disponível em: <https://mariafirmina.org.br/> Acesso em: 08 mar. 2024.

CARVALHO, Jéssica Catharine Barbosa. **Literatura e atitude política: olhares sobre o feminino e antiescravidão na obra de Maria Firmina dos Reis**. 2018. 130 f. Dissertação (Mestrado em Literatura). Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/>. Acesso em: 08 mar. 2024.

CASTRO, Fabio Caprio Leite de. A angústia em Kierkegaard, Heidegger e Sartre – sobre o que a ciência não pode objetificar. **Revista ética e filosofia política**, [s.l.], v. 1, p. 144-164, 2020.

CERQUEIRA, Janice Souza. **Da literatura afro-brasileira à poesia afro-feminina de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Malê, 2022.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**, 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CORR, Charles A. What nursing can learn from a proper appreciation of the five stages. **Revista da Escola de Enfermagem**, [s.l.], v. 53, ed. 03488, 2019.

CRUZ, Arlete Nogueira da. **Sal e sol**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

CRUZ, Marinilton. A cidade de Guimarães. **Blog Patrimônio Tradicional**. [s.l.], 2014. Disponível em: <http://patrimoniotradicional.blogspot>. Acesso em: 08 mar. 2024.

CUNHA, Diva. Auta de Souza. In: DUARTE, Eduardo Assis; FONSECA, Maria Nazaré Soares (orgs.). **Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

CUNHA, Maria Teresa. Diários íntimos de professoras: letras que duram. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio, BASTOS, Maria Helena Câmara, Cunha, Maria Teresa Santos (Orgs.). **Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica**. Florianópolis: Mulheres, 2000.

CUNHA, Maria Teresa. **Do baú ao arquivo: escritas de si, escritas do outro**. Patrimônio e Memória. UNESP-FCLAs, v.3, n.1, p. 45-62, 2007.

CUNHA, Maria Teresa. Territórios abertos para a História. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2020.

CUTI, Luiz Silva. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

CZECHOWSKI, Nicole. Journal intime d'un numéro ou histoire d'une Madeleine sous cellophane. In: **L'intime**: proégé, dévoilé, exhibé. Série mutations, [s.l.], n. 81, 120 p., jun. 1986.

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. **Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, [s.l.], n. 26, p. 13-71, jul.-dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/>. Acesso em: 08 mar. 2024.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea**: um território contestado. Vinhedo: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo**. Conferência proferida na reitoria da UFBA, em Salvador, em 25 jul. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso em: 08 mar. 2024.

DELON, Michel. Une pratique d'avant-garde. Entretien avec Philippe Lejeune. **Magazine littéraire**, Lesécritures du moi, hors-série. [s.l.], n. 11, p. 6-109, mar. 2007.

DIOGO, Luciana Martins. **Da sujeição**: a literatura como espaço de construção da subjetividade, os casos das obras Úrsula e A escrava de Maria Firmina dos Reis. Dissertação (Mestrado em Literatura). São Paulo: USP, 2016. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/>. Acesso em: 08 mar. 2024.

DIOGO, Luciana Martins. **Maria Firmina dos Reis**: vida literária. Rio de Janeiro: Malê, 2022.

DUARTE, Constância Lima. Literatura e crítica literária. In: GAZOLLA, Ana Lúcia Almeida. A mulher na literatura. **II Encontro nacional da ANNPOLL**. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1990.

DUARTE, Constância Lima. **Memorial do memoricídio**: escritoras brasileiras esquecidas pela história, v. 1., Belo Horizonte: Editora Luas, 2022.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabela Rosado. **Escrevivências a escrita de nós**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina comunicação, 2020.

DUARTE, Eduardo de Assis. Posfácio. In: REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. 4. ed. Florianópolis: Mulheres, 2004.

DUARTE, Constância Lima. Literatura e afro-descendência. In: **Literatura, política, identidade: ensaios**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

DUARTE, Constância Lima. Literatura e afro-descendência. In: PEREIRA, Edimilson de Almeida (org.). **Um tigre na floresta de signos**. Belo Horizonte: Maza Edições, 2010.

DUARTE, Constância Lima. Por um conceito de literatura afro-brasileira. In: DUARTE, Eduardo de Assis, FONSECA, Maria Nazaré Soares (orgs.). **Literatura e afrodescendência no Brasil**: antologia crítica, v. 4. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DUARTE, Constância Lima. Úrsula e a desconstrução da razão negra ocidental. In: DUARTE et al. **Maria Firmina dos Reis**: Faces de uma precursora. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

DUNKER, Christian. **Lutos finitos e infinitos**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Rosado Isabella (orgs.). **Escrevivência, a escrita de nós**: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Ilustrações: Goya Lopes. Rio de Janeiro: Mina Comunicação, p. 49-84, 2020.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista**: os descaminhos da liberdade. São Luís: Editora da UFMA, 2012.

FERRARO, Alceu. R; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação e realidade**, n. 29, [s.n], 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**, 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FERREIRA, Shirley. **As trovas burlescas de Luiz Gama**: a afirmação da identidade negra na Literatura Brasileira. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <https://seer.uniacademia.edu.br>. Acesso em: 08 mar. 2024.

FERREIRA, Shirley; **Luiz Gama e a identidade negra na literatura**. Juiz de Fora: Edição do Autor, 2017.

FERREIRA, Shirley; SILVA, Anderson Pires. **Maria Firmina dos Reis e Luiz Gama**: precursores da literatura negra. Verbo de Minas, Juiz de Fora, v. 21, n. 37, p. 170-193, jan./jun.2020.

FIGUEIREDO, Eurídice. **Mulheres ao espelho**: aubiografia, ficção, aulficção. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2013.

FONSECA, Maria Nazareth Soares; SOUZA, Florentina da Silva (orgs.). **Literatura afro-brasileira**. Salvador: CEAO, 2006.

FRANCO, Maria Helena Pereira. **O luto no século 21**: Uma compreensão abrangente do fenômeno. São Paulo: Summus Editorial, 2021

FREUD, Sigmund. **Escritos sobre a guerra e a morte**. Artur Morão (Trad.). Covilhã: LusoSofia, 2009.

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. In: **Introdução ao narcisismo**: ensaios de metapsicologia e outros textos. Paulo César de Souza (Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**, formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 14. ed. Rio de Janeiro: Editôra José Olympio, 1969.

FUKUMITSU, Karina Okajima. Um dedo de prosa com a morte vira braço que busca o abraço. p. 21-30. In: GOUVÊA, Teresa Vera de Sousa; FUKUMITSU, Karina Okajima. **Quando a morte chega em casa**. São Paulo: Sumuus, 2022.

FURTADO, Lucciani. **Memorial Maria Firmina dos Reis**: prosa completa e poesia, v. 1. São Paulo: Uirapuru, 2017.

FURTADO, Lucciani. **Memorial Maria Firmina dos Reis**: prosa completa e poesia, v. 2. São Paulo: Uirapuru, 2019.

GAMA, Luiz. **Primeiras trovas de Getulino**. São Paulo: Tipografia Dois de Dezembro, 1859.

GARRET, V. de Almeida. **Camões**. Lisboa: Bertrand, 1858.

GAY, Peter. **O coração desvelado**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GAY, Peter. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud**: a educação dos sentidos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GOMES, Agenor. **Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil**. São Luís: AML, 2022a.

GOMES, Agenor. Muitas Áfricas na Guimarães de Maria Firmina dos Reis. In: FAEDRICH, Anna; ZIN, Rafael Balseiro (orgs.). **A mente ninguém pode escravizar**. São Paulo: Alameda, 2022b.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

GOMES, Osvaldo. Prefácio. In: ADLER, Dilercy Aragão; GOMES, Osvaldo. (org.). **Cantos à beira-mar e Gupeva**. São Luís: Academia Ludovicense Letras, 2017.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOUVÊA, Teresa Vera de Sousa; FUKUMITSU, Karina Okajima. **Quando a morte chega em casa**. São Paulo: Summus, 2022.

GUEDES-PINTO, Ana Lúcia; GOMES, Geisa Genaro; SILVA, Leila Cistina Borges da. **Memórias de leitura e formação de professores**. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

IANNI, Otávio. Literatura e consciência. In: DUARTE, Eduardo de Assis (org.). **Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica**, v. 1 Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 183-198.

KAUFMANN, Pierre. **Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan.** Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

KEHL, Maria Rita. CARONE, Modesto. PERES, Urania Tourinho. **Luto e melancolia.** São Paulo: Cosac Naify, 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOVÁCS, Maria Júlia. **Morte e desenvolvimento humano.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

KOVÁCS, Maria Júlia. Prefácio. In: GOUVÊA, Teresa Vera de Sousa; FUFUMITSU, Karina Okajima (orgs.). **Quando a morte chega em casa.** São Paulo: Summus, 2022.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth. **Sobre a morte e o morrer.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1985.

KYRILLOS, Gabriela M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, n.28, n.1. [s.l], 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/i/2020>. Acesso em: 08 mar. 2024

LAPA, Manuel Rodrigues. **Cantigas d'escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses**, 2. Ed, Vigo: Galáxia, 1970.

LEITE, Sonia. **Angústia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LEJEUNE, Philippe. **L'autobiographie em France.** Paris: Armand Colin, 1971.

LEJEUNE, Philippe. **Le pacte autobiographique.** Paris: Seuil, 1975.

LEJEUNE, Philippe. **Le moi des demoiselles.** Paris: Seuil, 1993.

LEJEUNE, Philippe. Diários de garotas francesas no século XIX: constituição e transgressão de um gênero literário. **Cadernos Pagu**, v. 8-9, p. 99-114, 1997. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br>. Acesso em: 08 mar. 2024.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet.** Jovita Maria G. Noronha (org.). Jovita Maria G. Noronha; Maria Inês C. Guedes (Trad.), 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LEJEUNE, Philippe. Le journal au seuil de l'intimité. **Itinéraires** [En ligne], [s.l], 2009, mis en ligne le 24 juillet 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/itineraires>. Acesso em: 08 mar. 2024.

LOBO, Luiza. Um auto-retrato de mulher: A pioneira maranhense Maria Firmina dos Reis. **Letterature d'America**, v. 7, n. 29-31, p. 71-86, 1986-1987.

LOBO, Luiza. A pioneira maranhense Maria Firmina os Reis. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, n. 16, p. 91-102, 1993.

LOBO, Luiza. **Guia de escritoras da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2006.

LOBO, Luiza. **Crítica sem juízo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

LOBO, Luiza. **Crítica sem juízo**, 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

LOBO, Luiza. Luz e sombra na obra de Maria Firmina dos Reis. In: VAZ, Leopoldo Gil Dulcio e ADLER, Dilergy Aragão (orgs.). **Sobre Maria Firmina dos Reis**. São Luís: ALL, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORI, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

LUDMER, Josefina. Literaturas Pós-Autônomas. In: **Revista de crítica literária y de cultura**, n. 17, jul. 2007, [s.l.]. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br>. Acesso em: 08 mar. 2024.

LUNDIN, R. W. **Personalidade: uma análise do comportamento**. São Paulo: EPU e Edusp, 1972.

MACEDO, Joaquim Manuel. **As vítimas algozes**: quadros da escravidão, Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1869. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4100/1/010704-1_COMPLETO.pdf. Acesso em: 08 mar. 2024

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Maria Firmina dos Reis: Invisibilidade e presença de uma romancista negra no Brasil do século XIX ao XXI. In: REIS, Maria Firmina. **Úrsula**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Maria Firmina dos Reis: escrita íntima na construção do si mesmo. **Estudos avançados**. v. 33, n. 96, p. 93-108, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 08 mar. 2024.

MACIEL, Sheila Dias. A literatura e os gêneros confessionais. In: BELON, Antonio Rodrigues; Maciel, Sheila Dias (orgs.). **Em diálogo**: estudos literários e linguísticos. Campo Grande: Ed. UFMS, p. 75-91, 2004.

MACIEL, Sheila Dias. Termos de literatura confessional em discussão. **Guavira Letras**, n. 1, ago. 2005. Disponível em: <http://www.ceul.ufms.br>. Acesso em: 08 mar. 2024.

MACIEL, Sheila Dias (org.). **O que não pode ser esquecido: considerações sobre a escrita de memórias no Brasil**. Cuiabá: EdUFMT, 2019.

MARQUES, César Augusto. **Almanak histórico de lembranças brasileiras**. São Luís, n. 1, 1863, [s.n].

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão**, 3. ed. São Luís: AML, 2008.

MARQUES, Eliane. *Úrsula: a diferença como exclusão e como desejo de reconhecimento*. In: REIS, Maria Firmina. *Úrsula*. Porto Alegre: Zouk, 2018.

MARTIN, Charles. Uma rara visão de liberdade. Prefácio. In: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença e INL, 1988

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**, vol. 1. São Paulo: Cultrix e Edusp, 1977a.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**, v. 2. São Paulo: Cultrix e Edusp, 1977b.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**, v. 4. São Paulo: Cultrix e Edusp, 1978a.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**, v. 5. São Paulo: Cultrix e Edusp, 1978b.

MARTINS FILHO, José Reinaldo F. Subjetividade e autobiografia em Rousseau, Goethe e Nietzsche. In: **Illuminare – revista de filosofia e teologia**, v. 1, n. 1, p. 32-55, [s.l], jan./jun. 2018.

MATOS, Olgária. **O Iluminismo visionário: Benjamin, leitor de Descartes e Kant**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MATTOS, B. de. **Almanak administrativo e industrial**, n. 2. São Luís do Maranhão, Tipografia do Progresso: 1859.

MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001

MENDES, Algemira de Macêdo. **A escrita de Maria Firmina dos Reis na literatura Afrodescendente Brasileira: revisitando o cânone**, 2016.

MENDES, Algemira de Macêdo. **A escrita de Maria Firmina dos Reis na literatura afrodescendente brasileira: revisitando o cânone**. Porto: Chiado, 2016. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede>. Acesso em: 08 mar. 2024.

MENDES, Algemira de Macêdo. **Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias do século XIX e XX**. 283f. Tese (Doutorado em Letras). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede>. Acesso em: 08 mar. 2024.

MENDES, Melissa Rocha Teixeira. **Uma análise das representações sobre as mulheres no Maranhão da primeira metade do século XIX a partir do romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis**. Dissertação (Mestrado em Letras). São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2013. Disponível em: <https://mariafirmina.org.br>. Acesso em: 08 mar. 2024.

MENEZES, Raimundo de. **Dicionário literário brasileiro**, 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

- MIRANDA, Fernanda. **Silêncios prescritos**: estudos de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006). Rio de Janeiro: Malê, 2019.
- MIRANDA, Wander Melo. **Corpos escritos**. São Paulo: Edusp e Editora UFMG, 1992.
- MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Cultrix, 2004.
- MOLINA, José Artur. **O que Freud dizia sobre as mulheres**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- MONTELLO, Josué. **A primeira romancista brasileira**. *Jornal do Brasil*, [s.l], 11 nov. 1975.
- MONTELLO, Josué. Abertura. In: DUARTE, Constância Lima et al. (orgs). **Maria Firmina dos Reis**: Faces de uma precursora. Rio de Janeiro: Malê, 2018.
- MONTÉMONT, Véronique. Dans la jungle de l'intime: enquête lexicographique et lexicométrique (1606-2008). **Itinéraires** [En ligne], 2009-4 et 2009, mis en ligne le 04 septembre 2014, consulté le 19 avril 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/itineraires>. Acesso em: 08 mar. 2024.
- MORAES, Jomar. **Apontamentos de literatura maranhense**. 2. ed. São Luís: Sioge, 1977.
- MORAIS FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina**: fragmentos de uma vida. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.
- MORAIS, Tatiane Carvalho de. **Abolicionismo e solidariedade**: uma perspectiva comparada entre Úrsula de Maria Firmina dos Reis e A Cabana do Pai Tomás de Harriet B. Stone. Dissertação (Mestrado em Letras). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/>. Acesso em: 08 mar. 2024.
- MOREIRA, Regina L. Os diários pessoais e a (re)construção histórica. **Estudos históricos**. Dossiê diário de Vargas. v. 9, n. 17, 1996, p. 177-184. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br>. Acesso em: 08 mar. 2024.
- MORICONI, Ítalo. Circuitos contemporâneos do literário (indicações de pesquisa). In: **Revista gragoatá**. Niterói, n. 20, p. 147-163, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata>. Acesso em: 08 mar. 2024.
- MOTA, Antonia da Silva; SILVA, Kelsilene Rose, MANTOVANI, José Dervil. **Cripto maranhenses e seu legado**. São Paulo: Siciliano, 2001.
- MOTT, Luiz. **Rosa Egipcíaca**: uma santa africana no Brasil. [s.l], [s.n]: 1993.
- MOTT, Luiz. **Piauí colonial**: população, economia e sociedade. Teresina: APL, 2010.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e resistência**: a mulher na luta contra a escravidão. São Paulo: Contexto, 1988.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e resistência**: a mulher na luta contra a escravidão. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. Escritoras negras: resgatando a nossa história. In: PEREIRA, Edmilson de Almeida (org.). **Um tigre na floresta de signos**: estudos sobre poesias e demandas sociais no Brasil. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Artimanhas nas entrelinhas: leitura do paratexto de escritoras do século XIX. In: FUNCK, Susana Borneo, (org.). **Trocando ideias sobre a mulher e a literatura**. Florianópolis: Editora UFSC, 1994.

MUZART, Zahidé Lupinacci (org.). **Escritoras brasileiras do século XIX**: Antologia, v. 1. Florianópolis: Editora Mulheres e Edunisc, 1999.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres do século XIX. **Estudos Feministas**, v. 11, n. 1, p. 225-233, jan.- jun. 2003.

MUZART, Zahidé Lupinacci (org.). **Escritoras brasileiras do século XIX**: Antologia, v. 2. Florianópolis: Editora Mulheres e Edunisc, 2004.

MUZART, Zahidé Lupinacci (org.). **Escritoras brasileiras do século XIX**: Antologia, v. 3. Florianópolis: Editora Mulheres e Edunisc, 2009.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma pioneira: Maria Firmina dos Reis. **Muitas vozes**, v. 2, n.2, p. 247-260, jul.-dez., 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/>. Acesso em: 08 mar. 2024.

NEJAR, Carlos. **História da literatura brasileira**: Da Carta de Caminha aos contemporâneos. São Paulo: Leya, 2011.

NOGUEIRA, Renato. **O que é o luto**: como os mitos e as filosofias entendem a morte e a dor da perda. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2022.

NORONHA, Jovita Maria Gerheim. **Ensaio sobre a autoficção**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 14.

O'CONNOR, Mary-Frances. **O cérebro de luto**: como a mente nos faz aprender com a dor e a perda. Rio de Janeiro: Principium, 2023.

OLIVEIRA, Adriana Barbosa de. **Gênero e etnicidade no romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis**. Dissertação (Mestrado em Literatura). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/>. Acesso em: 08 mar. 2024.

OLIVEIRA, Cícera Fernandes de; PRADO, Danda. **Cícera, um destino de mulher**: autobiografia duma imigrante nordestina, operária têxtil. São Paulo: Brasiliense, 1981.

OLIVEIRA, Paulo. **Cronologia da história de Guimarães**. 2. ed. São Luís: Segraf, 2007.

ORLANDA, Muller dos Santos Lima. **As primeiras letras dos sertões maranhenses**: 1824-1841. São Luís: UEMA, 2016. Disponível em: <http://repositorio.uema.br/jspui/handle/123456789/54>. Acesso em: 08 mar. 2024.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra**: afetividade e solidão. Salvador: EdUFBA, 2013.

PACHECO, Maria Vera Pompêo de Camargo. Esquirol e o surgimento da psiquiatria contemporânea. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 6, n. 2, p. 152-157, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/wdZ8NCsDnBst4Nq3jZjgBMb/>. Acesso em: 08 mar. 2024.

PAIVA, Kelen Benfenati. **Maria Firmina dos Reis**: educação e emancipação feminina. In: Duarte et al, [s.n], 2018.

PEREIRA, Ângela Maria Gomes. Um drama, uma vida; uma história. In: **Sobre Maria Firmina dos Reis**. VAZ, Leopoldo Gil Dulcio; ADLER, Dilercy Aragão (orgs.). São Luís: ALL, 2015.

PEREIRA, Edimilson Almeida. Negociação e conflito na construção das poéticas brasileiras contemporâneas. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, v. 31, p. 25-52, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br>. Acesso em: 08 mar. 2024.

PEREIRA, Mário Eduardo Costa. Melancolia e subjetivação em 'Aurélia' de Gérard Nerval. In: **Psicanálise, Literatura e Estéticas de Subjetivação**, n.11, 1. ed. [s.l]: Imago Editora, pp. 25, pp. 223-247, 2001.

PEREIRA, Nunes. **A casa das Minas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

PERES, Urania Tourinho. **Depressão e melancolia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

PERPÉTUA, Elzira Divina. **Literatura brasileira confessional**: uma leitura de memórias marginais. Anais do SILEL. Uberlândia: Editora da UFU, 2011.

PERRONE-MOISÉS, L. **Altas literaturas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha historia das mulleres**. São Paulo: Contexto, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de gênero e história social. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 1, p. 159-189, abr. 2009. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo>. Acesso em: 08 mar. 2024.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

PINTO-BAILEY, Cristina Ferreira. Na contramão: a narrativa abolicionista de Maria Firmina dos Reis. **Literafro** 2018. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro>. Acesso em: 08 mar. 2024.

PINTO-BAILEY, Cristina Ferreira. **O cerco de Corinto** – Lord Byron. Henrique Ernesto de Almeida Coutinho (Trad.). São Paulo: Poeteiro Editor Digital, 2014.

PINTO-BAILEY, Cristina Ferreira. **“Deixai pois [que] a minha Úrsula caminhe... entre vós” ... no exterior...** [Entrevista concedida a] Luciana Martins Diogo. Revista Firminas, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 283-290, jan-jul, 2021.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://reviravoltadesign.com>. Acesso em: 08 mar. 2024.

PRIORE, Mary Del. **História da gente brasileira**, v. 2. Império. São Paulo: Leya, 2016.

PRIORE, Mary Del. **Sobreviventes e guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000**. São Paulo: Planeta, 2020.

PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 08 mar. 2024.

QUEIROZ, Veronica Santana. **Conceição Evaristo e a política dos afetos: caminhos para a bioética**, [s.n], 2022.

QUINTANEIRO, Tania. **Retratos de mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajeros do século XIX**. Petrópolis: Vozes, 1995.

RAGO, Luiza Margareth. **A aventura de contar-se: feminismo, escrita de si e invenções da subjetividade**: Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

RAPOSO, Ignácio. **Mestre cuia: contos do tempo da escravidão**. Rio de Janeiro, Companhia Brasil Editora, 1937.

REIS, Maria Firmina dos. **Cantos à beira-mar e Gupeva**. São Luís: Academia Ludovicense Letras, 2017.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula – Gupeva – Aescrava – Cantos à beira-mar**. São Paulo: Desconcertos, 2022.

REMÉDIOS, Maria Luiza. **Literatura confessional: autobiografia e ficcionalidade**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Polén, 2019.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **As confissões**. Wilson Lousada (Trad.). São Paulo: Martin Claret, 2011.

SAER, Juan José. **O conceito de ficção**. Punto de Vista. Buenos Aires, n. 40, jul.-set. de 1991. Disponível em: <http://culturaebarbarie.org>. Acesso em: 08 mar. 2024.

SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade. **Escrevivência: conceito literário de identidade afro-brasileira**. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Rosado Isabella (org.). **Escrevivência: A escrita de nós – Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação, p. 96-113, 2020.

SANTOS, Carla Sampaio dos. **A escritora Maria Firmina dos Reis: história e memória de uma professora no Maranhão do século XIX.** Dissertação (Mestrado em Letras). Campinas: Unicamp. Disponível em: <https://mariafirmina.org.br>. Acesso em: 08 mar. 2024.

SANTOS, Mirian Cristina. **Intelectuais negras: prosa negro-brasileira contemporânea.** Tese (Doutorado em Letras). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br>. Acesso em: 08 mar. 2024.

SARTORI, Maria Ester de S. R. **Escritas de si: a arte da existência grafada em autobiografias, diários pessoais e relatos de viagens femininos.** Recife: ANPUH, 30. Simpósio Nacional de História, 2019.

SCHIMIDT, Rita Terezinha. Uma voz das margens: do silêncio ao reconhecimento. In: **Úrsula: Maria Firmina dos Reis.** Porto Alegre: Zouk, 2018.

SCHOPENHAUER, Arthur. **As dores do mundo.** Rio de Janeiro: Coleção Universidade, 1989.

SIBILIA, Paula. **O show do eu.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SILVA, Ana Lúcia. **A opinião pública sobre as vozes negras abolicionistas e as escrevivências de Maria Firmina dos Reis na perspectiva da nova história política.** 268 f. Tese (Doutorado em Letras). Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2023. Disponível em: <http://www.pph.uem.br/>. Acesso em: 08 mar. 2024.

SILVA, Régia Agostinho da. **A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX.** 177 f. Tese (Doutorado em Literatura). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br>. Acesso em: 08 mar. 2024.

SILVA, Vagner Gonçalves. **Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira.** São Paulo: Selo Negro, 2005.

SIMÕES, Bárbara. **Firmina.** Rio de Janeiro: Malê, 2019.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

SOUZA, Antonia Pereira de. **A prosa de ficção nos jornais do Maranhão oitocentista.** Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb>. Acesso em: 08 mar. 2024.

SOUZA, Auta de. **Horto, outros poemas e ressonâncias.** Natal: EDUFRN, 2009.

SOUZA, Elio Ferreira de. A carta da escravizada Esperança Garcia, escrita por ela mesma, e a formação do cânone literário afro-brasileiro. **Aletria**, v. 32, n. 1, p. 277-297, 2022. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br>. Acesso em: 08 mar. 2024.

SOUZA, Natália de Souza. **Uma senhora maranhense que cultivava as belas letras: Maria Firmina dos Reis e sua trajetória na imprensa (1860-1911).** Dissertação (Mestrado em Letras).

Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br>. Acesso em: 08 mar. 2024.

SUZUKI, Matinas, Jr. (org.). **Livro das vidas**: obituários do New York Times. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

TELLES, Ligia Fagundes. Mulher, mulheres. In: PRIORE, Mary Del (org.), **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 669-672, 1997.

TELLES, Norma. **Escritoras, escritas, escrituras**. In: PRIORE, Mary Del (org.), **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del. PINSKY, Carla B. **Histórias das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

TELLES, Norma. **Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX**. São Paulo: Intermeios, 2012.

TELLES, Norma. Uma maranhense. In: DUARTE, Constância Lima et al. (orgs.), **Maria Firmina dos Reis**: faces de uma precursora. Rio de Janeiro: Malê, p. 39-51, 2018.

TRUTH, Sojourner. **E eu não sou uma mulher?** Carla Cardoso (Trad.). Rio de Janeiro: Ímã Editorial, 2020.

VIANA, Maria José Motta. **Do sótão à vitrine**: memórias de mulheres. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.

VILAIN, Philippe. **L'autofiction en théorie**: suivi de deux entretiens avec Philippe Sollers et Philippe Lejeune. [s.l]: Chatou de la Transparence, 2009.

WALKER, Alice. **Em busca dos jardins de nossas mães**. Stephanie Borges (Trad.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, v.1, n. 1, p. 8-17, mar-jun de 2010. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/>. Acesso em: 08 mar. 2024.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: Ensaios sobre a crítica da cultura. Alípio Correia de Franca Neto (Trad.). São Paulo: Edusp, 1994.

XIMENES, Sérgio Barcellos. **A arte literária**. Blog pessoal do escritor e pesquisador, 2019. Disponível em: <https://medium.com/@sergiobximenes>. Acesso em: 08 mar. 2024.

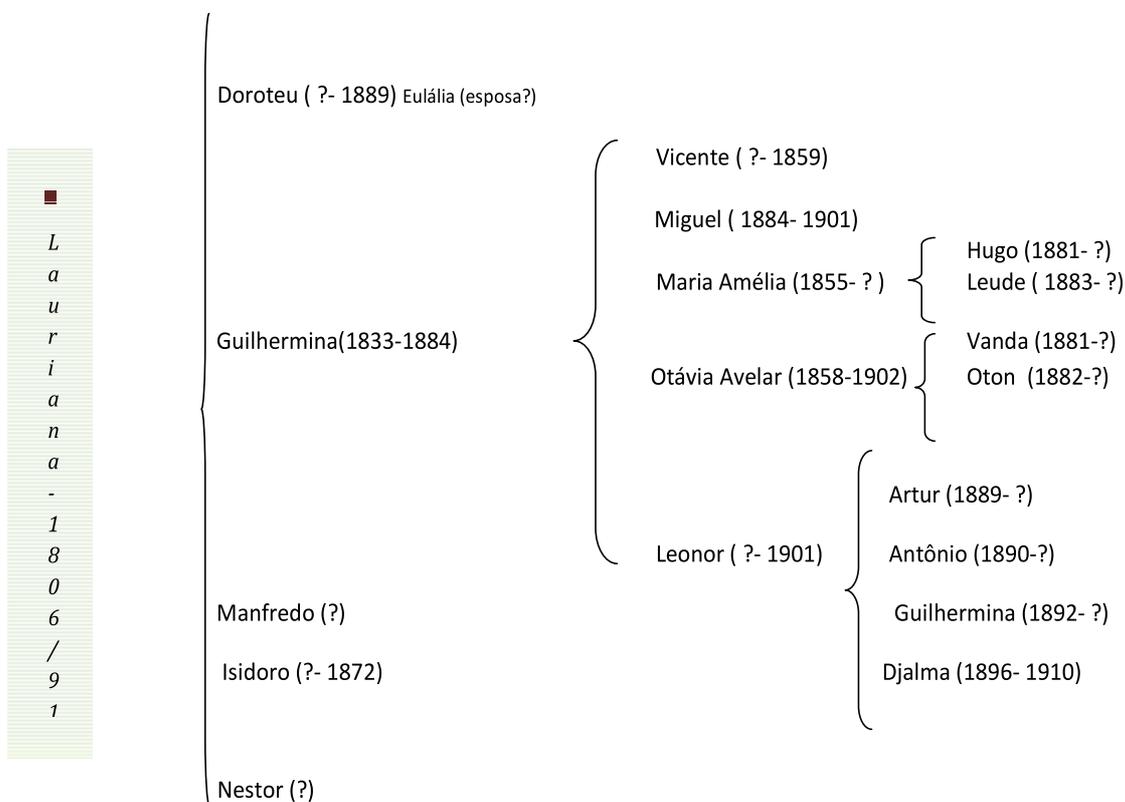
ZIN, Rafael Balseiro. **Maria Firmina dos Reis**: Interprete do Brasil. In: Reis, Maria Firmina dos. **Úrsula**, 2018.

ZIN, Rafael Balseiro. **Maria Firmina dos Reis**: A trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista. São Paulo: Aetia Editorial, 2019.

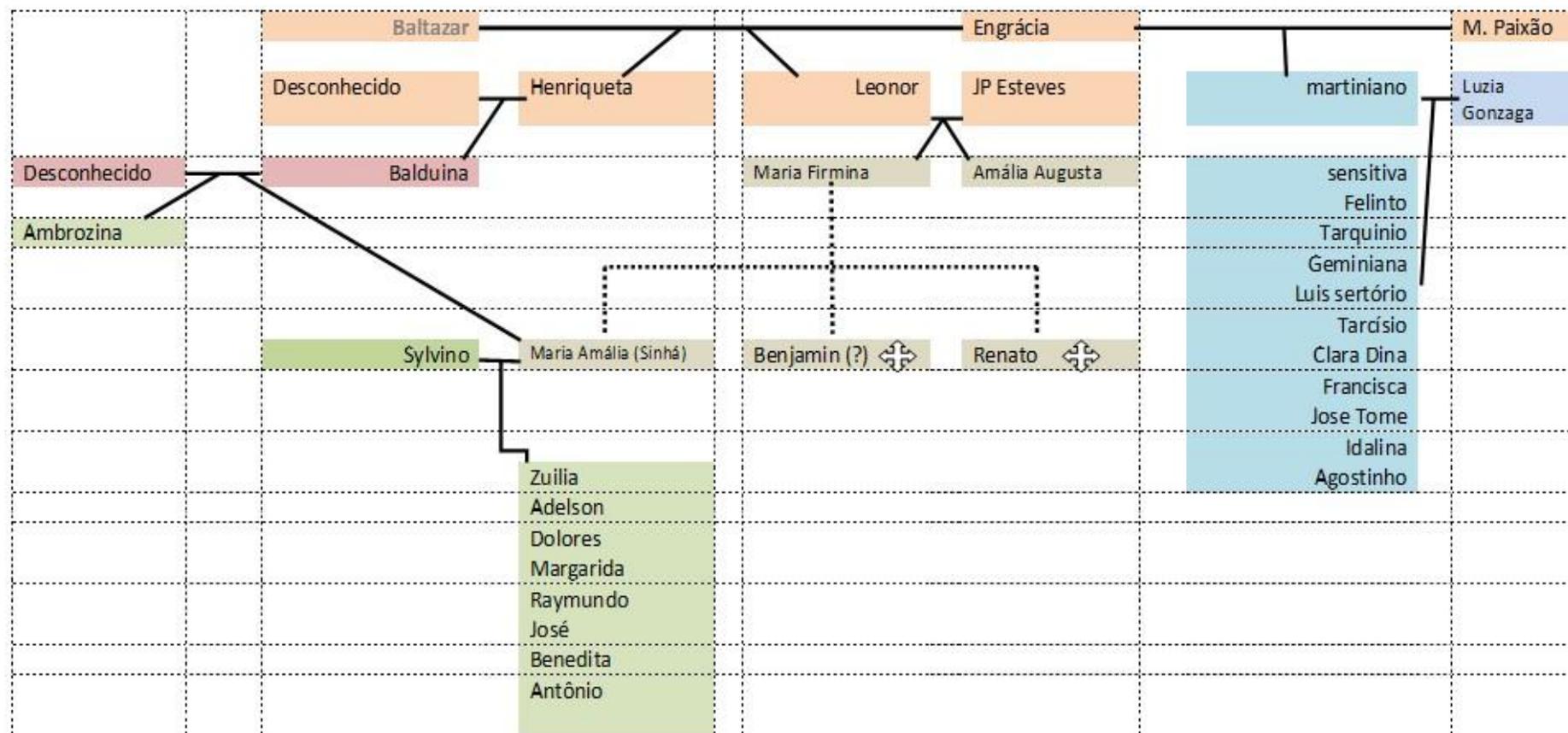
ZIN, Rafael Balseiro. **Maria Firmina dos Reis: A trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista.** Dissertação (Mestrado em Literatura). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br>. Acesso em: 08 mar. 2024.

ZIN, Rafael Balseiro. **Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil: um guia (quase) definitivo sobre a vida e a obra mais ilustre das maranhenses.** O Portal da Literatura Afro-brasileira, 28 jul. 2022. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br>. Acesso em: 08 mar. 2024.

APÊNDICE A – Árvore genealógica de Lauriana



APÊNDICE B – Árvore genealógica de Maria Firmina dos Reis



Legenda: — parentes naturais Adoção / afinidade

APÊNDICE C – Linha do tempo de Maria Firmina dos Reis

Ano	1825	1847	1849	1853	1856
	<p>11/10: Nasce Maria Firmina.</p> <p>12/12: É batizada.</p>	<p>Aprovada em concurso público, é nomeada professora.</p> <p>No 2º semestre, vai com a família (mãe, avó, irmã) morar em Guimarães, na casa de Martiniano.</p>	<p>Maria Firmina é citada como professora no jornal <i>Almanaque Popular</i>.</p>	<p>No <i>Álbum</i>: 9/1, ‘Dia...’; 20/5, ‘Uma lágrima sobre um túmulo’</p> <p>04/10: Recebe dois meses de licença.</p> <p>18/10: Usufriui a licença.</p>	<p>No <i>Álbum</i>: 19/6, Encontro com Teresa em São Luís; 22/7: Novo encontro com Teresa em São Luís.</p> <p>15/3: Licença de um mês.</p> <p>16/6: Nova licença de um mês.</p> <p>6/8: Volta ao trabalho.</p>

Ano	1857	1858	1859	1860	1861
	<p>17/10: 1ª Campanha fracassada do romance no jornal maranhense A Imprensa (1ª resenha de Caixeiro d'Alfaiate- parece que foi encomendada.</p>	<p>O Álbum Sem data - Morte de Ana Joaquina Cabral Viana</p> <p>O Álbum Sem data: Otávia nasceu em 20/2 e andou 28/12</p>	<p>O Álbum 15-2: Morre Vicente 19/4: Morre Engrácia (1778-1859) (avó de Firmina)</p>	<p>19/12 publicado em A Imprensa "poesias" oferecida à Theresa de Jesus Cabral Anúncio de Úrsula: no Jornal A Imprensa 18 e 22/2, 11 e 16/04, 1,8,15 e 18/08, 12 e 19 /9, 3, 10, 17 e 27/10, 22, 24 e 28/11, 1, 22, 27 e 29/12 -</p>	<p>O Álbum S/data: Raiou um ... 02/2: Nova casa, 26/2: Campa... 28/9: Doroteu</p> <p>28/8: Nasceu Raimundo Ermes-</p>

	<p>Anúncio de Úrsula A Moderação 11/08</p> <p>Anúncio de Úrsula no jornal Publicador Maranhense 9, 10, 18 e 21/08, 3/09 2ª resenha de Úrsula 1, 4 e 11/08 no jornal A Imprensa 11/08 notícias sobre Úrsula no jornal A Moderação.</p>		<p>Campanha bem sucedida de arrecadação para impressão de "Úrsula" 01/08 - Primeira o anúncio de venda do romance e de sua resenha no "A Imprensa" Resenhas: 04/04- Jornal do Comércio; 11/08- A moderação 9,10, 18 e 21/8 e ainda 3/9- notas sobre Úrsula no Publicador maranhense</p>	<p>Jornal A Imprensa venda de Úrsula 03/02, 21, 27 e 30/03, 17/04, 11/05, 13/06, 31/7, 31/08, 10/10, 23/11, 4, 11,21 e 26/12. 13/05 - Resenha n'A Verdadeira Marmota sobre Úrsula. 25/11 - É publicado "Meditação" no Jardim dos Maranhenses. Em maio é publicado na Verdadeira Marmota a 1ª versão de " A uns olhos" 12/03- Publicado no Publicador Maranhense "À Thereza Francisca Ferreira de Jesus". 13/05- Publicado na Verdadeira Marmota o poema "Minha Vida" e a 2ª versão no Parnaso Maranhense 19/08- Publicado na Verdadeira Marmota a 2ª versão de Uma Hora na Vida 26/08- Publicado na Verdadeira Marmota o poema "Não me ames mais". 03/09-Publicado na Verdadeira Marmota o poema "Saudades". 9/9 Publicado na Verdadeira Marmota o poema "A constância" 20/9-Publicado na</p>
--	---	--	---	---

					<p>Verdadeira Marmota o poema "Dedicação". 20/9-Publicado no Jardim das Maranhenses o poema "Ao amanhecer e o pôr do sol". 30/09- Publicado no Jardim das Maranhenses o poema " A Vida" 13/10- Publicado no Jardim das Maranhenses o poema "Não me acreditas" 30/9 (Anúncio) 13/10 e 25/11- Publicação n'O jardim das Maranhenses o conto Gupeva.</p>
--	--	--	--	--	---

Ano	1862	1863	1864	1865	1866
	<p>Anúncio de Úrsula no Jornal A Imprensa 2, 9 e 11/01</p> <p>Anúncio de Úrsula no Jornal A Colisão 22/2, 8 e 15/3, 15/5, 17/9</p> <p>13/1- Publicação n'O jardim das Maranhenses o conto Gupeva.</p> <p>Lança em folhetim Elvira em 26/2 e em 2, 10 e 17/3</p> <p>6/4- Publicado na Verdadeira Marmota o poema "Amor perfeito"</p>	<p>09/2- é reimpresso no Jornal Porto Livre "Gupeva" em folhetim. 21/2, 16/3, 6, 13 e 21/5- Gupeva,</p> <p>06/5- No mesmo jornal o poema "A Índia"</p> <p>21/5- No mesmo jornal o poema "Tu e ele"</p> <p>O Álbum</p> <p>?/6: Resumo da</p> <p>13/1 - Licença de 1 mês</p>	<p>O Álbum</p> <p>03/2: Sinhá sentou-se, deixou de mamar em 63 e começou a andar. Foi batizada</p> <p>O Álbum</p> <p>27/2: Benjamin morre</p> <p>30/4: Amigos partem 10/6: Partida de outros...</p>	<p>12,19 e 26/3- Gupeva é publicado no jornal Echo da Juventude, também 2/4</p> <p>14/5 - Publicado No Echo da Juventude a 1ª versão do poema "Melancolia"</p> <p>15/1 - No mesmo jornal é publicado "Hosanna" em 29/1 - o poema "T...".</p> <p>Em 3/2 o poema " O canto do Tupi"</p> <p>O Álbum</p> <p>19/11: A amiga Terezinha de Jesus-</p>	<p>5/11- Licença de saúde sem período de tempo Morre Leonor Felippa dos Reis com 60 anos</p>

Ano	1867	1868	1869	1870	1871
	<p>03/11- Publicado no Semanário Maranhense a 1ª versão de A meditação. Publica no Almanaque de Lembranças Brasileiras o poema "É assim que vejo em sonhos antes da atroz saudade..."</p>	<p>Lança poema sem título e "Aventura" (sem data) em Almanaque de Lembranças 01/03 - Publica "A Lua Brasileira" 1ª versão no Semanário Maranhense março - provável pedido de licença</p>	<p>O Álbum 31/1: Ao senhor Raymundo Marcos Cordeiro</p>	<p>22/7- Concessão de licença por 1 ano</p>	<p>02/01-Colet. Cantos a beira mar é publicado pela Tipografia O País e No Publicador Maranhense e feita uma critica 4/11- é publicado elogio ao Cantos... No Esperanto Santense 14/3- Prorrogação por 3 meses da licença</p>

Ano	1872	1873	1874	1875	1876
	<p>O Álbum</p> <p>1/2; dois anos sem escrever no álbum Caetana?</p> <p>2/2: Nunca tive a louca pretensão maio: "Souvenir" e a partida de Luiz Cordeiro</p> <p>15/11: "Álbum, livro da alma"</p> <p>29/11: Retorno de Luiz Cordeiro Publicado no jornal O Domingo Crônica "Impressões de viagem- Página íntima" e "Consolação"</p>	<p>O Álbum</p> <p>27/2 - Recordação e lágrima</p> <p>15/6 O que é a vida?</p> <p>?/6: Lágrima num baile</p> <p>17/6 Despedida</p> <p>27/6: Casamento de Raimundo</p>	<p>O Álbum</p> <p>5/1: À memória de Vicente Cabral</p> <p>S/data: Sinhá cortou o cabelo</p>	<p>O Álbum</p> <p>04/05 Miguel entrou na escola do Prof. Daniel</p>	<p>O Álbum</p> <p>15/2: Miguel e Gulhermina viajaram para a capital</p> <p>13/6 Ah! parte...</p> <p>S/data Dorotou viajou para capital</p>

Ano	1877	1878	1879	1880	1881
	<p>O Álbum</p> <p>15/4: Dindinha...</p> <p>?/6:Morte de ...</p> <p>20/6 Morte de ...</p> <p>11/5: Parecer sobre recebimento de 1/4 do salário, por ter 25 anos de trabalho 6/7- Desconto de salário 12 e 13/11 tramita solicitação de Firmina por salários atrasados</p>	<p>O Álbum</p> <p>25/6: Casamento de ...</p> <p>S/data: Ficou com ...</p> <p>27/5- Permissão de receber salários e atrasados e licença de 1 ano</p> <p>12/7- Concessão da 4 parte do salário</p>	<p>O Álbum</p> <p>25/7: Otávia e...</p> <p>4/11: Morre Mundico...</p> <p>10/11: Solicita licença de 1 ano</p>	<p>17/2- Discussão na Assembleia legislativa sobre licença e em 8/3 é indeferido o pedido.</p> <p>Neste ano fazendeiros escolhem Firmina pra criar escola mista em Guimarães, que durou até 1891(?)</p> <p>13/04 Morre Martiniano José dos Reis (tio de Firmina)</p>	<p>O Álbum</p> <p>7/9: Nasce Vanda</p> <p>7/9- Publicado em O país o poema "Nênia. A sentidíssima Morte de Raymundo Cordeiro"</p> <p>22/4-Viagem a São Luiz para tratar de aposentadoria (jornal da tarde- A Pacotilha</p> <p>23/4- Solicita 1 mês de licença que se inicia em 03/05</p> <p>12/5 Irma de Firmina, Amália, é nomeada com professora substituta de Firmina</p> <p>20/6- Aposenta com salário integral</p> <p>16/9- Pedido de anistia das faltas</p>

Ano	1883	1884	1885	1886	1887
	<p>O Álbum</p> <p>24/5: Filho de sinhá nasceu</p> <p>21/11: Morreu filho de Sinhá</p> <p>12/10: Nasceu Leude</p>	<p>O Álbum</p> <p>11/2: Oton, filho de Otávia andou</p> <p>20/4: Leude, filho de Mariazinha foi batizado</p> <p>28/5: Sinhá e Otávia embarcam pra capital.</p> <p>Relatou outras viagens</p> <p>5/11: Morreu Guilhermina "Saudade"</p>	<p>17/3 - Publicado em O País o poema " Uma lágrima"</p> <p>07/5- Publicado na Pacotilha - Jornal da Tarde os poemas "Prantos" e "Imitação"</p>	<p>O Álbum</p> <p>S/data: Vandoca foi p/ S.Luiz em 9/2 e voltou 21/5.</p> <p>S/data: Vandoca, Leude e Mariazinha foram Pra S.Luiz em 22/12</p>	<p>O Álbum</p> <p>S/data: João Marcelino e Ana Micaela Nogueira faleceram em 10/3</p> <p>S/data - Lázaro Nogueira morreu em naufrágio 7/9</p> <p>Vanda filha de Otávia nasceu em 7/9</p> <p>Zuzu filha de Sinhá nasceu em 25/10 (ambas andaram depois de completar 1 ano de idade)</p> <p>S/data - Miguel embarcou para a capital 30/11</p> <p>Porfíria recebeu a liberdade em 17/3 e Antônio Farias faleceu em 18/3</p> <p>Leonor e Vanda voltaram da capital em 06/06</p> <p>Em outubro foi publicado na Revista Maranhense o poema " À estremecida Madasinha Serra"</p> <p>9/11- Publicado na Revista Maranhense o conto "A escrava"</p>

Ano	1888	1889	1891	1892	1893
	<p>O Álbum S/data: Miguel volta do Sul e chega à capital em 10/12 e vai para o norte dia 14/12 Viagens para S. Luiz: Vandoca e Sinhá- 11/4 Oton, Mariazinha e Leude 2/12</p> <p>3/10- Publicado em O País o poema "O menino sem ossos"</p>	<p>28/3:- publicado na pacotilha- Jornal da Tarde o poema "Nênia. A sentida morte da menina Julia Sá"</p>	<p>O Álbum S/dada: - Viagens para S. Luiz:Leonor e Vanda-17/9 S/data: Filhos de Silvino e Maria Amália Goulart nasceram em 25/10/81, 30/03/86, 16/10/87 e 17/03/91 S/data - Zuília nasceu em 25/10</p>	<p>O Álbum S/data: Miguel, Otávio e Vanda chegam em Guimarães em 18/5 Miguel ficou 2 meses, menos 10 dias Otávia, Oton e Leonor seguiram em 01/08 Oton veio passar férias em 6/12</p>	<p>O Álbum S/data: Oton foi embora em 25/1 com Mariazinha, Balduina e Leonor "No álbum d'uma poetisa" foi lançado no jornal Diário do Maranhão, em 22/6, por Plautilo Lima e publicado no Álbum por Morais Filho</p>

Ano	1894	1895	1896	1897	1898
	<p>O Álbum Faleceu na capital, a prima Balduina Reis em 12/6</p>	<p>O Álbum S/data:- Miguel e Oton chegaram em 28/3 e batizou Margarida. Oton seguiu viagem p/o Pará</p>	<p>O Álbum S/data - Otávia e seus folhos chegaram do Pará em 19/3 8/8: Leonor e seus filhos Artur, Djalma e Antônio, Mariazinha Leude e Vandoca seguiram pro Pará. S/data - Nascimentos: Artur: 6/1/89; Antônio: 21/12/90; Guilhermina: 12/1/92 e Djalma: de Sinhá e Silvino nasce em 7/7/95 e morre em 20/9/96</p>	<p>12/4 Publicado na Pacotilha - Jornal da Tarde o poema "Uma lágrima no túmulo de Manuel Gutierrez"</p>	<p>O Álbum S/data: 19/3- Otávia e seus filhos chegam do Pará S/data: 22/8- Vandoca foi ao Maranhão com Filomena de Carvalho e ficou na casa de Zuila e 19/11- Miguel e Arthur S/data: 7/9- Oton e Muguel vão pro Pará e 25/12 Otávia vai pro Pará com Vandoca e os menores</p>

			Entrada no Álbum S/data - Mariazinha e Leude voltam do Pará em 1/12 Entrada no Álbum 5/12 - Nhazinha (filha de criação de Goulart) vai para Capital e morre Sampaio		
--	--	--	--	--	--

Ano	1899	1900	1901	1902	1903
	<p>O Álbum S/data: Nascimento dos filhos de Maria Amélia de Avelar: Leude- 12/10/83 e Hugo: 12/06/89 3/12 -Artur viaja pra capital em companhia de Compadre Silvino e Isabel, Iaia. Vão buscar Zuila para a festa de N.S. Conceição</p>	<p>O Álbum ?/1: Otávia, Vandoca e Raimundo em 4/1 chegam ao Maranhão 6/7: Publicado na Pacotilha- Jornal da Tarde o poema "Salve!"11/8: no mesmo jornal" À Exma. Sra Dona Anna... Sá" e " Um brinde à Noiva"</p>	<p>O Álbum 2/2: Rosa Azevedo morreu e Chiquinha também - Gabriel casou. 3/2: Leude Embarca para S. Luiz 7/3- Leonor morreu 3/12: Filho de Firmina, Miguel morreu longe dela, no Pará</p>	<p>O Álbum 14/8: Otávia morre nos braços de Firmina 12/10: Oton vai p/ Belém</p>	<p>O Álbum 4/3:- Leude, filho de Firmina, vai pra Capital a seu mando. Djalma embarca pra capital e Vandoca foi em 9/12/2 Em 4/8 Firmina chegaram São Luiz, vinda do Pará e volta pra Guimarães em 11/9 19/5: Publicado no federalista o poema "Ao digníssimo colega S.r. Policarpo Lopes Teixeira "Lágrima da velhice é escrito por Firmina em seu álbum. 20/11: O poema A Mocidade, de Oton F. Sá é posto no álbum</p>

Ano	1908	1909	1910	1911	1915
	20/2- Publicada na Pacotilha- Jornal da Tarde" a poesia recitada por ocasião das bodas do S.r. Eduardo Marques (Dolores)	Morre Henriqueta Romana dos Reis (tia de Maria Firmina)	Entrada no Álbum 7/10: Djalma, seu filho, morreu.	14/1: Governador visita Firmina	No Jornal A Pacotilha" em sua sessão de retrospectiva noticia a aposentadoria de Firmina
Ano	1916	1917			
	25/1: Morre Amália Augusta dos Reis (1837-1816) - irmã de Maria Firmina dos Reis	Falecimento de Maria Firmina em 11/11			